

Revista ^{do} IHGSE

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SERGIPE

Nº 49 | Aracaju-SE | 2019



ISSN: Edição eletrônica 2446-4856

ISSN: Edição impressa 1981-7347

VOLUME 1:
Dossiê Manoel Bomfim

VOLUME 2:
**Dossiê Escravidão e Abolição no
Brasil**

© 2019 Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe

Editores

Joaquim Tavares da Conceição (UFS/IHGSE)
João Paulo Gama Oliveira (UFS/IHGSE)

Conselho Editorial

Amâncio Cardoso dos Santos Neto (IHGSE e IFS)
Antônio Fernando de Araújo Sá (IHGSE e PROHIS-UFS)
Beatriz Góis Dantas (IHGSE e UFS)
Giliard da Silva Prado (IHGSE e UFU)
Joaquim Tavares da Conceição (IHGSE e PPGED-UFS)
José Vieira da Cruz (IHGSE e PPGH-UFAL)
Josefa Eliana Souza (IHGSE e PPGED-UFS)
Lourival Santana Santos (IHGSE e PROHIS-UFS)
Samuel Albuquerque (IHGSE e PROHIS-UFS)
Terezinha Alves Oliva (IHGSE e UFS)
Vera Lúcia Alves França (IHGSE e NPGEU-UFS)

Conselho Consultivo

Angela de Castro Gomes (UNIRIO)
Carla Mary S. Oliveira (UFPB)
Cristiano de Jesus Ferronato (Unit)
Diogo da Silva Roiz (UEMS)
Durval Muniz Albuquerque Júnior (UFRN)
Eliana Cristina Deckmann Fleck (UNISINOS)
Jaime de Almeida (UnB)
João Eurípedes Franklin Leal (UNIRIO)
José Ibarê Costa Dantas (UFS/IHGSE)
Júnia Ferreira Furtado (UFMG)
Lília Moritz Schwarcz (USP)
Lisiane Sias Manke (UFPel)
Luis Alberto Romero (Universidad San Martín, Argentina)
Luísa Tombini Wittmann (UDESC)
Mara Regina do Nascimento (UFU)
Maria Emília Porto (UFRN)
Mary Del Priore (UNIVERSO/IHGB)
Martha Campos Abreu (UFF)
Mauro Passos (PUC-MG)
Olga Rosa Cabrera García (UFG)
Peter Burke (Cambridge University)
Regina Célia Gonçalves (UFPB)
Roger Chartier (Collège de France)
Roselusia Teresa de Moraes Oliveira (UFS)
Solyane Silveira Lima (UFRB)

**Projeto Gráfico | Capa |
Página 5 Serviços Editoriais
www.pagina5editorial.com
Débora Santos Santana
Jeane de Santana**

**Ilustração de Capa e Miolo
Heli Natá Alcântara Silva**

**Supervisão
Saulo Almeida Cabral**

**Brasão da capa
Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**

**Diagramação
Adilma Menezes**

APOIO



Revista do IHGSE

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SERGIPE

Fundado em 1912, reconhecido como de utilidade pública pela Lei Estadual no 694, de 9 de novembro de 1915, considerado de utilidade continental pela Resolução no 58, do Congresso Americano de Bibliografia e História, ocorrido em Buenos Aires, em 1916, reconhecido de utilidade pública pelo Decreto Federal no 14.074, de 19 de fevereiro de 1920, reconhecido de utilidade pública pelo Governo do Estado de Sergipe, pela Lei 5.464 de 11 de novembro de 2004, e reconhecido de utilidade pública pela Prefeitura Municipal de Aracaju, pela Lei 3.203 de 06 de outubro de 2004.

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SERGIPE

NÚMERO 49

VOLUME 1:
Dossiê Manoel Bomfim

VOLUME 2:
Dossiê Escravidão e Abolição no Brasil

ISSN: Edição eletrônica 2446-4856
ISSN: Edição impressa 1981-7347

EDITORA
Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe

Aracaju-SE | 2019

Ficha catalográfica elaborada por Rosângela Soares de Jesus – CRB5/1701

Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe - IHGSE
R454 N. 49. VOLUME 1: Dossiê Manoel Bomfim
VOLUME 2: Dossiê Escravidão e Abolição no Brasil. - Aracaju: Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, 2019.
322p.

ISSN: Edição eletrônica 2446-4856
ISSN: Edição impressa 1981-7347

1. Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. 2. História 3. Memória
I. Título II. Assunto III. IHGS

CDU 94(813.7)

A Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe está indexada em: Sumários de Revistas Brasileiras - <http://www.sumarios.org/revistas/revista-do-instituto-hist%C3%B3rico-e-geogr%C3%A1fico-de-sergipe>



Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe

*Rua Itabaianinha, nº 41,
Aracaju - Sergipe, 49010-190.*

Fundado em 6 de agosto de 1912

PRESIDENTES HONORÁRIOS

Governador do Estado de Sergipe
Belivaldo Chagas Silva

Presidente da Assembleia do Estado de Sergipe
Deputado Luciano Bispo de Lima

Presidente do Tribunal de Justiça de Sergipe
Desembargador Cezário Siqueira Neto

DIRETORIA

Presidente
Agláé D'Ávila Fontes

Primeira Vice- Presidente
Tereza Cristina Cerqueira de Graça

Segundo Vice-Presidente
Igor Leonardo Moraes Albuquerque

Secretário- Geral
José Rivadálvio Lima

Primeiro Secretário
Paulo Amado Oliveira

Segundo Secretário
Luiz Fernando Ribeiro Soutelo

Orador
Terezinha Alves de Oliva

Primeiro Tesoureiro
Saumíneo da Silva Nascimento

Segundo Tesoureiro
Lourival Santana Santos

Diretora do Arquivo e da Biblioteca
Rosângela Soares de Jesus

Diretora do Museu e da Pinacoteca
Verônica Maria Meneses Nunes

QUADRO SOCIAL

Sócios Honorários
Jackson da Silva Lima
Josué Modesto dos Passos Sobrinho

Sócios Beneméritos
Antonio Carlos Valadares
Edvaldo Nogueira Filho
João Alves Filho
João Gomes Cardoso Barreto
José Carlos Mesquita Teixeira
Luiz Eduardo de Magalhães
Maria do Carmo Nascimento Alves
Itamar Freitas de Oliveira
Verônica Maria Meneses Nunes
Gilton Feitosa Conceição
José de Oliveira Junior
Francisco Guimarães Rollemberg

Sócios Efetivos
Agláé D' Ávila Fontes
Adailton dos Santos Andrade
Afonso Barbosa de Souza
Albano do Prado Pimentel Franco
Amâncio Cardoso dos Santos Neto
Ana Conceição Sobral de Carvalho
Ana Maria do Nascimento Fonseca Medina
Anita Rocha Paixão Soutelo
Anselmo de Oliveira
Antônio Carlos dos Santos
Antônio Porfirio de Matos Neto
Antônio Carlos Sobral de Souza
Antônio Francisco de Jesus Saracura
Antônio Lindvaldo Souza
Antônio Samarone de Santana
Arionaldo Moura Santos
Beatriz Góis Dantas
Bruno Gonçalves Álvaro
Carlos Pinna de Assis
Cesar Augustus Santos Barbieri
Claudefranklin Monteiro Santos

Clea Maria Brandão de Santana
Cleiber Vieira Silva
Clóvis Barbosa de Melo
Cristina de Almeida Valença
Darcilo Melo Costa
Djaldino Mota Moreno
Edson Ulisses de Melo
Edmilson Menezes Santos
Ednalva Freire Caetano
Eduardo Antônio Seabra
Estácio Bahia Guimarães
Eugênia Andrade Vieira da Silva
Evande dos Santos
Fábio Costa Figueroa
Fabrícia Oliveira Santos
Fernando José Ferreira Aguiar
Fernanda cordeiro de Almeida
Francisco Joseh Alves dos Santos
Gerson Vilas Boas
Gilberto Francisco Santos
Gilvan Rodrigues dos Santos
Hélio José Porto
Igor Leonardo Moraes Albuquerque
Ilma Mendes Fontes
Irineu Silva Fontes Junior
Jane Alves Nascimento Moreira de Oliveira
Jane Guimarães Vasconcelos Santos
Jean Marcel d'Ávila Fontes de Alencar
Janaina cardoso de Mello
João Francisco dos Santos
Joao Helio de Almeida
João Paulo Gama Oliveira
Joaquim Tavares da Conceição
José Alberto Pereira Barreto
José Anderson Nascimento
José Antônio Santos
José de Oliveira Brito Filho
José Francisco da Rocha
José Hamilton Maciel Filho
José Hamilton Maciel Silva Filho
José Ibarê Costa Dantas
José Lima Santana
José Rivaldávio Lima
José Vieira da Cruz
José Wilson Moura Santos
Josefa Eliane Souza
Kleber Luiz Gavião Machado de Souza
Lauro cruz dos Santos
Lenalda Andrade Santos
Lilian de Lins Wanderlei
Lorena de Oliveira Souza Campello
Lourival Santana Santos
Lucio Antônio Prado Dias
Luiz Fernando Ribeiro Soutelo
Luiz Vieira Lima
Luiz Alberto dos Santos
Luzia Maria da Costa Nascimento
Manoel Alves de Souza
Magno Francisco de Jesus Santos
Marcelo da Silva Ribeiro
Marcia carvalho da Silva

Maria Ligia Madureira Pina
Marcos Antônio de Melo
Marcos Antônio Almeida Santos
Marcos Antônio de Melo
Maria da Glória Santana de Almeida
Maria Neide Sobral da Silva
Mário Luiz Britto Aragão
Marlene Alves Calumbly
Mary Nadja Freire de Almeida Seabra
Murilo Mellins
Neuza Maria Góis Ribeiro
Nilton Pedro da Silva
Patrícia Verónica Nunes Carvalho Sobral de Souza
Paulo Amado Oliveira
Petrônio Andrade Gomes
Rafael Santana Rosa cerqueira
Ricardo de Oliveira Lacerda
Rômulo de Oliveira Silva
Rosângela Soares de Jesus
Rusel Marcos Batista Barroso
Samuel Barros de Medeiros Albuquerque
Saumineo da Silva Nascimento
Sayonara Rodrigues do Nascimento
Suely Cristina Silva Souza
Sura Souza Carmo
Tadeu Cunha Rebouças
Tereza Cristina Cerqueira da Graça
Terezinha Alves de Oliva
Vera Lúcia Alves França
Vilder Santos
Wagner Gonzaga Lemos
Wanderlei de Oliveira Menezes
Wanderfranklin Rolim de Almeida Santos

QUADRO DE FUNCIONÁRIO

José Carlos de Jesus (Serviços Gerais)

ESTAGIÁRIOS BOLSISTAS

Alex Santos Almeida
Milena Rocha Conceição
Rodrigo Juscelino Nascimento dos Santos
Tatiana de Brito Felisberto
Wesley Michael Santos de Oliveira

ESTÁGIO CURRICULAR MUSEOLOGIA

Maria de Lourdes Carvalho
Eronilton Oliveira Lima
João Bosco Silva Fontes

ESTÁGIO CURRICULAR BIBLIOTECONOMIA

Fernanda Vanucci
Marcos Aurélio Oliveira Santos

MUSEÓLOGA VOLUNTÁRIA

Lais Daiane Santos

VOLUNTÁRIOS

Catarina Augusta Cavalcante Costa
Izabel Carregosa
Telma Santos

Sumário

Editorial

Volume 1

Dossiê Manoel Bomfim

APRESENTAÇÃO
*Manoel Bomfim: a título de
apresentação*

17 *Maria Neide Sobral
Marizete Lucini
Fátima Bezerra Negromonte*

DOSSIÊ

Uma breve arqueologia sobre o
sergipano Manoel Bomfim

23 *Fátima Bezerra Negromonte
Maria Neide Sobral*

Manoel Bomfim: crítica
historiográfica e orientação
política em *O Brasil na História*

41 *Luiz Carlos Bento*

Manoel Bomfim e os Livros
Escolares: Um Projeto de Nação
através do Brasil

59 *Claudefranklin Monteiro Santos*

“Parasitismo e degeneração” na
América Latina: os conceitos
biologizantes de Manoel Bomfim

73 *Ivan Paulo Silveira Santos*

Brasil mestiço: o cruzamento
entre as “raças” na perspectiva de
Manoel Bomfim

85 *Ruth Cavalcante*

A hereditariedade para Manoel
Bomfim

97 *Stéfany Sidô Ventura*

Pedagogia e Psicologia no
pensamento de Manoel Bomfim

111 *Wojciech Andrzej Kulesza*

Manoel Bomfim e o esquecimento:
Memória de Manoel Bomfim
na Escola Municipal de Ensino
Fundamental Manoel Bomfim

129 *Monaquelly Carmo de Jesus*

ARTIGOS

A natureza da inteligência
no tomismo e no empirismo
humeano, segundo Luciano
Duarte

139 *Edmilson Meneses*

“Dois mais dois, quatro! três veis
seis, dezoito!”: Representações
da escola em História da minha
infância

153 *Luiz Eduardo Oliveira
Kate Constantino Oliveira*

Volume 2

Dossiê Escravidão e Abolição no Brasil

APRESENTAÇÃO
Escravidão e Abolição no Brasil

169 *Sharyse Amaral*

DOSSIÊ

A vida nas roças: a mulher cativa e os caminhos para a liberdade

173 *Virgínia Queiroz Barreto*

Os escravos engajados nos serviços domésticos pelas famílias do Recife oitocentista: o aprofundamento da exploração da mão de obra escrava

191 *Tatiana Silva Lima*

Os “vultos e feitos” de “Alagoinhas e seu município”: uma memória do pós-abolição no interior da Bahia

207 *Aline Najara da Silva Gonçalves*

O papel da religião na consciência antiescravista e sua relação com o debate historiográfico internacional

223 *Cristiano Buoniconti Camargo*
Jaqueline Martinho dos Santo

ARTIGOS

Faculdade de Farmácia e Odontologia “Annibal Freire”: uma instituição constituída por médicos.

241 *Danilo Mota de Jesus*
Ane Rose de Jesus Santos Maciel
Patrícia de Sousa Nunes Silva

A escrita dos imortais da Academia Sergipana de Letras na Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (1913-2017)

253 *José Genivaldo Martires*
Marluce de Souza Lopes

SEÇÃO COMEMORATIVA

APRESENTAÇÃO
Felisbello Freire e a Casa de
Sergipe

269 Samuel Albuquerque

Escrita de si na História de
Sergipe de Felisbello Freire

273 Samuel Albuquerque

Um ponto fora da curva: Felisbello
Freire e sua história da cidade do
Rio de Janeiro

291 Paulo Knauss

Velhos problemas da nova
Federação: territórios, hierarquia
e poder no Brasil República

307 Adriana Pereira Campos

Editorial

A Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, lança o número 49º, composto por dois volumes nas versões impressa e digital. Evidencia-se nesse número o compromisso editorial na divulgação de pesquisas que apresentam compreensões da história e da cultura sergipana e o interesse na consolidação de interlocuções com pesquisadores de outras regiões do país.

Como inovação, temos a satisfação de informar aos autores, leitores e colaboradores, que a revista digital passará a ser hospedada no Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas (SEER) da Universidade Federal de Sergipe (UFS). Tal sistema é recomendado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e possibilita uma melhoria na avaliação da qualidade dos periódicos, assim como uma maior rapidez no fluxo das informações.

Vale salientar que o SEER “[...] permite que a disseminação, divulgação e preservação dos conteúdos das revistas brasileiras apresentem uma melhoria na adoção dos padrões editoriais internacionais para periódicos on-line 100% eletrônicos”¹. A publicação da revista nesse portal institucional, além de reafirmar as parcerias históricas entre o IHGSE e a UFS, é uma ação que visa facilitar e ampliar os acessos e consultas pelos usuários; a padronização do periódico dentro de critérios de editoração das revistas científicas eletrônicas; e, tendo igualmente como meta a elevação dos estratos de avaliação do periódico.

O volume 1 apresenta o dossiê Manoel Bonfim (1868-1932), organizado por Maria Neide Sobral, Marizete Lucini e Fátima Bezerra Negromonte, docentes da UFS. Composto por oito artigos que enfocam o intelectual brasileiro, nascido em Sergipe, em diferentes compreensões historiográficas. Trata-se também de uma justa homenagem do Instituto, ao referido

1 <http://www.ibict.br/pesquisa-desenvolvimento-tecnologico-e-inovacao/sistema-eletronico-de-editoracao-de-revistas-seer> Acesso em 18/11/2018.

intelectual, como ressaltam as organizadoras do dossiê, que “[...] fez diferença na constituição de um pensamento genuinamente brasileiro, contrapondo-se ao ‘racismo científico’, com uma análise ancorada em uma perspectiva realista e crítica sobre a realidade latino-americana, entre o final do século XIX e o século XX”.

Ainda no volume 1, a revista publica artigos de fluxo contínuo. O artigo de Edmilson Meneses, “A natureza da inteligência no tomismo e no empirismo humeano, segundo Luciano Duarte”, nas palavras do autor “[...] a pesquisa de Duarte representa uma nova etapa para os estudos em filosofia nas terras sergipanas, quer dizer, ela representa e traduz uma forma técnica de fazer filosofia”. Além disso, Luiz Eduardo Oliveira e Kate Constantino Oliveira, apresentam o artigo “Dois mais dois, quatro! três veis seis, dezoito!': representações da escola em História da minha infância”, em que destacam elementos característicos da escola e da escolarização em Sergipe, através de representações contidas na escrita autobiográfica de Gilberto Amado (1887-1969), no livro *História da minha infância* (1954).

O volume 2, é inaugurado com o dossiê “Escravidão e abolição no Brasil” organizado por Sharyse Amaral, docente da Universidade do Estado da Bahia, composto por quatro artigos que abordam a escravidão e a abolição na história do Brasil. Segundo a organizadora: “Por entender que a escravidão é um passado que se faz presente em nossa sociedade, esse Dossiê não estabeleceu limites temporais, temáticos ou geográficos, permitindo ao leitor acessar o passado por meio dos olhares dos pesquisadores autores, a partir de diferentes abordagens e perspectivas analíticas.”

Esse número da revista também publica dois artigos de fluxo contínuo: a pesquisa de autoria de Danilo Mota de Jesus, Ane Rose de Jesus Santos Maciel e Patrícia de Sousa Nunes Silva, intitulado “Faculdade de Farmácia e Odontologia ‘Annibal Freire’: uma instituição constituída por médicos”, apresenta um exame de trajetórias de professores que fizeram parte do corpo docente da Faculdade “Annibal Freire”, no ano de 1926 e o estudo de José Genivaldo Martires e Marluce de Souza Lopes, “A escrita dos imortais da Academia Sergipana de Letras na Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (1913-2017)”, vislumbra os artigos publicados pelos acadêmicos/as da Academia Sergipana de Letras (ASL), na Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, no período de 1913 a 2017, apresentando relação de acadêmicos que publicaram no periódico, as temáticas abordadas por eles, com destaque para o protagonismo das mulheres acadêmicas.

Finalizando esse número, a Revista apresenta a sessão comemorativa Felisbela Freire. Trabalho organizado por Samuel Albuquerque (UFS), que também escreve um dos artigos, além dos textos de Paulo Knauss (UFF)



e de Adriana Pereira Campos (UFES). Assim, a Revista do IHGSE faz uma justa homenagem ao ilustre sergipano que ainda carece de estudos sobre sua vida e obra.

Desejamos a todos(as) uma excelente leitura!

Joaquim Tavares da Conceição

João Paulo Gama Oliveira

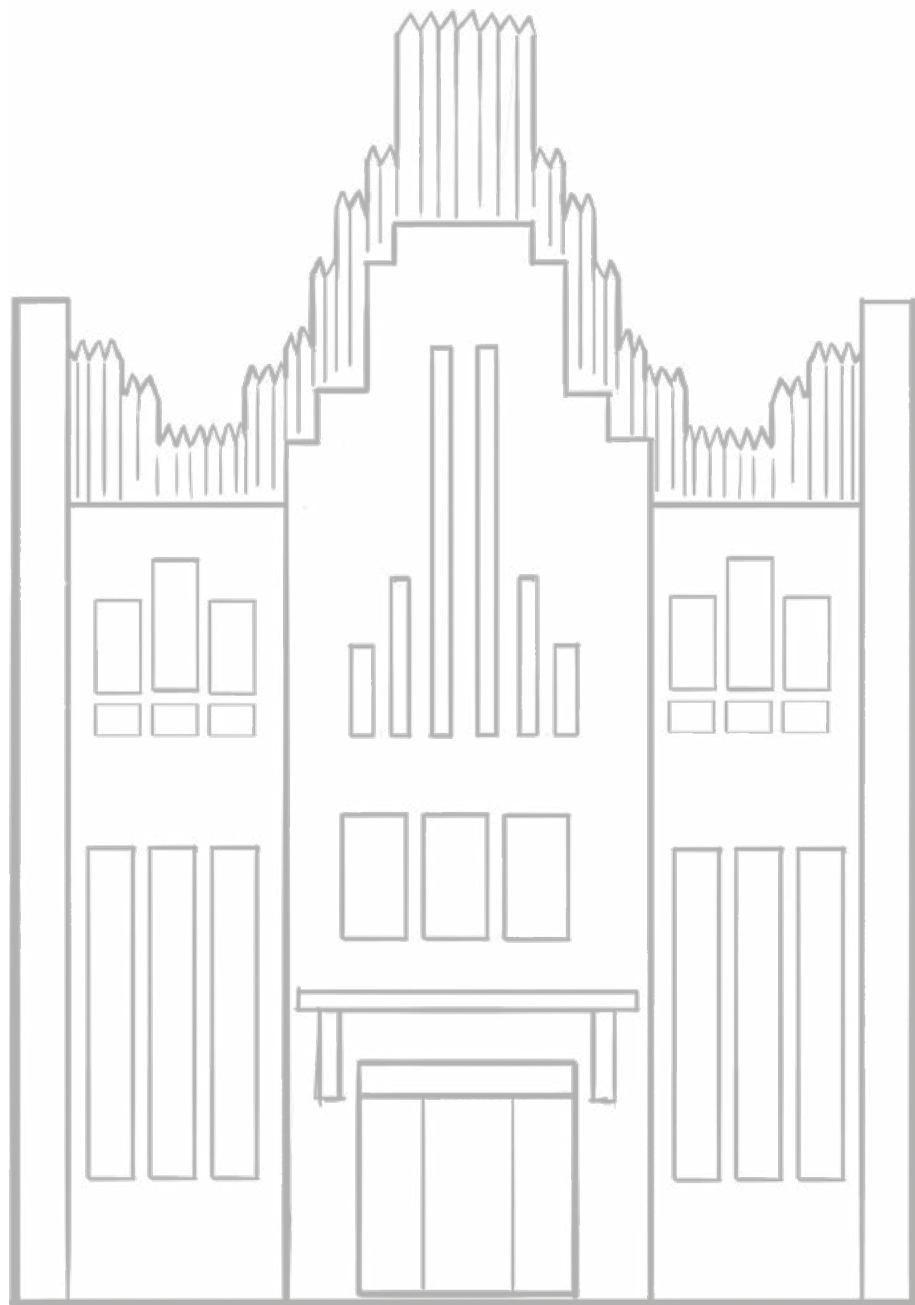
Editores da Revista do IHGSE

maio de 2019



Volume 1

Dossiê Manoel Bomfim



Manoel Bomfim: a título de apresentação

*Maria Neide Sobral
Marizete Lucini
Fátima Bezerra Negromonte*

Lembrar, preservar, (re)memorar e (re)visitar a vida e obra do intelectual sergipano Manoel Bomfim (1868-1932), implica evidenciar ações singulares e assertivas sobre o acontecido-vivido desse homem que se fez grande na história, embora, nem sempre de forma contínua, tenha obtido o merecido reconhecimento. O intelectual sergipano fez diferença na constituição de um pensamento genuinamente brasileiro, contrapondo-se ao “racismo científico”, com uma análise ancorada em uma perspectiva realista e crítica sobre a realidade latino-americana, entre o final do século XIX e o século XX.

Como todo intelectual do referido período, há, em sua obra, um sentido missionário transformador das condições de atraso do país, destacando-se os “males de origem”¹ de nossa formação e a imperiosa necessidade de se construir uma nação em que a educação fosse, de fato, o eixo principal desse projeto. Manoel Bomfim e sua obra têm gestado possibilidades singulares para se pensar o Brasil de ontem e de hoje, e isso demonstra a proficuidade de suas ideias e, em muitos aspectos, sua atualidade. Tem merecido que o mundo acadêmico retire-o do esquecimento – se é que tenha sido esquecido – para estabelecer debates, embates e produção de novos vieses investigativos no campo das ciências humanas.

O Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED), da Universidade Federal de Sergipe (UFS), reconhecendo a importância desse intelectual, solicitou e obteve a aprovação da organização e publicação de um dossiê que (re)memorasse a vida e a obra desse autor sergipano na Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGS). Coube, então, à chamada “Casa de Sergipe”², baluarte da preservação da memória histórica e geográfica do estado, promover a realização que, embora tenha feito seu “voo de arribação” para outros estados brasileiros, singulariza e personaliza o campo da intelectualidade local (e nacional) pelo muito que promoveu através de seus discursos e das ações realizadas em diferentes instituições.

Os artigos que compõem este dossiê trazem, ainda que de forma pálida e por vezes pontual, elementos de seu pensar e de seu fazer, demonstrando a riqueza de seu pen-

1 Cf.: BOMFIM, M. *A América Latina: males de origem*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2005.

2 Sobre o IHGS, consulte DANTAS, I. *História da Casa de Sergipe, 1912/2012*. São Cristóvão: EDUFS, 2012.



samento. Embora haja sempre o discurso sobre seu esquecimento³, seu apagamento e sua subsunção, há de se pensar que a História também se faz neste lastro, como nos lembra Michel Pollak⁴: “o longo silêncio sobre o passado, longe de conduzir ao esquecimento”, torna-se resistência e fortalecimento de determinadas memórias que, incorporadas pela história, reconstróem o vivido-acontecido, de forma problemática e incompleta, com base naquilo que chamamos de passado. As contingências locais e interesses diferenciados fazem com que, em determinados tempos e espaços, alguns sejam os escolhidos como “iluminados”, aos quais se dá visibilidade e divulgação e outros sejam “esquecidos” em arquivos e lugares de memória, como assinala Pierre Nora.⁵

Esta interface memorialística de Manoel Bomfim foi arquitetada na escrita de Fátima Bezerra Negromonte e Maria Neide Sobral: **Uma breve arqueologia de Manoel Bomfim**. Na égide de um de seus conceitos básicos – arqueologia de Michel Foucault⁶ –, as autoras evidenciaram os lugares institucionais que ocupou e os solavancos que sofreu ao longo do último século. Ao refletir sobre quem era e é o autor Manoel Bomfim, as proposituras de Michel Foucault⁷ instiga-nos a pensar sobre a constituição de sua obra e do quanto foi capaz de construir uma certa discursividade que se preservou ao longo do tempo histórico e é (re)visitado com maior e ou menor intensidade, dando margens a discussões acirradas e polêmicas (re)atualizadas, entre críticos e comentadores.

A historiografia de Manoel Bomfim foi objeto do texto de Luiz Carlos Bento intitulado **Manoel Bomfim: crítica historiográfica e orientação política em O Brasil na História**. O autor analisou os usos políticos da História, debulhando as páginas do livro *O Brasil na História*, de Bomfim, demonstrando as críticas que este fez a diferentes correntes historiográficas – da francesa à norte-americana –, e a compreensão que Bomfim tinha de que a história fosse comprometida com o “agir humano” e com as “qualidades” e “com a voz do povo brasileiro”. Evidenciou Bento que Manoel Bomfim construiu seu discurso historiográfico de natureza ensaística, pautado no entendimento de que a História tivesse um papel formativo e interventivo na realidade, na construção de um projeto de nação.

3 Especialmente em AGUIAR, R. *O rebelde esquecido*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2000.

4 POLLAK, M. Memória, Esquecimento, Silêncio. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, V01. 2. n. 1, p. 1-15, 1989, Disponível em: <file:///C:/Users/Neide/Desktop/DOSSI%3%8A%20MANOEL%20BOMFIM/2278-3757-1-PB.pdf>. Acesso em 23 mar. 2019.

5 NORA, P. Entre a Memória e a História: a problemática dos lugares. In: *Pesquisa Histórica*, São Paulo, 10 ed., p. 7-28, 1993. Disponível em: <file:///C:/Users/Neide/Desktop/DOSSI%3%8A%20MANOEL%20BOMFIM/12101-29004-1-SM%20(1).PDF>. Acesso em: 22 abr. 2019.

6 FOUCAULT, M. *Arqueologia do Saber*. Tradução: Miguel Serras Pereira. Coimbra, Portugal: Edições Almedina, 2005.

7 FOUCAULT, M. *O que é um autor?* Tradução: António Fernando Cascai. 9 ed. Lisboa, Portugal: Passagens, 2015.



É essa possibilidade interventiva que fez Bomfim elaborar o livro escolar *Através do Brasil* (1910), em parceria com o poeta Olavo Bilac, propondo-se, assim, a consubstanciar o projeto de nação com a difusão, circulação e adoção do referido livro nas escolas nacionais.

O artigo de Claudefranklin Monteiro Santos, sob a égide titular de **Manoel Bomfim e os livros escolares: um projeto de nação Através do Brasil**, notabiliza a preocupação sempre presente nos escritos do intelectual sergipano sobre as condições de atraso da educação brasileira, as diferenças sociais e a premente necessidade de buscar alternativas para que o país se tornasse efetivamente uma nação, tendo como eixo principal a educação.

O autor Ivan Paulo Silveira Santos trouxe no texto “**Parasitismo e degeneração**” na **América Latina: os conceitos biologizantes de Manoel Bomfim**, um arcabouço teórico do pensamento deste intelectual, o qual considerava que as razões do atraso da região tinham como fonte o próprio processo de colonização europeia⁸, determinando, assim, os males de origem dos problemas nacionais. Ao chegar a este cerne da questão, Bomfim se singulariza em relação à grande parte dos seus contemporâneos, especialmente por apontar soluções para se construir uma identidade verdadeiramente latino-americana.

Raça foi, sobretudo, uma das principais temáticas abordadas por Bomfim para se compreender, no finalizar do século XIX e início do século XX, o contexto cultural fortemente marcado pelo “racismo científico”, ao qual se contrapõe. Essa direção do pensamento de Bomfim contribuiu, efetivamente, para o desmonte desse modelo analítico no país. Em **Brasil mestiço: o cruzamento entre as “raças” na perspectiva de Manoel Bomfim**, Ruth Cavalcante desvela o quanto seu enfrentamento na questão da raça, possibilitou avançar a historiografia brasileira e, especialmente, para a constituição de uma identidade nacional.

Sobre a perspectiva da hereditariedade de Manoel Bomfim, Stéfany Sidô Ventura opera e articula teorias discutidas por Manoel Bomfim, como condição necessária à compreensão da nação. Este conceito, tratado na perspectiva social, traz características próprias, as quais podem ser modificadas pelo processo educacional, como assinala Ventura, para quem, no entendimento do pensamento de Bomfim, a educação seria essencial para formar o povo brasileiro, permitindo-lhe evoluir e progredir socialmente. O paradoxo apontado por Ventura, a respeito deste conceito de Bomfim,

8 Uma perspectiva intrigante de entender o processo colonizador, especialmente o travado pelos ibéricos é o texto de GRUZINSCK, S. *A Águia e o Dragão: portugueses e espanhóis na globalização do século XVI*. Tradução: Pedro Elói Duarte; Revisão: Pedro Bernardo. Lisboa-PT: Edições 70, 2015. Embora não trate da colonização brasileira, desvela o (des)encontro destes povos com culturas tão diferentes como a chinesa (pelos portugueses) e a mexicana (pelos espanhóis). O impacto deste processo é minuciosamente analisado pelo autor.



revela-se na tênue relação entre permanência e continuidade (hereditário), movimento e mudança (educação), portanto, entre atraso e progresso.

No campo da pedagogia e da psicologia, há o texto de Wojciech Andrzej Kulesza, **Pedagogia e Psicologia no pensamento de Manoel Bomfim**, que visibiliza uma aproximação, de natureza didática, entre os livros *Lições de Pedagogia* (1915) e *Noções de Psicologia* (1916), dois estudos de Bomfim, os quais evidenciam a importância que este teve na “produção discursiva sobre a Psicologia no Brasil”. Esse tema, tão caro na atualidade, constituiu também objeto de estudo de Negromonte (2019).⁹

Por fim, a autora Monaquelly Carmo de Jesus trouxe o **Manoel Bomfim e o esquecimento: Memória de Manoel Bomfim na Escola Municipal**, encerrando este dossiê, com um trabalho de natureza memorialista, a respeito deste intelectual em um “lugar de memória”, como nos indica Pierre Nora¹⁰. Nada como a nomeação de uma unidade escolar, com o nome de alguém que foi importante no cenário cultural, político e econômico do estado e do país. O artigo de Jesus indica o quanto da memória coletiva, entendida essa em Halbwachs,¹¹ tem sido capaz de focalizar na imagem e na história do personagem, elementos que o caracterizam e precisam ser rememorados para preservar-se como monumento na história. Ao tecer uma análise sobre isso, o lembrar e o esquecer de gerações presentes e futuras sobre o passado de homens e acontecidos, são sempre processos seletivos. Isto foi demonstrado pela autora ao escutar os alunos da escola que levam o nome de Manoel Bomfim.

Assim, esperamos que os leitores da Revista do IHGS possam debulhar os artigos e acompanhar suas (re)memorações a respeito de Manoel Bomfim, produzindo novos sentidos sobre sua obra. A memória vivifica o personagem, a história pode dar continuidade a essa vida, embora sempre de forma incompleta e inconclusa, porém problematizadora e emblemática deste homem multifacetado que trouxe, de fato, uma contribuição relevante para o pensamento e a investigação em diferentes campos do conhecimento humano.

Cabe-nos convidá-los para esta leitura!

Organizadoras:

Maria Neide Sobral

Marizete Lucini

Fátima Bezerra Negromonte

9 Cf.: NEGROMONTE, F. B. *Manoel Bomfim e a Educação: interfaces discursivas entre a pedagogia e a psicologia*. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Sergipe, 2019.

10 Op.cit.

11 HALBWACHS, Maurice. *Memória Coletiva*. Tradução: Laurence Leon Shaffer. SP: Vertice: Editora Revista dos Tribunais, 1990.





DOSSIÈ

Uma breve arqueologia sobre o sergipano Manoel Bomfim

Fátima Bezerra Negromonte*
Maria Neide Sobral**

A brief archeology about Manoel Bomfim

Resumo

Nosso objetivo neste texto foi evidenciar, através da literatura, explicações dadas por comentadores e biógrafos sobre os períodos de esquecimentos e (re)descobertas do intelectual sergipano Manoel Bomfim (1868-1932), e sua obra. Embora silêncio e voz, esquecimento e lembrança sejam interfaces da memória histórica, procuramos demarcar o lugar que a obra de Manoel Bomfim foi ocupando nos últimos cem anos. Evidenciamos que, nas últimas décadas, tem se multiplicado o interesse de investigadores de várias áreas de conhecimento por Manoel Bomfim, cujo pensamento multifacetado persiste e permanece como uma possibilidade singular de interpretação da realidade brasileira.

Palavras-chave: Esquecimento; Manoel Bomfim; (Re)descoberta.

Abstract

This paper had as its objective to show, through the literature, explanations about Manoel Bomfim's (1868-1932) commentators and biographers regarding the period in which this Brazilian intellectual was forgotten from the national scene and rediscovered later. Although silence and voice, forgetfulness and remembrance are interfaces of historical memory, we tried to demarcate the place his work has been occupied through the past hundred years. It is a matter of fact, that in the last decades there has been an increasing number of researches about this author whose multifaceted thinking persists and remains as a singular possibility of interpretation of the Brazilian reality.

Keywords: Forgetfulness; Manoel Bomfim; (Re)discovery.



* Professora do Departamento de Letras-Inglês, da Universidade Federal de Sergipe. Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Sergipe.

** Professora titular aposentada do Departamento de Educação da Universidade Federal de Sergipe.

Quando, em que lugar, por quem e por quais razões, determinadas obras são referenciadas e mereceram o reconhecimento e a escrita da História? Quem tem sido celebrado, analisado e mantém-se visível no passar do tempo? De qual lugar do passado, o sujeito do discurso foi autorizado a dizer seu dito, sendo celebrado ou silenciado conforme interesses seletivos daquele momento? Esses questionamentos pontuais permitiram-nos marcar a distinção do intelectual Manoel Bomfim, cuja obra mereceu momentos singulares de exaltação e outros tantos de silenciamento.

(Re)visitar parte da literatura sobre o intelectual sergipano no cerne do pensamento brasileiro foi o objetivo deste texto, evidenciando sua presença e/ou ausência nos centros da (não) circulação de ideias. Reverenciado ou esquecido nas prateleiras dos arquivos, em períodos históricos alternados, Manoel Bomfim tem propiciado em seus escritos instrumentos sociais, políticos, econômicos importantes para a análise da realidade nacional e latino-americana, sobretudo, entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX.

A escritura deste texto se deu nos moldes de uma arqueologia sobre a sua obra, entendida essa no sentido de Foucault¹, acompanhando o movimento de publicações, comentadores, no profícuo deslocamento entre discursos e práticas, saberes e enunciados discursivos. Manoel Bomfim construiu um discurso, cuja interrogação e interpretação é uma constituição histórica. História essa, em sua natureza seletiva, de apagamentos, esquecimentos, (re)visões e (re)atualizações. Apagar ideias e silenciar sobre a existência de discursos e práticas demonstram a seletividade que marca profundamente o fazer histórico e a preservação da memória. Como assinala Le Goff²: “cabe, com efeito, aos profissionais científicos da memória, antropólogos, historiadores, jornalistas, sociólogos, fazerem da luta pela democratização da memória social um dos imperativos prioritários da sua objetividade científica”. Neste esteio, buscamos acompanhar a produção de uma memória acerca de Bomfim e sua obra, já que esta alimenta e preserva o passado para se manter “viva” no futuro.

Ao nos debruçarmos sobre a obra de Manoel Bomfim, estamos traçando também a memória coletiva, pensada essa nos termos de Halbwachs³, de sua época, para acompanhar a tessitura da sociedade brasileira. Da produção história individual de Bomfim, enfrentamos uma constelação de tantas outras memórias que não são exclusivamente dele, mas da pertença a grupos e redes de sociabilidade que construiu ao longo da vida.

1 FOUCAULT, Michel. *Arqueologia do Saber*. Tradução: Miguel Serras Pereira. Coimbra, Portugal: Edições Almedina, 2005.

2 LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Tradução: Bernardo Leitão, Irene Ferreira e Suzana Ferreira Borges. 5ª ed. Campinas: Campinas Editora da UNICAMP, 2003. p. 471.

3 HALBWACHS, Maurice. *A Memória coletiva*. Tradução: Laurent Léon Schaffter. São Paulo, Vértice/Revista dos Tribunais, 1990.



Com Halbwachs, consideramos que a memória individual da personagem, é de fato, um ponto de convergência de diferentes e múltiplas influências culturais e sociais articuladas. Já a memória coletiva evidencia o escopo de um trabalho de determinado grupo, cujas lembranças compartilhadas formam um acervo conteudístico dessa memória.

Indispensável também entender Bomfim na rede de sociabilidade, entendida esta nos termos de Sirinelli⁴, como sendo: “relações estruturadas em rede que falam de lugares mais ou menos formais de aprendizagem e de troca, de laços que se atam, de contatos e articulações fundamentais [...]” a que o autor pertenceu, seja no Brasil, seja no exterior. Nas leituras que Bomfim fez de outros pensadores e no seu olhar crítico dos problemas nacionais, compôs uma história social da realidade brasileira alicerçada, principalmente, nas paradoxais desigualdades do país em sua época.

Fazer uma leitura no presente sobre uma produção de memória que foi se formando a respeito de Manoel Bomfim e sua obra, simbolizam aqui a busca de articulação entre um fazer histórico sobre uma personagem que esteve esquecida, como salientou Aguiar⁵, mas retorna ao epicentro discursivo pela qualidade de seus textos.

Assim, debruçamo-nos em escritos de comentadores, críticos e historiadores que presentificaram ideias, atuações e fatos produzidos por Manoel Bomfim, com o objetivo de o (re)colocar no cenário atual como um intérprete importante do país, cujas análises revelam-se perspicazes e atualíssimas para desnudar “os males de origem” do Brasil, ao se fixar sobre o processo civilizador da América Latina.⁶

Segundo Bomfim, no Brasil, a herança cultural e institucional promovida pelos portugueses teria sido mais intensa devido à escravatura e à monarquia bragantina, que estabeleceu e legalizou as relações políticas e os processos de dominação social no século XIX. E o remédio para combater os males causados pelos portugueses no Brasil, seria uma reforma educacional que deveria ter prioridade, assim na visão do autor, aquela prescindia às questões políticas e econômicas. Nessa direção, Ribeiro⁷ o considerou como o fundador da antropologia do Brasil.

4 Rede essa entendia como sendo “microcosmo particular de um grupo, no qual se estabelece vínculos afetivos e se produz uma sensibilidade que se constitui marca desse grupo”. SIRINELLI, François. Os intelectuais. In: REMOND, René (Org.). *Por uma nova história política*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2003. p.38.

5 AGUIAR, Ronaldo. *O rebelde esquecido*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2000.

6 BOMFIM, Manoel. *A América Latina: males de origem*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2005.

7 RIBEIRO, Darcy. Manuel Bonfim, antropólogo. *Revista do Brasil*, n. 2, p. 8- 59, 1984.



O autor, Manoel Bomfim: instauração discursiva

Para acompanhar a obra de Manoel Bomfim, matizamos o conceito de “autor de uma obra” trazida por Foucault⁸: “individualização na história das ideias, dos conhecimentos, das literaturas, na história da filosofia também, e nas ciências” e do “parentesco da escrita com a morte”. Em um e outro aspecto, indicar a obra como uma unidade, a autoria como individualidade do autor, nem sempre é pacífico de se realizar, como assinala o autor referido, mas sim a emergência de um texto, no espaço que emerge e se dispersa no tempo que se desenrola.

O sujeito do discurso – o autor, permite caracterizá-lo e fazê-lo prevalecer, precisa se tratar de “um discurso que deve ser recebido de certa maneira e que deve, numa determinada cultura receber um certo estatuto”.⁹ Nessa direção, compreendemos que Bomfim instaurou um conjunto de enunciados discursivos que merece a prevalência pela sua contínua (re)visitação e apropriação em análise de diferentes áreas de conhecimento. Ele é um autor do seu tempo, que respondeu problemáticas de sua realidade social, cultural e política, cujos enunciados permanecem perenes na compreensão de determinado período da história.

Biógrafos de Bomfim têm tracejado linhas sobre sua origem, sua família, formação escolar e acadêmica, bem como profissionais, a exemplos de Aguiar¹⁰, Nunes¹¹, em narrativas que vinculam o autor a seu tempo, cujo legado bibliográfico que deixou tem permitido incursos sobre o seu modo de pensar, especialmente as reflexões que construiu para interpretar o país e o continente. Manoel Bomfim e sua obra, entendida tal expressão em Foucault¹²:

de que o nome do autor não transita, como o nome próprio, do interior de um discurso para o indivíduo real e exterior que o produziu, mas que, de algum modo, bordejando os textos, recortando-os, delimitando-os, tornando-lhes manifesto o seu modo de ser ou, pelo menos, caracterizando-lho. Ele manifesta a instauração de um certo conjunto de discursos no interior de uma sociedade e de uma cultura.

8 FOUCAULT, Michel. *O que é um autor?* 9 ed. Lisboa: Passagens, 2015. p. 33-34.

9 *Id.*, *Ibid.*, p. 45.

10 AGUIAR, Ronaldo. *O rebelde esquecido*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2000.

11 NUNES, Maria Thétis. Manoel Bomfim: Pioneiro de uma ideologia nacional. In: Bomfim, Manoel. *O Brasil na América: Caracterização da Formação Brasileira*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997. p. 13-25

12 FOUCAULT, *Op.*, *cit.* p. 44-45.



Esse sergipano, no nosso entendimento, assumiu um pouco mais do que autoria de seus textos, ele foi um “fundador” de discursividade¹³, especialmente em relação ao racismo científico. Bomfim¹⁴ rejeitou a concepção hegemonicamente aceita pelos sociólogos sobre a relação determinante entre as características étnicas do indivíduo e a sua posição na sociedade. E, por conseguinte, empenhava-se, por meio de suas escrituras, em desmistificar as argumentações deterministas, raciais que intencionavam manter a exclusão dos indivíduos pertencentes às raças tidas como inferiores e buscava propagar a sua concepção de educação como agente de transformação do indivíduo.

Manoel Bomfim viveu intensamente o seu tempo, ultrapassando barreiras intelectuais e ensaiando um *modus* de pensar que operava na interpretação de seu país e sua soberania no seio da América Latina. Desvelou “os males de origem” do processo de colonização desse continente em análise multifacetada e alinhada à quebra de posições cristalizadas em seu tempo, como o chamado “racismo científico”.

Sergipano, nasceu em 8 de agosto de 1868, em Aracaju e faleceu em 21 de abril de 1932, no Rio de Janeiro. Os pais de Manoel Bomfim eram de classes sociais distintas. Paulino José, seu pai, era um vaqueiro sertanejo, mameluco, analfabeto, natural de Bom Fim do Carira, na época um pequeno povoado, hoje município de Carira, localizado no sertão sergipano, a 113 Km de Aracaju¹⁵. Com pais abastados, Manoel Bomfim obteve escolaridade em nível superior em outros estados, sendo uma das aves de “arribação” como expressou Oliveira¹⁶, por ter se estabelecido fora de Sergipe, depois de galgar sua formação acadêmica. Médico, jornalista, educador, político, escritor, Bomfim assumia as características de um intelectual polígrafo, no dizer de Miceli¹⁷, atrevendo-se a percorrer diversos campos de conhecimento.

No final do século XIX, conforme Lima¹⁸, a intelectualidade sergipana estava circunscrita a um pensamento, de um lado, espiritualista, que se limitava a uma orientação filosófico-religiosa do pensamento católico reinante (catolicismo ortodoxo, ultramontano); de outro, cientificista, era atrelada ao desenvolvimento das ciências físicas e naturais, modificando

13 *ib.*, *ibid.*

14 BOMFIM, *Op.*, *cit.*

15 AGUIAR, Ronaldo. *O rebelde esquecido*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2000.

16 OLIVEIRA, Francisco. Aves de Arribação: a migração de intelectuais. *Lua Nova: Revista da Cultura e Política*, v. 2, n. 3. São Paulo, dez. 1985. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451985000400004. Acesso em: 22 jan. 2019.

17 MICELI, Sérgio. *Intelectuais à Brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

18 LIMA, Jackson da Silva. *Os estudos filosóficos em Sergipe*. Aracaju: Sociedade Editorial de Sergipe, 1995. p. 65.

“a maneira de ver e compreender os problemas do homem e do universo, sem a ingerência do dom carismático da fé católica”, que muitas vezes geravam disputas acirradas na imprensa local e nacional. Bomfim abraçou o cientificismo como orientação filosófica em muitos de seus textos.

Oitenta e sete anos se passaram desde o seu falecimento, em que a memória desse intelectual foi visibilizada, esquecida, subsumida, celebrada. É desse movimento que trata este texto, de tentar ressignificar Manoel Bomfim e sua obra, que perdura, preserva-se e contém em si os “segredos” do modo de seu tempo, mas também se abre para possibilidades efetivas de interpretações atemporais, reatualizadas de nossa realidade, ultrapassando os limites geopolíticos do país, abrangendo o continente sul-americano, pensado na formação do povo e nos processos de colonização e de dominação dos europeus.

28



Garimpagem de biógrafos e comentadores de Manoel Bomfim

Aguiar¹⁹ destacou que, ao verificar a dificuldade de catalogar autores brasileiros, cujas obras ele acredita constituírem “a base, o corpo e a alma do pensamento social brasileiro”, concluiu que essa omissão tem sido sistemática e independe da qualidade das obras escritas ou do que fizeram seus autores em vida e o quanto contribuíram para ampliar a compreensão de diferentes aspectos da vida social, econômica, política e educacional do país. De fato, Manoel Bomfim escreveu muitos artigos em jornais sobre os problemas gerados pela falta de instrução da maioria da população brasileira, no entanto, muitos desapareceram dos arquivos ou estão inaproveitáveis para consulta e leitura.

A falta de conservação dos arquivos brasileiros, a ausência de uma política arquivística de preservação de fontes, tem sido problemática. Isso é algo complexo, pois envolve decisões de diferentes atores, o que é particularmente verificável em relação aos escritos de Manoel Bomfim, como corrobora Gontijo²⁰, ao acentuar que alguns de seus textos “estão dispersos em periódicos de difícil acesso”. Este fato ilustra bem que a preservação dos documentos como fonte histórica está associada a processos de relações de poder de uma determinada sociedade que descarta ou perpetua a sua memória coletiva, como salientou Sobral²¹.

19 AGUIAR, Ronaldo. *O rebelde esquecido*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2000.

20 GONTIJO, Rebeca. *Manoel Bomfim*. Coleção Educadores. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010. p. 39.

21 SOBRAL, Maria Neide. *Vitrine das Letras: o discurso jornalístico e a modernidade pedagógica em Sergipe/Brasil e Portugal*. São Cristóvão: EDUFS, 2012.

O que é preservado pela memória e materializa-se em documento-monumento, como ressalta Le Goff²², esta memória, evidentemente seletiva, por vezes circunscrita a seu lugar e seu tempo, deixa-se ficar em arquivos e outros guardiões de documentos e obra, que é descoberto e revivido, quase como um processo de nascimento do morto, para dar testemunhos, ser analisado, apreciado, criticado e referenciado em diferentes outras produções intelectuais. Assim, ocorreu com Manoel Bomfim!!! Silenciado, esquecido, apagado, subsumido, esses adjetivos indicam intencionalidades e prescrições de todo processo histórico que, na contrapartida, legítima, revitaliza, atualiza, vulgariza, referencia, até enaltece e celebra determinados intelectuais e suas obras em diferentes momentos históricos. Nesse pêndulo, cada comentador/biógrafo faz sua apreciação, esquarteja sua obra e a põe em determinado enquadramento para assinalar hipóteses, explicitar justificativas e apanhar uma linha de pensamento, uma autoria.

Isso se torna evidente quando, décadas depois do falecimento de Manoel Bomfim, Chacon (1965), ao apresentar suas análises sobre autores associados às ideias socialistas, fez a seguinte indagação: “Por que não se fala *neste* Manuel Bonfim???” (sic). Com efeito, naquele momento, trinta e três anos após a morte de Manoel Bomfim, sua produção intelectual estava completamente ausente do cenário nacional brasileiro. Como resposta à sua indagação, Chacon²³ colocou que Bomfim teria sido silenciado devido à ameaça que suas ideias representavam às classes dominantes do país:

O filisteísmo reacionário, e seu irmão, o filisteísmo pseudo-revolucionário, fazem questão em escondê-lo; até o negam, em público, por medo que ele seja assim descoberto. Muito mais eficiente é o silêncio, que caiu sobre sua pessoa e sua mensagem, desde quando notaram ser ela perigosa para os bem-pensantes.

Seriam as ideias bomfimnianas uma ameaça ao seu tempo? Seriam tão avançadas, em sua época, que mereceu o silêncio, como destacou Nunes?²⁴:

Pouco conhecido é esse escritor sergipano. Todavia, raras obras foram escritas, no Brasil, que apresentassem tão nítido conhecimento de nossa realidade e um nacionalismo mais acentuado quanto a sua. Não sabemos o porquê do silêncio

22 LE GOFF, *Op., cit.* p. p. 471.

23 CHACON, Yamireh. *Histórias das ideias socialistas no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1965. p. 359.

24 NUNES, Maria Thétis. *Silvio Romero e Manoel Bomfim: Pioneiros de uma ideologia nacional*. Aracaju: Editora UFS, 1976. p. 23.

que a envolveu. Talvez o justifiquem o estilo um tanto cansativo pela prolixidade dos seus escritos, ou mesmo porque não fosse conveniente a divulgação de idéias tão avançadas para a época.

Na visão de Reis:²⁵ “Bomfim é um intérprete excepcional do Brasil, mas prolixo, repetitivo, redundante; suas obras são enormes, desanimadoras para o grande público”. Seria essa a razão que desestimulou a leitura, cujo “pecado” encontra-se na construção textual de sua obra, mesmo reconhecendo sua excepcionalidade na interpretação de seu país, de seu continente?

Segundo Alves Filho²⁶, o “ostracismo” do autor teria sido em razão de suas críticas à colonização portuguesa no Brasil, ao seu antilusitanismo.

Souto Maior²⁷ também questionou e apresentou a sua percepção sobre o esquecimento de Bomfim:

Indagaríamos como foi possível surgir um pensador do quilate e expressão de Manoel Bomfim num tempo em que ainda não existiam movimentos culturais ou partidos revolucionários que defendessem, em nosso país, posições ideológicas tão avançadas. E o mais intrigante e misterioso: por que a nação desconhece sua contribuição pioneira ao estudo e discussão das soluções dos problemas nacionais? É fácil explicar: numa sociedade de classe e racista como a existente no Brasil, a ideologia dominante não tem interesse em divulgar ou memorizar ações políticas, fatos históricos ou obras culturais que se contrapõem aos objetos hegemônicos.

Sussekind e Ventura²⁸ registraram como estranha a pouca relevância de um autor tão enigmático quanto Manoel Bomfim.

Personagem enigmático, Bomfim era capaz de provocar querelas com Sílvio Romero e Rui Barbosa e de recusar uma possível indicação para a Academia Brasileira de Letras,

25 REIS, José Carlos. *Civilização brasileira e otimismo revolucionário (ingênuo): Manoel Bomfim e o sonho da República soberana e democrática*. In: REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil: de Calmon a Bomfim: a favor do Brasil: direita ou esquerda?* Rio de Janeiro: FGV, 2015. p.185.

26 ALVES FILHO, Aluizio. *Manoel Bomfim: combate ao racismo, educação popular e democracia racial*. 2º ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

27 SOUTO, Maior. *Introdução ao pensamento de Manoel Bomfim: o discurso da modernidade no alvorecer do século XX*. São Paulo: Centro de Publicações do Instituto Mário Alves de estudos Políticos, 1993. p. 18.

28 SUSSEKIND, Flora; VENTURA, Roberto. *História e dependência: cultura e sociedade em Manoel Bomfim*. São Paulo: Moderna, 1984. p. 3.

tão cobiçada naquele tempo. Chega a ser estranho que um intelectual tão polêmico à sua época fosse relegado a uma posição de pouco destaque nos anos que se seguiram à sua morte.

Manoel Bomfim se contrapôs a intelectuais já qualificados no cenário cultural brasileiro, recusando, inclusive o fardalhão da academia como estandarte de seu valor e do seu reconhecimento, o que certamente, provoca estranhamento aqueles que, entre outras atribuições, também dão vez e voz aos seus pares.

Precisamente treze anos depois, em 1997, na apresentação do livro *O Brasil na América*, de Manoel Bomfim, Nunes²⁹ citando o trecho de Sussekind e Ventura supracitado, reiterou a sua posição quanto à questão:

Realmente, poucos hoje conhecem este escritor sergipano. Mas, no Brasil, poucas obras foram escritas apresentando tão lúcidas compreensão e interpretação da realidade nacional e impregnadas de autêntico nacionalismo quanto a sua. Não sabemos explicar o porquê do silêncio que a envolveu. Talvez não fosse conveniente às elites dirigentes a divulgação de idéias tão avançadas para a época.

Levando em consideração a frequência que seu nome apareceu na imprensa da época, pode-se inferir que ele foi um intelectual que obteve muita visibilidade durante o tempo em que viveu. Seu nome, na maioria das vezes, destacado como diretor do *Pedagogium*, estava, constantemente, nas páginas dos jornais do Rio de Janeiro daquele período histórico, que noticiavam suas participações como palestrante em eventos culturais, em jantares, em inaugurações, em formaturas, em cerimônias fúnebres, em anúncios de formaturas, em casamentos, festas de clubes, eventos educativos e em reuniões políticas com o prefeito do Distrito Federal, com deputados, senadores e, até mesmo, com o presidente da república, além de anúncios publicitários dos lançamentos dos seus livros.

Também encontramos, em diversas edições de diferentes jornais, referências ao seu nome em listas de passageiros dos “paquetes” que estavam viajando a outros estados brasileiros, ora indo, ora retornando da Europa. Segue um recorte do Jornal do Commercio do Rio de Janeiro do dia 10 de julho de 1909, anunciando uma dessas viagens.

29 NUNES, Maria Thétis. Manoel Bomfim: Pioneiro de uma ideologia nacional. In: Bomfim, Manoel. *O Brasil na América: Caracterização da Formação Brasileira*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997. p. 13.

Em companhia de sua esposa, partiu ontem para a Europa, a bordo do *Atlantique*, o Sr. Dr. (sic) Manoel Bomfim, Diretor do *Pedagogium*. O seu embarque, que se realizou às 3 horas da tarde, no cais *Phareux*, foi muito concorrido.³⁰

A morte de sua mãe foi divulgada na edição do *Jornal O Paiz*³¹, do dia 7 de abril de 1911, período em que ele estava na Europa, a serviço da prefeitura do Rio de Janeiro.

Em avançada idade e após cruéis padecimentos, faleceu em Aracajú, a 20 do mez findo, a virtuosa matrona D. Maria Joaquina do Bomfim, mãe do Dr. Manoel Bomfim, ex-director da instrução pública, e actualmente na Europa, em comissão do governo municipal.



Estas publicações indicam o quanto Manoel Bomfim era conhecido e prestigiado no país durante a época em que viveu, principalmente no Rio de Janeiro, onde residia e exercia suas atividades profissionais. Porém, equivocadamente, Skidmore³² analisando as posições de rejeição do determinismo racial de Manoel Bomfim e Alberto Torres, afirmou que estes “não tiveram grande sucesso na sua época, o que é prova de que a elite não estava preparada para romper com as premissas estabelecidas”.

No caso do autor Manoel Bomfim, suas ideias antirracistas eram divulgadas na imprensa, vale salientar que os lançamentos dos seus livros eram bastante anunciados nos jornais e recebiam muitos elogios e críticas dos leitores, sobretudo dos intelectuais. Nesse sentido, compreendemos “sucesso” como ampla propagação das concepções do autor em nível nacional, e as repercussões que suscitaram.

Contudo, apesar da visibilidade que teve durante o tempo em que desempenhou sua vida profissional, houve um hiato temporal durante o qual a obra de Manoel Bomfim ficou subsumida do cenário nacional, desde o período compreendido entre os anos seguintes após a sua morte e o final dos anos noventa do século passado; seu nome sequer foi citado em duas antologias concernentes aos pensadores brasileiros de relevo, por

30 *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, p. 4. 10/07/1909.

31 *Jornal O Paiz*. Rio de Janeiro. p. 3, 07/04/1911. Fundado, no Rio de Janeiro, em 1º de outubro de 1884, este jornal foi dirigido nos seus primeiros anos por Quintino Bocaiúva, funcionou até 1930, quando um incêndio destruiu a sua sede. Como se tratava de um noticiário que fazia oposição ao golpe de estado de Getúlio Vargas, há suspeitas de que este tenha sido criminal.

32 SKIDMORE, Thomas E. *Preto no Branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1976. p.131.

Menezes³³ e Vita³⁴. Em Sergipe, verificamos que algumas obras que tratavam de intelectuais sergipanos, como a de Telles³⁵, a exaltação ficava nos chamados bacharéis da Escola de Recife – Tobias Barreto, e, em especial, Silvio Romero.

De modo consequente, essa (des)memória coletiva em relação ao autor, tem sido recorrentemente questionada. Nessa perspectiva, focalizamos as principais hipóteses apresentadas pelos estudiosos da obra bomfimiana acerca dessa questão e também algumas considerações sobre a sua “redescoberta”.

Ele ficou subsumido e, por vezes, mencionado por alguns autores e jornalistas, ora asseverando a importância de sua obra e questionando a ausência do seu nome nas discussões do pensamento intelectual brasileiro da sua contemporaneidade, ora citando-o de forma negativa, principalmente, como exemplo de nacionalista exacerbado e lusofóbico.

Foi Carlos Maul (1887-1974)³⁶, contemporâneo de Manoel Bomfim, o pioneiro a empenhar-se a divulgar os escritos do escritor sergipano, em um momento em que a sua obra já estava sendo ofuscada. Maul³⁷ selecionou textos do autor sergipano e publicou o livro *O Brasil*³⁸, no qual escreveu uma introdução, “nota explicativa”, apresentando Manoel Bomfim, ao qual ele se referiu como “o mestre”, acentuando as suas características nacionalistas e a sua erudição.

A obra de Manuel Bomfim é uma obra profundamente brasileira. Nela o mestre, fazendo um trabalho minucioso de revisão da nossa história desde a formação colonial até aos dias presentes, procura estabelecer as bases do estudo para o conhecimento da nossa constituição em nacionalidade. E da sua leitura se conclui que, para atingirmos ao grão da civilização em que nos encontramos foi a atividade da nossa gente a que mais contribuiu através quatrocentos anos de vicissitudes em permanente conflito com a natureza e com

- 33 MENEZES, Djacir. *O Brasil no pensamento brasileiro*. 2ª ed. São Paulo: Editora: INEP/ MEC, 1957.
- 34 VITA, Luís. *Antologia no pensamento social e político no Brasil*. São Paulo: Editora: Grijabo, 1968.
- 35 Publicada pela primeira vez em 1900. TELLES, Manoel P. Oliveira. *Sergipenses*. São Cristóvão: EDUFS, 2013.
- 36 Carlos Maul, descendente de alemães, nasceu em Petrópolis em 1887 e faleceu no Rio de Janeiro em 1974, aos 84 anos. Foi jornalista, escritor e poeta; atuou como relator dos jornais “A Imprensa”, “Gazeta de notícias” e “Correio da Manhã”. Foi deputado estadual no Rio de Janeiro de 1928 a 1930 e membro da Academia Carioca de Letras.
- 37 MAUL, Carlos. Nota Explicativa. In: BOMFIM, Manoel. *O Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935. p. 7-8.
- 38 BOMFIM, Manoel. *O Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935.

o europeu. [...] Em “Brasil na América”, “Brasil na História” e “Brasil Nação”, Bomfim, em copiosa documentação de idoneidade insuspeitável, põe em relevo as virtudes do indígena e do preto, as vantagens do cruzamento que com eles fez o lusitano, para a definição das nossas características. Essa obra porém de historiador e de sociólogo, focalizando os vários aspectos da nossa vida da colônia á independência, não é para ser lida e compreendida facilmente sinão por aquelles que se habituaram á pesquisa e á especulação dos phenomenos humanos. É obra de erudito. A sua essência, entretanto, precisa ser conhecida pelo maior numero, pelo que nella se contem de sentimento de brasilidade, de valor educativo, de informação preciosa sobre o Brasil e o brasileiro desde as suas origens.

34



Apesar do intento de Maul em divulgar a obra de Bomfim, *O Brasil* suscitou polêmicas, e inclusive foi apontada, por alguns autores, como um dos elementos que contribuíram para a subvalorização da obra de Manoel Bomfim.

Aguiar³⁹ avaliou o livro como “uma coletânea mal organizada de textos de Manoel Bomfim. *O Brasil* tornou-se uma referência negativa na obra do sergipano”. Nessa mesma linha de pensamento, Sussekind e Ventura⁴⁰ ressaltaram que a seleção dos textos feita por Maul apregoava um Bomfim extremamente nacionalista:

A “Nota explicativa” redigida por Maul, já indica o critério por ele adotado na seleção e justaposição de trechos (!) de *O Brasil na América*, *O Brasil na História* e *O Brasil Nação*. Aponta a necessidade da leitura da obra de Manoel Bomfim por ser esta “profundamente brasileira” e “pelo que nela se contém de sentimentos de brasilidade, de valor educativo, de informação preciosa sobre o Brasil e o brasileiro, desde as suas origens”. É, contudo, a própria coletânea que se tornará obstáculo a esta leitura. Organizada, como salienta Maul na “Nota explicativa”, a partir destas três obras, não há, porém, no interior de *O Brasil*, qualquer referência à fonte dos trechos selecionados. O organizador impõe uma montagem retalhada de um Bomfim excessivamente nacionalista e patriota. Um Bomfim aparato de possíveis arestas, capazes de emaranhar uma perspectiva estritamente nacionalista.

39 AGUIAR, *Op., cit.* p. 514.

40 SUSSEKIND, Flora; VENTURA, Roberto. *História e dependência: cultura e sociedade em Manoel Bomfim*. São Paulo: Moderna, 1984. p. 50-51.

Ainda, segundo Sussekind e Ventura, *O Brasil* foi provavelmente o livro de Manoel Bomfim mais difundido pelo fato de fazer parte da Coleção Brasileira, e, portanto, serviu como obra de referência negativa sobre o autor. Como exemplo, os dois autores citam a comparação que Alfredo Bosi fez entre Alberto Torres, Manoel Bomfim e Oliveira Viana: “Há uma conexão mais ou menos estreita entre os seus modos de abordar o Brasil e o nacionalismo sistemático do ‘verde-amarelismo’, da ‘Anta’, do ‘integralismo’ e do próprio Estado Novo”⁴¹. De fato, fica nítida na citação de Bosi que a sua leitura de Manoel Bomfim se restringiu à coletânea organizada por Maul, que suprimiu as contundentes críticas de Manoel Bomfim à Revolução de 1930 e a sua repulsa à implementação de um sistema de governo direcionado a favorecer as classes dominantes.

Em contrapartida, Reis⁴² contestou expressamente a posição de Aguiar, de Sussekind e de Ventura, em relação à coletânea em pauta.

Discordo dessa avaliação e considero essa resistência à coletânea de Maul um “pedantismo acadêmico”, um “eruditíssimo bacharelesco”. Para mim, o fato de essa coletânea ter aproximado o pensamento de Bomfim da sociedade brasileira, permitindo-lhe a sua recepção, é muito importante. Maul popularizou Bomfim, servindo ao seu projeto pedagógico revolucionário. Há centenas de publicações do mesmo tipo com as obras de Marx. Sussekind e Ventura, e eu mesmo agora, também, estamos divulgando Bomfim.

Em relação a essa discussão, acreditamos que há coerência nos dois pontos de vista. Por um lado, de fato, ao lançar *O Brasil*, em um período no qual já não havia novas reedições dos livros de Manoel Bomfim no mercado, Maul, certamente, contribuiu para propagar a obra deste intelectual. E por se tratar de uma edição concisa dos três livros supracitados, atraiu o interesse daqueles que desejavam ter uma visão geral do pensamento de Manoel Bomfim. Entretanto, ao fazer recortes de partes isoladas dos livros de Bomfim, de forma descontextualizada, selecionando apenas aspectos se que compatibilizavam com suas próprias convicções e interesses, apresentando imprecisões conceituais referentes ao pensamento do autor Manoel Bomfim, Maul levou a uma deturpação as ideias bomfimianas. Ou seja, ele escamoteou o pensamento do intelectual sergipano, encobrendo o seu lado racional, questionador, e revolucionário, que pode ser identificado desde o seu primeiro ensaio, *A América Latina*, e, de forma mais incisiva, em *O Brasil Nação*.

41 BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. 2º ed. São Paulo, Cultrix, 1978. p. 351.

42 REIS, op., cit., p. 185.

O Brasil, em 1935, era governado por Getúlio Vargas, que havia assumido o poder em 1930, como líder da revolução que derrubou o presidente Washington Luís. Como era o Brasil naquele momento histórico? Sumariamente, poderíamos afirmar que era um país controlado por um governo com poderes ditatoriais, que se fortaleceu com o apoio de uma população, majoritariamente iletrada, e, por conseguinte, manteve-se no poder por meio de mecanismos de caráter nacionalista e populista.

Estando posicionado no campo da direita, Maul não selecionou nenhum trecho de *América Latina: males de origem* porque este apresenta um ideal de sociedade brasileira multicultural e igualitária; contém duras críticas às oligarquias agrárias, aos sociólogos, políticos, religiosos, e aos responsáveis pelo passado colonial do país. Logo, os conceitos de parasitas e parasitados, essenciais na obra bomfimniana, foram suprimidos. Em outras palavras, este ensaio foi excluído porque proporcionava dados históricos sobre as origens da opressão e exploração da América Latina, e, já naquele momento histórico, apontava a corrupção, que se estabelecia no Brasil através do processo do parasitismo social, direcionando o leitor a uma reflexão crítica da realidade do país.

Também não foram selecionados os textos de *O Brasil Nação* que criticam a forma como Vargas assumira o poder; e incentiva uma revolução das massas como forma de libertação do jugo de um sistema de governo corrupto, que não privilegiava o bem comum da maioria da população brasileira, ao contrário, só foram contemplados os textos mais nacionalistas e patriotas do escritor sergipano.

Até antes do final dos anos noventa, do século passado, geralmente, os leitores só liam Bomfim por meio de outros autores, sobretudo, na coletânea organizada por Maul⁴³ e na de Sussekind e Ventura. A revisita da obra bomfimniana só foi possível, quando a Editora Topbooks reeditou *O Brasil na América: caracterização da formação brasileira* (1997); *América Latina: males de origem* (2005), que já havia sido reeditado, em 2002, no primeiro volume da Coleção *Intérpretes do Brasil*, com um texto introdutório de Flora Sussekind, pela Editora Nova Aguilar; e *O Brasil na História: deturpação das tradições, degradação política* (2013).

O que faz um autor esquecido nas prateleiras de livrarias, bibliotecas e arquivos voltar a ser lido, pesquisado pelos estudiosos e investigadores? Destacamos aqui o artigo de Oliveira⁴⁴, *Manuel Bomfim: autor esquecido ou fora do tempo?* Neste, a autora cita o seguinte texto de José Mário

43 MAUL, Carlos. Nota Explicativa. In: BOMFIM, Manoel. *O Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935. p. 7-8.

44 OLIVEIRA, Lucia Lippi. Manoel Bomfim um autor esquecido ou fora do seu tempo? *Sociologia & Antropologia*, Rio de Janeiro, v.5, n.3, dezembro, 2015. p. 771 - 797. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sant/v5n3/2236-7527-sant-05-03-0771.pdf> Acesso em: 20 janeiro de 2019.



Pereira, editor da Topbooks, que lhe foi enviado por e-mail, em 10 de julho de 2013, no qual ele explica porque resolveu reeditar os livros de Bomfim.

A curiosidade despertada pela obra do Manoel Bomfim primeiro por um livrinho editado pela Achiamé Pensamento político no Brasil: Manoel Bomfim, um ensaísta esquecido, de Aluizio Alves Filho, e depois, trabalhando com Darcy Ribeiro, ele voltou a me falar desse com entusiasmo, sugerindo que lesse *A América Latina, males de origem*. Quando comecei a editora tratei logo de editá-lo, com prefácio do Darcy (na verdade um ensaio que ele antes publicara na *Revista do Brasil*), e orelhas assinadas pelo dr. Evaristo de Moraes Filho. Essa minha edição provocou muito interesse, dado que significou a volta do Bomfim às livrarias e ao sistema intelectual. A seguir publiquei *O Brasil nação*, e *O Brasil na América*. Agora está saindo aqui *O Brasil na história*, esgotado há mais de 70 anos. Também publiquei a biografia de Bomfim, *Manoel Bomfim, o rebelde esquecido*, de Ronaldo Conde Aguiar.

Quem e de que forma, em algum momento de seu tempo, revisitam determinada obra e determinado autor, e passa a divulgá-los? Quais os sentidos que essa obra produz para aquele(s) que se voltam para suas páginas e delas depreende apreciações, críticas, controvérsias, sentidos reatualizados?

A reedição do livro *Através do Brasil*, pela Editora Companhia das Letras, com prefácio de Lajolo⁴⁵ (2000), que foi o primeiro paradigmático brasileiro, uma inovação para a época, escrito em parceria com Olavo Bilac, editado pela primeira vez em 1910, em Paris, e que teve sessenta e seis edições, foi publicado até 1960. Desde a primeira edição deste livro, Bomfim e Bilac já ocupavam lugares importantes no cenário educacional do Rio de Janeiro e, como a maioria dos intelectuais da época, eram bastante otimistas em relação à força transformadora da educação. Como Bomfim era um estudioso da psicologia infantil, ele sabia da importância de se incentivar o sentimento cívico e o amor ao país no período da infância. Assim, a memória coletiva seria preservada.

Também vale salientarmos que uma das principais publicações de Manoel Bomfim, no campo da Psicologia, *Pensar e Dizer: Estudo do Símbolo no Pensamento e na Linguagem* foi reeditada pela Editora Casa do Psicólogo, em 2006. Esta obra faz parte da *Coleção Clássicos da Psicologia Brasileira*, que por sua vez integra o projeto *Memória da*

45 LAJOLO, Marisa. Cronologia de Manoel Bomfim. In: BILAC, Olavo; BONFIM, Manuel. *Através do Brasil: prática da língua portuguesa: narrativa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p. 37-40.

Psicologia Brasileira, que tem como meta recuperar e divulgar saberes históricos da Psicologia no Brasil. Antunes⁴⁶, na sua apresentação da obra, destacou a atualidade e a importância da reedição deste livro para o campo da Psicologia, ressaltando a originalidade das ideias do autor e a irrefutável diferença em relação ao que era hegemônico naquele período histórico.

Em nível de Sergipe, ressaltamos o seminário comemorativo aos cem anos do livro *A América Latina: males de origem*, em 2005, promovido pela Universidade Tiradentes (UNIT), que culminou com a publicação do livro *Manoel Bomfim e a América Latina: a dialética entre o passado e o presente*, publicado pela Editora Diário Oficial de Sergipe, em 2010. Neste, encontram-se textos de vários pesquisadores da obra bomfimniana, como Maria Thétis Nunes, Ronaldo Conde Aguiar, José Carlos Reis, Ricardo Sequeira Bechelli e José Maria de Oliveira Silva. Além de uma entrevista com Maria Thétis Nunes, na qual ela recordou suas experiências de infância como leitora da *Revista Tico-Tico*.

Estas publicações representaram uma resposta à negligência da historiografia oficial, e têm possibilitado recuperar a memória daquele que foi um dos principais defensores da educação popular, dos direitos da criança e da igualdade racial no país, e, assim, vem instigando pesquisadores a produzir novas pesquisas que, por meio da tecnologia digital contemporânea, estão sendo armazenadas e disponibilizadas aos estudiosos e à sociedade em geral. Assim, observa-se que vem crescendo, cada vez mais, o interesse pela obra de Manoel Bomfim em todo o país.

A “redescoberta” de Manoel Bomfim no cenário do pensamento social brasileiro deu-se, principalmente, devido às pesquisas acadêmicas realizadas, sobretudo, nos programas de pós-graduação das universidades brasileiras. Possivelmente, a necessidade de se compreender os atuais fenômenos sociais da sociedade contemporânea, à luz de ressignificações de conceitos de termos, tais como, “cultura”, “identidade”, “multiculturalismo”, “nacionalismo”, “xenofobia”, “cidadania” “preconceito”, “raça”, “nacionalismo”, “globalização”, entre outros, tenha criado espaços para se revisitar os intelectuais brasileiros da primeira metade do século XX.

Além disso, questões como, por exemplo, as cicatrizes psicológicas deixadas pela escravidão na sociedade brasileira, o silenciamento acerca das teorias raciais que foram propagadas e, de certa forma, até legitimadas pelos intelectuais e políticos brasileiros no início do século passado, levaram os pesquisadores a aprofundarem suas leituras dos autores considerados “in-

46 ANTUNES, Mitsuko Aparecida. A contemporaneidade da Obra de Manoel Bomfim (1868-1932). In: BOMFIM, Manoel. *Pensar e Dizer: Estudo do Símbolo no Pensamento e na Linguagem*, São Paulo: Cada do Psicólogo. Conselho Federal de Psicologia, 2006. p. 171.

térpretes do Brasil”. E nessas revisitações, inevitavelmente, a obra de Manoel Bomfim ressurgiu, e surpreendeu ao trazer à tona um olhar crítico da realidade brasileira, singular, dissonante da maioria dos seus contemporâneos.

Considerações finais

Compreendemos que a obra de Manoel Bomfim foi marcada por longos silêncios, intercalados por (re)visitas ou (re)descobertas, na medida em que suas interpretações e significados tanto respondem como desvelam muitos aspectos culturais, políticos, econômicos e educacionais do Brasil de seu tempo. Dos lugares que ocupou em diferentes instituições, Manoel Bomfim construiu um discurso estruturado sobre os pilares da ciência de sua época, fazendo uma leitura particular e excepcional sobre o país e o continente, sem deixar de apostar no poder da educação para a transformação e o avanço da sociedade.

Não basta ter o que dizer, nem mesmo basta o conteúdo do dito, mas certamente, Manoel Bomfim assumiu uma voz autorizada para fazer seus enunciados e marcar sua presença na História. Esquecido, apagado, subsumido, cada sentido dado a essas palavras só reforça o poder do seu dito, e sua perpetuação tem demonstrado sua vitalidade e firmeza no cenário intelectual brasileiro.

Talvez possamos recuperar aqui a noção de história de Veyne (1992), que consiste essencialmente na compreensão de que os fatos não existem isoladamente, mas, sim, como tecidos da História, de um (re) corte que o historiador tomou para si como objeto, mas cuja tessitura dada, convenientemente é feita pelo autor, que decide o que escrever, como escrever, para quem escrever, o que revelar e como revelar de cada fato. Nesse sentido, acreditamos que Manoel Bomfim tem passado ao longo desses 100 anos por vários crivos, cujas tramas enunciadoras de exaltação ou de esquecimento sempre aludem a ele como um autor peculiar, com uma discursividade própria, conforme compreende Foucault (2013).

Longos silêncios estão presentes ainda na biografia e na depuração das obras de Manoel Bomfim, da mesma forma que vários dos nossos questionamentos ao longo do texto não têm respostas, mas traduzem os anseios de entender essa personagem multifacetada e, de fato, singular no seu dito, cuja longevidade perdura e tem sido (re)apropriada por outros pesquisadores em diferentes campos do conhecimento.



Manoel Bomfim: crítica historiográfica e orientação política em *o Brasil na História*

Luiz Carlos Bento*

Manoel Bomfim historiographic criticism and political guidance in the Brazil in History

Resumo

Esse artigo busca refletir sobre a obra *o Brasil na História*, pensando os usos políticos da história denunciados por Bomfim em sua crítica a historiografia brasileira. Ao longo do texto demonstramos que em seus ensaios históricos, sobretudo em *o Brasil na História*, pensou-se um projeto de escrita da história nacional que busca colocar sob outras bases a compreensão sobre a formação nacional. Dessa forma, analisamos que seu pensamento histórico nas primeiras décadas do século XX surge como um contra discurso ao discurso histórico dominante produzido e divulgado pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Neste sentido, seus textos, sobretudo, seus ensaios históricos da década de vinte dialogam criticamente com o projeto de escrita da história do Brasil produzido pelos institutos, colocando-se como uma antítese dessa cultura historiográfica.

Palavras Chaves: Cultura Histórica, crítica historiográfica, *Brasil na História*, Manoel Bomfim.

Abstract

This article reflects on the work *Brazil in History*, thinking the political uses of the story reported by Bomfim in your criticism of brazilian historiography. In the text we demonstrated that in their historic trials, especially in the *Brazil in history*, it was thought a national history writing project that seeks to put under other bases the understanding of national training. In this way, we analyze that your historical thinking in the early decades of the 20th century is a historical speech against dominant produced and disseminated by the IHGB. In this sense, his writings, especially his essays of the twenty dialogue critically with the project of writing the history of Brazil produced by institutes, placing itself as an antithesis of this historiographical culture.

Key-Words: Historical Culture, historiographical criticism, *Brazil in History*, Manoel Bomfim.

* Professor adjunto de Teoria da História, Prática de Ensino e Pesquisa em História e Historiografia Brasileira na UFMS. Coordenador do grupo de pesquisas: Teoria da História e História da Historiografia no Brasil.



Manoel Bomfim, foi um intelectual sergipano que assim como outros de seu tempo, ingressou na Faculdade de Medicina na Bahia em 1886, mas finalizou seus estudos na capital do Império, Rio de Janeiro, em 1888. Nasceu em 1868, gozou de uma oportunidade rara e acessível a poucos homens: com certa maturidade, acompanhou os principais acontecimentos sociais e políticos que marcaram o processo de transição da Monarquia à República no Brasil. Dessa forma, o projeto nacional presente em sua obra não pode ser apartado de um amplo quadro temático que se situa entre a crítica à Monarquia, às teses raciais e o desejo de reformas modernizadoras capazes de redefinir o sentido dos projetos de identidade nacional no século XIX.

Em seus ensaios históricos a história é vista como fundamental para fazer o indivíduo conhecer o mundo moral e político em que vive. Nessa perspectiva a compreensão do presente não se produz sem uma contemplação do passado, porque o mundo moral e tudo o que o condiciona, tal como instituições, ideias e sentimentos, são resultantes de fatos e condições anteriores. Diante disso, Bomfim chega a uma reflexão que o aproxima da perspectiva de Johann Gustav Droysen (1808-1884) em relação à história, pois, para ele, assim como para o teórico alemão, os acontecimentos humanos só podem ser conhecidos quando os apreciamos em seu desenvolvimento através do tempo. É a reflexão produzida historicamente sobre os desdobramentos temporais que nos faz compreender o meio social de que fazemos parte.

O Brasil na história: deturpação das tradições, degradação política foi finalizado em setembro de 1929, mas apenas chega às livrarias, publicado pela Francisco Alves, em fevereiro de 1931. A obra compreende um total de 559 páginas e foi estruturada com algumas características bastante similares a outras obras de Bomfim. Constituído por um prefácio nominado de *Orientação* e por duas partes compostas de seis capítulos, seguidas de um apêndice voltado para o aprofundamento da temática da história da independência, essa obra dialoga claramente com a *História da Independência*, de Varnhagen, que foi terminada em 1875, mas publicada pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 1916 em meio às comemorações do Centenário da Independência.

Bomfim tem como objetivo principal nesse ensaio produzir uma criteriosa e detalhada crítica historiográfica, visando demonstrar que, entre os males que afligiam a nação brasileira, também deveria ser inserida a forma como a história estava sendo escrita, contada e ensinada. Bomfim dará continuidade a sua reflexão desenvolvida em obras anteriores, que apresentavam a existência de duas tradições em conflito ao longo do processo histórico de formação da sociedade brasileira. Essas duas tradições em conflito representavam, na leitura histórica do sergipano, o visceral antagonismo entre os anseios e interesses do povo brasileiro e as



elites dirigentes, que, segundo Bomfim, eram os legítimos representantes de uma tradição bragantina externa e alheia ao Brasil.

Nessa obra, Bomfim se propõe analisar a história entendendo-a como um discurso que se coloca como meio para se legitimar ou deturpar tradições. A análise que ele faz sobre a maneira como se escrevia a história do Brasil, tanto entre os historiadores brasileiros quanto entre os autores europeus, objetivava denunciar os usos políticos da história. Citando Karl Kautsky (1854-1938), Bomfim (1930) demonstra que a história, como registro de uma tradição, apresenta um sentido orientador, visto que reforça um sentimento de reconhecimento em relação ao passado de um povo, que serve como meio para o reconhecimento de um patrimônio histórico comum, o qual é fundamental para o fortalecimento de uma tradição nacional.

A referida frase de Karl Kautsky citada por Bomfim, sem referências específicas em relação à obra, foi extraída do livro *Terrorismo e comunismo*: “A importância prática da história está, sobretudo, em multiplicar as forças dos que sabem utilizar as experiências do passado”. Fazer citação de autores sem referências detalhadas das obras é uma característica presente na escrita de outros textos de Bomfim, mas, no caso específico dos dois últimos livros de sua trilogia historiográfica, ela pode ser atribuída às condições penosas de saúde em que o sergipano se encontrava quando as obras foram concluídas e corrigidas, pois entre 1928 e 1931, Bomfim foi submetido a quatorze cirurgias para tratamento de um câncer que o levou a óbito em abril de 1932.

Partindo do pressuposto anteriormente descrito, o intelectual sergipano vislumbra um problema, pois, em sua perspectiva, a história do Brasil escrita até aquele momento – com exceção de alguns poucos autores que o discurso histórico oficial conseguiu encobrir¹ – não fazia jus ao papel do povo brasileiro, tanto no passado quanto no presente. A história do Brasil encontrava-se deturpada, era uma história que servia aos interesses das grandes nações capitalistas e que encobria, com um nevoeiro de aparências, o que ele entendia como sendo as legítimas tradições nacionais, garantindo dessa forma o poder de uma classe dirigente interna que, desde o período colonial, havia conseguido perpetuar sua dominação.

Para Bomfim, a história de um povo deveria ser “sincera, purificada, vivaz, exata... capaz de orientar, estimular e defender o desenvolvimento nacional de que participamos, e que se torna cada vez mais consciente

1 Segundo Bomfim, os primeiros e legítimos historiadores do Brasil foram: Frei Vicente de Salvador (1567-1636) – autor de *História da América Portuguesa*, considerada por ele como a primeira e genuína história do Brasil, mas que o grande crime cometido contra a nação brasileira pelas elites portuguesas foi mantê-la desconhecida do público nacional; e o inglês Robert Southey (1774-1843), autor de *The History of Brazil*, obra traduzida para o português e publicada em seis volumes em 1862.

nas aspirações comuns”². Nesse sentido, a história tem uma função importantíssima no desenvolvimento de um povo soberano, pois, mais que qualquer instituição concreta, ela é criadora de um mundo, onde os desejos e realizações de um povo se encontram e são dados ao reconhecimento comum pela via de construções narrativas que orientam e fortalecem os sentimentos socializadores indispensáveis para a manutenção de uma nacionalidade.

Bomfim entende a tradição como uma identidade em desenvolvimento progressivo, que representa e reflete tanto o passado quanto revela o futuro. Por isso, exige-se da história conformidade em relação à tradição que descreve, para que ela não perca a sua função orientadora e torne-se apenas um “amontoado de peripécias, enfiadas em erudição caliginosa”³, tornando-se uma sombra projetada nas demais alteridades pelos enunciadores desse discurso histórico, tanto no plano nacional como internacional.

Analisando as causas que levam à deturpação das tradições nacionais, Bomfim define a história de um povo como a expressão exagerada de suas ações. Nessa perspectiva, a expansão econômica e a prosperidade política das nações europeias levaram-nas a expandir seu poder, ampliando o sentido valorativo dos seus feitos e dando-lhes uma significação e um valor muito além da realidade. Dessa forma, a glória e o prestígio histórico dos países europeus tornaram-se uma sombra para outros povos, sobretudo, para as nações neoibéricas como o Brasil.

Em sua crítica historiográfica, Bomfim percebe o sentido etnocêntrico do ideal de história universal iluminista e contesta qualquer sentido de objetividade dessa forma de pensamento, entendido por ele apenas como um sofisma, que encobre o fato de que “a história fica a serviço de quatro ou cinco civilizações especiais, que apresentam, no momento, um maior ativo de contribuições na obra da civilização geral”⁴. Nesse sentido, a hierarquização da história universal que divide o mundo em nações grandes e pequenas em relação ao progresso humano não tem nenhum sentido objetivo do ponto de vista histórico; trata-se de uma questão de ordem econômica e política, tal como podemos notar na seguinte passagem do sergipano:

Na realidade das cousas, fora impossível achar o limite justo entre os povos grandes e os pequenos, fortes e fracos. Contudo, os mais poderosos, abusando da superioridade relativa,

2 BOMFIM, M. *O Brasil na História: deturpação das tradições, degradação política*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1930 p. 38.

3 BOMFIM, *O Brasil na História.... op.cit.*, p. 38.

4 *Idem*, p. 40



desnaturam a situação, atribuem a si mesmo toda a força, e dividem as nações em grandes e pequenas⁵

Bomfim rejeita o objetivismo, pois, para ele, o ideal de neutralidade é inatingível, tendo em vista que o historiador, ao definir e analisar valores, não consegue escapar da sua condição humana, uma vez que pensa e produz com base na tradição à qual ele pertence. Dessa forma, pretender o objetivismo é, para Bomfim, pretender que o indivíduo saia de si mesmo, dispensando todo critério de julgamento, estando fora de qualquer horizonte de análise. Ao negar o objetivismo, o intelectual sergipano demonstrou ter consciência de que toda escrita é, antes de tudo, uma opção política, e quem escreve não o faz com neutralidade e isenção, mas de um lugar de fala que ele tem de reconhecer e explicitar.

Bomfim não entendia que a objetividade de suas afirmações fosse decorrente de uma posição de imparcialidade perante os fatos sociais; para ele, tal prerrogativa era impossível. Dessa forma, ele busca romper com o paradigma do discurso cientificista, assumindo que suas vontades e interesses pessoais eram o motor de suas análises. Pensando o saber histórico com base nessa perspectiva, ele entendia que a objetividade do cientista estaria ligada aos interesses sociais que direcionavam sua pesquisa. Nesse sentido, a identificação de tais interesses era fundamental para que fosse possível situar o pesquisador em relação a seu objeto de pesquisa e, a partir dessa identificação, tornar-se-ia possível compreendermos as verdades ditas ou omitidas.

Bomfim acreditava que toda nação tem a sua identidade definida pela tradição da qual se originou e, por isso, caberia ao historiador cultivar e defender a história nacional, entendida como um arquivo de experiências com base no qual a confiança no desenvolvimento nacional se afirma por meio da consciência legada por essa mesma tradição. Dessa forma, o passado é apropriado como fonte de orientação, subsistindo “como influxo em cada um de nós, multiplica[ndo]-se em efeitos que premem o presente em vez de retê-lo, e o conduzem tanto mais eficazmente quanto melhor compreendemos o seu lineamento e o traduzimos em orientação”⁶.

Pesquisas que se dedicaram à obra *O Brasil na história* como objeto central de suas análises, como as produzidas por Rebeca Gontijo (2001)⁷

5 *Idem*, p. 40

6 *Idem*, p. 43.

7 GONTIJO, R. *Manoel Bomfim (1868-1952) e o “Brasil na História”*. 2001. 207p. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói-RJ, em 2001.

e Marina Rodrigues Tonon (2014)⁸, já chamavam a atenção para o fato de que as reflexões de Bomfim sobre a história produzida no final da década de 1920 evidenciam sua forte preocupação com a escrita da história e sua consequência para a construção da identidade brasileira. Dessa forma, sua reflexão historiográfica transita entre os limites temporais de domínio de dois modelos de escrita da história comumente identificadas como *clássica* e *moderna*, igualmente presentes na historiografia do período. Esse olhar para o texto de Bomfim, como um registro histórico da tensão entre dois modelos de escrita da história, permite-nos problematizar a complexidade do processo de constituição do campo das ciências humanas no Brasil em um momento em que a busca pela construção de um discurso científico objetivo convivia diretamente com as demandas por uma atuação política e social por parte dos intelectuais que não podiam se esquivar em discutir a questão nacional.

Em suas reflexões historiográficas, Bomfim toca em questões pontuais para a escrita da história no período (objetividade/subjetividade), sem ter de se sujeitar a cumprir as regras impostas pelos lugares tradicionais de legitimação das práticas associadas à produção histórica; antes, buscava valorizar e desenvolver uma reflexão que assumisse o seu nacionalismo e que fosse capaz de dar visibilidade aqueles que ele entendia como sendo os verdadeiros protagonistas da formação nacional. Por isso, em sua perspectiva analítica, deixar para trás a quimera do objetivismo e assumir os interesses morais era fundamental para que a historiografia brasileira pudesse cumprir o seu papel como instância fundamental para constituição de uma legítima consciência histórica nacional.

Como é perceptível na reflexão anterior, o sergipano não entendia a paixão como um entrave para a verdade, muito pelo contrário; ele enxergava nela uma força propulsora da vontade que controlava e guiava os interesses. Em *O Brasil na história*, Bomfim cita Theodor Mommsen (1817-1903) para enfatizar que “não é a razão; é a paixão que faz a história, porque é a paixão que trabalha pelo futuro”⁹. Com isso, fica explicitado seu interesse em estudar as implicações positivas ou negativas para a escrita da história com base na dupla exigência de neutralidade científica e comprometimento intelectual, tendo como foco de seu estudo a produção de uma reflexão geral sobre o lugar dos interesses e das paixões no discurso científico de sua época, pois, segundo sua interpretação histórica, a busca de uma pretensa objetividade que levava à negação ou, ainda pior, à ocultação dos interesses seriam os responsáveis pela deturpação da história brasileira.

8 TONON, M. R. *Reinventando o Brasil: Manoel Bomfim e a crítica historiográfica brasileira*. 2014. 169f. Dissertação (Mestrado em História) Programa de Mestrado em História e Sociedade, Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista (Unesp), Assis, 2014.

9 *Idem*, p. 56.

O conhecimento do homem é visto em sua obra como um elemento fundamental para o êxito dos indivíduos e também da sociedade. Tal necessidade impeliria, segundo o intelectual sergipano, os indivíduos a buscarem na história o indicativo dos valores humanos de cada sociedade. Nesse mesmo sentido, ele chamava a atenção, porém, para o egocentrismo registrado na história, atitude que, segundo ele, faz com que cada grupo humano que tenha alcançado grande êxito econômico e político, compreenda a civilização como atributo de suas próprias ações. Bomfim, numa clara crítica à visão de história universal de Hegel, pondera que os discursos históricos, ao hierarquizar as contribuições dos indivíduos e dos grupos nacionais, encobrem ou ignoram a alteridade de outros povos. Na interpretação historiográfica do intelectual sergipano, a “deturpação se faz para proveito dos que já têm grandeza histórica, em detrimento dos menores, para maior afronta dos vencidos e dominados”¹⁰.

Ao constatar que a história é um discurso que atende aos interesses daqueles que a escrevem, Bomfim afirma que cada povo deve produzir e defender sua própria história, num esforço que seja equivalente ao do discurso histórico europeu. Citando representantes dessa historiografia, como Thomas Carlyle (1795-1881) e Karl Kaustky (1854-1938), Bomfim afirma que, no fundo, não há história verdadeira e que a falsidade da história é tão velha quanto a própria história.

No quinto tópico do primeiro capítulo de sua obra *o Brasil na história*, intitulado *Valores esquecidos para serem sonogados*, Bomfim busca demonstrar que os historiadores da França e da Inglaterra não deram o devido valor histórico para a atividade comercial das cidades italianas e hanseáticas ao longo do período do Renascimento, embora tenha sido em torno da expansão dessas atividades comerciais, a partir do contato com o mundo árabe, que se constituía o núcleo social que impulsionou a atividade econômica das nações modernas. Bomfim conclui, assim, que a história universal nega o protagonismo histórico a seus verdadeiros atores em detrimento da tradição inglesa e francesa, que assumem o protagonismo político e econômico no presente transportando essa hegemonia anacronicamente para o passado.

Rejeitando a visão europeia da história, Bomfim se propõe a negar esse discurso visto de fora, a fim de construir uma leitura da história nacional capaz de dar visibilidade ao povo brasileiro, por meio da apresentação de seus feitos ao longo do processo de ocupação do território, argumentando que, “na verificação das falsidades e distorções históricas, adquire-se a liberdade de espírito, como é preciso, para elevar o julgamento por sobre preconceitos, e estimar das histórias contadas, o que merece estima e

apreço”¹¹. Nessa perspectiva, caberia ao historiador brasileiro, em caráter de urgência, desprezar os critérios claramente ideológicos das grandes tradições, aceitos no Brasil como critérios universais e objetivos, e afirmar o valor de sua própria tradição nacional.

Analisando o que ele intitulou de “deturpações e insuficiências da história do Brasil”¹², identificou duas influências que considera preponderante para o processo de deturpação da historiografia brasileira: a influência do positivismo comtiano, e a ação pretensamente imparcial de historiadores brasileiros, classificados como “antinacionalistas” ou simplesmente *historiadores para o trono*. Em 1905, no primeiro capítulo de *América Latina: males de origem*, ao analisar a imagem corrente na Europa em relação aos países latino-americanos, Bomfim critica diretamente a *História da civilização*, de Charles Signobos (1854-1942), que, segundo ele, apresenta tudo o que se tem a dizer sobre a história do Brasil em pouco mais de trinta linhas. Ao se referir a essa obra, Bomfim não contém sua ironia, ao apontar que, se já não bastasse a quase ausência de referências ao Brasil, em poucas linhas, era possível notar erros históricos gritantes. Vejamos o que diz, com suas próprias palavras, o sergipano a esse respeito:

Um exemplo típico é o dessas trinta e poucas linhas, que se leem na *História da civilização* de Signobos, e que representam tudo que ele julgou necessário dizer sobre o Brasil. Elas são feitas de afirmações como esta: “os paulistas formavam no século XVIII um povo independente... O Brasil tornou-se um estado independente, mas sem perturbações. O regente irmão do rei de Portugal tomou o título de imperador do Brasil em 1826”. É completo, não é?... Note-se que este Signobos é figura proeminente no ensino superior em Paris, professor entre professores, consultor universal sobre história contemporânea e civilizações modernas, distribuindo diariamente lições à direita e à esquerda¹³.

Bomfim tornou-se um crítico voraz da historiografia francesa de sua época. Em *O Brasil na história*, o autor irá ampliar e radicalizar essa crítica em torno do que ele entendia como a *deficiência de critério histórico* e a *falta de plasticidade* da historiografia francesa, considerando-a pela ausência de rigor científico, uma vez que apresentavam um reduzido critério de observação e desenvolviam, em decorrência disso, pouca noção da realidade histórica, sobretudo, em relação aos países da América Lati-

11 *Idem*, p. 50.

12 *Idem*, p. 50.

13 BOMFIM, M. *A América Latina: males de origem*. 3. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1993, p. 45.

na. Como salientou Rebeca Gontijo (2001), ao se posicionar criticamente em relação a um discurso oficial da história caracterizada por ficar “presa à enunciação de fatos e datas”, o que reduzia a história a uma crônica de natureza política ou militar, Manoel Bomfim irá produzir um procedimento próprio de crítica historiográfica que lhe possibilitará constituir uma tipologia para caracterizar os bons e os maus historiadores. Como demonstra a autora, “essa construção implicava em ressaltar certos aspectos do historiador-alvo, omitindo outros tantos, de modo a elaborar uma imagem suficientemente ilustrativa, ou exemplar para sua argumentação”¹⁴.

Partindo desse procedimento, ele criticou desde autores desconhecidos até nomes consagrados da historiografia francesa, buscando, com base em erros de interpretação ou equívocos pontuais de avaliação, desqualificar toda a obra para evidenciar as fragilidades de toda a matriz do pensamento histórico francês que influenciara diretamente a produção histórica brasileira. Dessa forma, seu objetivo declarado era rejeitar o modelo historiográfico predominante na historiografia oitocentista, tendo Francisco Adolfo Varnhagen como seu principal alvo.

Com base nesse viés, ele fez críticas pontuais a trabalhos de autores menos renomados, como a *L'Exotisme Americain*, de Gilbert Chinard (1881-1972), da Brown University, a *Historie de l'Expansion Coloniales des Peuples Europeans*, de C. de Lannoy e H. Van-der Linder, e também a alguns aspectos da obra *A terra e a evolução humana*, de um autor renomado e amplamente conhecido nas ciências humanas ocidentais, como Lucien Febvre (1878-1956). Conforme salientado anteriormente, o procedimento crítico de Bomfim consiste em encontrar erros, grosseiros ou pontuais, ou até mesmo critérios divergentes de interpretação e, partindo deles, fazer uma crítica generalizada a toda a obra.

Sua antipatia em relação à historiografia francesa justifica-se pela negação que ele faz do positivismo como doutrina histórica. Para Bomfim, ao contrário do que ensaja o nome, “nada menos positivo do que essa construção, onde se prende a evolução do espírito humano à celebre lei dos três estados, onde se faz da ordem condição essencial à mesma evolução”¹⁵. Segundo o autor, a noção escatológica de progresso para Comte (1798-1857) era ambígua, uma vez que o progresso deixaria de ser progresso e se tornaria estagnação, visto que não se poderia ir mais longe do que aquilo que ele definiu como estado último da humanidade, uma espécie de fim pré-concebido da história. A influência positivista é considerada por ele como conceitos exógenos que não contribuíam para a compreensão das especificidades da formação brasileiras, além de reproduzirem uma

14 GONTIJO, R. *Manoel Bomfim (1868-1932) e o “Brasil na História”*. 2001. 207p. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói-RJ, em 2001, p. 116.

15 BOMFIM, *O Brasil na História... op.cit.*, p. 64.

visão pessimista sobre a história do Brasil uma pseudociência que ele chamou de “sociologia para brancos”¹⁶, que nada contribuía para o entendimento dos problemas brasileiros.

Para Bomfim, a consagração historiográfica e política do positivismo comtiano consagrou uma corrente de historiadores que analisaram o passado brasileiro orientados por uma teoria cujo criador era totalmente alheio às condições de nossa formação social. Ideias incompatíveis com as especificidades da formação histórica brasileira que, segundo ele, não se adequavam aos conceitos estanques e à doutrina pré-formatada do positivismo:

O positivismo não conhecia o índio: nada sabia do quanto elle serviu para a nação que aqui se fez, e, por isso não temos consagração oficial da raça, que se parece desaparecida quasi toda, é que foi absorvida nas gentes brasileiras, que se bem caracterizam nessa caboclada persistente dos nossos campos¹⁷

50



Considerando os enunciados expostos, podemos notar que a superação da influência positivista era vista, por Bomfim, como fundamental para que os historiadores brasileiros conseguissem superar essa influência externa que, segundo ele, produzia maus resultados e distorções sobre a tradição nacional. Para o intelectual sergipano, a história consagradora de batalhas, reis e altos membros da nobreza teria sido feita desprezando aqueles que verdadeiramente teriam constituído as legítimas tradições nacionais, identificadas por ele como democráticas e republicanas.

Além dessa visão negativa em relação à influência francesa para a construção da história brasileira, Bomfim identifica causas internas da deturpação histórica, que seriam o que ele chamou de a perversão das fontes históricas – dar ênfase apenas aos elementos que atendem os interesses do pesquisador - e a produção de uma história centrada na elite, resumida a uma cronologia de fatos e nomes que reduziam a história a uma crônica de natureza política ou militar. Ao atacar os fundamentos da moderna crítica histórica, Bomfim pretendia descaracterizar a legitimidade da obra de Varnhagen, sustentada pela abundância de fontes primárias e pelo estatuto de verdade auferido pela localização e crítica de fontes originais.

Diante dessas críticas tão contundentes em relação à influência de uma matriz de pensamento francesa na historiografia brasileira, torna-se importante compreender quais ideias ele considerava viáveis para a pro-

16 *Op. Cit.* 64

17 BOMFIM, *O Brasil na História... op.cit.*, p. 64.

dução histórica no Brasil, o que poderia indicar uma possível orientação teórica que garantisse legitimidade e respaldo para sua crítica historiográfica. Embora não seja tarefa fácil localizar alguma linha de orientação teórica no pensamento de Bomfim, especificamente nessa obra voltada para uma crítica sistemática da forma como a história do Brasil vinha sendo escrita, fica evidente, desde os seus primeiros capítulos, certa relação com o pensamento historicista alemão.

Embora a definição de historicismo seja uma questão amplamente controversa e tenha fomentado inúmeros debates nas últimas décadas, trabalhamos com uma definição que entende o historicismo como um movimento filosófico de ideias derivado diretamente do iluminismo e que busca atestar o caráter eminentemente histórico da experiência humana. Dessa forma, o historicismo pode ser visto como uma tendência para interpretar a natureza, a sociedade e o homem em constante movimento, buscando identificar neles suas mutações profundas. Segundo essa perspectiva, podemos inferir que é a história que faz o homem e não o homem que faz a história, evidenciando a importância da compreensão das experiências temporais para a produção de orientação para a vida humana.

Nesse sentido, a construção de seus argumentos de crítica, tanto em relação ao modelo de história universal quanto em relação à questão da objetividade, passa por um diálogo direto e amplamente afirmativo com pensadores alemães como Friedrich Schiller (1759-1803), Wilhelm von Leibniz (1646-1716), Johan Wolfgang von Goethe (1749-1832) e Theodor Mommsen (1817-1903), considerados por ele como “legítimos criadores, na formação do espírito humano”¹⁸. Bomfim aproxima-se, assim, de um conjunto de autores que, na esteira de uma inspiração leibniziana e de ideais românticos, formaram um movimento de oposição ao racionalismo iluminista conhecido como *Sturm Und Drang* (tempestade e impulso), que deu origem ao “historicismo romântico”. Suas características mais acentuadas seriam a mescla de uma linguagem biológica com uma linguagem histórica e a valorização da vida individual vista por múltiplos aspectos, na qual se ressaltavam a dimensão natural do vigor, do impulso e dos instintos e a dimensão social caracterizada pela busca da criatividade, liberdade e historicidade.

Nossas leituras de *O Brasil na história*, assim como estudos anteriores sobre o autor, sugerem que a visão de Bomfim sobre a história contém traços do historicismo alemão que podem ser percebidos na importância dada pelo intelectual sergipano à particularidade e à singularidade da nação brasileira, bem como na busca de reconhecimento dos indivíduos em seu mundo histórico, conferindo uma importância fundamental para a tradição como força propulsora da identidade coletiva e individual.

18 BOMFIM, *O Brasil na História... op.cit.*, p. 56.

Com base nessa noção, Bomfim produz uma reflexão sobre o sentido formador da história, reivindicando para ela uma função essencial como orientadora do agir humano rumo ao progresso. Também nesta questão reside uma influência pontual da historiografia alemã sobre o pensamento de Bomfim, pois segundo Estevão de Resende Martins (2010) “a ciência da antiguidade, que foi institucionalizada nas universidades a partir da crítica das fontes e da hermenêutica de Mommsen é profundamente marcada pela crença no progresso e pelo otimismo científico”¹⁹, temas que são recorrentes no pensamento de Bomfim.

Movido por essa preocupação didática, Bomfim apresenta e justifica o ponto central de suas reflexões sobre a história, uma vez que, se cabia à história exercer uma função crucial de orientação, partindo da organização das experiências do passado e fornecendo unidade para a tradição nacional, o passado produzido pelos intelectuais que se dedicavam à escrita da história deveria corresponder diretamente aos anseios dessa tradição. Entretanto, segundo Bomfim, esse era justamente o problema, pois o passado elegido e narrado pelos historiadores que ele chamava de oficiais não correspondia ao que Bomfim entendia como sendo a verdadeira tradição brasileira.

Como intelectual preocupado em pensar a questão nacional, Bomfim apropriou-se de algumas noções do historicismo alemão, vinculando-se a uma concepção linear de história na qual a tradição e o progresso constituem-se pontos-chave. Essas noções lhe permitiram dialogar criticamente com a cultura histórica de seu tempo, fornecendo-lhe argumentos para fazer a negação sistemática de perspectivas teóricas dominantes em seu meio, tais como o positivismo e as teorias raciais preocupadas com a formulação de leis naturais. Sua rejeição das vertentes duras do cientificismo lhe permitiu desenvolver um modelo de reflexão histórica que privilegiava a interpretação hermenêutica.

Ao aplicar o seu ecletismo hermenêutico para pensar a história, sua preocupação central era tentar resgatar as “qualidades características do povo brasileiro” e dar voz a elas, as quais, segundo sua reflexão, foram sistematicamente e conscientemente esquecidas pela historiografia. A hipótese de Bomfim apresentada no terceiro capítulo de *O Brasil na história*, intitulado *Os que fizeram a história do Brasil*, é clara, direta e pontual. Para ele, os historiadores monarquistas, tendo Varnhagen como a principal referência, no intuito de defender os interesses dos colonizadores não fizeram mais do que difamar os heroísmos nacionais, soterrando, com as suas histórias nada imparciais – legitimadoras do colonialismo - o que ele entendia como sendo os acontecimentos e sujeitos que protagonizam



19 MARTINS, E. R. *História pensada: teoria e método na historiografia europeia do século XIX*. São Paulo: Contexto, 2010, p.107.

as verdadeiras glórias da história do Brasil, cuja a revolução pernambucana seria a maior de todas.

Nessa perspectiva, seu texto trava uma disputa pelo passado nacional, elegendo outros temas que deveriam ser valorizados, tais como: os movimentos de ocupação e defesa do território nacional, como a insurreição pernambucana; a unidade política do Brasil constituída ainda no período colonial; a importância dos bandeirantes no processo de integração nacional; as lutas nativistas interpretadas como surtos de heroísmos dos brasileiros contra a dominação colonial; e, sobretudo, a revolução pernambucana de 1817 com todos os seus ecos subsequentes.

O foco central de sua crítica historiográfica em defesa de uma nação verdadeiramente livre é descaracterizar a relevância histórica da obra de Varnhagen, identificado por ele como *reacionário braganista, historiador de encomenda, velador de documentos, escarafunchador de arquivos, o menos humano dos homens, brasileiro de convenção*, produtor de uma *História da Independência* deturpadora da história do Brasil, uma vez que realçava como um fator positivo que esse evento tenha sido feito como uma simples transmissão de domínio do rei para o imperador, representando os Braganças como heróis nacionais e ressaltando, assim, a importância da continuidade da Monarquia e da tradição portuguesa como fatores cruciais para a manutenção da unidade e identidade brasileira.

Segundo Bomfim, Varnhagen teria sido o primeiro e o principal a “dar o Brasil à casa reinante. Teria valido como escarafunchador de arquivos... Esse mesmo valor, ele o perdeu, no apossar-se da história – para torná-la coisa sua e fazê-la nos interesses de sua fofa ambição”²⁰. Tal juízo de Bomfim em relação ao Visconde de Porto Seguro deve-se ao fato de que Bomfim atribui a ele a responsabilidade pela não divulgação, pelo desaparecimento e uso indevido dos originais da *História do Brasil*, de Frei Vicente de Salvador, que Varnhagen consultou em Portugal, mas cujo exemplar fora perdido, de acordo com o relato desenvolvido por Capistrano de Abreu em sua pesquisa documental como funcionário da Biblioteca Nacional, que culminou na identificação e posterior publicação da referida obra.

Para Bomfim, esses seriam fatores a se lastimar, uma vez que a vinda do aparato administrativo trazido com “os fujões de 1808”²¹, além de contribuir negativamente para os verdadeiros anseios de independência, foi responsável pela implantação de uma tradição político-administrativa que garantiu a permanência e a perpetuação no poder de uma elite identificada com as práticas do parasitismo social.

20 BOMFIM, *O Brasil na História...* op.cit., p. 125.

21 *Idem*, p. 409.

Bomfim, até pela propaganda que o IHGB vinha fazendo em torno da obra *História da Independência*, vai elegê-la como obra exemplar para rebater criticamente todas as suas teses e argumentos. Mesmo fazendo uma crítica abrangente da obra, o intelectual sergipano irá reconhecê-la como a melhor obra do Visconde de Porto Seguro, por tratar de um período relativamente pequeno e por ser bem documentada; contudo, segundo ele, a interpretação desenvolvida num tom claramente monarquista retirava da obra o seu valor histórico. Além dessa crítica, lamentou o estilo, considerado truncado, pobre e sem estética atrativa, uma característica que ele atribuiu a toda a obra de Varnhagen, tomada como um exemplo a ser negado pelos historiadores.

Para Bomfim, em *História geral do Brasil* e, posteriormente, em *História da Independência*, Varnhagen teria elaborado um modelo de pensar a história do Brasil que serviu de matriz e de inspiração para outros historiadores que ele identifica como “os sub-Varnhagen”²², “historiadores menores”, os quais engrossavam o coro dos que escreviam contra os anseios da tradição brasileira, entendida por ele como de inspiração republicana desde os primórdios de sua formação. Entre os sub-Varnhagen criticados por ele está Pereira da Silva (1817-1897), sobretudo por sua obra *História da fundação do Império do Brasil*; segundo Bomfim, a obra seguia os preceitos estabelecidos por Varnhagen e descrevia uma história repleta de “malevolências” em relação à Revolução Pernambucana de 1817, o que, na opinião do sergipano, contribuía para o fortalecimento de uma tradição antibrasileira.

De acordo com Rebeca Contijo (2001), Bomfim buscou demonstrar que, contra os desígnios da natureza americana e contra as legítimas tradições nacionais, foi construída uma história que sepultava feitos e nomes dos que realmente fizeram a história do Brasil. Dessa forma, “os historiadores teriam deturpado ou esquecido qualidades essenciais do caráter brasileiro”²³, constituindo o que, para Bomfim, seria uma “história triste”, bajuladora e antinacional, cujos principais representantes, além dos dois autores anteriormente citados, são Fernandes Pinheiro (1825-1876), Moreira de Azevedo (1832-1903), Joaquim Manoel de Macedo (1820-1882), Oliveira Lima (1867-1928) e Euclides da Cunha (1866-1909).

O seu olhar crítico em relação à historiografia brasileira, em busca de autores que representassem fatos, feitos, nomes e experiências que dessem visibilidade a aspectos da vida cotidiana do povo brasileiro, superando uma história feita de cima para baixo, privilegiando os grandes nomes “portugueses” em sua maioria, levou Bomfim a produzir uma críti-

22 *Idem*, p. 128.

23 GONTIJO, R. *Manoel Bomfim (1868-1932) e o “Brasil na História”*. 2001. 207p. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói-RJ, em 2001, p. 123.

ca direcionada ao modelo dominante da historiografia do século XIX, bem como das primeiras décadas do século XX. A exceção foi feita apenas a seus contemporâneos Capistrano de Abreu e João Ribeiro, identificados como modelos de bons historiadores e legítimos representantes das tradições nacionais, embora, segundo ele, não tivessem conseguido o reconhecimento necessário e tampouco impor suas perspectivas históricas de forma a suplantarem a matriz-Varnhagen da historiografia.

Considerações finais.

Com base no anteriormente exposto entendemos que Bomfim, ao tomar como missão a tarefa de repensar a história nacional, refletindo sobre o conhecimento histórico do passado como um saber fundamental para a constituição da personalidade humana contribuiu diretamente para o processo de ampliação dos objetivos e das práticas que permeavam a escrita da história do Brasil nas primeiras décadas do século XX. Ainda que não a tenha tomado como ofício, nem assumido a integralidade das práticas e procedimentos de erudição, crítica documental e imparcialidade que afeiriam legitimidade para o saber histórico em seu tempo, seu esforço de elaboração de uma crítica historiográfica, seguida pela proposição de uma nova síntese histórica da história do Brasil em oposição ao modelo fornecido pela historiografia oitocentista, permitem-nos identificá-lo como um dos singulares seguidores de *Clio*.

Dessa forma, entendemos que a produção ensaística de Bomfim buscou responder a uma demanda social de produzir uma história do Brasil que fosse capaz de dar visibilidade a um novo projeto de identidade nacional; isso porque os modelos de orientação legados pela tradição imperial não atendiam mais às demandas por representação histórica daquele presente, visto que o paradigma fornecido pelo IHGB não era suficiente para incorporar as demandas dos novos sujeitos históricos que emergiam da crise do sistema escravista e do regime monárquico.

Nesse contexto, em que o sentido fornecido pela história do Brasil produzida pela tradição imperial passava a ser questionado, surgiram dois movimentos distintos de resposta a essa crise de sentido histórico que passavam por sua afirmação ou negação: havia aqueles que postergavam a escrita de uma nova síntese histórica da história do Brasil ao futuro, e os ensaístas, que acreditavam que o momento de recontá-la era o presente. Diante dessas circunstâncias, historiadores como Capistrano de Abreu, preocupados com as exigências da erudição histórica – que exigia uma preocupação norteadora com o método e com os exercícios de levantamento, seleção e crítica documental, o que levava para o detalhe, para a minúcia monográfica e para a empiria, inviabilizando a elaboração de uma



síntese histórica – delegavam essa tarefa para os historiadores do futuro, pois, acreditavam que ainda não era possível a elaboração dessa síntese interpretativa da história nacional.

Já os autores ensaístas, dos quais Bomfim é o que nos interessa diretamente, acreditavam que o momento era aquele e, por isso, transgrediam práticas e procedimentos que eram definidores da escrita da história no período no intuito de elaborar novas matrizes de interpretação da história nacional. Estas eram fundadas em outras preocupações e davam vozes a outros sujeitos que não eram ouvidos pela historiografia produzida sob a influência da tradição imperial; nesse movimento de ampliação de horizontes para a escrita da história sinalizado pelos autores ensaístas, os próprios pressupostos definidores do saber histórico passaram por um processo de atualização.

As exigências de produção de uma nova síntese do passado nacional que tencionava a cultura histórica brasileira desde o século XIX culminou nas primeiras décadas do século XX numa ampliação das preocupações com a escrita da história que, gradativamente, foi produzindo uma reaproximação conciliadora com um modelo de representação histórica que, tal como demonstrou Francisco Gouvea de Sousa (2012), não dialogava com o mundo da rua, das pessoas comuns, mas instituiu molduras conceituais que condicionavam o entendimento dos anseios populares como ruídos, cerceando a possibilidade de fala daqueles que estavam excluídos dos círculos íntimos do poder, reforçando o personalismo como uma marca quase que indelével da sociedade brasileira.

Dessa forma, entendemos que Bomfim irá sinalizar para a importância da compreensão da tradição histórica nacional como elemento fundamental à consolidação da identidade de uma nação livre, reflexão que irá direcioná-lo para a busca do entendimento do tipo de representação do passado que seria importante para tornar os brasileiros identificados com a história nacional. Nesse ponto, Bomfim desenvolverá a sua tese de que a história ensinada aos brasileiros ajudando a formar uma consciência histórica nacional encontrava-se deturpada. Quando olhamos para sua obra nessa perspectiva genealógica mais ampla, percebemos que ela ecoa projetos de elaboração de um novo sentido histórico que estava presente na cultura histórica do período, mas que a cultura historiográfica edificada sob a tradição imperial não permitia emergir, visto que essa forma de atribuir sentido ao passado colocava em risco o *status* das elites conquistado no processo de constituição do Estado Imperial.

Dessa forma, entendemos que as reflexões sobre a história elaborada por Bomfim nas primeiras décadas do século XX são fundamentais para compreendermos a diversidade das formas de pensamento que estavam em curso no Brasil nesse período. O pensamento histórico de Bomfim é eclético e dinâmico, comportando múltiplas influências retiradas de diver-



nos campos do saber de sua época. Muito embora pelo ecletismo de suas ideias possa parecer difícil situá-lo como um historiador, seu esforço em pensar a história não pode ser negligenciado como simples devaneio de um intelectual apaixonado pelo Brasil e pelo seu povo, conforme sugerem alguns intérpretes de sua obra. Seu pensamento histórico reflete questões que são fundamentais para a história da historiografia, visto que apresenta teses e perspectivas analíticas singulares incorporadas pela geração subsequente, o que, em nosso entendimento, ajuda a demarcar um lugar para Manoel Bomfim na história da historiografia brasileira.



Manoel Bomfim e os Livros Escolares: Um Projeto de Nação *Através do Brasil*

Claudefranklin Monteiro Santos*

Manoel Bomfim And School Books: A Nation Project Through Brazil

Resumo

Autor de vários livros, entre eles *América Latina, Males de Origem* (1905), Manoel Bomfim se notabilizou pela defesa da instrução pública como o aporte necessário para tirar o Brasil das primeiras décadas do século XX do atraso e resolver as disparidades sociais de toda ordem. O presente artigo procurou perscrutar o pensamento bomfiniano, por meio de uma análise discursiva, mas também histórica e cultural do livro *Através do Brasil* (1910), escrito a quatro mãos com o poeta carioca Olavo Bilac. Sucesso editorial, da referida obra pudemos depreender um dos motes centrais dos autores, notadamente de Bomfim: a convicção científica de que o problema do país não era de raça, mas de falta de instrução. Esta constatação os levou adiante num projeto de nação a partir da produção e publicação de livros escolares, que continham as linhas mestras para formar crianças, se valendo de elementos como civismo, patriotismo e da importância dada à necessidade de aprender de forma criativa e lúdica.

Palavras-chave: Manoel Bomfim. Livros Escolares. *Através do Brasil*.

Abstract

Author of several books, among them *América Latina, Males de Origem* (1905), Manoel Bomfim was noted for the defense of public education as the necessary contribution to take Brazil from the first decades of the twentieth century of the backwardness and to solve the social disparities of all order. The present article sought to examine Bomfinian thought through a discursive but also historical and cultural analysis of the book *Across Brazil* (1910), written in four hands with the Carioca poet Olavo Bilac. Editorial success, of the mentioned work, we can deduce one of the central motto of the authors, especially of Bomfim: the scientific conviction that the problem of the country was not of race, but of lack of education. This realization brought them forward in a project of nation from the production and publication of school books, which contained the guidelines to train children, using elements such as civism, patriotism and the importance given to the need to learn in a creative and playful way.

Keywords: Manoel Bomfim - School Books - *Through Brazil*

* Professor da Universidade Federal de Sergipe. Licenciado em História e Mestre em Educação pela Universidade Federal de Sergipe. Doutor em História pela Universidade Federal de Pernambuco. Pós-doutor em Cultura e Sociedade pela Universidade Federal da Bahia



Manoel Bomfim, médico sergipano, naturalizado carioca, deixou um legado para além de seu tempo. Antes de ser um lugar comum, esta assertiva se traduz nas inúmeras investidas do tempo presente feitas a sua obra, sobretudo, no campo educacional. Passados cem anos de seu nascimento, em Aracaju, no dia 08 de agosto de 1868, o Brasil segue correndo atrás de soluções para seus principais problemas, entre eles, a falta de instrução qualificada e justa, que atenda não somente os mais necessitados, mas também todo o conjunto da sociedade brasileira.

No Rio de Janeiro, nas primeiras décadas do século XX, ele teve a oportunidade de ocupar cargos importantes da instrução pública, a exemplo da Diretoria Geral da Instrução Pública do Distrito Federal. De médico de formação à educador e estudioso da vida social do país, Manoel Bomfim atuou de forma pontual no cenário das discussões sobre eugenia e nação, contrariando seus principais defensores, como o conterrâneo de Sergipe, o lagartense Sílvio Romero.

Avesso às críticas, Bomfim se concentrou na produção e publicação de vários livros, cobrindo basicamente três áreas: história, educação e sociedade. Porém, foi na instrução pública que ele mais se notabilizou, embora já tivesse sido notável com o livro *América Latina, Males de Origens* (1905)¹. No que se refere ao mercado editorial voltado para os livros escolares, ele tornou-se um *best-seller*. No conjunto dessa seara criativa, destaque para o livro *Através de o Brasil* (1910)², em parceria com poeta carioca Olavo Bilac.

A instauração da República no Brasil, em 1889, trouxe à tona o debate sobre a construção da nação brasileira, com mais intensidade e necessidade. Novo regime, novas necessidades de afirmação. Naquele contexto, nada mais eficiente, ideologicamente falando, do que mexer com a identidade, a identidade nacional. No interior desse projeto, a população, pensada a partir da sua negação seria o alvo dos discursos e das ações dos intelectuais para quem a massa inculta, indiferente, constituir-se-ia num sério empecilho ao ingresso do país na modernidade capitalista.

Para Carvalho³: “Substituir um governo e construir uma nação, esta era a tarefa que os republicanos tinham de enfrentar. Eles enfrentavam de maneira diversificada, de acordo com a visão que cada grupo republicano tinha da solução desejada”.

A montagem da nova ordem exigia o estabelecimento de um controle social competente e eficiente, a ser apropriadamente realizado pela educação. Educar para dominar. Nesse esforço, os cuidados com a infância

1 BOMFIM, Manoel. *América Latina, Males de Origem*. Rio de Janeiro: Garnier, 1905.

2 BILAC, Olavo, BOMFIM, Manoel. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1910.

3 CARVALHO, José Murilo de. Entre a Liberdade dos Antigos e a dos Modernos: a República no Brasil. *Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 32, nº 3, p. 271, 1989.



foram destacados como componente do ideal de civilização, ao mesmo tempo em que, a partir de diferentes campos científicos, buscou-se constituir também uma identidade para a criança brasileira.

Dizia Manoel Bomfim, em 1915:

[...] a educação, ao mesmo tempo em que modifica e corrige, estimula e desenvolve. Por isso, mais convem fundir as duas ideias, e considerar a educação como uma obra de apuro, que é ao mesmo tempo correção e desenvolvimento, porque, de facto, o que se procura obter da obra educativa é o apuro do indivíduo⁴.

Um panorama do início do século XX no Brasil revela um grande interesse pela atividade de impressão ou nos demais ramos de transmissão da cultura letrada. Por esse motivo, a imprensa se transformou em campo de disputas de ideias e de interesses de toda a ordem, inclusive dos interesses educacionais. Mas aqui, interessa o mercado editorial voltado para as escolas.

O livro *Através do Brasil*, uma das primeiras obras didáticas da escola republicana brasileira, conheceu dezenas de edições e atravessou a metade do século XX como livro de leitura adotado em escolas de vários lugares do país. Como já disse, é de autoria do poeta carioca Olavo Bilac (1865-1918) e do médico sergipano Manoel Bomfim (1868-1932). Juntos, eles também dividiram a autoria de dois outros livros do gênero: livros: *Livro de Composição* (1899)⁵ e *Livro de Leitura* (1901)⁶. *Através do Brasil*, nesse conjunto, é uma obra que se destaca pelo estilo narrativo, pelas representações do país e de sua gente de que é portador, assim como pelos aspectos materiais, tais como: ilustrações, número de edições, editores, longevidade.

Uma análise efetiva de qualquer impresso, sobretudo os voltados para o âmbito escolar, requer uma compreensão de sua materialidade, vendo-o como objeto cultural, fruto de ações editoriais e político-educacionais, passando por seus aspectos iconográficos e tipográficos, até a reflexão em torno de seu conteúdo ideológico e didático-pedagógico. Essa dupla visão abarca a relação da obra com as lutas inscritas no contexto de origem do livro *Através do Brasil* e considera a sua especificidade, a qual lhe teria garantido a adoção, em diversas escolas, por mais de cinco décadas.

4 BOMFIM, Manoel. *Lições de Pedagogia: teoria e prática da educação*. 3. ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1926. p. 21.

5 BILAC, Olavo, BOMFIM, Manoel. *Livro de composição para o curso complementar das escolas primárias*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1899.

6 Idem. *Livro de leitura: para o curso complementar das escolas primárias*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1901.



Ver a obra em suas múltiplas faces é um desafio para qualquer pesquisador, mais ainda para um historiador. Dos seus aspectos externos aos internos, centrando o estudo, por exemplo, na discussão levantada, mas não aprofundada, de que Manoel Bomfim teria temperado o nacionalismo ufanista de Olavo Bilac e isso teria dado à obra uma excelência e uma particularidade que a distinguiu de suas contemporâneas.

Um aspecto chama a atenção e vai ao encontro do tipo de livro escolar que o governo queria que circulasse, a exemplo do *Através do Brasil*: organização do sistema educacional como possibilidade de garantir um padrão de cultura nacional. A importância da escola estava relacionada ao projeto de consolidação do Estado.

O padrão da cultura nacional implicava na ideia de regeneração da sociedade e atenção aos infantes, sobre os quais não havia ainda, via de regra, os vícios advindos da ausência de hábitos civilizados.

A necessidade das luzes era o argumento usado para dar forma ao cidadão, regenerar a sociedade doente, improdutiva, indolente e reduzida à miséria. Ao produzir uma certa imagem ideal da Nação e do povo – saudável, disciplinado, patriota, produtivo – o discurso pedagógico enfatiza o papel da Escola como meio adequado à integração das “classes inferiores” no seu projeto.⁷

No que se refere à infância, afora o ideal de civilização, a necessidade de se criar uma identidade para a criança brasileira. E isso passava, também, pelo combate à vadiagem. O governo encarava essa realidade como um ameaça à ordem pública. A propalada regeneração da sociedade passava pela assistência ao infante, com a criação de instituições de ensino, tais como creches e jardins de infância, assumindo um papel importante na difusão dos hábitos de higiene ou da nova sociabilidade para a vida pública.

[...] A ênfase no combate à criminalidade e à “vadiagem” das crianças e jovens nas cidades, integrando um projeto mais amplo de controle social das relações de trabalho, despertou a atenção de juristas e profissionais relacionados à prevenção e repressão dos “males sociais”⁸.

7 SILVA, José Maria de O. *Da Educação à revolução: Radicalismo em Manoel Bomfim*. São Paulo, 1991. Dissertação (Mestrado em História Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. p. 21.

8 Schueler, Alessandra F. Martinez de. Crianças e escolas na passagem do Império para a República. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, vol. 19, nº 37, p. 24, set. 1999.

A preocupação com escolarização e com a organização do espaço da vida privada no Brasil são questões tardias, dado que só entram na agenda do governo apenas a partir do século XIX. Com a República, retirar a criança na rua e por numa escola tornou-se política pública e iria ao encontro do ideal de família burguesa da nova ordem social, presente no ideal de infância também: formação de seres moralizados, erradicação de hábitos nocivos à cultura letrada e civilizada, valorização dos laços afetivos e das virtudes patrióticas, a ideia de bem-estar social e prosperidade, ênfase na higienização de corpos e mentes, tornando a criança uma réplica em miniatura do adulto, castrando-lhe a liberdade e ir e vir e de brincar.

Em meio a tantas demandas do novo governo republicano, a ausência de justiça social, comida na mesa, integração do negro liberto e oportunidades de emprego, renda e escola.

Nesse ambiente de necessidades do novo governo republicano, a utilidade prática dos livros escolares, exímios portadores de valores, difusor do tão desejado projeto de nação. À guisa das assertivas de Roger Chartier, eles podem ser um poderoso instrumento para intervir e ajudar a conformar determinado modo de sociabilidade nos alunos, em convergência com outras estratégias culturais⁹.

A transmissão da cultura letrada, eis aí o moto da questão que passava pela instrução pública, por sua reorganização e pelo estabelecimento de metas civilizadoras para a sociedade, notadamente para a criança. A popularização e o acesso aos impressos tornaram-se um imperativo e o mercado editorial brasileiro, até então acanhado e a mercê da influência europeia (Laemmert e Garnier¹⁰), conheceu um boom produtivo, particularmente no campo da instrução pública.

Nesse contexto, destaque para editora brasileira *Francisco Alves*, responsável direta pela produção e circulação dos primeiros manuais escritos por professores brasileiros. Para José Brito Brocca, um notável negociante, às voltas com afagos aos autores que acorriam a sua empresa, apostando neles, literalmente, aguardando o impacto de seus trabalhos no chamado juízo do público (leitores), exercendo um tipo diferenciado de mecenato das letras, incomum para época¹¹, mas em sua maioria, bem sucedido, a exemplo do que fora o *Através do Brasil*, de Bilac e Bomfim.

9 Cf. CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990.

10 Duas casas editoras que importavam livros franceses para uma elite rica e culta. A Livraria Garnier dividia com a Laemmert (Universal) o mercado de livros, concentrando-se na publicação de literatura.

11 BROCCA, José Brito. *A Vida Literária no Brasil – 1900*. 3 ed, Rio de Janeiro: José Olympio, 1975, p. 148.



A editora *Francisco Alves* foi apenas uma representação do que havia se tornado o mercado editorial brasileiro, que conheceu crescimento com o desenvolvimento técnico e, conseqüentemente, com a profissionalização, o barateamento da produção de livros, que, por sua vez, fomentou a necessidade de expandir (leia-se comercializar) seu produto que deveria encontrar um tipo de receptor pronto para o consumo: civilizado, educado, ordeiro e próspero. Asas à leitura e ao lucro econômico e social que poderia se auferir deles.

O contexto de produção e circulação da primeira edição do *Através do Brasil* foi marcado exatamente por isso. Maria Rita de Almeida Toledo¹² aponta o ano de 1910 como sendo o momento de grande crescimento da indústria do livro no Brasil, em detrimento de outros impressos, dada, sobretudo, à necessidade de reorganizar a dinâmica da conquista e da disputa por leitores, procurando ter uma ideia do perfil do leitor daquela época. Nesse sentido, as mulheres e as crianças.

Sobre aquela chamada literatura infantil, cujo cerne e alvo eram a criança na escola, vale salientar alguns aspectos importantes para a análise do sucesso editorial e pedagógico no que se tornou o *Através do Brasil*, para além, inclusive de sua primeira edição, em 1910.

À propósito, merece destaque a afirmação de Regina Zilberma, que além de lúcida, é precisa e cirúrgica para compreender o nosso objeto de investigação: “[...] a literatura infantil transformou-se num instrumento que, aliado à pedagogia nascente, procurou converter cada menino no ente modelar e útil ao funcionamento da engrenagem social”¹³.

Destinados especificamente às séries iniciais da escolarização, os chamados “livros de leitura” e seus autores alcançaram guarida no mercado editorial a partir da segunda metade do século XIX. Vejamos a seguir algumas das primeiras investidas numa seara criativa da qual o *Através do Brasil* é parte integrante e definitivamente marcante e referencial.

Em 1868, destaque para Abílio César Borges (1824-1891), que se destacou pela inovação no campo editorial, e por apresentar um teor mais informativo do que moral, o que representou um importante salto na pedagogia brasileira, antes circunscrita à aprendizagem de leitura iniciada com abecedários manuscritos, papéis de cartório e toscas cartilhas.

Antes da parceria com Manoel Bomfim, Olavo Bilac lançou em 1909, com Coelho Neto o livro *Pátria Brasileira*¹⁴, com ênfase no aspecto nar-

12 TOLEDO, Maria Rita de Almeida. Os livros de educação e o mercado editorial dos anos 20 e 30. In: *Revista do Mestrado em Educação*. Aracaju, UFS, v. 4, p. 7-24, jan-jun, 2002. p. 09.

13 ZILBERMAN, Regina. O lugar do leitor na produção e recepção da literatura infantil. In: KHÉDE, Sônia Salomão (Org.). *Literatura infanto-juvenil: um gênero polêmico*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986, p. 18.

14 BILAC, Olavo; COELHO NETO, Henrique, Maximiliano. *Pátria Brasileira*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1909.



rativo e na história do Brasil, romanceada de forma esmerada, com forte teor ufanista.

No ano seguinte, foi a vez do *Através do Brasil*. Mantendo o aspecto narrativo e romanceado de *Pátria Brasileira*, conta a história de três meninos em viagem pelo Brasil. Preliminarmente, pode-se dizer que foi promissor na capacidade de desenvolver assuntos diversos, muitos deles necessários à instrução da criança, despertando nela lições de moral e de civismo. Sua narrativa instigante e atraente, alcançou além dos propósitos que vimos discutindo até então, coerentes com as políticas públicas da república brasileira, o gosto pela leitura no infante.

Todos eles apresentavam características comuns em sua concepção, tais como: nacionalismo, ufanismo caracterizado pela exuberância da flora e da composição geográfica do país, valorização do passado histórico heroicizado, culto ao idioma, valores morais, notadamente, cristãos e cívicos. Afora a ênfase no ensino e na aprendizagem.

A dupla Bilac e Bomfim já havia trabalho em outro projeto na seara dos livros escolares antes mesmo do *Através do Brasil*. Trata-se do *Livro de Composição* (1899)¹⁵ que além de aprovado pelos órgãos governamentais, a exemplo do Conselho Superior de Instrução, foi custeado e adotado pelo poder público em diversas escolas do Brasil. Para seu parecerista, José Rodrigues de Azevedo Pinheiro, uma obra satisfatória à necessidade urgente de literatura escolar. Com mais de duzentos e quarenta páginas, era composto por diversos textos e orientações referentes à sala de aula e o corpo humano, por exemplo. No nosso tempo, fatalmente, seria classificado como um livro multidisciplinar e porque não dizer interdisciplinar. A propósito, também o *Através do Brasil*¹⁶. Em 1901, eles voltaram a formar a parceria em mais um livro escolar: *Livro de Leitura*, que segue na mesma toada.

Antes de prosseguir na análise do *Através do Brasil*, é importante tecer algumas considerações sobre aquelas parcerias editoriais, de modo particular a de Bilac e Bomfim. Certamente, não se encontraram por acaso, mas por afinidades ideológicas, por frequentarem os mesmos ambientes, nutrirem uma certa amizade um pelo outro e cultivarem se não os mesmos sonhos, ao menos desejarem dias melhores para aquele momento da história do Brasil.

Em 1886, as irmãs Adelina Lopes Vieira e Julia Lopes de Almeida formaram uma das primeiras parcerias editoriais de que se tem notícia. Naquele ano, publicaram *Contos Infantis*, composto por 58 contos em

15 BILAC, Olavo, BOMFIM, Manoel. *Livro de composição para o curso complementar das escolas primárias*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1899.

16 Cf. Cockell, Marcela. Um Estudo de *Através do Brasil*: Prática da Língua portuguesa de Olavo Bilac e Manoel Bomfim. In: Anais do XIV CNLF (Congresso Nacional de Linguística e Filologia). Instituto de Letras da Universidade do Estado do Rio de Janeiro 23 a 27 de agosto de 2010. Disponível em http://www.filologia.org.br/xiv_cnlf/. Acesso em: 03 jan. 2019.

versos. Adelina Lopes *de* Almeida escreveu uma obra que é considerada a pioneira da poesia infantil brasileira; junto a outros intelectuais, como Francisca Júlia e Olavo Bilac, ajudou a criar um tipo de literatura brasileira para crianças.

Outra parceria que merece destaque foi a dos professores de português do Colégio Pedro II, Fausto Barreto e Carlos de Laet, autores do livro *A Antologia Nacional*¹⁷. Sua primeira edição foi de 1895. Assim com o *Através do Brasil*¹⁸, foi uma obra bastante popular e marcada pela longevidade editorial, com quarenta e três edições, até 1969. Para além de ser um manual de história literária, adverte Márcia Razzini, foi “[...] ponto de partida para as atividades das aulas de Português: leitura, recitação, estudo do vocabulário, da gramática normativa...”¹⁹, entre outros.

Ainda que a refrega intelectual fosse grande e notória naquela época, como a que tiveram os contemporâneos Sílvio Romero e Manoel Bomfim, em sua grande maioria compartilhavam as mesmas opções teóricas, pois refletiam sobre a formação da identidade nacional. O mote discursivo, inclusive de suas contradições, era a nação. Ela tornou-se uma de palavra de ordem e perpassava por todos os matizes intelectuais e ideológicos.

Manoel Bomfim chegou ao Rio de Janeiro em 1888, a fim de concluir o curso de medicina. Não tardou para inserir-se na vida social, pública e intelectual com protagonismo inquietante. Passou uma temporada em Paris no início do século XX e nos brindou em 1905 com o livro *América Latina, Males de Origem*. Em seguida, ocupou os principais cargos da seara da instrução pública, angariando inimigos, como Sílvio Romero, mas muito capital simbólico, não somente entre os pares, mas, sobretudo no campo editorial voltado para a produção de livros escolares.

Manoel Bomfim tornou-se, ao longo de sua carreira, um dos médicos mais significativos no campo educacional brasileiro, colecionando para além de obras escolares, também pedagógicas e de psicologia da educação. Afora o seu legado histórico-social.

Seu principal biógrafo, muito apropriadamente, assim se expressa a seu respeito:

(...) Manoel Bomfim dedicou a sua vida à educação, como professor, pedagogo, político e escritor. O projeto educacio-

17 BARRETO, Fausto e LAET, Carlos de. *A Antologia Nacional*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1895.

18 Entre 1910 e 1965, o livro *Através do Brasil* teve sessenta e seis edições.

19 RAZZINI, M. de P. G. *A Antologia Nacional e a ascensão do português no currículo da escola secundária brasileira*. In Anais da 26ª Reunião da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação. Disponível em www.anped.org.br/reunioes/26/.../marciadepaula-gregoriorazzini.rtf. Acessado em 03 de fevereiro de 2019.

nal de Manoel Bomfim era, sobretudo, um projeto de futuro para o Brasil. Nenhum país conquistou o “progresso”, como dizia na sua época, sem antes, ou pelo menos simultaneamente, ter conquistado a educação e o saber²⁰.

Sobre Manoel Bomfim, André Botelho dedica algumas páginas para destacar a sua dedicação ao gênero narrativo atribuindo isto às suas experiências no campo da instrução pública, no então Distrito Federal do Brasil, a cidade do Rio de Janeiro. Para Botelho, Bomfim conferiu à educação um papel social, ele foi um defensor da educação brasileira²¹.

Olavo Bilac, à época da chegada de Bomfim ao Rio, já apontava com um promissor valoroso poeta ufanista e patriótico. Em 1907 foi eleito *Príncipe dos Poetas do Brasil*, pela revista *Fon-fon*. Tornou-se um entusiasta da língua português e do serviço militar obrigatório, envolvendo em campanhas pela erradicação do analfabetismo e de estímulo à prática do escotismo pelas crianças.

Embora se saiba que o primeiro contato entre ambos vinha de longa data, 1888, Ronaldo Conde Aguiar²² atribui a um episódio que envolveu a composição do hino dedicado à Bandeira Nacional, com letra de Olavo Bilac, sugerida ao prefeito Pereira Passos em 1906. De tal sorte que os que o aproximou de fato teria sido a ideia de patriotismo que ambos nutriam na vida e em seus escritos.

E certamente este viés esteve presente em *Através do Brasil*. Bomfim, à guisa de um nacionalismo mais pé no chão, como se diria hoje. E Bilac, seguindo a pegada que o notabilizou: ufanista e cívica. O certo é que na obra, ambos se encontram para destacar as qualidades e grandezas do país, valendo-se, como já se afirmou, da narrativa lúdica e criativa, envolvendo o universo infantil.

Sobre a preocupação com a instrução do infante e a presença de crianças na obra, o trecho de um discurso de Manoel Bomfim, a seguir, colabore para a sua compreensão:

Evocai os quadros da vida infantil e reconhecereis que persiste, com a tenacidade do mal, esse espírito autoritário e dogmático, que inspirava a educação nos regimes de submissão. É contra essa resistência do passado, deformando o pre-

20 AGUIAR, Ronaldo Conde. *O Rebelde Esquecido*. Tempo, Vida e Obra de Manoel Bomfim. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.p. 502.

21 Botelho, André. Manoel Bomfim: um Percurso da Cidadania no Brasil. In: Schwarcz, Lilia Moritz, Botelho, André (Org.). *Um enigma chamado Brasil: 29 intérpretes e um país*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p. 118-131.

22 AGUIAR, Ronaldo Conde. *Op. cit.*.p. 387.



sente e comprometendo o futuro, que eu concito todo o vosso bem-querer, todo o vosso esforço. Tirânicas, dogmáticas, essas práticas educativas eram lógicas – e de um certo modo necessárias, nas épocas de tirania e de dogmatismo. Hoje são dissolventes, ilógicas, criminosas. Pensai que vivemos numa democracia, aspirando realizar um regime de liberdade e justiça. Ora, bem sabeis que o resultado último de uma tal educação é inutilizar definitivamente os homens para o exercício da liberdade, tornar impossíveis as iniciativas e dissolver as individualidades. Qual a sua essência? Considerar a criança um ser sem vontade e substituir o seu querer, o seu julgamento e a sua consciência pela vontade, discernimento e consciência do educador. A criança é um cego: menos que um cego – um autômato. [...] Fôra mesmo impropriedade chamá-los educandos. São adestrados..²³.



Em linhas gerais, se levarmos em conta a narrativa, o enredo se desvela em torno de uma jornada, que atravessa parte considerável do Brasil, numa empreitada épica envolvendo dois meninos típicos da zona urbana, Carlos (quinze anos) e Alfredo (dez anos). A história ficcional tem início no Estado de Pernambuco e seu mote será notícia de que os pais dos meninos adoecem o engenheiro Meneses, obrigando-os a irem ao seu encontro. Entretanto, os desencontros de informações fizeram com eles fossem ao Rio Grande do Sul.

Entre um extremo e outro do país, Carlos e Alfredo percorreram lugares como Recife, Palmares, Garanhuns, Piranhas, Paulo Afonso, Jatobá, Boa Vista, Juazeiro e Petrolina. Afora as cidades de Vila Nova, Serrinha, Alagoinhas, Salvador, Aracaju, Maceió, Fortaleza, São Luiz, Belém, Vitória, Rio de Janeiro, Queluz, Lavrinhas, Cruzeiro, Cachoeira, Taubaté, São Paulo, Santos, Paranaguá, Rio Grande e Pelotas. E por todos esses lugares, a narrativa seguiu rica em descrições de toda ordem, destacando aspectos históricos, sociais, econômicos e culturais do Brasil.

Como toda boa história, destaque para um coadjuvante em especial. Trata-se do jovem Juvêncio, segundo Bilac e Bofim, um mulato da zona rural, típico mestiço, que tinha entre dezesseis e dezessete anos, órfão de pai e mãe. Juvêncio é a representação de um menino-adulto, marcado por dramas familiares e que teria amadurecido com a vida, com as labutas do seu tempo e as dificuldades de seu habitat.

Sem receio de praticar um *spoiler* e chatear o leitor, adiantamos aos que ainda não conhecem a obra, que ela tem, enfim, um final feliz, com o

23 BOMFIM, Manoel. O respeito à criança. Discurso pelo Dr. M. Bomfim, Diretor Geral da Instrução Pública e Professor da Escola Normal, proferido em 27 de setembro de 1906, na solenidade da entrega de diplomas às normalistas da turma de 1905. Rio de Janeiro, mimeo, p. 14-16

reencontro do engenheiro Meneses (dado como doente e até morto), com seus filhos Carlos e Alfredo, no Estado do Rio Grande do Sul.

Como se vê, *Através do Brasil* seria para o nosso tempo mais um paradidático do que um livro didático. Compreendo aquele momento da história da educação brasileira, pode-se dizer que foi muito mais. Pois, além de cair no gosto de seus leitores por excelência, atendeu às necessidades de aprendizagem da época, para além dos normativos da língua portuguesa, por exemplo. Sem falar na sua especificidade enquanto produto cultural.

Chama a atenção a preocupação dos autores em, na escrita do livro, alcançar seus leitores, dotado de uma linguagem acessível, mas sem descuidar-se da expressão linguística, conforme salienta Antônio Dimas na seguinte passagem: “A diversidade lingüística, a sintaxe e a prosódia dialetal não têm lugar nesse livro de leitura...²⁴”. Ou ainda, nas palavras dos próprios autores: “[...] procurámos dar a estas paginas o tom singelo e a linguagem natural que mais convêm á inteligência infantil...²⁵”.

Há outros elementos no livro que também merecem um destaque, tais como a riqueza iconográfica e a nesse sentido a ideia da alfabetização pelos olhos. Sem entrar no mérito analítico de seu conteúdo ideológico, já decantando em alguns trabalhos sobre a obra, importa seu fim pedagógico para a compreensão do ideário de instrução pública que se queria transmitir a partir dela.

A discussão em torno do projeto de nação não se encerra no nacionalismo ou no patriotismo. Pelos menos é o que se pode depreender de uma leitura e análise mais acurada do livro de Bilac e Bomfim, *Através do Brasil*. Outros aspectos da obra se sobressaem e vão convergir naquele projeto, tais como: sua fórmula pedagógica, a necessidade de ensinar à criança noções gerais do conhecimento humano, o respeito à individualidade da criança, a ênfase na figura do professor, a real finalidade do uso do livro de leitura, a instrução moral, a importância da família, a valorização da sabedoria e da esperteza, a importância da amizade.

Entretanto, a ideia de nação também ganha contornos muito parecidos com outras obras do âmbito da instrução pública via livros escolares, tais como *Porque me ufano do Meu País*, de autoria de Afonso Celso (1901)²⁶, e *Contos Pátrios* (1904)²⁷, da dupla Olavo Bilac e Coelho Neto. Nesse sentido, não é incorreto dizer que o *Através do Brasil* também esteve marcado por um forte sentimento nacionalista, com algumas ressalvas que a tornou singular no quadro geral de todas elas.

24 DIMAS, Antônio. A Encruzilhada do Fim do Século. In: PIZARRO, Ana (Org.). *América Latina – Palavra, Literatura e Cultura*. São Paulo: Memorial; Campinas: Unicamp, 1994. p. 705. v. 2.

25 BILAC, Olavo e BOMFIM, Manoel. *Através do Brasil*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1910. p. XII.

26 CELSO, Afonso. *Porque me ufano do Meu País*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1901.

27 BILAC, Olavo e NETTO, Coelho. *Contos Pátrios*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1904.



Anamaria Bueno e Regina Maria Monteiro, por exemplo, afirmam em relação ao *Através do Brasil*, que seus “[...] autores congregam todos os indivíduos sob o manto das cores nacionais. Já não são mais negros, brancos ou índios, mas um indivíduo único que funde na mãe pátria”²⁸. Como pano de fundo, a exuberância da natureza, a grandeza do país, que associados aos elementos étnicos dos sujeitos dão materialidade à ideia de identidade nacional.

Terezinha Oliva, ainda no que se refere à natureza e sua relação com ideia de nação, afirma que toda discussão em torno da construção da nação traz em si a carga da herança da geografia colonial²⁹, daí a ênfase no espaço, a que se agregam elementos como a fauna e a flora exuberantes.

Para além do físico, Leonardo Arroyo destaca no *Através do Brasil* a presença dos sujeitos constituintes de uma nação: “[...] Redescobria-se o Brasil pela mágica da bela narrativa de Olavo Bilac e Manoel Bomfim, mostrando-nos não só a paisagem física do país como a paisagem humana pela criação de tipos inesquecíveis que conviviam com os pequenos leitores a que o livro se destinava³⁰”.

O livro *Através do Brasil*, de Bilac e Bomfim, não esteve longe de atender à necessidade preconizada pela República de instruir a sociedade, combater a vadiagem e o analfabetismo, assistir a criança. Seria muito exigir dele noções de cidadania? Talvez não, se levarmos em consideração os propósitos da época, ainda que uma parte considerável da população não merecesse a atenção devida.

Dos leitores de Bilac e Bomfim, por exemplo, quantos eram negros descendentes de escravos libertos da escravidão? Quantos eram filhos de pais pobres da zona rural, que não tiveram a oportunidade de alfabetização? Quem eram seus leitores? Eles faziam parte do projeto de nação?

O *Através do Brasil* também esteve inserido no processo de modernização do ensino brasileiro, verificado após a Proclamação da República, sobretudo se levarmos em conta o seu aspecto de objeto cultural, mas também de ter adotado técnicas de transposição do conteúdo até aquele momento, não aplicadas. Do ponto de vista do ensino, destaque para a valorização e implementação do ensino da História do Brasil, da língua portuguesa e da História da Literatura Nacional.

Da análise do conteúdo do *Através do Brasil* depreende-se uma série de aspectos e objetivos pedagógicos, formas de encarar a instrução

28 FREITAS, Anamaria G. B. de; MONTEIRO, Regina Maria. *O Discurso Pedagógico e a Construção da Identidade Nacional: Por Entre as Páginas de Através do Brasil*. Comunicação apresentada no Simpósio Nacional “Discurso, Identidade e Sociedade”. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 17 a 19 de maio de 2001. p. 2

29 OLIVA, Terezinha Alves de. *O Pensamento Geográfico em Manoel Bomfim*. Rio Claro/SP, 1998. Tese (Doutorado em Geografia). Instituto de Geociências e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista. p.28

30 ARROYO, Leonardo. *Literatura Infantil Brasileira*. São Paulo: Melhoramentos, 1968. p. 192.



pública e a vida social e cultural do Brasil, afora outros componentes da nação. Foi um livro de leitura para o curso primário, repleto de representações. Não ficou circunscrito a um manual complementar do saber. Dele e a partir dele a disposição para conhecer e aprender, superando a ideia de simples absorção de informações sem fins práticos. Era, sem dúvida e para tanto se propôs a sê-lo um manual de aprendizagem.

Como vimos, além de Bilac e Bomfim, outros se propuseram a colaborar com a construção de uma a ideia de nação, para um projeto de nação tendo a instrução pública seu esteio. Do ufanismo ingênuo, presente na obra de Afonso Celso, *Por que me ufano do meu País ao Através do Brasil*, ora à luz da exaltação patriótica, ora destacando as grandezas do país e a imensidão do seu território, de suas belezas naturais, de clima ameno e agradável. A dupla preferiu assumir um compromisso com um nacionalismo mais realista, certamente temperado por Manoel Bomfim, se levarmos em conta o conjunto de suas obras e de sua lucidez na explicação sobre as mazelas do Brasil e de seus condicionantes históricos e sociais.

A opção da obra por assuntos nacionais, superando a simples recopilação e recolha de contos e cantos do Brasil, como fizera Sílvio Romero e Melo Moraes Filho, Bilac e Bomfim demarcaram seu lugar no cenário intelectual e cultural da passagem do século XIX para o século XX e depois nas primeiras décadas desta, imprimindo uma escrita didática cuja narrativa marcou uma nova postura didática no país.

Talvez as considerações até então expostas ajudem a explicar a permanência do livro *Através do Brasil* no currículo das escolas brasileiras por mais de cinco décadas, reforçando a sua longevidade editorial no mercado dos livros escolares e atestam a qualidade e seus efeitos eficientes no ambiente escolar. Um livro que atravessou o tempo, sobreviveu à diversas intempéries da história do Brasil, superando inúmeras mudanças educacionais e políticas, mesmo as do Estado Novo e seu conhecido patulhamento ideológico, do qual as demais obras de Bomfim foram vítimas, sucumbindo sob os auspícios do regime militar.

Há inúmeros trabalhos sendo gestados e já publicados em torno da compreensão desse fenômeno editorial brasileiro. *Através do Brasil* segue sendo instigador de novas pesquisas. Esta obra influenciou muitas gerações de brasileiros, de intelectuais, contribuindo para firmar representações sobre o país que ainda anseia pela efetivação de um projeto de nação ou mesmo de uma nação, dado que seu projeto pareceu ser sempre um anteprojeto ou quem sabe um rascunho.

Cabe ainda salientar a importância do *Através do Brasil* enquanto documento, em que pese avaliar a sua contribuição para história do livro escolar no Brasil. Bilac e Bomfim problematizam e recriam a realidade brasileira, fazendo-a emergir em toda a sua tensão e dinamismo verifica-



dos através de mudanças evocadas e ocorridas na época. A representação do Brasil em o *Através do Brasil* quis ser uma declaração de amor ao país, infundindo na memória coletiva um sentido de compromisso na construção de uma nação moderna, progressista e harmoniosa?

É o que muitos pesquisadores e mesmo curiosos e autodidatas seguem se perguntando. Que tipo de Brasil é possível conceber da leitura e análise da obra de Bilac e Bomfim? Seu legado segue despertando a curiosidade de muitos porque aquela nação ainda não aconteceu. Seguem existindo seus problemas: desassistência da infância, ataque mordaz aos seus direitos; a persistência do analfabetismo; a queda na qualidade do ensino e da aprendizagem; políticas públicas que não dão conta de inserir as minorias no sistema educacional e quando o fazem não se leva em conta a necessidade de fazê-lo na perspectiva emancipadora.

No final de sua vida, Manoel Bomfim chegou a acreditar que se necessário era preciso recorrer a uma revolução. O projeto de nação que a República encampou, por meio de livros escolares, não chegou a termos. Bomfim inaugurou uma frente ainda em franca existência e combativa: daqueles que acreditam que somente pela educação é possível revolucionar costumes, superar e extinguir vícios, curar a nação.

Para fins de considerações finais, pode-se dizer que o livro *Através do Brasil* não foge por inteiro ao padrão dos livros voltados à exaltação da nação de sua época de produção e das subsequentes, como vimos. Um exemplo disso é a ideia de que a natureza foi o fundamento da nação. A propagação, por meio de uma obra didática, de um nacionalismo mais racional e reflexivo, capaz de encantar-se com as belezas naturais do país e com as grandezas do povo e ir além, levando o sujeito aprendiz a perceber a sua importância individual, enquanto cidadão, para a composição de uma nação talvez seja seu maior legado.



“Parasitismo e degeneração” na América Latina: os conceitos biologizantes de Manoel Bomfim

Ivan Paulo Silveira Santos*

“Parasitism and degeneration” in Latin America: the biologizing concepts of Manoel Bomfim

Resumo

A elaboração de sua visão histórico-social da América Latina, Manoel Bomfim fez através do arcabouço teórico do Evolucionismo. Assim, o autor alude às problemáticas do continente por analogias de referência biológica, aspecto característico do pensamento social da transição do século XIX para o XX. Por meio desses comparativos, Bomfim refletiu a respeito do que chamou de males de origem, ou seja, buscou compreender a América Latina. Considerou, então, que as razões do atraso da região tinham origem histórica no processo da colonização europeia, a partir do século XV. Ao chegar a este cerne da questão, Bomfim se singulariza de grande parte dos seus contemporâneos. Ao apontar soluções para aquelas questões, criticava alguns elementos de caráter racial. Assim, buscou Bomfim uma nova identidade para a América Latina.

Palavras-chave: Identidade; Evolucionismo; Manoel Bomfim.

Abstract

Manoel Bomfim through the theoretical framework of Evolutionism did his historical-social vision of Latin America. This way the author alluded to the problems of the continent through analogies of biology's reference, a very common characteristic of the social thought of that epoch: transition nineteenth to the twentieth century. Bomfim through these comparisons did think about “evils of origin” second his words and so tried to understand the elements of Latin America. Then, he considered that the reasons for the region's backwardness were of historical origin in the process of European colonization, beginning in the fifteenth century. When Bomfim made it he became different of the most of his thinkers in his epoch. Beyond it, his solutions to Latin America problems had critics to some elements of racial character. This way, Bomfim tried for a new identity to Latin America.

Keywords: Identity; Evolutionism; Manoel Bomfim.



* Graduado em História Licenciatura Plena - UFS / Mestre em Sociologia - UFS / Prof. do Ensino Básico da Rede Pública Estadual - SEDUC/SE

Introdução

O objetivo deste artigo é discutir e analisar alguns conceitos teóricos utilizados por Manoel Bomfim em sua obra inaugural: *A América Latina: males de origem*, de 1905. Esses conceitos são bem sintetizados nas expressões *parasitismo* e *degeneração*, utilizadas pelo autor. São fundamentais não só para a compreensão dessa primeira publicação de Bomfim, mas também para o entendimento do desenvolvimento do pensamento do autor, sua formação e contexto. Esse último, em especial, terá distintiva atenção neste artigo. Isso porque há uma singular ligação do autor com seu contexto na perspectiva tanto de afirmação quanto de contestação dos referenciais teóricos característicos do período. Alguns desses referenciais foram utilizados por Bomfim tanto em razão da sua formação médica quanto das tendências teóricas da sua contemporaneidade. Aqueles conceitos demonstravam claramente o objetivo que Bomfim buscava com sua análise sobre o continente latino-americano: refletir sobre as problemáticas da América Latina. O autor, a partir do que compreendia como as origens fundamentais de um vasto conjunto de questões latino-americanas, procurou criticar perspectivas analíticas preconceituosas e pseudo-científicas e propor solução. Essa perspectiva significava a propositura da construção de uma identidade para o continente latino-americano, em geral, e para o Brasil, em particular, diversa daquela que os princípios raciais determinavam.

A análise será empreendida através de uma breve, mas essencial revisão de literatura sobre a história do pensamento social, em especial, da América Latina. Revisão essa já acompanhada das reflexões entre as características daquele pensamento social e o de Manoel Bomfim. Isso a fim de estabelecer tanto as correspondências quanto as singularidades das concepções do autor em relação ao seu contexto. Para tal finalidade alguns autores e respectivas obras são fundamentais. Para uma possível compreensão da história e das características do pensamento social latino-americano, há referência de Octavio Ianni (1971) – *Sociologia da Sociologia Latino-Americana* e de Ignácio Sotelo (1975) – *Sociologia da América Latina*. Ambos autores são próximos em suas análises quanto a perspectiva de que o pensamento social, no período de Manoel Bomfim, estava basicamente preocupado em compreender as razões que explicariam a posição subalterna da América Latina. Essas reflexões eram bastante influenciadas por paradigmas teóricos europeus e/ou estadunidenses e, em geral, fortemente alicerçadas por conceitos raciais.

Semelhante ponto de vista possui Enno D. Liedke Filho (2005), em seu artigo – *A Sociologia no Brasil: história, teorias e desafios*. Além de centralizar sua análise no Brasil, Liedke F.^o (2005) se particulariza, em relação a Ianni (1971) e Sotelo (1975), por observar que havia uma preocupação



daquele pensamento social, contemporâneo de Bomfim, com a formação do Estado nacional brasileiro. Havia, então, a tenta de definir uma identidade nacional, porém a partir de uma visão preconceituosa de caráter racial. Quem segue parecida perspectiva de estudo de identidade nacional é Renato Ortiz (2006) – *Cultura brasileira e identidade nacional* – e Dante Moreira Leite (1983) – *O caráter nacional brasileiro*. Analisam os autores essa questão em relação à sociedade brasileira. O primeiro, em particular, cita Manoel Bomfim, já que concebe o autor como uma referência em tal temática. O segundo trata a questão da identidade nacional em uma perspectiva, ao centralizar o Brasil, histórica, em si, como um processo que dá origem aos nacionalismos. Esse movimento necessitava de um respaldo para criar uma imagem de como seria aquele Estado e aquela nação, ou seja, como se criaram identidades de caráter nacional.

Por fim, Lilia Moritz Schwarcz (1999), em seu texto – *Questão Racial e Etnicidade*. A autora também dá uma ótica sobre o pensamento social brasileiro, mais particularmente embasada em argumentações sobre a evolução desse pensamento social sobre a questão raça. A autora assim o faz porque entende que a questão racial é um ponto nevrálgico de compreensão da sociedade brasileira, mais ainda na transição entre os séculos XIX e XX.

O autor, seu ponto de vista e o contexto do pensamento social latino-americano

A partir dos conceitos biologizantes – *parasitismo* e *degeneração* – Manoel Bomfim traçou um espectro do conjunto das questões latino-americanas e o caráter marginal do continente em relação ao centro economicamente dinâmico do mundo na época. Nessa análise de caráter histórico-social, o autor faz associação àqueles termos da Biologia. O *parasitismo* é na condição a qual um determinado ser se beneficia de outro, provocando prejuízos no seu hospedeiro. Em situações extremas, esse prejuízo pode ser até a morte. Daí, o parasita ser, em geral, considerado como *degenerado*, que é um ente que declinou de sua condição original. A partir de tal de linha de pensamento, associando conceitos biológicos a aspectos histórico-sociais, Manoel Bomfim buscou, então, as razões do atraso latino-americano¹.

A resposta para a problemática latino-americana estaria no fato de ser um continente que passou por uma colonização altamente espoliativa europeia, que deixou marcas profundas. A colonização foi, por con-

1 AGUIAR, Ronaldo Conde. *O rebelde esquecido: tempo, vida e obra de Manoel Bomfim*. Rio de Janeiro: ANPOCS; Topbooks, 1999. Ver também ALVES FILHO, Aluízio. *Pensamento político no Brasil: Manoel Bomfim, um ensaísta esquecido*. Rio de Janeiro: Achiamé; Socii, 1979.

seguinte, o *parasitismo* praticado pelos europeus em relação às nações americanas. Já a *degeneração* foi a consequência deixada nas colônias por aquele processo. Tal processo surgiu, para Bomfim, em razão da própria evolução histórica da formação da Península Ibérica, a partir das intensas lutas contra os muçulmanos. Esse processo conferiu aos ibéricos uma tendência guerreira e aventureira. Assim sendo, segundo o autor, a maneira de ser daquelas populações ibéricas, por conseguinte, estava fortemente ligada a um conjunto intenso de conflitos, sendo esses de grande teor ideológico religioso cristão. Afinal, a chamada *Reconquista* foi uma série de Cruzadas da cristandade contra os muçulmanos. Espanhóis e portugueses teriam evoluído, desta feita, enquanto nações destemidas, sem receios aos reveses da aventura e profundamente místicos, de um arraigado cristianismo².

76

Aquele dito espírito de arrojo de portugueses e espanhóis foi posto à prova novamente com as Navegações dos séculos XV e XVI. Porém, essa odisséia em particular, permitiu aos países ibéricos acesso a uma fonte quase inesgotável de riquezas. Através da exploração de tais recursos, as nações ibéricas conduziram, durante os séculos seguintes, aquilo que Bomfim denominou de *parasitismo*. Esse fato, controversamente, segundo o autor, resultou na ruína daqueles países peninsulares. Tal qual um parasita, os conquistadores não sobreviveriam por seus próprios meios, mas da exploração de outros. Os peninsulares passaram a depender da exploração colonial. Os portugueses e espanhóis, em consequência, degeneraram para aquele ser *declinado*, já que não mais obtinham sua própria reprodução sem a espoliação de suas colônias americanas.

Para Bomfim, então, Portugal e Espanha (as nações Ibéricas), colonizadores das Américas, seriam um parasita como o "*Chondracanthus Gibbosus*"³. Uma criatura que basicamente sobrevive de sugar outros seres. Porém, em estudos mais detalhados a respeito, percebeu-se que o molusco, em si, não era um parasita, mas se tornou um. A transformação ocorrera em razão da facilidade de se obter a sobrevivência através da exploração de outros seres. Logo, o *Chondracanthus* tronou-se um parasita por um *vício*. Aspecto de característica fisiológica que indicaria, por exemplo, uma dependência química. Porém, ganha aquela interpretação mais social de um aspecto de um ser moralmente declinado, de ações fortemente questionáveis. Isso em razão de não mais buscar meios próprios de sobrevivência. Assim, o *Chondracanthus* degenerou-se em um ser inferior. Por comparação, Portugal e Espanha também degeneraram quando colonizaram a América tal qual o parasita⁴.

2 BOMFIM, Manoel. *A América Latina: males de origem*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2005.

3 BOMFIM, Manoel. Op. Cit. p. 62.

4 BOMFIM, Manoel. Op. Cit.

Como o *Chondracanthus Gibbosus*, os espanhóis e portugueses degeneraram em razão do *vício* da exploração, pois não saberiam mais obter sua sobrevivência de outra maneira. O parasita é, em si, um ser limitado à sua necessidade de tirar proveito de outros seres. Tal exploração, logo, torna-se a razão da existência do parasita, afinal, para sobreviver, aquele ser vivo precisa se fixar em outro e sugá-lo. Em certa medida, o hospedeiro sofre danos irreparáveis ou até morre. Daí, o parasita precisa achar outro hospedeiro para sobreviver, dando continuidade assim ao seu *vício*. Ao colonizarem boa parte da América, os ibéricos exploraram agressivamente esses territórios. Tal prática predatória, por conseguinte, tornou-se a própria razão de ser daquelas nações peninsulares ibéricas. Aqueles respectivos estados se organizaram em torno da própria prática da exploração colonial. Na comparação realizada com o parasita, eles não buscaram mais sua sobrevivência por seus próprios esforços. Adotaram, portanto, o *parasitismo* e, por tê-lo feito, igualmente àquele ser vivo, degeneraram.

A *degeneração* e o *vício* têm uma consequência: a *herança*. O parasita lega aos seus descendentes suas características. Uma vez transformando-se em um parasita, o *Chondracanthus* degenera e transmite essa característica aos seus descendentes. De semelhante forma, as nações ibéricas transmitiram às suas colônias os seus *vícios* e, por conseguinte, suas características degeneradas⁵. Novamente, em uma perspectiva comparativa de caráter histórico-social, isso significa que portugueses e espanhóis, através da exploração colonial, disseminaram aquele *vício* parasitário às nações latino-americanas. Em virtude dos séculos de espoliação colonial, as sociedades da América Latina voltaram-se a características conservadoras, ou seja, Estados pouco dinâmicos, centrados em atividades predatórias, por vezes, as mesmas implantadas pelos colonizadores ou bastantes assemelhadas⁶. Um exemplo característico seria o açúcar, introduzido pelos portugueses no Brasil, ou mesmo o café que, embora tenha surgido já no período Imperial Brasileiro, seguia basicamente o modelo da *plantation* colonial. Em uma perspectiva econômica, adotaram-se atividades agroexportadoras, que, em geral, eram caracterizadas como de menor valor agregado e usualmente traziam poucas divisas com habitual oscilação de preço nos mercados. Logo, portugueses e espanhóis transmitiram um modelo de produção ultrapassado, que as nações latino-americanas mantiveram por *vício* de origem⁷.

Situação semelhante a que se deu no aspecto econômico, ocorreu também no social, houve uma *herança* negativa. As sociedades coloniais, em

5 Idem. Ibid.

6 Idem. Ibid.

7 BOMFIM, Manoel. Op. Cit.





geral escravistas, mantiveram por algum tempo esse modelo de mão de obra. Isso aconteceu apesar do avanço de forças produtivas capitalistas que demandavam por mais mercados e, conseqüentemente, por trabalho livre-assalariado. Logo, a *herança* deixada na América Latina pela colonização ibérica representava-se por sociedades conservadoras, racistas, altamente exploradoras e elitistas. Essas sociedades eram bastante parecidas com o próprio modelo introduzido por portugueses e espanhóis em seus respectivos processos de conquista colonial. Esse resultado formou sociedades igualmente *parasitárias* e *degeneradas*. Eram sociedades, em diferentes escalas, *conservantistas*, pois estavam fortemente ligadas às tradições dos *vícios* implantados pela conquista e exploração coloniais. Tais *vícios* foram *herdados* por uma camada social elitizada dos conquistadores. Esse processo foi reproduzido, pois significava a continuidade de privilégios. Quer dizer, os peninsulares ibéricos legaram às sociedades latino-americanas a *degeneração* pelo *vício parasita* da exploração colonial, da espoliação predatória de riquezas⁸.

Para Manoel Bomfim, a América Latina era uma região atrasada em razão de os Estados ali surgidos serem egressos de cruéis sistemas de exploração colonial. Tais sistemas não apenas impuseram a exploração em si. Essa característica foi transmitida e recriada por aqueles países do continente latino-americano pós-independências. Os grupos socioeconomicamente privilegiados da região, por conseguinte, apreenderam e reproduziram ao seu modo aqueles modelos coloniais. Então, Bomfim, em suas análises, buscava causas que explicassem essas características latino-americanas. Essa perspectiva não era específica em si do autor, na verdade, ela era uma tendência da época em relação ao pensamento social que foi desenvolvido, assim o compreenderam e analisaram Ianni (1971) e Sotelo (1975), em suas respectivas abordagens⁹. Para autores, as características daquele pensamento social latino-americano contém uma preocupação com a ideia de *desenvolvimento* (esse em sentido mais atual). Seria patente uma relação de marginalidade da América Latina em relação aos centros economicamente dinâmicos do mundo. Em consequência, as Ciências Sociais buscariam, através de suas reflexões, explicações e soluções para o dito atraso do continente. “*Uma sociologia latino-americana teria que ser, sobretudo e antes de tudo, uma sociologia do desenvolvimento da América Latina*”¹⁰.

Em outras palavras, há uma consciência de que o continente latino-americano tem particularidades, em diversos aspectos. No entanto, algumas dessas especificidades desqualificariam o continente, deixando-o

8 Idem. Ibdid.

9 IANNI, Octavio. *Sociologia da Sociologia Latino-Americana*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971; ver também SOTELO, Ignacio. *Sociologia da América Latina*. Org. Fanny Tabak. Trad. de José Fernandes Dias. Rio de Janeiro: Pallas, 1975.

10 SOTELO, Ignacio. Op. Cit. p. 20.

alguém de suas potencialidades. “A instabilidade política, o atraso social e econômico, a incapacidade prática de encontrar soluções adequadas conduziram o intelectual aos estudos sociais e sociológicos”¹¹. No entanto, esses intelectuais, na busca pela compreensão das problemáticas regionais, utilizaram-se, essencialmente, de modelos teóricos europeus e estadunidenses. Ianni (1971), por exemplo, salienta que, em virtude das multiplicidades de questões e das dissidências de interesses, a sociologia latino-americana se dividiu em *dilemas teóricos* de maior e menor pertinência.

“Muitos difundiram-se na América latina, provenientes de centros científicos de grande prestígio, da Europa e da América do Norte. Em certos casos, os dilemas são mal postos; outras vezes, falsos. [...] houve e continua a haver uma transferência, em certos casos pura e simples da problemática de outros países para as nações latino-americanas. Alguns estudos sobre relações raciais, por exemplo, revelam essa tendência. Independentemente da qualidade e importância às vezes excepcional dos trabalhos produzidos em torno desse tema, é inegável que a problemática conformou-se a preocupações e estilos de abordagem considerados satisfatórios em outros países”¹².

No período de Bomfim, aqueles *dilemas teóricos* alicerçavam-se em paradigmas raciais, criados para justificar um Imperialismo Europeu. Alguns desses paradigmas foram desenvolvidos pelo Darwinismo Social. As análises que esse modelo de pensamento empreendia, com base em correspondências com elementos da Biologia, egressos do Evolucionismo, implicavam a afirmação de uma suposta *inferioridade* latino-americana por conta de sua presumida composição racial *mestiça* e *degenerada*. Esta característica de se adaptar os princípios do Evolucionismo no campo das relações humanas foi bastante influente no Brasil do século XIX para o XX. Os dois autores mais lidos no País, naquele período em particular, foram Haeckel e Spencer. Em razão de algumas concepções distintas entre os autores, eles representavam certa distinção em relação ao Darwinismo Social¹³.

Pelo já exposto, conseqüentemente, é possível afirmar que Manoel Bomfim, em si, não divergiu da tendência de sua contemporaneidade, pois se utilizou de paradigmas biológicos para as suas análises; característica, segundo Liedke Filho (2005), própria do período *pré-científico* do pensamento social latino-americano. Esse momento marcado por “(...) ideias

11 Idem. Ibdid.

12 IANNI, Octavio. Op. Cit. p. 11 e 26.

13 LIEDKE FILHO, Enno D. A Sociologia no Brasil: história, teorias e desafios. In: *Sociologias*. Porto Alegre, ano 7. n.º 14. jul/dez 2005.p. 376-437.

*filosófico-sociais europeias ou norte-americanas, (...) o positivismo de Comte, o evolucionismo de Spencer e Haeckel e o determinismo biológico de Lombroso*¹⁴, por exemplo. Para Liedke F.^o (2005), a partir de tais referências, os pensadores sociais brasileiros refletiram a respeito da formação e identidade do Estado nacional do Brasil em uma perspectiva, em geral, racista¹⁵. Afinal, o Darwinismo Social (um grande expoente daquele pensamento europeu) sentenciava as nações do continente sul-americano a uma condição de marginalização. Tal segregação era alicerçada por aqueles princípios do pensamento europeu que induziam à ideia de que a Europa e os europeus representariam a *Civilização* (ou o centro dinâmico do mundo) por serem constituídos por *raças superiores*.

Seguindo aquelas características do pensamento social latino-americano, Manoel Bomfim, a princípio, pondera a respeito da subalternidade da América Latina. Em consequência a tais ponderações, o autor assevera um caráter deficitário da região. Assim como seus congêneres, Bomfim buscou os referenciais de uma ciência europeia. Porém, ele próprio afirmava que compreendia a América Latina de uma maneira superficial e estereotipada¹⁶. Utilizou-se o autor de meios teóricos oriundos da Biologia, mais particularmente do Evolucionismo de Charles Darwin. Isso porque o comportamento dos seres vivos na natureza, conforme se observou, era compreendido comparativamente como semelhante às relações sociais. As sociedades reproduziriam comportamentos da natureza não simplesmente porque seriam parte dela, mas porque a natureza criaria suas relações como se fossem *Leis* tais quais a da Física, por exemplo. As *Leis* da Física explicam e determinam o comportamento dos astros e a dinâmica de certos fenômenos naturais, já o Evolucionismo demonstraria o comportamento dos seres vivos. Então, essas *Leis*, por associação e comparação, foram utilizadas para se compreender e refletir sobre as esferas sociais.

A singularidade de Manoel Bomfim, no entanto, residia na veemente discordância em como o referencial biológico era utilizado. Em geral, esse referencial biológico dava suporte a uma suposta prova irrefutável de presumíveis incapacidades inatas dos latino-americanos em relação aos europeus. Para Bomfim, não faltariam a tais populações habilidades, faltaria instrução¹⁷. Em outras palavras, os latino-americanos careceriam de uma melhor preparação em relação às técnicas, por exemplo, de produção, de trabalho, de atividades científico-acadêmicas. Consequentemente, a perspectiva do autor era diversa de vários outros intelectuais do seu período, pois Bomfim se utilizava do Evolucionismo, mas em um viés próprio.

14 LIEDKE FILHO, Enno D. Op. Cit. p. 377.

15 LIEDKE FILHO, Enno D. Op. Cit.

16 BOMFIM, Manoel. Op. Cit.

17 BOMFIM, Manoel. Op. Cit.



Manoel Bomfim se insere no interior de grandes marcos que delimitam as fronteiras do pensamento da época – Comte, Darwin, Spencer. No entanto, sua interpretação desses autores é *sui generis* e se opõe às combinações brasileiras que absorvem o evolucionismo aos parâmetros da raça e do meio. [...] Para explicar (a) posição peculiar (da) América Latina, Manoel Bomfim recorre às teorias de Comte, mas retém em particular sua comparação entre a sociedade e os organismos biológicos. Seu instrumental teórico pode ser resumido através dos seguintes pontos: 1) as sociedades existem como organismos similares aos biológicos; existem leis orgânicas que determinam a evolução; 3) a análise da nacionalidade depende do meio em ação combinada com seu passado¹⁸.

Já o pensamento social desse mesmo momento vê as questões latino-americanas como um problema de uma herança inata. Os intelectuais do período, seguindo cânone europeu para interpretar as sociedades latino-americanas, produziram *falsos dilemas teóricos*. Tais dilemas tornaram-se bastante evidentes, por exemplo, no Brasil, com a Tese do Branqueamento. Ela previa a vinda de estrangeiros brancos europeus para o País a fim de se *melhorar a raça brasileira* através da miscigenação. Acreditava-se que, a partir dessa iniciativa, em algumas gerações, a nação brasileira seria branca e, logo, apta à *Civilização*. Em consequência, Manoel Bomfim criticava características do pensamento social latino-americano, respaldadas em modelos europeus, que produziram ideias como o Branqueamento, por exemplo. Buscava, assim, o autor mais do que uma reflexão sobre a América Latina. Sua proposta era a construção de uma distinta identidade para o continente e para o Brasil. Afinal, nesse período de transição do século XIX para o XX, os nacionalismos europeus se afirmavam dentro de perspectivas que proclamavam o Imperialismo dos países do Velho Mundo. Já os nacionalismos dos países latino-americanos foram desenvolvidos a partir dos processos de independências daquelas mesmas nações europeias. À vista disso,

[...] nacionalismo dos países sul-americanos, frequentemente defensivo, isto é, desenvolvido como simples processo de afirmação nacional diante do Imperialismo. Mas ainda aqui, esse nacionalismo saudável é apenas forma de oposição ao expansionismo de outros países, [...].¹⁹.

18 ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 2006. p. 22-23.

19 LEITE, Dante Moreira. *O caráter nacional brasileiro: História de uma Ideologia*. 4.ª ed. definitiva, com introdução de Alfredo Bosi. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1983. p. 11.



Na Europa, usualmente, a afirmação dos nacionalismos significou a ascensão de uma burguesia com base em um liberalismo econômico. Os estados nacionais em si ainda não existiam. Era preciso criar formas de identificação entre os indivíduos através de hipotéticas raízes históricas ou mesmo míticas. O racismo completava a agenda por afirmar o *status* daqueles estratos sociais privilegiados, justificando uma dominação branca. Essa dominação essa amparada não necessariamente nas diferenças entre os indivíduos em si, mas nas que a natureza, supostamente, produziu. Essas diferenças segregavam as pessoas, sendo que tal segregação se baseava em fundamentos pretensamente científicos, os quais se utilizavam do Evolucionismo de Darwin como suporte²⁰.

Desta feita, Manoel Bomfim buscou uma identidade distinta para as nações latino-americanas porque não as via em direta associação aos modelos europeus. Ao contrário, tais modelos, grandemente, serviriam para justificar poderes, privilégios sociais (de diversas ordens) e discriminações. Isso, em plano mais internacional, acontecia com o objetivo de afirmar o expansionismo imperialista europeu do século XIX e, em outro plano mais regional, afirmar estratos sociais elitizados latino-americanos à procura de manter privilégios sociais. As análises de Bomfim são uma crítica a todos esses aspectos e uma tentativa de apresentar soluções para problemáticas do continente latino-americano.

Considerações finais

O pensamento social da transição do século XIX para o XX foi fortemente alicerçado em uma ótica racial. A influência do Evolucionismo de Charles Darwin deu a esse pensamento uma forma de análise um tanto organicista. Categorias como raça e meio tornaram-se elementos fundamentais para reflexão e compreensão das sociedades. A analogia com fatores biológicos serviram não só como princípios, mas também como elementos de uma pretensa prova científica. Afinal, o entendimento era que o Evolucionismo encontrara leis que regeriam a natureza e a vida, em consequência, conduziriam, semelhantemente, as sociedades.

Tal modalidade de pensamento foi particularmente útil às nações imperialistas europeias daquele mesmo período. Isso ocorreu, em grande medida, em virtude de argumentar que haveria uma divisão em raças. Essas raças, através de várias características, poderiam ser mais evoluídas do que outras. Quer dizer, a humanidade era distinguida em tipos diversos e aqueles considerados inferiores, por essa pseudociência, eram conse-

20 LEITE, Dante Moreira. Op. Cit.; ver também SCHWARCZ, Lilia Moritz. Questão Racial e Etnicidade. IN: *O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)*. MICELI, S (Org.). São Paulo: Sumaré: ANPOCS; Brasília, DF: CAPES, 1999. p. 267-325.

quentemente segregados. Esse elemento era a base de justificação ideológica do Imperialismo Europeu, pois se dizia não uma conquista, mas um ato de se levar o desenvolvimento para aqueles grupos considerado, inatamente, menos qualificados.

Manoel Bomfim vivenciou e desenvolveu suas análises justamente nesse contexto. Dessa conjunção, o autor internalizou e se utilizou largamente do Evolucionismo. Sua visão histórica e, em particular da América Latina, era fundamenta em correspondências entre princípios e elementos sociais, característica conexão entre o contexto e a formação médica de Bomfim. Desta feita, compreendia o autor que as condições históricas e sociais da América Latina eram um resultado de uma espécie de processo assemelhado ao dos organismos vivos.

O continente latino-americano era uma periferia. Condição justificada pela ideia de que a região era formada por aqueles grupos considerados racialmente inferiores. No entanto, a leitura de Manoel Bomfim era de que as graves questões latino-americanas eram oriundas da herança da colonização europeia na região. Para tal análise, partia o autor de pressupostos evolucionistas, utilizando-se de analogias biológicas. Os conquistadores europeus seriam como parasitas que infectaram, através da colonização, os latino-americanos. Como herança desse processo, deixaram uma região atrasada, com uma população atavicamente, por conseguinte, incapaz de atingir níveis mais elevados de progresso.

Destas assertivas de Manoel Bomfim é perceptível sua inserção e singularidade em relação ao pensamento de sua contemporaneidade. Por um lado, busca o autor os referenciais em voga no período, por outro, os critica quando vaticinam uma condição de subalternidade contínua para a América Latina. Assim, quebra, em parte, os paradigmas da época ao condenar os elementos mais reacionários dos princípios de caráter racial, o que faz, em outras, através da proposição de afirmação das nações latino-americanas. Essas populações teriam, apenas, em consequência, não uma inabilitação inata, mas o despreparo resolúvel por meio da instrução. Sendo assim, Bomfim propunha que as nações latino-americanas constituíssem um caráter próprio não necessariamente representado por modelos europeus.



Brasil mestiço: o cruzamento entre as “raças” na perspectiva de Manoel Bomfim

Ruth Cavalcante*

Half-breed Brazil: The crossing between “races” in Manoel Bomfim’s perspective

Resumo

Manoel Bomfim (1868-1932) foi médico, político, professor e escritor. Sua relevância para a historiografia brasileira se deve ao fato de ele ter publicado uma série de obras que fizeram uma reflexão em torno da questão da identidade nacional e sobre quem era o autêntico povo brasileiro. No contexto do fim do século XIX e princípio do século XX, a “mistura entre as raças” dos povos da espécie humana era vista a partir de um prisma negativo e causador da degenerescência entre os seus descendentes. Bomfim, de forma bastante pioneira, defendeu em seu livro *A América Latina: males de origem* (1905), que a mestiçagem não gerava degeneração, mas sim indivíduos inteligentes, sadios e fortes. Refletir sobre a importância desta concepção é o objetivo deste artigo.**

Palavras-chave: Bomfim; Mestiçagem; Brasil.

Abstract

Manoel Bomfim (1868-1932) was a physician, politician, professor and writer. His relevance to Brazilian historiography is due to the publication of a series of works that reflected upon the question of national identity and upon who was the authentic Brazilian folk. In the context of the end of the nineteenth century and beginning of the twentieth, the “mixture of races” of people of the human race was seen under a negative perspective and as the cause of the degeneration amongst their descendants. Bomfim, in a very pioneering fashion, defended in his book “Latin America: evils of origin” (1905), that miscegenation did not breed degeneration, but intelligent, healthy and strong individuals. To reflect upon this idea is the goal of this article.

Key-words: Bomfim; Miscegenation, Brazil.

* Doutoranda em História pelo Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas da Universidade Federal do Espírito Santo. Bolsista CAPES. E-mail: donaruth26@hotmail.com

** Este artigo é um desdobramento da Dissertação de Mestrado em História intitulada *A questão racial pensada entre o “método científico” e a paixão: um estudo comparado entre José Ingenieros e Manoel Bomfim – Argentina e Brasil (1900-1920)*.



Atualmente, é um senso comum olhar para a sociedade brasileira e identificá-la como tendo sido forjada do “encontro” do branco, do negro e do índio. Entretanto, encarar com naturalidade o fato de que o brasileiro é fruto de um secular processo de “mestiçagem” nem sempre foi visto como algo positivo. Entre o final do século XIX e o começo do século XX, as teorias do racismo científico, do darwinismo social e da eugenia estavam em seu auge e, “para o bem ou para o mal”, a intelectualidade do país pensou em quem seria o autêntico brasileiro levando em consideração o critério racial.

No ano de 1874, no artigo intitulado *L’emigration au Brésil*, o Conde francês Joseph de Gobineau afirmou que em um prazo de duzentos anos a população brasileira iria se extinguir em virtude da degeneração e do raquitismo provocada mestiçagem de seu povo. O intelectual atribuiu certos defeitos aos brasileiros como a preguiça, a feiura, a suposta falta de fertilidade e o corpo fisicamente enfraquecido, como consequências da miscigenação entre as “raças” aqui presentes.¹ Este dramático quadro só poderia ser revertido se o governo atraísse para as suas terras uma população “desejável”, isto é, branca, de ascendência europeia e “civilizada”.

Após a sua morte, Gobineau ficou mundialmente conhecido por seu trabalho *Essai sur l’inégalité des races humaines*, obra que recebeu, em especial, uma calorosa acolhida na Alemanha nazista. Neste livro, o conde francês pensou sobre as razões da ascensão e da queda das civilizações da espécie humana. Para ele, a questão étnica “seria a responsável pelo declínio de civilizações que outrora floresceram. Este fato se dava porque uma raça originalmente pura ao misturar-se com outras se tornava degenerada, perdia as suas qualidades essenciais, levando essa civilização ao declínio”.²

Durante a sua estadia no Brasil, quando ocupou um cargo que na atualidade seria correspondente ao de embaixador da França no Império brasileiro, em suas correspondências trocadas com o Imperador D. Pedro II, o conde afirmou que o futuro do povo brasileiro não era nada promissor, uma vez que a miscigenação racial entre portugueses, índios e negros estava amplamente disseminada na sociedade. Gobineau acreditava que a “mistura das raças” provocava a degeneração. Ao pensar no Brasil, atribuiu a grande taxa de mortalidade infantil à miscigenação. Ele associou os “mulatos” (filhos de pais provenientes da “raça” branca e negra) com às mulas, animais inférteis e resultantes do cruzamento de asnos com éguas, para afirmar que, em virtude da mestiçagem, a esterilidade era o destino da população do país.³

1 SOUSA, Ricardo Alexandre. A extinção dos brasileiros segundo o Conde Gobineau. *Revista Brasileira de História da Ciência*. Rio de Janeiro: vol., 6, n., 1, p. 21-34, 2013. p. 21-22.

2 Idem, p. 23.

3 Idem, p. 31.



Gobineau chegou mais adiante à conclusão de que os brasileiros desapareceriam em menos de dois séculos. Vale lembrar que o pensamento do autor quanto aos mulatos não era nenhuma aberração aos homens de ciência da sua época. A suposta pouca fertilidade dos mulatos era bastante discutida, principalmente nos Estados Unidos, onde o poligenista Louis Agassiz propunha que a civilização branca suportasse a presença dos mulatos por algum tempo, uma vez que eles naturalmente desapareceriam.⁴

O pensamento de Gobineau influenciou a forma como uma gama de intelectuais como Sílvio Romero, Nina Rodrigues e Oliveira Vianna pensaram a realidade da sociedade brasileira no contexto do fim do século XIX e princípio do século XX.

Sílvio Romero, em trabalhos como *História da Literatura Brasileira* (1888), alegou que o brasileiro era resultante de cinco fatores: o meio físico, o índio, o português, o negro e a imigração estrangeira. Desta forma, todo o brasileiro seria um mestiço, quando não no sangue, nas ideias. Romero pregou pela necessidade de aumentar a quantidade de sangue branco nas veias dos brasileiros. Por esta razão, valorizou a imigração de europeus para o país a fim de que houvesse um progressivo branqueamento da população local. Em outras palavras, ele acreditava que este “sangue novo” trazido pelos imigrantes poderia compensar a degeneração provocada pelo clima tropical e pelo cruzamento com as “raças inferiores”, gerando ao longo das gerações, descendentes mais brancos, tanto na cor da pele quanto na mentalidade.⁵

O intelectual Raymundo Nina Rodrigues, por sua vez, alicerçando-se na ideia de que a humanidade estava dividida entre “raças superiores” e “raças inferiores”, afirmou em sua obra *As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil* (1894), que os mestiços eram indolentes, imprevidentes, fisicamente fracos e com capacidade cognitiva limitada. Aos mestiços brasileiros também foram atribuídas às características de baixa moralidade e desequilíbrio mental, herança biológica herdada dos progenitores das “raças inferiores”. “Nina Rodrigues aceitava integralmente o evolucionismo do século XIX e considerava que, entre outros países, o Brasil se inferiorizava não só pela existência dos negros, mas também pela mestiçagem”.⁶ A solução que ele enxergava para o país, era seguir o exemplo dos Estados Unidos, estabelecendo uma formal separação, em que os mestiços, negros e índios ficariam de um lado, em seu próprio “mundo”,

4 Idem, p. 32.

5 LEITE, Dante. *O caráter nacional brasileiro*. São Paulo: Pioneira, 1969. p. 186-187.

6 Ibidem, p. 220.



ao passo que os brancos ficariam de outro. Por essa razão, advogou que o primeiro grupo citado não poderia receber o mesmo tratamento do código penal dado aos brancos, alegando que “as raças inferiores têm mentalidade infantil, de forma que não deveriam ser tão responsáveis quanto as raças superiores”.⁷

Kettner nos esclarece que Manoel Bomfim foi um importante interprete da realidade do Brasil, pois colaborou para “implementar as bases da teoria sobre a constituição da família brasileira representada por Gilberto Freyre em *Casa Grande & Senzala*”.⁸ A obra de Bomfim, *A América Latina: males de origem* (1905) e o livro de Freyre, *Casa Grande & Senzala* (1933), tiveram a originalidade de refutar a concepção de que a mistura entre as “raças” teria levado a degeneração e a inferioridade do povo brasileiro. Ambos autores buscaram pensar nas contribuições dos índios e dos negros na constituição da nacionalidade e colaboraram para construir a interpretação de que o autêntico povo brasileiro era mestiço e teria se forjado a partir do encontro do português, do índio e do negro. Contudo, Kettner afirma que Freyre construiu um discurso mais “normativo” do que Bomfim, pois:

A análise de Gilberto Freyre, além de outros problemas, falha mais gravemente nos pontos em que rechaçou os de Bomfim [...] Primeiro, Freyre minimiza a influência do índio na cultura brasileira e critica Bomfim pela sua simpatia excessiva pelos indígenas. Freyre se refere a Bomfim como um “indianófilo até a raiz dos cabelos”. (*Casa Grande & Senzala*, 167). Para Freyre, Bomfim teria dado importância e excessiva relevância às contribuições dos índios na agricultura. Freyre vai de encontro também a sugestão de Bomfim de uma possível mestiçagem entre a mulher branca e o homem negro. Essa visão de Bomfim entra em conflito com a de Freyre, pois, segundo Joshua Lund, o texto freyriano é uma tentativa de construção de um discurso normativo baseado na mestiçagem do homem branco com a mulher de cor.⁹

Manoel Bomfim foi pioneiro entre a intelectualidade brasileira a contestar a ideia de que a mestiçagem tinha um caráter degenerativo, antecipando-se, inclusive, ao discurso freyriano que é amplamente aceito até os dias atuais: a ideia de que sociedade brasileira se forjou a partir do encontro de três elementos culturais: o branco (europeu-português), o indígena (nativo) e o negro (africano).

7 Ibidem, p. 216.

8 KETTNER, Michele. Manoel Bomfim: “ensaaiando” a mestiçagem na América Latina. *Ci. & Tróp.* Recife: vol., 34, n., 1, p.135-154, 2010. p. 147.

9 Ibidem, p. 147-148.



Uma das grandes originalidades do pensamento de Bomfim foi ter ido de “encontro ao sentido comum da época que consistia em associar as ideias de atraso econômico-social à mestiçagem”.¹⁰ Desta forma, o intelectual alegou que o atraso do Brasil e das demais nações latino-americanas de forma alguma estava relacionado ao “caráter mestiço” dos povos da região, mas sim, à herança colonial, uma vez que eles foram brutalmente explorados pelas suas antigas Metrôpoles, Portugal e Espanha.

Bomfim fez frente às ideias dos eugenistas e dos darwinistas-sociais em relação a questão da mestiçagem ao se posicionar contra o estabelecimento de uma analogia entre a mestiçagem do homem e o cruzamento de diferentes espécies de animais. Para ele, animais de diferentes espécies, quando cruzavam, produziam produtos híbridos e estéreis. No entanto, era observado que o cruzamento entre os indivíduos de “raças diferentes” não gerava caracteres regressivos.

Não se vê nos mestiços, nenhum traço fisionômico especial, novo, nenhuma modificação orgânica particular, que possa ser considerada uma regressão ancestral. Como, então, admitir que deva haver forçosamente uma regressão moral e intelectual – quando, no entanto, o cruzamento se faz, não entre espécies diferentes, mas entre raças diversas, e quando, mesmo no caso dos animais (onde há esta regressão física), não existe a regressão intelectual?¹¹

Isto significa que, ao contrário das ideias dominantes dos seus contemporâneos, Bomfim tinha uma visão favorável em relação a fusão de “diferentes raças”. Também, ao observar a constituição orgânica dos povos sul-americanos, com uma boa dose de sangue indígena e, no caso brasileiro e cubano, com sangue africano, discordou veementemente dos sociólogos que afirmavam que o cruzamento entre “diferentes raças” geraria “crias inferiores”.

Amparando-se em certos fatos observados na zoologia, pretendem alguns sociólogos que as nações sul-americanas padecerão, ainda, de uma inferioridade especial, derivadas dos cruzamentos em si. No entanto, a verdade é que não há observações positivas provando esta suposta influência perniciosa da mestiçagem.¹²

10 Ibidem p. 139.

11 BOMFIM, Manoel. *A América latina: males de origem*. Rio de Janeiro: Biblioteca Virtual de Ciências Humanas - Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. Disponível em: <http://www.do.ufgd.edu.br/mariojunior/arquivos/BOMFIM_A_America_Latina_Males_de_origem.pdf>. Acesso em: 7 jun 2014. p. 208.

12 Ibidem, p. 207.



Na concepção de Bomfim, a mestiçagem era positiva. Para corroborar com esse ponto de vista, recorreu ao passado da Península Ibérica. Segundo ele, no século XVI, Portugal e Espanha eram as nações mais adiantadas do mundo, sendo excepcionalmente poderosas, ricas e civilizadas. “Nesta época, os povos ibéricos estiveram efetivamente na vanguarda do progresso: a civilização da península foi das mais brilhantes e fecundas”.¹³ O brasileiro afirmou ainda que a Espanha era tão altiva porque se forjou a partir dos “aluviões sucessivos de gentes – fenícios, celtas, cartagineses, romanos, godos, suevos, alanos, mouros, árabes... ela fizera uma nacionalidade única, perfeitamente caracterizada, homogênea e forte”.¹⁴ Assim, na visão do intelectual, a congregação de diferentes povos e raças e a “fundição” de dessemelhantes culturas e tradições “gerou” os povos ibéricos.

Na perspectiva bomfiniana, as nacionalidades peninsulares se destacaram pela sua extraordinária capacidade de assimilação social. Este poder de congregação derivava-se de “uma grande plasticidade intelectual e de uma sociabilidade desenvolvidíssima, qualidades preciosas para o progresso”.¹⁵ Observe como Bomfim descreve a homogeneidade da nação espanhola e portuguesa:

As raças ibéricas demonstraram possuir uma força de assimilação de que não se tem exemplo em nenhum outro povo da Europa. Não se conhece outro caso de se fundirem, assim rapidamente e tão perfeitamente, raças tão diversas e tantas, como na Península. Para ali concorreram elementos étnicos mais dessemelhantes que esses, ainda hoje isolados e em constantes conflitos nos Bálcãs, na Macedônia, na Hungria. Apesar disto, a população da península é hoje mais homogênea do que a da Inglaterra e de outros países da Europa. Com toda a sua citada superioridade, os ingleses não conseguiram assimilar os celtas da Irlanda, nem os holandeses do Cabo, nem os franceses do Canadá.¹⁶

O sergipano acreditava que, transplantados para a América, os povos ibéricos mantiveram a sua plasticidade intelectual e a sua grande sociabilidade e se mesclaram com os indígenas e os africanos. No caso brasileiro, houve a assimilação de três “raças” radicalmente distintas - os brancos (portugueses), os indígenas e os negros. Deste encontro surgiu muito precocemente no Novo Mundo um povo original e coeso: o povo brasileiro.

13 Ibidem, p. 20.

14 Ibidem, p. 36.

15 Ibidem, p. 182.

16 Ibidem, p. 182.



Segundo o sergipano, a experimentação e a observação desconstruíam os argumentos dos teóricos que acreditavam na inferioridade de certas “raças”. Baseando-se em Ribot, alegou que o cruzamento era muito vantajoso, pois a mistura de “raças” gerava o aparecimento de aptidões novas, com a mistura de qualidades morais e intelectuais. Desta mesclagem surgiram exímios músicos, pintores, matemáticos, médicos etc. Bomfim citou também intelectuais como Waitz, Martin de Moussy, Quatrefages para afirmar que os mestiços eram iguais em inteligência aos seus progenitores.

Quatrefages, refere-se nos termos mais encomiásticos às sociedades sul-americanas, onde a mestiçagem teria, no seu parecer, desenvolvido qualidades apreciáveis, e cita numerosos exemplos, sobretudo no Brasil, onde, não existindo preconceito de cor, os mestiços tem podido desenvolver suas aptidões e têm mostrado “uma decidida superioridade artística sobre as duas raças mães. A quase totalidade dos pintores e músicos brasileiros pertencem à raça cruzada; muitos se tornam notáveis em medicina (...) Na Venezuela os mulatos têm-se distinguido como oradores, publicistas, poetas (...)”. Concluiu o citado antropologista, “reconhecem-lhes, sobretudo aos da América, muita inteligência, espírito e imaginação.”¹⁷

Na perspectiva bomfiniana, os mestiços eram bem-dotados de inteligência e totalmente suscetíveis ao progresso intelectual. Eles apenas precisavam de ser educados para aprenderem a utilizar as suas energias e a terem interesses superiores. “Fortes e vigorosos como são, eles saberão aproveitar ultimamente as energias e as resistências que possuem, e que os tornam efetivamente superiores aos colonos que se fazem recrutar nos refugos das civilizações corrompidas”.¹⁸ Bomfim concluiu que a instabilidade das republicas latino-americanas não se devia ao cruzamento entre as “raças”, mas derivava exclusivamente das condições históricas de colonização, pois “os defeitos e virtudes que possuem vêm da herança que sobre eles pesa, da educação recebida e da adaptação às condições de vida que lhes são oferecidas”.¹⁹

Apesar de Bomfim acreditar que os indígenas e os africanos eram “povos primitivos”, ele tinha uma visão favorável à miscigenação destes com povos mais “desenvolvidos”, pois a fusão de diferentes raças era considerada como benéfica ao progresso da espécie humana. Segundo o intelec-

17 *Ibidem*, p. 211.

18 *Ibidem*, p. 214.

19 *Ibidem*, p. 212.

tual, a miscigenação beneficiava as populações mais cultas porque elas carregavam consigo tanto “peso” das suas tradições históricas e eram tão acostumadas a viver de acordo com os hábitos e costumes de outrora que “formam uma bagagem muito pesada para quem pretenda correr após o progresso”.²⁰ Observe como os indígenas e os negros poderiam colaborar com o progresso dos “povos cultos”:

Expliquemos essa metafísica: são gentes infantis, que não possuem irredutíveis qualidades de caráter, e resistem menos ao influxo de ideias novas que as populações cultas, sobre as quais pesam tradições históricas especiais e uma civilização determinada. Os animais rudimentares são muito mais variáveis e adaptáveis que aqueles de organização complexa; os povos jovens são muito mais progressistas – adaptáveis – que os povos feitos, presos a um passado, que ora os seduz, ora os domina, e em geral, lhe entorpece a marcha para o futuro.²¹



Nesta perspectiva, era imensamente positivo aos povos “mais civilizados” misturarem-se com “povos jovens”, pois estes lhes quebrariam a dureza de caráter social, favorecendo-lhes uma renovação e um progresso mais acelerado. Em contrapartida, defendia que era uma vantagem para os negros e os índios se mesclarem com povos “mais cultos”, pois, “quanto às qualidades positivas, próprias, que eles possuam, estas são tão reduzidas, tão poucas, em comparação às novas qualidades adquiridas, que não se fazem quase sentir”.²² Ou seja, ele acreditava que as ideias adquiridas dos “povos civilizados” iriam pouco a pouco modificar o “caráter primitivo” dos índios e negros a ponto de que, no decorrer das gerações, “o que resta das qualidades essenciais da raça menos culta é bem pouco - bem pouco para influir na diretriz que seguirá a nova sociedade saída desse encontro”.²³

Percebe-se que Bomfim tentou superar as ideias preconceituosas da sua época por meio do elogio ao hibridismo, construindo um discurso no qual os mestiços herdavam as melhores características de seus progenitores. Contudo, ele discriminou as contribuições das culturas/sociedades consideradas historicamente inferiores, elegendo a matriz ocidental como gerenciadora dos costumes e da mentalidade da sociedade brasileira.

20 Ibidem, p. 185.

21 Ibidem, p. 84-85.

22 Ibidem, p. 185.

23 Ibidem, p. 185.

Nesta perspectiva, o sergipano elaborou uma explicação sobre o porquê que os índios e os negros tiveram uma influência reduzida sobre as novas sociedades latino-americanas “nascidas” do encontro destes elementos com os ibéricos.

Os índios e os negros não gozavam da mesma liberdade que os brancos, não gozavam de nenhuma. Eram forçados a contrariar o seu caráter e moldar-se ao dos povos ibéricos, não só pela natural sugestão das gentes mais cultas sobre as incultas, como porque a isto os forçavam ativamente. Não eram livres de dar expressão ao seu gênio e temperamento, nem mesmo no seio dos seus – a prole não lhe pertencia. Viviam a serviço dos brancos, e governavam-se pelo querer e pelos sentimentos destes.²⁴

Como podemos perceber, o discurso de Bomfim elogiou o mestiço, alegando que ele herdava as melhores características dos seus progenitores. Também, em momento algum fez apologia ao embranquecimento das características fenotípicas da população brasileira por meio da mestiçagem. É necessário ter clareza que a mistura de “raças” era enaltecida porque o brasileiro acreditava que ela gerava produtos vigorosos, inteligentes e saudáveis, e não porque ela tinha potencial para gerar descendentes mais brancos. Contudo, é importante ponderar que o ideal de branqueamento entre os homens do princípio do século XX não dizia apenas respeito ao clareamento da cor da pele, mas também estava relacionado à neutralização de certas identidades culturais de determinados grupos étnicos. Neste sentido, Skidmore afirma que “a tese do branqueamento baseava-se na presunção da superioridade branca, às vezes pelo uso de eufemismos raças “mais adiantadas” e “menos adiantadas” e pelo fato de ficar em aberto a questão de ser a inferioridade nata”.²⁵ Para Skidmore, no Brasil, a teoria do branqueamento, em sua vertente otimista, acreditava que a miscigenação não produzia seres degenerados, mas indivíduos sadios e capazes de se tornarem sempre mais brancos, tanto fisicamente quanto culturalmente.

Pode-se afirmar que, quando Bomfim incentivou a interação e a assimilação entre “diferentes raças”, defendendo que os “povos infantis” adquiririam novas qualidades dos “povos cultos” a ponto de modificar o seu “caráter primitivo”, na prática seu pensamento estava embranquecendo-os culturalmente. Ou seja, existiu uma dose do ideal de branqueamento

24 Ibidem, p. 185.

25 SKIDMORE, Thomas. *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1976. p. 81.

no discurso de Bomfim, pois os seus escritos estimulavam que os índios, os negros e os mestiços interiorizassem modelos culturais ibéricos a fim de se tornarem “mais civilizados” e pudessem “progredir” de forma mais acelerada. É necessário ressaltar que esta questão era bastante paradoxal no pensamento do sergipano, pois o seu elogio aos “povos civilizados” era feito em relação à cultura ibérica – e não ao “homem branco” – espanhol e português. O indivíduo ibérico era sempre retratado como um ser ganancioso que explorava de forma brutal aos elementos das “demais raças”.

Na visão bomfiniana, portugueses e espanhóis descendiam do “berço” das grandes civilizações, mas, em virtude das suas “atividades parasitárias”, sugando como se fossem carrapatos as energias e riquezas dos indígenas e dos negros, degeneraram e retrocederam. Essa foi a explicação que o intelectual deu ao pensar no porquê Portugal e Espanha deixaram de ser as potências mais poderosas do planeta para virar os países mais atrasados e retrógrados da Europa do começo do século XX.

Mesmo tento admiração pela “civilização” e pela cultura europeia, Bomfim criticou as alegações dos “sociólogos do massacre” que tentavam provar a inferioridade étnica dos povos da América Latina, ao passo que defendiam que os europeus eram derivados de “raças nobres”. Ele visualizava que foi em nome destas ideias que houve tanto incentivo à imigração europeia com a finalidade de melhorar a qualidade étnica do povo latino-americano. Contudo, o intelectual acreditava que esta não era a solução para os problemas destes países.

É necessário ter clareza de que Bomfim não era contrário à imigração de europeus para os países da América do Sul no contexto do final do século XIX e começo do século XX, porém, ele foi um crítico dos resultados deste processo. O que mais o incomodava era a falta de suporte e de preparo do Brasil para receber estes europeus. “É preciso que o meio, aqui, não seja inferior àquele donde ele – o colono – provém. Eleve-se este meio, melhorem-se as condições de vida, para que o emigrante se possa achar feliz aqui”.²⁶ Além disso, não concordava com a concepção que os imigrantes seriam os elementos a trazer a “civilização” e “progresso” para a região. Ao observar este tipo de discurso promulgado por intelectuais brasileiros, afirmou o seguinte:

Temos que convir que é absurdo, reconhecendo que o estado político e econômico do país não é bom, pretender e esperar que os estrangeiros o venham reformar e organizar, educar e aperfeiçoar. Quem emigra, emigra para melhorar de sorte, e não para organizar nações e fazer pátrias.²⁷

26 BOMFIM, Manoel, op. cit., p. 133.

27 BOMFIM, Manoel, op. cit., p. 134.

Segundo o sergipano, o imigrante europeu, não raro, se considerava “superior” a população local, pelo fato de ser branco. Outro problema é o de que os seus descendentes não se misturavam com os naturais. Na concepção de Bomfim, o maior problema da imigração massiva para o Brasil era que os europeus, introduzidos de forma tão abrupta no país, não estavam se assimilando às gentes locais, e os nascidos e criados no país não perdiam o seu “estrangeirismo” e, tampouco, se sentiam brasileiros.

Nas condições atuais das nacionalidades latino-americanas, forçar a emigração é quase um desazo. Em dadas condições é dissolvente para a harmonia social a intromissão violenta de populações que, além de excessivas para a força assimiladora, serão necessariamente refratárias à assimilação e, de alguma sorte, incompatíveis com as gentes naturais. São mais os males dessa colonização precipitada que as vantagens.²⁸

Como se pode perceber, em momento algum Bomfim defendeu que os imigrantes europeus eram melhores do que às gentes naturais. Nesse sentido, ele foi bastante categórico ao afirmar que não existia uma inferioridade racial dos povos da América Latina em relação aos povos europeus, a única “inferioridade” existente em relação aos povos cultos “é a ignorância, é a falta de preparo e de educação para o progresso – eis a inferioridade efetiva; mas ela é curável, facilmente curável”.²⁹ Em relação ao caso brasileiro, argumentava que era necessário que o Estado se comprometesse com a instrução popular de todos os elementos que habitavam o país - dos índios, dos negros, dos mestiços, dos imigrantes e seus descendentes. “Aí está o remédio contra o nosso atraso, contra a miséria geral; e os que têm o coração bem no lugar não se podem negar a esta obra de redenção social”.³⁰ Bomfim expressou ter a certeza de que o Brasil e os países da América Latina poderiam progredir e ter um povo mais adiantado e culto:

A massa da população, onde entra tão grande dose o sangue de raças novas e sadias e as ondas de imigrantes, gentes fortes – pois que, é bem certo, só os fortes emigram – a massa da população tem revelado possuir o vigor e energia precisos para exigir, promover e alimentar esse esforço no caminho do progresso.³¹

28 BOMFIM, Manoel, *op. cit.*, p. 132-133.

29 BOMFIM, Manoel, *op. cit.*, p. 270.

30 BOMFIM, Manoel, *op. cit.*, p. 271.

31 BOMFIM, Manoel, *op. cit.*, p. 250.

Como se pode perceber, Bomfim criticou os resultados imigração massiva para o Brasil porque não acreditava que o europeu era um elemento “civilizador” que poderia promover a “ascensão” da qualidade da população brasileira. Para ele, a sociedade brasileira já era bastante complexa e homogênea antes do processo migratório desencadeado nos fins do século XIX - com a assimilação “espontânea” dos índios, negros e portugueses ao longo de três séculos. A grande dose de sangue de “raças novas” e sadias fazia com que este corpo social fosse perfeitamente capaz de atingir uma cultura superior.

Para Bomfim, as “raças diferentes” que forjaram a sociedade brasileira se assimilam e formaram o povo coeso. Todavia, o processo de imigração massiva estava produzindo resultados negativos no país, pois estava havendo uma introdução violenta de elementos heterogêneos na sociedade, prejudicando assim, a harmonia social. É importante ressaltar que as críticas de Bomfim estavam mais direcionadas a falta de preparo do Estado em receber a imigração em massa do que propriamente aos imigrantes. Isto significa que o discurso do sergipano não era hostil aos estrangeiros e nem pretendia tratá-los sistematicamente como “os outros”. Ao contrário, ele defendia a necessidade destes elementos se assimilarem aos brasileiros a fim de formar uma sociedade mais homogênea em seus costumes e ideias. Assim, se estes indivíduos fossem gradualmente assimilados, eles também fariam parte do povo brasileiro. Isto significa dizer que o discurso do sergipano era profundamente assimilacionista.

Bomfim, sustentava a crença de que os portugueses, os índios e os negros se assimilaram de forma tão espontânea a ponto de formarem um povo coeso no Brasil. Quando os imigrantes europeus chegaram em massa no fim do século XIX, encontraram, na visão do sergipano, um povo que já estava pronto, que era uniforme e harmonioso, resultante do “largo cruzamento”. Contudo, se os imigrantes e seus descendentes se assimilassem com as gentes naturais eles também seriam considerados como brasileiros. Assim, na visão bomfiniana, o Brasil estava “destinado” a ser um país de povo racialmente mestiçado. Bomfim, ao contrário da maioria dos seus contemporâneos, enxergou isto como um fator positivo, uma vez que ele foi bastante pioneiro ao contestar a ideia dominante e amplamente aceita no fim do século XIX e princípio do século XX, de que a espécie humana estava dividida entre “raças superiores” e “raças inferiores”. Ao defender que os índios e os negros não tinham nenhuma inferioridade biológica em relação aos brancos, o intelectual abriu caminho para a construção de uma visão positiva em relação a mestiçagem.



A hereditariedade para Manoel Bomfim

Stéfany Sidô Ventura*

Heredity for Manoel Bomfim

Resumo

Este artigo tem por objetivo discutir o conceito de hereditariedade em Manoel Bomfim. Para tal, a argumentação se centrará em duas obras como fonte: *O Brasil e América Latina Males de Origem*. A proposta é demonstrar a articulação deste conceito (hereditariedade) com o *corpus* teórico-conceitual de época, localizado na segunda metade do século XIX. Desta forma, a hipótese levantada nesta pesquisa é de o conceito de hereditariedade, como apresentado por Manoel Bomfim, é capaz operacionalizar e articular as teorias/conceitos de ciência, progresso, evolução, raça e mestiçagem, na tentativa de produzir uma compreensão sobre a nação e povo brasileiro.

Palavras-chave: História, Hereditariedade, Brasil.

Abstract

This article intends to discuss the concept of heredity in Manoel Bomfim. For that, the argument will focus on two books as source: *O Brasil and America Latina Males de Origem*. The proposal is to demonstrate the articulation of this concept (heredity) with the theoretical-conceptual corpus of the time, located in the second half of the nineteenth century. Thus, the hypothesis raised in this research is that the concept of heredity, as presented by Manoel Bomfim, is able to operationalize and articulate theories / concepts of science, progress, evolution, race and mestizaje in an attempt to produce understanding about the nation and Brazilian people.

Key words: History, Heredity, Brazil.



* Possui graduação em Abi - Ciências Sociais pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Doutoranda em História pela UFMG. Tem experiência na área de pesquisa do pensamento político e social brasileiro, com ênfase na temática da mestiçagem. E-mail: stefanysido@gmail.com

Introdução

Para compreender a concepção de hereditariedade em Manoel Bomfim, é preciso estar a par da existência de um corpus teórico-conceitual de época. A partir da segunda metade do século XIX, estendendo-se às décadas iniciais do século XX, há uma produção intelectual, voltada em compreender o Brasil através da “Ciência Histórica”. Este modelo de construção de conhecimento articulava ciências naturais e sociais a fim de construir teorias que fossem eficazes para compreensão do povo e da nação brasileira. Nomes como, Nina Rodrigues, Alberto Torres, Oliveira Vianna, entre tantos outros, são exemplos de intelectuais consonantes com estilo de pensamento de época. Centrados em analisar, interpretar e entender a realidade nacional, estudiosos e letrados buscavam construir uma história nacional capaz de organizar e dar sentido à realidade do país.

Para tanto, o que se percebe é a produção de uma narrativa histórica que converge e articula conceitos formulando um corpus teórico-conceitual de época. Progresso, civilização, evolução, raça e mestiçagem, são termos fundamentais do arcabouço teórico, que se preocupa em compreender a formação e viação da nação brasileira. Este conjunto de conceitos e teorias, (ainda que longe de ser hegemônico ou reduzido a estes termos), dá o tom das discussões intelectuais a partir da segunda metade do século XIX. Esses não são apenas termos privilegiados, mas conceitos específicos, ordenadores de sentido, imperativos da ciência, que colaboraram para compreender e refletir sobre as mais variadas facetas da condição humana.

Partindo do pressuposto da existência deste corpus, a proposta desta pesquisa é analisar como a utilização e articulação das ideias/conceitos de progresso, civilização, evolução, raça e mestiçagem, impactam e ajudam a conformar, em Manoel Bomfim, seu conceito de hereditariedade. Visando operacionalizar esta investigação, tomo como fonte as obras “O Brasil”¹ e “América Latina Males de Origem”².

Manoel Bomfim e a sociedade brasileira

Manoel Bomfim (1868-1932) foi um médico, psicólogo e pedagogo brasileiro. Ele se centrava na tese da sociedade humana como um organismo e, em sua análise do caso brasileiro, concluiu que o país sofria o fenômeno do parasitismo social. Segundo o autor, os povos ibéricos sofreram um

1 BOMFIM, Manoel. *O Brasil*. São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Porto Alegre: Companhia Editora Nacional. 1940.

2 BOMFIM, Manoel. *A América Latina males de origem*. Rio de Janeiro: Topbooks. 1993.



processo degenerativo na linha da evolução e a atrofia de alguns órgãos produziu disfunções por falta de uso. Para Bomfim ³ o parasitismo português sobre o Brasil seria fator chave para entender as condições econômicas e sociais conformadas.

Para Bomfim⁴ a raiz do parasitismo português estaria nas atividades econômicas desenvolvidas na guerra contra os mouros e na exploração da mão de obra escrava, isto é:

[...] assim nos organismos biológicos, como nos organismos sociais. Um animal inferior é um saco; no interior deste saco – constituído por um tecido quase homogêneo, cumprem-se todas as funções – digestão, respiração, circulação; e o saco que se contrai e desloca o animal; não há órgãos diferenciados, nem funções especiais, nem trabalho particularizado, em grupos diversos de tecidos. Um animal superior é um conjunto de órgãos perfeitamente diferenciados, adstritos a funções especializadas, divididas e subdivididas; a digestão, que ali se fazia em comum com todas as outras funções vitais, aqui se multiplica em funções especiais, executadas por uma série de órgãos – dentes, língua, faringe, esôfago, estômago, glândulas várias, tubo digestivo, etc. – órgãos que dividem entre si o trabalho, e são constituídos por elementos diversos⁵.

O autor constata um declínio da sociedade ibérica. Para explicar este fenômeno Bomfim discorre sobre a degenerescência e disfunção dos órgãos, especializações e o dismantelamento de sua divisão do trabalho da sociedade ibérica, a partir do “parasitismo social”⁶. Em sociedades adiantadas há uma diferenciação das funções especializadas, da mesma forma que ocorre com os organismos biológicos.

As atividades são (sub)divididas, complexificando as relações e as atividades da vida social. Em sociedades primitivas, inferiores, os indivíduos compartilham as mesmas condições, todos realizam um número restrito de funções. Assim, se a “marcha do progresso e da evolução” acontece da mesma forma em organismos biológicos e sociais, a condição de “para-

3 BOMFIM, Manoel. *Ibdem*.

4 BOMFIM, Manoel. *Ibdem*.

5 BOMFIM, 1993, p.59

6 A ideia de “parasitismo social”, não é original e exclusiva do pensamento de Manoel Bomfim. Dentro da obra *A América Latina males de origem*, o autor faz referência ao crítico das teorias de hierarquização racial Max-Nordau para apontar que o legítimo fenômeno da degenerescência tem por um de seus motivadores o crime do parasitismo humano. Citando Schaeffle (*apud* Bomfim, 1993) indica que a vida parasitaria produz compensações que podem levar ao excesso de devassidão e bebida.

sitação” é o indicativo da degradação do sistema complexo de divisão do trabalho.

Os órgãos já não trabalham pelo esforço contínuo de desenvolvimento e perdem o hábito de lutar contra a natureza, dada à falta de estímulo contínuo. O progresso “é o resultado da luta do homem com a natureza, para tirar dela o que é preciso à vida, e para evitar as suas inclemências. Para isto, ele vai apurando a inteligência, inventando recursos, adotando tudo que lhe parece facilitar essa conquista necessária”⁷

Dessa forma, a vida parasitária (exploração do trabalho alheio, iniquidades, cobiça e extorsões) de ibéricos sobre outras sociedades lhes impede de apurar os sentimentos de justiça, moralidade, equidade e os valores altruísticos e dos laços solidariedade. O que se tem é a inevitável criação de uma cultura de egoísmos e perversidades, distanciada do progresso moral.

A colonização e o parasitismo predatório eliminou “impérios adiantados, populosos e de civilizações vivazes”⁸ na América Latina, levando o ouro e a prata prodigiosamente e deixando tribos selvagens apavoradas e desmoralizadas. Bomfim⁹ afirma que enquanto havia riquezas naturais, os ibéricos foram guerreiros, conquistadores e depredadores, entretanto, esgotando-as o que se instala é a condição sedentária e parasitária. O regime parasitário produziu no caráter dos países da América Latina¹⁰ (mesmo depois de emancipados) uma influência natural de vícios – enfraquecimento e a violência nas relações - gerados e impostos pela forma de organização colonial.



7 BOMFIM, 1993, p. 167

8 Como indica Bomfim: “O mais sensível e lastimável é a perda de milhões de indivíduos – homens aptos, dos mais aptos entre os nativos da América; homens que não eram mais o selvagem descuidoso, sem educação social, sem hábitos de trabalho, vivendo miseravelmente dos recursos naturais da selva e dos rios. Não; eram homens cujo esforço inteligente havia produzido e acumulado riquezas e monumentos, capazes de desvairar os invasores famintos. A conservação de tais indivíduos, ou melhor, a conservação de tais povos e civilizações, respeitados os seus direitos naturais, permitindo-lhes a desenvolver-se segundo seu gênio e caráter, aproveitando-se o concurso, a iniciativa, a inteligência dos adventícios – isto teria trazido à vida econômica das novas sociedades, saídas da fusão e assimilação de uns e de outros, elementos preciosos de *progresso* e estabilidade. Com as populações exterminadas, desapareceu tudo que elas sabiam sobre as coisas deste continente, toda a sua experiência, tudo, enfim, que representava uma perfeita adaptação à natureza americana. E as que não foram destruídas – ameaçadas, escravizadas, cheias de ódios, fugiram para as brenhas, e converteram-se logo em elemento perturbador da vida econômica da colônia, praticando depredações, provocando lutas, exercendo represálias, em que se consumiram inutilmente vidas e energias. (BOMFIM, 1993, p.129)

9 BOMFIM, Manoel. *A América Latina males de origem*. Rio de Janeiro: Topbooks. 1993.

10 Os demais povos da América do Sul sofreram, perturbações nas condições da formação de suas nacionalidades bastante similares ao Brasil. O autor afirma que se advém de antecedentes comuns, os sintomas serão naturalmente os mesmos. Isto porque, as nações colonizadoras, Portugal e Espanha, apresentavam em sua “vida” e “caráter” uma configuração geral de atraso. Esses povos que já estiveram na vanguarda do progresso e foram expoentes da *civilização*, caminham a desorientação, fraqueza e irritação constante (BOMFIM, 1993, p.54).

As influências das metrópoles no organismo das colônias se manifestam em todas as esferas da vida coletiva: econômica, social, política e moral. Assim, os efeitos secundários da parasitação provocam defeitos, anomalias e perversões na constituição e desenvolvimento das sociedades. O regime parasitário introduziu a escravidão negra e como consequência desenvolvimento político e econômico foram turbados pelas imposições de um regime antagônico, opressivo, corrupto e retardatário avesso ao processo evolutivo natural das sociedades. Logo, o parasitismo é o inimigo do progresso.

Além disso, o autor afirma que para levar as sociedades latino-americanas ao progresso é necessário estabelecer uma luta sistemática, consciente e direta contra o passado e deixar despontar apenas a solidariedade afetiva, os sentimentos de hombridade e independência nacional, que são característicos do povo. Este seria, então, o meio de diminuir a distância das nações da América Latina e as realmente progressistas e cultas.

Sendo assim, fatores como a relação de governantes e governados, o aparelho do estado, a massa de colonizadores seguindo os móveis de conduta do enriquecimento e da cobiça, a falta de homogeneidade, a dificuldade de sustentar o nacionalismo e o patriotismo, a tradição parasitária além de hábitos e costumes anacrônicos com a realidade, são elementos que causam profundas perturbações no progresso político, social e geral da sociedade brasileira.

A plasticidade intelectual e o grande poder de assimilação, presentes nos portugueses e passados ao povo brasileiro, são qualidades preciosas para o progresso. Isto porque, o parasitismo ainda que social não causa modificações orgânicas, os efeitos causados por ele são de ordem moral, logo, podem ser corrigidos com a reeducação social. A queda da tradição parasitária e a crítica ao regime apontam para a entrada no progresso.

A ideia de progressão, para Manoel Bomfim, é a capacidade de “raças rudimentares e maleáveis”, a partir da permeabilidade social e moral com sociedades “já caracterizadas e fixas” renovarem-se e atingirem o progresso mais rapidamente que nações velhas (menos adaptáveis e variáveis). Outra forma de atingir o progresso moral e social, para o autor é através da busca constante do desenvolvimento dos sentimentos altruístas, da solidariedade, harmonia e unificação da espécie humana que conformam os elementos de valor superior do homem.

Assim, como ocorre nos organismos biológicos, a sociedade humana, regida por leis sociais, também haveria progredir gradativamente (movimento de progresso normal das populações). Sua apuração e melhoria constantes demonstram a necessidade de se adaptar e vencer as condições da natureza. Entretanto, Bomfim¹¹ afirma que não há uma “corrente

11 BOMFIM, Manoel. *A América Latina males de origem*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1993.

fatal” que destine ao progresso. Os recursos científicos, a iluminação da crítica e do saber, a busca constante pela fraternidade e da felicidade são os passos para a marcha do progresso e da evolução.

Bomfim também produz um diálogo crítico com os conceitos darwinismo social a fim de demonstrar que a dominação e subjugação dos povos não era um fator de ordem natural, portanto, não poderia ser uma justificativa para a exploração do trabalho e nem da extinção dos considerados inferiores. O autor vale-se da obra de Darwin para discordar das inatas desigualdades e hierarquizações das raças humanas, desse modo, indica que o progresso humano seria por meio da constituição de um sentimento altruísta e de solidariedade capacitador das relações de cooperação.

Em suas estreitas ligações com a metáfora das ciências biológicas, Bomfim entende a sociedade em condições orgânicas, busca analisar a formulação da nacionalidade como um fator em composição num sentido evolutivo e progressivo. Aguiar¹² pontua que Manoel Bomfim não só toma emprestadas as metáforas biológicas para explicação da experiência histórica brasileira, mas de fato, também se vale de um aporte biológico como instrumento de interpretação da vida social. O preceito de ordem científica é adotado, ainda que com infinitas variantes, pela intelectualidade da época como um discurso de autoridade, o que é ratificado por meio da percepção do mundo natural, poderia ser transportado em alguma medida para o mundo social.

Para concluir, destes fatos, que o cruzamento de raças humanas diferente deva, forçosamente, provocar o aparecimento das qualidades morais grosseiras dos antepassados longínquos da espécie, será preciso que se verifique, pelo menos o aparecimento simultâneo dos caracteres ancestrais de ordem morfológica - e tal não se dá. Não se vê, nos mestiços, nenhum traço fisionômico especial, novo, nenhuma modificação orgânica particular, que possa ser considerada como uma regressão ancestral. Como, então, admitir que deva haver forçosamente uma regressão moral e intelectual – quando, no entanto, o cruzamento se faz, não entre espécies diferentes, mas entre raças diversas, e quando, mesmo no caso dos animais (onde há esta regressão física) não existe regressão intelectual?¹³

Manoel Bomfim define a evolução humana como o “progresso do espírito, a cultura da inteligência para conhecer, a cultura do sentimento

12 AGUIAR, Ronaldo Conde. *O rebelde esquecido: Tempo vida e obra de Manoel Bomfim*. Topbooks. 2000.

13 BOMFIM, 1996, p. 206.

para amar”¹⁴. O autor afirma que a nacionalidade é fruto de uma evolução: a confluência de fatores históricos, de tempo e lugar. Portanto, a análise dos antecedentes mostra as forças formadoras do presente, combinando as ações do passado e as condições do meio.

Sendo assim, são as múltiplas variações e combinações destes elementos (naturais e sociais) que constituem a mola que impulsiona a evolução. A evolução está sempre ligada a uma leitura do passado para o encontro com o futuro. Desse modo, o retardo ou a suspensão da marcha necessária para a evolução humana não traz consequências graves à vida orgânica e social da sociedade. Por isso, aqueles que se dispõem a dirigi-la e a guiá-la política e socialmente devem ter por objetivo facilitar o trajeto e procurar o caminho que melhor satisfaça os anseios da evolução.

Manoel Bomfim indica a impossibilidade de suspender a evolução. Entretanto, quando as sociedades só satisfazem os ímpetus egoísticos e se obstinam em não progredir, a marcha da evolução se retarda. O autor mostra que, ao instituírem as colônias nas Américas, os países ibéricos ainda não haviam completado seu quadro de evolução e progresso, a vida parasitária conferiu a eles um processo degenerativo e degradativo, ou seja, um regresso social.

A respeito do futuro da humanidade, Bomfim indica que felizmente a civilização e o progresso encontram na evolução redentora a prosperidade econômica e material por meio do apuro da cultura intelectual. De forma geral, a constante, vital e lenta evolução dos seres sociais, assim como nos biológicos, segue leis gerais que apontam o caminho da evolução mental, social e moral até o mais alto grau evolucionário e se complete.

De acordo com Bomfim¹⁵, a primeira condição para se conquistar a civilização é conhecê-la, entender os recursos disponíveis, as necessidades que se impõem no tempo e no espaço. Assim, o papel do homem na civilização é o de lutar e conquistar a natureza, impor a evolução a “melhor marcha para a conquista de um ideal”. Portanto, o resultado final da civilização deve ser extirpar as dores dos conflitos entre indivíduos, conquistar o progresso social, a felicidade e a harmonia pela cooperação.

A civilização atual tem como pressuposto a liberdade, já que o homem não deve ser um “entrecruzamento de vontades arbitrarias” dentro de seu meio social. Sua ação deve ser baseada numa perfeita inteligência dentro de um regime de liberdade que o permita seguir leis definidas. Manoel Bomfim¹⁶ mostra que para se alcançar a civilização e o bem geral é preciso lutar pelo progresso social e pelo progresso moral da nação a

14 BOMFIM, 1993, p. 240

15 BOMFIM, Manoel. *A América Latina males de origem*. Rio de Janeiro: Topbooks. 1993.

16 BOMFIM, Manoel. *Ibidem*.

fim de afastar as influências contraditórias a ele, injustiças e privilégios. Nesse sentido, o autor ressalta o desejo de justiça e progresso para subir à civilização.

Ademais, Bomfim¹⁷ afirma que no estado em que se encontravam os povos da América Latina, mal podem ser chamados de civilizados. As nações novas só conseguiam progredir um décimo do que é necessário para alcançar e gozar dos mesmos benefícios das nações civilizadas. O efeito deste retardamento, que impedia o Brasil de alcançar o estado da civilização moderna, é a infelicidade pelas condições de inferioridade.

Essas perturbações causadas pela parasitação também tiveram consequências para a civilização ibérica. Nesse passo, Bomfim pontua que as sociedades, após um período de progresso atingindo o estado de civilização superior, degeneram e caem. Isto porque a condição parasitária é antagonista ao próprio progresso da civilização, assim o que se tem é o extermínio de grandes civilizações.

Nas duas obras trabalhadas, Bomfim afirma que há provas da capacidade indígena de atingir uma civilização superior. Segundo o autor, há demonstrações categóricas na história, da perfectibilidade social destes povos. Os impérios que se encontravam na América Latina (Inca e Asteca), cujo estado de civilização era superior ao da Europa central no século IV e V, era obra exclusivamente das raças indígenas.

Nesse sentido, não se pode contestar a capacidade destes povos de sair do estado de selvageria primitiva e chegar ao grau de organização, cultura e civilização que orgulharia os europeus. O autor vale-se das leis de evolução social para afirmar que as dificuldades de vencer a selvageria primitiva e formar uma sociedade disciplinada e organizada é muito maior que levar a cultura moral e intelectual (que possuem as sociedades da Europa) ao indígena. Portanto, não se pode dizer que o indígena é um elemento refratário da civilização.

A conservação de tais civilizações e a permissão de seu desenvolvimento natural (em gênio e em caráter) teriam consequências valorosas: uma vida econômica baseada na assimilação e na fusão, conduzindo ao progresso e à estabilidade. Entretanto, instituída a sociedade de exploração e o regime escravocrata uma massa de sujeitos desmoralizados, contaminada por vícios e defeitos, vivia à margem da civilização que foi reduzida a uma vida rudimentar e primitiva, vivendo em permanente estado de instabilidade e irritação.

Manoel Bomfim, nas duas obras supracitadas, discorre sobre a existência de uma noção de civilização perniciosa. A Europa julgou, sem conhecimento, a situação e a condição política e social da América Latina,



17 BOMFIM, Manoel. *O Brasil*. São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Porto Alegre: Companhia Editora Nacional. 1940.

produzindo um juízo universal condenatório. Essa conformação da opinião europeia desmoralizou e desestimulou a busca por melhorias políticas, econômicas e sociais. A implacável sentença da “incivilização” foi, para os americanos, fontes de dores e sofrimento. O desprezo do mundo civilizado pelas populações americanas fundamentava-se em uma “sociologia da cobiça” onde essas sociedades eram julgadas como incapazes, inferiores e refratárias ao progresso.

Segundo o autor, não se pode considerar um ignorante, vivendo fora do mundo civilizado em primitiva animalidade, como resistente à civilização. A falta de trabalho do espírito, de aspiração superior e de conforto não lhe permitiam sequer cobiçar a civilização. Entretanto, se for aberta a consciência e a inteligência e cercá-lo por estímulos será aberto o caminho da atividade espontânea, fecundaria em desejos de progresso e civilização.

Assim, seria preciso saber o estado da população para instruir e educar a sociedade, a fim de que se chegue ao nível da civilização atual. Quando preparados e esclarecidos, os homens são instrumentos de transformação. Em tal esforço, é preciso combater os males de origem que se impõem ao progresso. Somente dessa forma seria possível vigorar uma América Latina, no movimento do progresso, livre e moderna.

Manoel Bomfim¹⁸ é austero para lidar com a questão da inferioridade racial do indígena e do negro. Ele contesta a premissa da incapacidade de organização e progresso social dos negros, afirmando que se livres das tensões parasitárias, esses ditos “seres inferiores”, caminham rumo a uma evolução social quase perfeita e ideal. De fato, o autor discorda das leituras que afirmam as características negativas intrínseca das raças negra e indígena.

Os defeitos imperdoáveis como indolência e desinteresse, característico das raças, em verdade são a constatação da falta de aspiração e educação social. O autor mostra que os valores do trabalho, os novos desejos, e a vontade de alcançar os “gozos superiores” vêm pelo ensinamento e são conservados pelas garantias que de que estão trabalhando para si.

O autor afirma ainda que se uma raça, seja ela pura ou cruzada, produz indivíduos de grande talento no conhecimento científico, filosófico ou artístico é verdadeiro sinal que esses povos são suscetíveis ao progresso intelectual. Assim, Bomfim¹⁹ mostra que a ínfima produção de gênios na América Latina nada tem a ver com defeitos ou incapacidades mentais das populações, muito antes é consequência das condições de atraso e das

18 BOMFIM, Manoel. *A América Latina males de origem*. Rio de Janeiro: Topbooks. 1993.

19 BOMFIM, Manoel. *A América Latina males de origem*. Rio de Janeiro: Topbooks. 1993.



condições de meio (seguindo os princípios da evolução uma mesma raça ou povo passa períodos de fertilidade e penúria).

Neste sentido, Manoel Bomfim busca compreender o peso dos fatores transmitidos entre as gerações. Para ele as influências hereditárias são as preponderantes e determinantes na formulação do caráter das populações, entretanto, não são as únicas a influir. Nos países latino-americanos, onde foi grande a migração de negros africanos e índios, se vê a presença destes povos na fisionomia moral e intelectual dessas novas sociedades. Porém, essas influências são pouco sensíveis. Indígenas e negros, povos ainda muito atrasados, não possuíam suficientes qualidades, vícios ou virtudes que pudessem provocar a imitação de outros povos.

A partir desta breve exploração do conteúdo central das fontes é possível perceber a complexidade da obra de Manoel Bomfim. O autor mobiliza perspectivas culturais, econômicas, políticas, sociais e científicas na tentativa de compreender os aspectos intrínsecos e singulares da população e nação brasileira. Partindo de uma regressão histórica da colonização, Bomfim produz uma síntese da condição política e social do Brasil.

Fica evidente, a partir das duas obras/fontes, que o autor se vale-se de um corpus teórico-conceitual que amarra e dá sentido às suas análises. Ciência, progresso, evolução, raça e mestiçagem são tomados como princípios/conceitos incontornáveis para a síntese da história nacional. A hereditariedade para Manoel Bomfim, seria um elemento essencial para compreender a formação da população brasileira. De forma a concatenar teorias científicas e psicológicas, o autor problematiza como o fator hereditário pode influir individual e coletivamente no imperativo da evolução e do progresso. Neste sentido, a discussão que se segue neste trabalho visa compreender em que medida o elemento hereditário seria fruto epistêmico da confluência das teorias/conceitos anteriormente citados.

- *Entendendo a hereditariedade*

Manoel Bomfim²⁰ apresenta uma análise orgânica da formação e da condição brasileira. Para ele, a sociedade é um organismo estabelecido e regido por leis categóricas. Dessa forma, a construção dos organismos sociais depende do meio, tempo e lugar. O autor enfatiza o peso da hereditariedade psicológica e social em seus estudos. Segundo Bomfim, a hereditariedade consistiria em:

Transmissão por herança, das qualidades psicológicas, comuns e gerações, dão a cada grupo social um caráter próprio distintivo: transmissão por herança no grupo anglo-saxônico.

20 BOMFIM, Manoel. *A América Latina males de origem*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1993.

co, das qualidades que caracterizam o tipo anglo-saxônico; perpetuação nos judeus das qualidades típicas da raça; em resumo, a hereditariedade social é a mesma psicológica.²¹

Para o autor, é impossível negar a vigência e a influência da herança psicológica. De acordo com Bomfim²² os progenitores são os responsáveis por disseminar os caracteres psicológicos da classe, da ordem e da espécie. O caráter estaria ligado mais fortemente ao fator da hereditariedade do que da educação e da imitação. Dessa forma, entende que “se a hereditariedade existe para as qualidades que caracterizam a espécie, e para as qualidades individuais dos progenitores, não pode deixar de existir para os traços psicológicos, típicos da raça ou do grupo”.²³

Assim como os animais, os humanos transmitem traços e caracteres anatômicos, morfológicos e psicológicos, suas aptidões mentais e qualidades morais. Bomfim afirma que o homem não nasce virgem de impressões, muito antes já carrega em si “bem acentuadas, as suas tendências e aptidões psíquicas.”²⁴ Todavia, seu conhecimento e inteligência são condicionados às impressões do mundo exterior, influenciadas pelos estímulos físicos e morais dados pelas condições ambientais.

As tendências, aptidões e inclinações são características herdadas, mas o caráter só se completa por meio da imitação, sugestão e da educação, moldando a tradição e a evolução social. Desse modo, molda-se o ânimo brasileiro: de inteligência pronta, compassivos e cordialmente abertos aos ideais de justiça.²⁵

Nas obras, o autor afirma a impossibilidade de estabelecer uma população homogênea no Brasil, brancos, negros e índios caldeiam-se dando origem aos múltiplos tipos mestiços. Ou seja, a construção de um caráter nacional único e forte fica comprometida. Isso fica claro ao tratar da questão da inserção de imigrantes no Brasil, com relação à qual o autor é categórico:

Tudo isto porque a grandeza *effectiva* e humana de uma nação está no valor moral e mental dos indivíduos, e não no *numero d'elles*. Si aos nossos dirigentes houvesse chegado o reflexo das condições *reaes* a que a politica deve *attender*, *elles* teriam *comprehendido* que, no Brasil (como existe até hoje), dado o nível médio-mental, e politico das populações,

21 BOMFIM, Manoel. 1993, p. 155.

22 BOMFIM, Manoel. *A América Latina males de origem*. Rio de Janeiro: Topbooks. 1993.

23 BOMFIM, Manoel. 1993, p. 156.

24 BOMFIM, Manoel 1993, p. 157.

25 BOMFIM, Manoel. 1940, p.268.

não é possível a grossa e intensa *injecção* de *immigrantes*, sem que o desenvolvimento natural se desequilibre profundamente, sem que a vida geral da Nação se perturbe e que todo o *character* nacional se resista.²⁶

Desta forma, não há uma população superiormente preparada para se impor perante o nível médio-mental, social e político de imigrantes europeus.

Para o autor, o que demarca as diferenças não é a raça, mas sim os fatores da formação histórica brasileira (a escravidão e o parasitismo social português). Os processos históricos brasileiros são influenciadores da imitação e da sugestão, que atribuem ao brasileiro menor grau de disciplina e “cultura”, se comparado aos imigrantes alemães e italianos. Nas obras trabalhadas Bomfim critica a falsa ciência, indiscriminadamente introduzida e incorporada pela elite política e intelectual, baseada nos critérios de hierarquias raciais.

No vazio da inteligência, com a grosseira das inspirações, incapazes de *correspondencia* com a realidade, prontos a explorar o que a força e a riqueza material oferecem, nossos dirigentes são *promptos*, *igualmente*, em *aceitar* quantos conceitos e juízos lhes *dêm* as suas curtas leituras, desde que se *accordem* á insuficiência de pensamento e grosseria de propósitos eu os caracterizam. Assim se explica o empenho com que *appellam* para a *immigração*, o valor que lhe dão as estultices que repetem, quanto á significação histórica do clima brasileiro, e, sobretudo, a empáfia bestial e anti-brasileira com que repetem os interesseiros, falsos e ferozes conceitos, arguidos pela falsa *sciencia*, a serviço do colonialismo, contra os fracos escravizados de *hontem*, dominados e explorados hoje, em nome de uma pretensa superioridade de *raças*.²⁷

Sobre a teoria da inferioridade de raças, O autor afirma ser um sofisma baseado no egoísmo e hipocrisia humana. O resultado prático da aplicação dessa teoria seria a ida dos “superiores” a sociedades “inferiores” em busca de mão de obra para seu sustento. Assim, as classes dirigentes reorganizam e reestruturam sociedades para que elas entrem em conformidade com suas tradições.

As raças, segundo o autor, não possuem hierarquia orgânica ou psíquica. No Brasil, diferente de outras colônias, o processo que se deu mi-

26 BOMFIM, 1940, p. 341-342.

27 BOMFIM, 1940, p. 335-336.

nimizou dificuldades e problemas: o português, que era menos refratário à fusão, à busca do aproveitamento do trabalho indígena e o negro, associados à bondade do coração do brasileiro, produziu uma sociedade sem “prevenções da raça”.

O português²⁸, o mais humano dos colonizadores,²⁹ ganha esse título pela larga fusão de sangue e de costumes indígenas. Dessas “felizes combinações” se tem algo original e essencial para compreender o tipo brasileiro e as “formas sociais peculiares” de sua gente. Ao analisar a influência da mestiçagem, Bomfim observa que a teoria dos efeitos regressivos dos cruzamentos não é assertiva para provar a influência negativa dos cruzamentos raciais.

Não há na história da América Latina um só fato provando que os *mestiços* houvessem degenerado de caráter, relativamente às qualidades essenciais das *raças* progenitoras. Os defeitos e virtudes que possuem vêm da herança que sobre eles pesa, da educação recebida e da adaptação às condições de vida que lhes são oferecidas.³⁰

Contudo, não reconhece, no mestiço traços de regressão³¹ nem caracteres de ordem ancestral, ao contrário, afirma que pode haver “a mistura de qualidades morais e intelectuais, na mestiçagem, pode dar lugar ao aparecimento de aptidões novas”.³²

Conclusão

De acordo com a perspectiva de Manoel Bomfim, a hereditariedade social (transmissão por herança de qualidades psicológicas, comuns e constantes por meio das gerações distintas dos grupos) está associada a formação do povo e, conseqüentemente à nação brasileira.

28 Em referência aos demais povos ibéricos, Bomfim afirma: “O hespanhol cruzava menos. E é por isso que nas colônias de Hespanha, mesmo depois de oito gerações se nomeava “hespanhol”. Elle não acceitava, nem mesmo fazer a vida em promiscuidade com as gentes de cor, ao passo que o portuguez, com longo convívio da consta da Africa, facilmente produzia mulatos. É natural, mesmo, que essas facilidades se transmittissem aos descendentes brasileiros.” (BOMFIM, 1940, p. 13)

29 BOMFIM, Manoel. 1940, p. 09.

30 BOMFIM, 1993, p. 264.

31 Em diálogo com os estudos de Darwin, Manoel Bomfim (1993, p. 263) afirma que sua teoria teria juízo mais categórico se retirasse o foco dos “efeitos naturais” dos cruzamentos e centrasse em observar as heranças de martírio, sofrimento e desprezo, verdadeira causa da desorganização moral e social. Em outra passagem, afirma que as geniais obras de Darwin foram injustamente utilizadas para justificar injustiças e vilanias.

32 BOMFIM, 1993, p.262.

A partir da análise das duas obras vê-se, uma espécie de dualidade paradoxal na formulação do conceito. Para Manoel Bomfim a “hereditariedade” psicológica e social trazem consigo características das classes, da ordem e da espécie. Todavia, os estímulos educacionais e do meio podem provocar mudanças na tradição e assim voltar ao curso natural da evolução e progresso social.

Bomfim, muito conectado à perspectiva biológica toma como pressuposto a existência de certos caracteres “inatos”, transmitido num fluxo contínuo entre as gerações. Esses caracteres são traços psicológicos que (con)formam os indivíduos e a sociedade. Ainda que contradizendo as teorias mais pessimistas a respeito da diferenciação e da mistura entre diferentes raças, o autor reconhece haver um elemento constitutivo da alma humana. Desta forma a hereditariedade seria então, inegável.

É importante reforçar a localidade desta discussão. A partir da segunda metade do século XIX há importantes avanços nos campos de estudo da sociologia, história, filosofia, psicologia, economia, entre outros. Fazer-se intelectual neste contexto exigia mobilizar os mais diversos setores do conhecimento a fim de produzir teorias gerais que fossem explicativas do passado, diagnósticos do presente e instrutivas para o futuro.

Evolução e progresso eram ideias que andavam lado a lado, balizando os graus da civilização. Civilização pautada numa perspectiva eurocêntrica que comprimia e discriminava o outro. Manoel Bomfim, fruto de seu tempo, valeu-se dos conceitos de progresso e evolução, produziu reflexões sobre a condição mestiça da população brasileira, buscou compreender as origens do “atraso” e afirmou a influência positiva da educação. Bomfim, se apropriou do corpus teórico-conceitual de sua época para subverter a lógica do subdesenvolvimento da sociedade brasileira. Seu conceito de hereditariedade fala das infames condições impostas pela colonização parasitária como também aponta para a educação como via de transmissão de caracteres que inspirem o progresso e a evolução.



Pedagogia e Psicologia no pensamento de Manoel Bomfim

Wojciech Andrzej Kulesza*

Pedagogy and Psychology in the thought of Manoel Bomfim

Resumo

Precursor do pensamento descolonial no Brasil, Manoel Bomfim participou ativamente do “entusiasmo pela educação” que animou a intelectualidade brasileira nas primeiras décadas do século XX. Formado nas escolas médicas da Bahia e do Rio de Janeiro, ele integrou o movimento de medicalização da sociedade então em curso, focando sua atuação no campo do ensino, combatendo o “mal do analfabetismo”. Neste trabalho, por meio da análise de suas *Lições de Pedagogia* (1915) e das *Noções de Psicologia* (1916), procura-se caracterizar sua apropriação dos debates então realizados no mundo ocidental acerca do papel da psicologia no ensino. Em suas produções posteriores sobre essa temática podemos identificar críticas profundas à concepção de psicologia educacional que viria a se tornar hegemônica a partir dos desdobramentos do movimento da Escola Nova na década de 1930.

Palavras-chave: Manoel Bomfim, teoria da educação, psicologia do ensino

Abstract

A precursor of decolonial thinking in Brazil, Manoel Bomfim participated of the “enthusiasm for education” program that animated the Brazilian intelligentsia in the first decades of the twentieth century. Graduated in the medical schools of Bahia and Rio de Janeiro, he integrated the medicalization movement ongoing in the society, focusing his work in the field of education, combating the ill of illiteracy. In this work, through the analysis of his *Lessons in Pedagogy* (1915) and the *Notions of Psychology* (1916), we aim to characterize his appropriation of the debates that took place in the Western World about the role of psychology in teaching. In his later production on this theme we can identify deep criticisms to the conception of educational psychology that would become hegemonic from the unfolding of the movement of the New School in the decade of 1930.

Keywords: Manoel Bomfim, educational theory, teaching psychology

* Graduado em Física pela Universidade de São Paulo (1971), mestrado em Ciências pela Universidade de São Paulo (1985), doutorado em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (1991), pós-doutorado na Auburn University (1995/6) e Universidade Federal de Minas Gerais (2014/5). Atualmente é professor titular aposentado da Universidade Federal da Paraíba, pesquisador do Grupo de Pesquisa Ciência, Edu-

cação e Sociedade (GPCES) da UFPB e do Centro de Pesquisa em História da Educação (GEPHE) da UFMG. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Fundamentos da Educação, atuando principalmente nos seguintes temas: instituições escolares, formação de professores, história da educação e ensino de ciências e matemática.





A presença de Manoel de Jesus Bomfim (1868-1932) na historiografia atual é reveladora tanto do caráter poligráfico de sua obra, como da importância de suas análises, realizadas há cerca de um século, para a compreensão da realidade não só brasileira, mas também latino-americana. Lugar comum há algum tempo, hoje não se pode aplicar-lhe de modo nenhum os epítetos de rebelde ou ensaísta esquecido, notadamente porque ele “vem sendo mencionado e estudado em obras recentes que objetivam construir um painel, um panteão de autores e obras que explicam o Brasil”¹ e, sobretudo, “vem sendo sistematicamente estudado em diversos programas de pós-graduação de universidades brasileiras, não apenas na área de história, mas também em outros campos das ciências humanas, em que a imagem de Bomfim como um intelectual singular vem se sobressaindo em diversos estudos”.² Esses juízos, vindos, respectivamente, dos campos da sociologia e da história, circunscrevem os principais estudos acerca da obra do intelectual sergipano, consagrada com a publicação de *América Latina: males de origem* em 1905, derivado confessadamente “do amor de um brasileiro pelo Brasil, da solicitude de um americano pela América”, como intérprete de uma região que ele procurava desvencilhar do colonialismo, a começar pelo combate à “reputação perversamente malévolamente de que é vítima a América do Sul”.³

Todavia, de um ponto de vista pragmático, ao fim e ao cabo, desembocavam na educação popular todas suas elaborações sociológicas e históricas destinadas não só a compreender, mas também a transformar o Brasil. Formado pelas escolas médicas da Bahia e do Rio de Janeiro, Bomfim integrou o movimento de medicalização da sociedade então em curso, que pretendia curar os “males do país”, fartamente diagnosticados e expostos pelos indicadores sociais então disponíveis, com destaque para as taxas de analfabetismo, para assim incluí-lo no rol dos países civilizados. Ampliando sua atuação nos setores mais carentes relativos à saúde da população, os profissionais da medicina inscreveram no tecido social novas especialidades, tais como a higiene, a puericultura e a psicologia, todas elas em interface direta com a educação. Alçado a dirigente do *Pedagogium* e diretor da Escola Normal, Bomfim aprofundou seu saber médico no campo da psicologia para poder dar conta dessas atividades educacionais, inclusive indo estagiar no laboratório de Alfred Binet em Paris, exatamente no momento em que a psicologia esboçava seu movi-

1 LIPPI, L. Manuel Bomfim: autor esquecido ou fora do tempo? *Sociologia&Antropologia*, 5-3 (2015), pp. 771-797, esp. p. 774.

2 BENTO, L.C. *Cultura histórica e questão nacional na Primeira República: o sentido da formação entre os ensaios e os escritos educacionais de Manoel Bomfim (1897-1930)*. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2015. A bibliografia deste trabalho apresenta um apanhado, ainda que não exaustivo, da variedade desses estudos.

3 BOMFIM, M. *A América Latina: males de origem*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008, p. 2-3.

mento para se tornar uma referência fundamental para a construção de uma educação científica.

Professor do ensino secundário em matérias relacionadas com sua formação, como a zoologia, em decorrência do cargo na Escola Normal, ele passa a lecionar inicialmente moral e cívica e, posteriormente, pedagogia, matéria à qual se dedica intensamente. Embora se tenha dedicado ao ensino de jovens (e também de adultos, na experiência da Universidade Popular do Ensino Livre), a grande maioria de suas obras didáticas e seus esforços teóricos e práticos estavam voltados para a educação infantil, dentre os quais vale salientar seus diversos livros didáticos para a prática de leitura e sua participação na criação da revista *O Tico-Tico* em 1905.⁴ Antecipando-se a escolanovistas célebres como Lourenço Filho, que lutou nas décadas de 1930 e 1940 contra a legislação que delegava exclusivamente aos Estados a responsabilidade pelo ensino primário,⁵ Bomfim, em sua breve experiência parlamentar, destacou-se por acolher no parlamento nacional projeto que previa a intervenção da União na instrução primária ministrada pelos Estados. Para a concretização do projeto, Bomfim apresentou três propostas: “A primeira delas estipulava que a União fundasse escolas primárias nos estados em locais onde elas não existissem e onde fossem insuficientes; a segunda criava a obrigatoriedade da criação de Escolas Normais federais pela União e a terceira, determinava que a União auxiliasse os estados na proporção da receita per capita de cada um, de modo que os mais carentes fossem mais bem assistidos”.⁶

Focalizando o ensino primário nos albores do século XX, logo denominado “século da criança”, Bomfim irá delimitar claramente o objeto da pedagogia ensinada na Escola Normal: trata-se antes de tudo de educar as crianças para viver no país e fazê-lo progredir. Esse objetivo se coaduna perfeitamente bem com suas propostas de transformação advindas do seu labor de pensar o Brasil, labor compartilhado por inúmeros intérpretes de sua época, mas que, pela sua singularidade, são identificadas na atualidade com o pensamento descolonial.⁷ Qualificado na dissertação de Mallmann⁸ (2011), como “intelectual da educação”, podemos sem dificul-

4 ROSA, Z.P. *O Tico-Tico: meio século de ação recreativa e pedagógica*. Bragança Paulista: EDUSF, 2002.

5 KULESZA, W.A. Lourenço Filho e a nacionalização do ensino primário, *Inter-Ação*, 41-1 (2016), p. 1-22.

6 MACHADO, M.C.G.; SILVA, L.A. Manoel Bomfim: debates parlamentares sobre estado e instrução primária na primeira década do século XX. *Inter-Ação*, 41-1 (2016), p. 83-102, esp. p. 95.

7 FILGUEIRA, A.L.S. *A escrita descolonial de Manoel Bomfim: uma conversa com seu pensamento social e político*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

8 MALLMAN, M.C. *Manoel Bomfim: um intelectual polêmico e engajado na Belle Époque tropical (1898-1914)*. Dissertação (Mestrado em Processos Formativos e Desigualdades Sociais), Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

dade reconhecer nele as características recorrentes que Vieira identificou nos intelectuais vinculados ao campo educacional na primeira metade do século XX: “ 1) sentimento de pertencimento ao estrato social que, ao longo dos séculos XIX e XX, produziu a identidade social do intelectual; 2) engajamento político propiciado pelo sentimento de missão ou de dever social; 3) elaboração e veiculação do discurso que estabelece a relação entre educação e modernidade; 4) assunção da centralidade do Estado como agente político capaz de realizar as reformas sociais”.⁹

Formado no interior de academias médicas calcadas em suas congêneres europeias, fortemente exposto, portanto, ao colonialismo cultural dominante, Bomfim, ao transitar pela Europa, reforçou sua aversão ao parasitismo metropolitano, no qual identificou os “males de origem” do atraso latino-americano. Todavia, para se informar a respeito da pedagogia, área na qual decidiu se profissionalizar, ele se dirigiu a um dos grandes centros onde se localizava a vanguarda do desenvolvimento das ciências da educação no início do século passado. Bomfim foi ao laboratório de Binet e Dumas em Paris à procura de uma pedagogia científica, munido da concepção de cientificismo que ele tinha absorvido em sua formação médica, isto é, o empirismo tal como sistematizado por Claude Bernard em sua obra clássica sobre a medicina experimental de 1865.¹⁰ Daí a sua escolha por um laboratório caudatário das práticas da fisiologia tomada como paradigma na época para todas as ciências médicas e que o levaria a criar na volta ao Brasil um laboratório de psicologia experimental no Rio de Janeiro. Vivendo intensamente o conflito entre “a hereditariedade, imitação e educação [aproximando-o] dos costumes e processos políticos da metrópole” e “a repulsa, a antipatia e o horror à espoliação” de que era vítima, afastando-o “daquilo que a hereditariedade e a educação”¹¹ lhe impunham, vale perguntar até que ponto sua crítica ao colonialismo, explicitado claramente em sua obra sociológica e histórica, se refletiu em seu pensamento pedagógico, notadamente no que se refere à psicologia da educação, ciência ainda em formação naquele momento e que, portanto, não se apresentava como pronta e acabada para exportação. É o que procuraremos responder a seguir por meio da análise de seus escritos sobre a matéria.

9 VIEIRA, C.E. Intelectuais e Educação, *Pensar a Educação em Revista*, 1-1 (2015), p. 3-21, esp. p.7.

10 Em seu tratado de pedagogia, Bomfim cita explicitamente este autor ao discorrer sobre o método indutivo. BOMFIM, M. *Lições de Pedagogia*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1926, p. 134.

11 BOMFIM, M. *A América Latina...*, p. 112.

Uma pedagogia teórica e prática

O início da utilização do método científico próprio das ciências naturais em pedagogia pode ser datado do final do século XIX, acompanhando o movimento nesse sentido empreendido pelas ciências humanas de modo geral e que teve como resultado a formação, dentre outras, das atuais disciplinas de psicologia e sociologia. No início do século XX já era corrente o emprego do termo “ciências da educação” na França, “ciência da educação” na Alemanha e “pesquisa educacional” na Inglaterra para designar a modelização científica de temas próprios da pedagogia.¹² O enfrentamento das questões educacionais por via da psicologia subsidiou a constituição do primeiro campo disciplinar a conquistar sua autonomia da pedagogia, inclusive no Brasil, como pode se observar analisando a evolução dos currículos de nossas escolas normais.¹³ Nos prefácios das edições da obra de Manoel Bomfim, *Lições de Pedagogia*, podemos encontrar o registro dessa transição tal como ocorreu nessa instituição no Distrito Federal. Na primeira edição de 1915, esclarecendo que seu livro se baseia nas lições dadas na Escola Normal do Rio de Janeiro na cadeira de Pedagogia, Bomfim explica que: “desde que se criou a cadeira de Pedagogia na Escola Normal, há 18 anos, foi ela desdobrada em dois cursos – um preparatório, de psicologia, feito na terceira série, e o de Pedagogia e Metodologia, professado na quarta série”.¹⁴ Por causa disso, ele decidiu tratar as duas matérias em separado, sendo a psicologia objeto do seu livro, *Noções de Psicologia*, publicado no ano seguinte. Já no prefácio à segunda edição das *Lições*, datado de dezembro de 1917, Bomfim registra: “O regulamento e os programas da Escola Normal do Distrito Federal foram de novo reformados. Hoje a Pedagogia e a Psicologia estão absolutamente separadas, e com professores diferentes”.¹⁵ De fato, em 1916 o médico psiquiatra Maurício de Medeiros já havia assumido a cadeira de Psicologia da Escola Normal.¹⁶

Concluindo esse prefácio, ele se exime de tecer qualquer comentário sobre “a organização didática atual” da escola, uma vez que as reformas “se amiúdam mais que as sedições”, estando já naquela ocasião anunciada nova reforma. Lembremos que no primeiro prefácio, antecipando a reforma feita por Anísio Teixeira no Instituto de Educação em 1930, Bomfim

12 HOFSTETTER, R.; SCHNEUWLY, B. (Eds.). *Le pari des sciences de l'éducation*. Bruxelles : De Boeck & Larcier, 2001, p. 7.

13 KULESZA, W.A. Formação docente na Escola Normal da Paraíba. In: R.L.T. CORREA; A.W.P.C. MENDONÇA; R.H.S. SIMÕES(Orgs.). *História da Profissão Docente no Brasil*. Vitória: EDUFES, 2011, p. 109-141.

14 BOMFIM, M. *Lições de Pedagogia...*, p. 5. Nesta e nas demais citações das obras de Bomfim atualizou-se a ortografia e manteve-se a pontuação original.

15 *Ibidem*, p. 7.

16 ACCÁCIO, L.O. A Escola Normal que virou Instituto de Educação. In: J.C.S. ARAÚJO; A.G.B. FREITAS; A.P.C. LOPES(Orgs.). *As escolas normais no Brasil*. Campinas: Alínea, 2008, p. 220.



havia criticado a separação das metodologias de ensino das matérias do programa da escola primária de suas respectivas disciplinas, “todas professadas como o seriam num Liceu secundário”, descaracterizando assim a profissionalização do professor primário.¹⁷ Com a mesma preocupação, ele ainda criticou nesse prefácio a tentativa de subsumir a psicologia na pedagogia, constante da reforma realizada no ano anterior que reduziu as duas disciplinas, Psicologia e Pedagogia, a um único curso de um ano, fato que ele considerava tão absurdo quanto “fazer desaparecer a ciência da Fisiologia na arte da Higiene”. Fazemos essa observação para exemplificar sua pouca autoridade no interior da Escola Normal, cuja congregação era justamente dominada pelos professores das disciplinas de formação geral do ensino secundário, muitos deles titulares dessas mesmas matérias no tradicional Colégio Pedro II. Essa era uma situação recorrente nesses tempos em processo de disciplinarização dos saberes: de modo geral, os médicos eram considerados *outsiders* no campo educacional, acatados apenas como professores das matérias diretamente relacionadas com sua profissão como a biologia. Como relata Daniel Hameline em sua apreciação histórica a respeito dos percalços da pedagogia na França, mesmo Alfred Binet no auge da fama não seria convidado por Ferdinand Buisson para escrever algum verbete para a nova edição de seu consagrado *Dictionnaire de Pédagogie* publicada em 1911.¹⁸

Bomfim apõe às suas *Lições de Pedagogia* o subtítulo *Teoria e Prática da Educação* com o objetivo de alertar o leitor que não se trata simplesmente da exposição de uma doutrina, mas também de sua aplicação prática na realidade escolar. Para ele a pedagogia é “a aplicação racional dos princípios científicos – biologia, psicologia, sociologia ... à arte da educação”,¹⁹ numa clara apropriação da aposta nas ciências da educação então dominante no mundo ocidental, assimilação facilitada por sua formação plasmada no entendimento da medicina como ciência aplicada à arte de curar. Acompanhando as concepções modernas a respeito da criança como um ser em formação, ele ressalta sua autonomia: “A entidade a que se aplica a educação [a criança] não existe quase, nem está caracterizada, quando a obra educativa começa; é uma individualidade que se deve formar como resultado da própria educação”.²⁰ Escolanovista *avant la lettre*, Bomfim considera a criança como sujeito ativo do processo de aprendizagem no qual, mais do que as tendências e inclinações herdadas, a mente tem papel determinante. Como o fim da educação consiste na adaptação

17 BOMFIM, M. *Lições de Pedagogia...*, p. 6.

18 HAMELINE, D. *Pédagogie*. In: HOFSTETTER, R. ; SCHNEUWLY, B.(Eds.). *Le pari des sciences de l'éducation...*, p. 231.

19 BOMFIM, M. *Lições de Pedagogia...*, p. 6.

20 *Ibidem*, p. 10.

ao meio, físico e social, em que vive a criança e como “essa adaptação é de caráter essencialmente psíquico”, Bomfim, embora reconheça que “a pedagogia se deve inspirar em todas as ciências – físicas, naturais, históricas e sociais”, privilegia a contribuição da psicologia, uma vez que é esta “que lhe dá os principais subsídios”, concluindo, “sem hesitação”, que “o estudo sistemático da Pedagogia deve ser precedido do estudo também sistemático e científico da vida psíquica ou das atividades conscientes”.²¹ Fica assim justificada sua indicação da psicologia, muito mais próxima de se tornar científica, como um pré-requisito para o ensino da pedagogia na Escola Normal.

Para Bomfim, entretanto, a psicologia não se limita a nos informar sobre a natureza do educando, mas é essencial também para compreender as representações que a vida social engendra através das relações entre as consciências individuais: “Dada a natureza e o viver social da espécie, as formas e os processos de adaptação se generalizam em grande parte, constituindo uma sorte de experiência comum, social, e essa experiência concretizada na tradição, transmite-se de geração em geração”.²² Vemos assim que ele não compartilha a dicotomia, à maneira de Durkheim, entre o ser individual e o ser social, uma vez que é na interação da criança com o meio social (para ele, essencialmente moral) que ela se socializa perfazendo um processo caracteristicamente humano: “Toda superioridade da espécie humana está, pois, nesse psiquismo socializado que permite condensar em cada individualidade, em cada consciência, a experiência de todas as outras”. Essa compreensão ampla da psicologia faz com que Bomfim defina a educação como a “*forma de transmissão psíquica dos processos e das capacidades adaptativas*”, integrando amplamente a esse processo social categorias próprias do pensamento.²³

Utilizando um advérbio frequente em sua linguagem, Bomfim termina por concluir que “o próprio pensamento é nimamente social, e inteiramente dependente do meio”, fazendo com que a formação das consciências seja “uma espécie de absorção e assimilação da experiência geral” e, portanto, dependente dos “recursos que a vida social põe à sua disposição”.²⁴ Isto não quer dizer que haja a formação de uma mesma consciência para todos aqueles imersos num determinado meio social, porquanto, embora “em si mesma, a educação seja conformadora, uniformizadora, pois que é a adaptação a um meio geral, sob a influência decisiva desse meio”, ela se aplica a diferentes individualidades e, portanto, forma também di-

21 Ibidem, p. 14.

22 Ibidem, p. 13.

23 Ibidem, p. 13, ênfase no original.

24 Ibidem, p. 16.

ferentes personalidades.²⁵ A educação, com base nas características dos indivíduos, objetiva conduzi-los “ao máximo de perfeição possível” e esse processo de promoção dos indivíduos acarreta uma elevação concomitante do meio social: “quanto mais perfeita se fizer a adaptação de cada um, quanto mais se apurarem as personalidades, mais elevado, mais culto será o meio”.²⁶ É baseado nesse processo de socialização que Bomfim apregoa o valor iniludível da educação como fator de progresso social, mormente em países “parasitados” como o Brasil, uma vez que a efetivação do progresso “facilita o aproveitamento dos talentos e estimula as vontades”.

Vemos assim que o tipo de psicologia social elaborado por Bomfim, que considera a consciência fortemente dependente das condições de existência, não anula a livre manifestação da vontade, zelo que toda educação deve abraçar, pois, um regime impositivo de educação no qual “o indivíduo se forma em oposição consigo mesmo”, o fará alimentar o tempo todo “a aspiração de libertar-se das normas que lhe são dadas”.²⁷ Daí ele considerar o prazer como indicador de que a criança esteja sendo adequadamente educada num meio no qual “multiplicam-se os encontros da criança com a vida comum, que se torna, assim, a grande mestra, a grande educadora”,²⁸ pois “é brincando que a criança se inicia na vida”.²⁹ Partidário do método intuitivo e das lições de coisas, tendência então generalizada entre os educadores propugnadores da escola nova ou ativa, Bomfim desprezava a “didática em que o ensino é considerado, e é feito, apenas, sob o aspecto de simples transmissão dos conhecimentos”.³⁰ Tendo como mote o dístico de que o objetivo da escola é “ensinar a aprender”, ele já defendia também a aplicação do princípio *multum, non multa* na elaboração do currículo, prescrições características do progressivismo em educação.

Bomfim, que havia seguido em Paris a aplicação do método hipotético-dedutivo das ciências naturais na psicologia, procura agora estender essa aplicação à pedagogia. Assim, antes de discorrer sobre as metodologias das matérias específicas ele afirma que só existe um método em pedagogia, “o método normal à marcha racional do pensamento humano”.³¹ Como prescrevia Dewey pela mesma época, saber como o aluno pensa, como nós pensamos, é a chave da metodologia do ensino de qualquer matéria. E o melhor modelo, aquele cuja aplicação vinha fornecendo



25 Ibidem, p. 24.

26 Ibidem, p. 29.

27 Ibidem, p. 46.

28 Ibidem, p. 24.

29 Ibidem, p. 43.

30 Ibidem, p. 87.

31 Ibidem, p. 88.

os melhores resultados na ampliação dos conhecimentos desde o século XVII, é o método científico atualizado pelos avanços da biologia no século XIX. Pela utilização das ideias evolucionistas então em voga, popularizadas pela chamada lei da repetição ou recapitulação de Haeckel segundo a qual cada indivíduo refaz abreviadamente o movimento de evolução da espécie no decorrer da história, Bomfim deduz que “o método pedagógico *recapitula, reproduz e abrevia* o método científico”.³² E, mais adiante, discorrendo sobre o indispensável papel da imaginação na elaboração dos conceitos científicos, ele afirma que essa atividade mental “não poderia deixar de o ser, também, na instrução que, para ser bem-feita e eficaz, deve ser a recapitulação abreviada e inteligente do método científico”.³³

Levando adiante seu projeto científicista, Bomfim passa a aplicar suas ideias pedagógicas na formulação das metodologias das diversas matérias de ensino. A primeira com a qual ele se ocupa, sem dúvida a mais relevante na escola primária, é a linguagem. Para isso ele faz uma análise da noção corrente da linguagem verbal como expressão do pensamento, de onde decorre a ideia de que quem bem se expressa, pensa bem e, portanto, a metodologia do ensino da linguagem deve se basear no ensino da gramática com suas normas e regras, exatamente porque aprendendo a se expressar corretamente a criança aprimora seu pensamento. Criticando essa concepção, porque baseada no pressuposto de que a linguagem é exterior ao pensamento, ele argumenta que o fato da linguagem ser o principal instrumento de comunicação entre os homens, não significa que nela estejam representadas todas as relações sociais, como pretendia o estruturalismo saussuriano pela mesma época. Na verdade, antes do falar o pensamento já é social e se a linguagem exibe uma estrutura é porque ela está reproduzindo o pensamento. A possibilidade de comunicação através da linguagem, a “equivalência entre as consciências” como escreve Bomfim, se estabelece antes da exteriorização da fala, pois “desde que o pensamento se define numa consciência, já é com uma relativa equivalência de representação com o das outras consciências, porque, como o dissemos: o próprio pensamento tem caráter social”.³⁴

Como para Bomfim o reconhecimento do outro pela criança se manifesta por seu comportamento imitativo, inicialmente de maneira puramente instintiva, ao aplicar suas ideias às metodologias do ensino ele se depara com as limitações de seu modelo que, em última instância, inviabilizam seu projeto de elaborar uma pedagogia científica. Diz ele que “a criança é

32 Ibidem, p. 90, ênfase no original.

33 Ibidem, p. 141.

34 Ibidem, p. 169.

educável porque imita”,³⁵ todavia ela só “inventa, porque imita”.³⁶ A infinita criatividade da criança impede que haja uma apropriação única da palavra e, conseqüentemente, é impossível produzir um ambiente didático capaz de conduzir inexoravelmente os alunos a um conhecimento determinado *a priori*. Como corolário desse impedimento, por extensão do argumento, Bomfim coloca sob suspeita a própria possibilidade de construção, como uma das ciências da educação, de uma psicologia científica, projeto que procurou emular após sua volta ao Brasil e que figura registrado na folha de rosto das *Lições de Pedagogia*, pela apresentação do autor como Diretor do Laboratório de Psicologia Experimental. Totalmente envolvido com as discussões a respeito das relações entre pensamento e linguagem na criança que ocupavam a vanguarda da psicologia na época, Bomfim procura então elaborar uma saída aos impasses que encontrou no momento em que procurava aplicar no Brasil as ideias que o animaram na Europa.



Uma psicologia para a educação

No prefácio ao livro *Noções de Psicologia* que ele publicou em 1916 para complementar suas *Lições de Pedagogia*, Bomfim já reconhecia as dificuldades que uma psicologia científica da educação teria que enfrentar. Recusando-se a utilizar a didática tradicional, “banal e pretenciosa”, das definições e proposições para abordar o estudo da psicologia, porque “o material de estudo é copiosíssimo, inexaurível, a variedade de manifestações infinita”, ele diz que o ideal seria apresentar a estrutura e as funções da mente concretamente, tal “como quando queremos fazer conhecer a vida do organismo pela apreciação direta da atividade fisiológica”.³⁷ Porém, as interrelações entre os processos e as funções psíquicas tornam imprecisa a distinção entre “um juízo e uma ideia, entre a memória e a imaginação”, inviabilizando o paradigma fisiológico tão caro a ele. Para corroborar seus argumentos, Bomfim recorre ao depoimento abalizado de Wundt que, “depois de trinta anos de psicologia de laboratório” considerou insignificantes seus achados quantitativos de algumas funções psicofísicas relativamente ao que considerava sua grande descoberta: “a união fundamental de todas as funções psíquicas”.³⁸ Todavia, mesmo questionando o modelo fisiológico e apontando suas limitações, seu livro está calcado nesse modelo como ele acaba confessando no prefácio: “a ordem adotada nessa exposição é a geralmente aceita nas obras congêne-

35 Ibidem, p. 37.

36 Ibidem, p. 40.

37 BOMFIM, M. *Noções de Psicologia*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1917, p. 5.

38 Ibidem, p. 6.

res da didática francesa”.³⁹ De fato, depois de um curto primeiro capítulo no qual ele discute o objeto da psicologia, o segundo trata da “condição orgânica dos fatos psíquicos: o sistema nervoso”, no qual ele parte da afirmação de que “os fenômenos psíquicos são, ao mesmo tempo, fenômenos fisiológicos”.⁴⁰

Pensado inicialmente como pré-requisito ao seu manual de pedagogia, com a autonomização da disciplina de psicologia na Escola Normal, suas *Noções* transformaram-se num volumoso tratado, alcançando quase as 400 páginas das *Lições*. Escritos quase que simultaneamente os dois livros têm muita coisa em comum e mesmo trechos compartilhados e, principalmente, se assentam sobre a mesma base psicológica, aquela que Bomfim pôde captar em seu estágio em Paris. Palco de debates e controvérsias próprias de uma disciplina em formação, o território da psicologia das primeiras décadas do século XX compreendia tanto os que provinham das cadeiras de Filosofia como aqueles vindos das cadeiras de Medicina, estes voltados principalmente ao experimentalismo. Vários “laboratórios” e “escolas” disputavam apaixonadamente entre si a primazia, tanto na teoria, quanto na metodologia da pesquisa, de como desenvolver o conhecimento na área. Como costuma acontecer com todo neófito, Bomfim incorporou rapidamente a visão dominante no laboratório, abraçando suas causas e combatendo as concepções concorrentes. Podemos vislumbrar um pouco desse processo de conversão vivido por Bomfim em seu estágio parisiense, numa extensa nota encontrada em seu livro relativa à relação entre a psicologia infantil e a educação.⁴¹ Reconhecendo inicialmente o valor do estudo dos processos psíquicos na criança pela oportunidade de “surpreender em flagrante essas formas simples e primitivas”, critica, no entanto, aqueles que consideram a psicologia da criança totalmente diversa da psicologia do adulto: “o homem é a criança que se formou. Há tanta razão para fazer-se uma psicologia infantil à parte, como para criar-se uma *fisiologia da puerícia*, independente da ciência fisiológica”. Invetivando contra aqueles que tentavam construir uma ciência da criança autônoma, a pedologia, institucionalmente liderada então pelo Instituto

39 Ibidem, p. 7.

40 Ibidem, p. 19. No prefácio do seu livro *Pensar e Dizer*, Rio de Janeiro, Electros, 1923, p. 13, nota 2, Bomfim nos revela sua admiração pela obra de Henri-Étienne Beaunis, despertada durante a leitura da introdução do livro *Nouveaux Éléments de physiologie humaine comprenant les principes de la physiologie comparée et de la physiologie générale* quando fazia seu curso de medicina, livro no qual Beaunis revela sua inclinação para a elaboração de uma psicologia de base fisiológica. Cf. NICOLAS, S. Henri Beaunis (1830–1921), Directeur-fondateur du laboratoire de psychologie physiologique de la sorbonne. *L'année Psychologique*, 95 (2005), p. 267-291.

41 Ibidem, p. 330, nota 1.

Jean Jacques Rousseau em Genebra,⁴² Bomfim critica especialmente “as laboriosas concepções pedológicas do Sr. Claparède”, fundador e diretor daquele Instituto. Para ele, uma tal concepção de psicologia se aplicada à educação teria os “mais desastrosos efeitos”, exatamente devido ao “seu estreito biologismo”. Estendendo sua crítica à situação da psicologia da educação no Brasil, ele condena a influência de Claparède: “os que o consultam, aqui, o tornam ainda mais estreito”.

Todavia, paulatinamente, Bomfim foi se afastando da psicologia experimental apreendida na França, poupando apenas Binet, voltando-se para o estudo das chamadas “funções mentais superiores”, notadamente a linguagem.⁴³ Em 1923 ele publica *Pensar e Dizer*, cujo subtítulo “Estudo do Símbolo no pensamento e na linguagem”, revela a extensão da sua reflexão para além da linguagem verbal. Aprofundando sua crença no caráter social do pensamento, já no prefácio ele afirma que “o característico da psique humana está, justamente, nisto, ela é essencialmente socializada e se faz como função da comunicação individual. Deixasse de haver comunicação das consciências e tudo isto que consideramos como vida do espírito teria cessado”.⁴⁴ Apesar dessa reconhecida importância da linguagem, Bomfim se queixa de que ela “quase não existe como assunto explícito para estudo dos psicólogos”, ocupando-se com ela outros profissionais, principalmente os linguistas e gramáticos.⁴⁵ Como estes consideram que “a linguagem é simples expressão do pensamento”, “mera roupagem, por fora dele, fazem também a sua obra por fora do pensamento”.⁴⁶ Fazendo uma devastadora crítica daqueles que dissociam a linguagem do pensamento, ele conclui que “enquanto a linguagem for considerada uma existência distinta do pensamento e, a palavra, um simples arranjo de sons, teremos a linguística aparatosa e estéril”.⁴⁷

Radicalizando sua posição, Bomfim havia retomado o paradigma biológico, mas não nos moldes da fisiologia, mas sim do evolucionismo de matriz darwinista que tanto o influenciou como ele chega a confessar: “na insignificância do meu pensamento, se me eliminassem do espírito a influência dos evolucionistas, seria como se lhe tivessem desfeito toda

42 DEPAEPE, M. La recherche expérimentale em éducation de 1890 à 1940, In: HOFSTETTER, R. ; SCHNEUWLY, B.(Eds.). *Le pari des sciences de l'éducation...*, p. 340.

43 CAMPOS, R.H.F.; GOUVEA, M.C.S.; GUIMARÃES, P.C.D. A recepção das obras de Binet e dos testes psicométricos no Brasil. *Revista Brasileira de História da Educação*, 14-2 (2014), p. 215-242, esp. p. 226.

44 BOMFIM, M.: *Pensar e Dizer...*, p. 7.

45 Ibidem, p. 8.

46 Ibidem, p. 9.

47 Ibidem, p. 12.



estrutura de ideias”.⁴⁸ Em artigo publicado no *Jornal do Comércio* em 1921, ele considera que, na espécie humana, a educação substitui a herança biológica na transmissão da experiência geral da espécie: graças a ela “cada personalidade nova pode resumir o progresso moral e mental da humanidade”.⁴⁹ Identificando três fases de desenvolvimento na constituição do ser humano completo, gestação, aleitamento e educação, Bomfim formula uma analogia semelhante à de Dewey segundo a qual “o que a nutrição e a reprodução são para a vida fisiológica, a educação é para a vida social”.⁵⁰ No livro de 1923, Bomfim desenvolve ainda mais essa ideia de que “o espírito se forma resumindo e condensando a experiência geral da espécie”, elaborando até uma metáfora para explanar sua concepção: “Para bem compreender a vida do espírito fora preciso representar cada indivíduo como sendo o nó vivo, de uma teia igualmente viva e ativa, a sociedade – espécie de trama, urdida em todos os sentidos possíveis, e cuja atividade se manifestasse justamente como produtos desses nós”.⁵¹ É irresistível cogitar como essa metáfora seria do agrado de Norbert Elias, que também não dissociava a pessoa da sociedade se recusando “a conceber a pessoa, e portanto a nós mesmos, como um eu destituído de um nós”.⁵² Essa postura epistemológica comum a Bomfim e ao sociólogo do “processo civilizador” transparece também na sua crítica à psicologia que se limita “a analisar a exclusividade de cada consciência, isoladamente, sem referência constante ao viver social e às suas influências”.⁵³

Fazendo uma retrospectiva histórica do desenvolvimento da psicologia experimental, Bomfim revela que as esperanças postas nos resultados dos laboratórios, que assistiram à formação de “batalhões de medidores de limiar de consciência e tomadores de tempo de reação”, não tiveram o efeito esperado e quando de sua estada em Paris em 1902, “já era muito sensível a crise de descrença e desilusão nos laboratórios”.⁵⁴ Referindo-se novamente ao testemunho de Wundt (desta vez revelando que o colheu numa nota de um texto traduzido de William James, *Palestras Pedagógicas*, livro publicado em São Paulo em 1917), Bomfim alinha também Binet entre os desiludidos com o associativismo ingênuo tipo estímulo-respos-

48 Ibidem, p. 22.

49 GONTIJO, R. *Manoel Bomfim*. Recife: Massangana, 2010, p. 74.

50 BORGES, R.F. *A pedagogia de Manoel Bomfim: uma proposta higienista na educação*, Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2006, p. 51.

51 Ibidem, p. 18.

52 ELIAS, N. *A Sociedade dos Indivíduos*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994, p. 9.

53 BOMFIM, M. *Pensar e Dizer...*, p. 20.

54 Ibidem, p. 23.

ta.⁵⁵ Incluindo-se nesse grupo em busca de novos caminhos para a psicologia, ele avalia negativamente os 12 anos de trabalho no seu laboratório do *Pedagogium*: “nas pastas, ainda estão acumuladas anotações, traçados, fileiras de cifras ... e nunca tive coragem para organizar uma parte qualquer desses dados, e de os publicar, porque nunca obtive uma elucidação satisfatória”.⁵⁶ O livro *Pensar e Dizer* é o resultado de sua procura de um “método que não é corrente entre os psicólogos”, que ele denomina método interpretativo aplicado à literatura, ao que ele se apressa em explicar que não se trata de “um estudo de crítica literária, mas pura interpretação de documentos de pensamento e linguagem”.⁵⁷

Autor de livros didáticos para o aprendizado da leitura, Bomfim se propõe a ler textos escolhidos para poder interpretar o ato de escrever. Selecionando para ler “textos de escritores nossos, sobretudo poetas, onde o imaginar dos símbolos sugestivos é mais plástico e nítido”, ele escolhe preferencialmente os parnasianos, com destaque para Alberto de Oliveira, “porque não só lhe compreendo o pensamento, como o sinto na essência do seu idiomatismo. Não poderia ser traído no interpretar”. Crítico, como vimos, da linguagem como expressão do pensamento, ele recorre aos símbolos para mediar essa relação, garantindo assim a sociabilidade da linguagem, uma vez que os símbolos são inelutavelmente criações humanas. Distinguindo duas funções no símbolo, como instrumento de pensamento e como instrumento de comunicação, ele mostra sua importância para o desenvolvimento no homem do que ele chama “consciência refletida”, isto é, a consciência de que se é consciente, condição *sine qua non* para que se efetive a comunicação entre os homens: “na reflexão das consciências, reconhecemo-nos semelhantes em propriedades, atividades e manifestações; verificamos que o mundo exterior dá lugar nos outros a manifestações análogas às que se produzem em nós mesmos(...) interpretamos, pelo que se passa em nós mesmos, o que nos é indicado ou sugerido nos símbolos que percebemos(...)temos como certo que na mente de quem o produz ocorre este mesmo valor, essa mesma ideia(...)e está realizada a comunicação”.⁵⁸

Considerando os símbolos como expressão das ideias articuladas pelo pensamento, Bomfim discorre sobre o processo pelo qual esses símbolos se materializam como linguagem, isto é, o próprio escrever, o que permite que leiamos também o título de seu livro como *Pensar e Escrever*. E quem ousa esse cometimento, deve dominar bem as ideias como instrumentos de expressão, tarefa difícil porque as ideias são “essências vivas do es-

55 Ibidem, p. 24-25.

56 Ibidem, p. 27.

57 Ibidem, p. 14-15.

58 Ibidem, p. 318.



pírito e, com isto, esquivas, indomáveis... Ora, potentes demais, para as proporções do juízo para onde as trazemos; ora, fluidas ou evanescentes, na construção onde as empregamos”.⁵⁹ Citando o poema *Inania Verba* de Olavo Bilac, ele descreve “a agrura e ânsia desse esforço” realizado pelos escritores e que se torna uma verdadeira tortura quando se trata de um trabalho original: “Sim, é tortura, penar de fúria e desespero, o da consciência onde novos valores mentais se criaram, por termo de aturadas elucubrações e, já limitados e definidos em símbolos, tais valores não se produzem para além, em outras consciências(...)A pessoa construiu um mundo na sua inteligência, mas como esse mundo é de concepções novas, está fechado às outras consciências”.⁶⁰ Podemos tomar este trecho como uma queixa autobiográfica, dado o não reconhecimento pela maioria de seus contemporâneos do valor da sua obra histórica, especialmente sua interpretação da América Latina exposta nos *Males de Origem* e logo criticada de forma devastadora por Silvio Romero.⁶¹

Também no campo da psicologia Bomfim foi se afastando cada vez mais das correntes que iriam consolidar a psicologia da educação no Brasil como a mais importante ciência da educação, tanto para o ensino como para a pesquisa, situação que iria vigorar até meados da década de 1960 quando outras ciências sociais entram em cena. Sua autoridade como psicólogo do escolar faria com que ele fosse convidado em 1924 para fazer parte de uma comissão destinada a estudar o uso de testes nas escolas do município do Rio de Janeiro e que resultou na publicação do livro *O Método dos Testes* em 1928. No prefácio, datado de maio de 1926, Bomfim procura eximir as professoras da Escola de Aplicação, suas colaboradoras na elaboração do trabalho, das “afirmações contestáveis, cuja responsabilidade quero assumir como dever pessoal de quem se aventurou a contrariar exageros”, referindo-se especificamente à sua crítica “da mecanização dos testes pelos norte-americanos”.⁶² Mais adiante ele explicita seu entendimento da questão: “Tais testes, sim-não, certo-errado, fazem-se, reduzindo as crianças a máquinas de fornecimento automático; aplica-se a moeda e sai o pacote de chocolate...contam-se as respostas e está o saber do aluno matematicamente medido”. Introdutor dos testes de Binet no Brasil, Bomfim prossegue: “É certo que Binet falou em *medida da inteligência*, mas ele mesmo acentua que se trata de uma apreciação aproximativa e que os testes têm que ser *interpretados*”,⁶³ afirmando as-

59 Ibidem, p. 412.

60 Ibidem, p. 423.

61 AGUIAR, I.C.D. *Disputa intelectual ou a impertinência de um polemista*, Dissertação (Mestrado em Letras), Universidade Estadual Paulista, Assis, 2009.

62 BOMFIM, M. *O Methodo dos Tests*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1928, p. 7.

63 Ibidem, p. 63, ênfases no original.

sim a necessidade da contextualização na elaboração de uma psicologia aplicável à educação.

À guisa de conclusão

Analisando o surgimento mundializado da “escola de massas” a partir da segunda metade do século XIX, espaço institucional capaz de acolher a educação popular preconizada por Bomfim, António Nóvoa destaca dois movimentos concomitantes nesse processo: a construção da pedagogia científica e a profissionalização docente.⁶⁴ Podemos situar Bomfim entre aqueles que se propunham a erigir uma pedagogia científica, descolada porém da profissionalização baseada na autoridade que essa formação moderna conferia aos professores detentores desse saber docente. Defensor de uma educação popular laica como dever do Estado, Bomfim salientava o papel da educação como promotora do progresso e da superação do atraso. Como ele apregoava já em 1903: “Hoje, o indispensável e urgente é aplicar ao nosso meio e às nossas necessidades a ciência que já está feita, difundir as verdades adquiridas e os bons métodos de estudo; ao mesmo tempo, nos é preciso observar, estudar e interpretar aquilo que, sendo peculiar ao nosso meio, ainda não é do domínio corrente da ciência; fazer que tais noções – umas e outras – entrem para a vida comum, e que todos se tornem capazes de as assimilar e utilizar. Que a ciência não seja um adorno de doutores, mas um recurso para todos, na luta comum contra as dificuldades da vida”.⁶⁵ Para concretizar esses objetivos, à necessária formação dos professores adequados deveria corresponder sua efetiva profissionalização. No entanto, ele não levava em conta as razões que o Estado moderno teria para efetivar tal proposta, por exemplo, quais as consequências dessa efetivação para a regulação e o controle sociais. De nada valeria tal proposta se a escolarização almejada não contribuísse eficazmente para equacionar a nova problemática social suscitada pela modernização da sociedade. A conclusão última de sua longa demonstração, isto é, “a necessidade imprescritível de atender-se a instrução popular, se a América Latina se quer salvar”,⁶⁶ somente seria inteligível ao Estado que precisasse da educação popular para assegurar sua hegemonia. Embora alguns autores procurem encontrar em suas últimas obras históricas a possibilidade de superação dessa contradição através de uma revolução social, a sociologia da educação pressuposta na pedagogia de Bomfim, devido à forte influência do evolucionismo, teve o seu conteúdo



64 NÓVOA, A. *Histoire & Comparaison*. Lisboa: EDUCA, 1998, p. 90-91.

65 BOMFIM, M. *A América Latina...*, p. 276.

66 *Ibidem*, p. 270-271.

histórico esvaziado. O que se perdeu em sua tentativa de estabelecer uma pedagogia científica na sociologia, se afirmará com toda a força em sua psicologia da educação, erigida antes de tudo como psicologia social alternativa a uma psicologia do indivíduo. Como assevera uma pesquisadora da área em sua recente apreciação das *Lições de Pedagogia* de Bomfim: “Esta obra revela um alto grau de aprofundamento e um efetivo exercício de análise; suas concepções e posições sobre as relações entre Educação e Psicologia guardam indiscutível contemporaneidade, especialmente no que diz respeito à determinação histórico-social do fenômeno psicológico, além de apontar com clareza as articulações entre teorias pedagógicas, ciência psicológica e prática educativa, sem cair no psicologismo ou outras formas de reducionismo”.⁶⁷

Para finalizar, consideramos que as aproximações que têm sido feitas entre Bomfim e autores em voga na contemporaneidade, a exemplo de Lev Vigotski e Paulo Freire, embora pertinentes, são úteis sobretudo para esclarecer seu pensamento e o desses autores, contribuindo pouco para a própria temática em foco, seja ela psicológica, ou educacional. Pensamos ser de maior valor, relevância e atualidade, fazer uma contextualização reversa, ou seja, levantar em sua obra indícios reveladores da realidade cultural em que vivia, procedimento operado neste trabalho. Longe de nos fazer cair em anacronismos, seus escritos despertam-nos *insights* reveladores da cultura brasileira (e latino-americana) no tempo presente, como é exemplificado por este trecho do discurso de Bomfim em 1904 paraninfando as normalistas formadas no ano anterior no Rio de Janeiro: “As dificuldades assoberbam-nos – resolvemo-las em leis, e vamos para a quietude esperar o efeito mirífico da palavra; no dia seguinte deblateramos, debatemo-nos em confusão, quando verificamos que o resultado foi surgirem novas dificuldades para complicar as antigas, que nem de leve se atenuaram”.⁶⁸

67 ANTUNES, M.A.M. Sobre a obra de Manoel Bomfim: Um estudo sobre lições de pedagogia: teoria e prática da educação. *Psicologia Escolar e Educacional*, 20-2 (2016), p. 397-402, esp. p.401.

68 Apud MACHADO, D.W. *Os males de origem da educação brasileira segundo Manoel Bomfim*, Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2014, p. 102.

Manoel Bomfim e o esquecimento: Memória de Manoel Bomfim na Escola Municipal de Ensino Fundamental Manoel Bomfim

*Monaquelly Carmo de Jesus**

Manoel Bomfim and forgetfulness: Memory of Manoel Bomfim at the Municipal School of Fundamental Education Manoel Bomfim

Resumo

Muito se tem falado no meio acadêmico sobre o esquecimento ao qual tem sido relegado Manoel Bomfim. Este artigo visa verificar o conhecimento dos alunos do 9º ano da Escola Municipal de Ensino Fundamental Manoel Bomfim a respeito do personagem histórico que nomeia a escola. Ainda faz um breve apanhado das possíveis razões para o seu esquecimento e apresenta a importância do estudo da sua vida e obra para a comunidade desta escola.

Palavras-chave: Manoel Bomfim; Memória; História Local'

Abstract

Much has been said in the academic world about the forgetfulness to which Manoel Bomfim has been relegated. This article aims to verify the knowledge of the 9th grade students of the Municipal School of Fundamental Education Manoel Bomfim regarding the historical character that names the school. It also makes a brief survey of the possible reasons for his forgetfulness and presents how important is to study about his life and work for the community of this school.

Keywords: Manoel Bomfim; Memory; Local History



* Possui graduação em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe (2007). Atualmente é professora - Secretaria de Educação do Estado de Sergipe e Prefeitura Municipal de Aracaju, e mestre em Ensino de História pela Universidade Federal de Sergipe.

Por muito tempo as palavras Manoel Bomfim e Esquecimento têm estado ligadas, conforme se pode perceber nos textos de diversos estudiosos. Aluizio Alves Filho, por exemplo, já em 1979, pouco mais de 45 anos após a morte de Manoel Bomfim, se referia a ele como um “ensaísta esquecido”¹. De lá para cá, vários outros autores fizeram referência a esse alegado esquecimento, sob as mais diversas justificativas. Alves Filho (1979) atribui ao radicalismo de suas idéias, com quem concorda Aguiar, em seu livro “O rebelde esquecido: tempo, vida e obra de Manoel Bomfim” (2000)². Botelho, referenciando os dois, dá maior peso ao fato de Bomfim, apesar de rejeitar a explicação biológica da sociedade e se aproximar do materialismo histórico, propor uma reforma da sociedade através da educação, ao invés de sugerir uma transformação estrutural na sociedade brasileira (2000, p. 17).³

Prado, em seu artigo “A questão nacional, a identidade cultural e o passado colonial brasileiro: Manoel Bomfim e uma interpretação do significado das raízes ibéricas”⁴, apesar de confirmar a distância entre o pensamento dele e o de seus pares, chama a atenção ao papel importante de Silvio Romero, também sergipano, no seu esquecimento, apontando-o como um dos primeiros a desqualificar a obra de Bomfim. De fato, Romero, proeminente intelectual brasileiro, dedicou não menos que 25 artigos para desqualificá-lo, artigos que depois se transformariam em um livro: “A América Latina, análise do livro de igual título do Dr. Manoel Bomfim”, de 1906, publicado já no ano seguinte da publicação de “América Latina, Males de Origem”, de Bomfim. Ainda Maringoni, ao escrever um perfil⁵ do estudioso, atribui à postura antielitista que defendia a origem dos ataques feitos ao seu texto e a sua pessoa. As palavras duras usadas no livro “América Latina, Males de Origem”, causaram uma grande polêmica e despertaram o ódio das elites, palavras como as seguintes:

- 1 ALVES FILHO, Aluizio. *Pensamento político no Brasil: Manoel Bomfim, um ensaísta esquecido*. Rio de Janeiro : Achiamé, 1979
- 2 AGUIAR, R. *O rebelde esquecido: tempo, vida e obra de Manoel Bomfim*. Rio de Janeiro: ANPOCS, Topbooks, 2000
- 3 BOTELHO, André. Na contracorrente do naturalismo: relações sociais na interpretação do Brasil de Manoel Bomfim. In: *Temáticas*. IFHC/UNICAMP, Campinas, ano 11, número 21/22, 2003, pp. 75-100. Disponível em < <http://www.nusc.ifcs.ufrj.br/manoel.pdf>> Acesso em 13 fev. 2019
- 4 PRADO, Maria Emilia. A questão nacional, a identidade cultural e o passado colonial brasileiro: Manoel Bomfim e uma interpretação do significado das raízes ibéricas. In: E.I.A.L., Vol 16 – no 2, 2005. Disponível em: <<http://eial.tau.ac.il/index.php/eial/article/view/343>> Acesso em: 13 fev. 2019
- 5 MARINGONI, Gilberto. Perfil – Manoel Bomfim. In: *Desafios do desenvolvimento*. Ano 8, Ed. 66, 2011. Disponível em: <http://desafios.ipea.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2527:catid=28&Itemid=23> Acesso em 13 fev. 2019



Tanto vale discutir logo toda a célebre teoria das raças inferiores. Que vem a ser essa teoria? Como nasceu ela? A resposta a estas questões nos dirá que tal teoria não passa de um sofisma abjeto do egoísmo humano, hipocritamente mascarado de ciência barata, e covardemente aplicado à exploração dos fracos pelos fortes (1905, p. 190).⁶

Não é de se admirar, então, que a elite fizesse uma extensa campanha para relegá-lo ao esquecimento! No entanto, Maringoni (2011) atribui a responsabilidade também ao próprio Bomfim, já que “Manoel Bomfim decidiu não responder às provocações. É possível que a recusa tenha levado seu livro a cair num injusto esquecimento, até ser recuperado por Darcy Ribeiro (1922-1997), no início dos anos 1980.”

Também esse movimento de esquecimento e recuperação não surpreende porque, como disse Nora:

A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e repentinas revitalizações (NORA, 1993, p. 9)⁷

Mesmo tendo sido trazido de volta ao foco de análise acadêmico a partir da década de 1980 e tendo o seu trabalho reconhecido a partir de então, os últimos 40 anos não foram suficientes para compensar os 50 anos posteriores a sua morte e alçá-lo ao mesmo grau de reconhecimento de contemporâneos sergipanos como Tobias Barreto e o próprio Silvio Romero.

Em Aracaju, uma das homenagens⁸ feitas a ele foi ter seu nome dado a antiga escola da AMAB (Associação de Moradores e Amigos do Bugio), vinculada à Prefeitura Municipal de Aracaju. No entanto, nomear uma escola, onde sua memória e suas conquistas poderiam ser transmitidas de

6 BOMFIM, Manoel. *América Latina: Males de Origem*. Rio de Janeiro, Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. Disponível em < <http://books.scielo.org/id/zg8vf>> Acesso em: 11 fev. 2019

7 NORA, Pierre. Entre Memória e História: A problemática dos lugares. *Projeto História*. São Paulo: PUC/SP, v. 10, p. 7-28, 1993. Disponível em < <https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/12101/8763>> Acesso em: 14 abr. 2019

8 Manoel Bomfim também nomeia uma rua no bairro Siqueira Campos. No âmbito estadual, há a medalha do mérito educacional Manoel Bomfim, concedida pela Assembléia Legislativa de Sergipe, e uma escola estadual no município de Arauá. Em 2010 a deputada Ana Lúcia propôs a transformação da antiga casa onde viveu Bomfim, localizada na Avenida Ivo do Prado, no Memorial Educador Manoel Bomfim. A proposta, no entanto, não foi adiante.



geração a geração, significou um passo a frente em direção ao reconhecimento de Manoel Bomfim? Para responder a essa pergunta, foram aplicados questionários semi-estruturados aos alunos das três turmas de 9º ano da escola, no ano letivo de 2018, conforme será explicado mais adiante.

Antes disso, porém, é necessário frisar que a importância do ensino sobre a história de Manoel Bomfim nessa instituição reside não apenas na necessidade de preservar sua memória e propagar suas conquistas, mas também na necessidade de ensinar a História Local, tanto num aspecto mais amplo, da história do estado de Sergipe, como num aspecto mais próximo, no estudo da história da comunidade na qual estão inseridos.

Segundo Circe Bittencourt, o ensino da História Local é necessário por “possibilitar a compreensão do entorno do aluno, identificando o passado sempre presente nos vários espaços de convivência – escola, casa, comunidade, trabalho e lazer -, e igualmente por situar os problemas significativos da história do presente” (2009, p. 168)⁹. Mas não se trata apenas de que o aluno compreenda o seu entorno. Está envolvida também a própria memória e identidade (ou identidades) do aluno:

A questão da memória impõe-se por ser a base da identidade, e é pela memória que se chega à história local. Além da memória das pessoas, escrita ou recuperada pela oralidade, existem os “lugares de memória”, expressos por monumentos, praças, edifícios públicos ou privados, mas preservados como patrimônio histórico. Os vestígios do passado de todo e qualquer lugar, de pessoas e de coisas, de paisagens naturais ou construídas tornam-se objeto de estudo (BITTENCOURT, 2009, p. 169)

Já Schimidt e Cainelli consideram a História Local também uma estratégia pedagógica. Segundo elas:

Trata-se de uma forma de abordar a aprendizagem, a construção e a compreensão do conhecimento histórico com proposições que podem ser articuladas com o interesse do aluno, suas aproximações cognitivas, suas experiências culturais e com a possibilidade de desenvolver atividades diretamente vinculadas à vida cotidiana. Como estratégia de aprendizagem, a história local pode garantir melhor apropriação do conhecimento histórico baseado em recortes selecionados do conteúdo, os quais serão integrados no conjunto do conhecimento. [...] O trabalho com a história local no ensino de



9 BITTENCOURT, Circe. *Ensino de História: fundamentos e métodos*. 3ª Ed. São Paulo: Cortez, 2009

História facilita, também, a construção de problematizações, a apreensão de várias histórias lidas como base em distintos sujeitos da história, bem como de histórias que foram silenciadas. (2009, p. 139)¹⁰

Ainda, a orientação para o ensino da história local está presente nas propostas curriculares nacionais, como a Base Nacional Comum Curricular (2017), apresentando mais uma contundente razão para o ensino da História Local.

A escola e as respostas dos alunos

A EMEF Manoel Bomfim localiza-se na rua A-4, n 480, no Bairro Bugio, zona norte de Aracaju, Sergipe, e atende alunos do 1º ano 9º ano do ensino fundamental, oriundos do Bugio e de comunidades circunvizinhas, como São Carlos, Maria do Carmo, Anchieta e Jardim Centenário, localizadas no município de Aracaju, e Loteamento Esperança, Nova Liberdade, Parque São José, Parque Nossa Senhora de Fátima e Guajará, em Nossa Senhora do Socorro, a maior parte destas habitadas por famílias de baixa renda.

Fundada no dia 24 de maio de 1981, a essa altura tinha outro nome, Escola da AMAB, por funcionar na Associação de Moradores e Amigos do Bugio (AMAB). A escola foi fundada a partir da visão do professor Manoel de Carvalho Garção, morador da comunidade, e que se havia sensibilizado ao perceber a necessidade de acolher e alfabetizar os jovens e crianças da região. Posteriormente, Garção teria também cedido o terreno onde hoje está construída a escola. Por suas más condições estruturais, o prédio da Escola da AMAB foi demolido em 2002, tendo a escola sido transferida para o prédio da antiga escola “Pequena Fada”, até que recebesse o novo prédio em 2004.

O fato de a escola ter sido criada e mantida a partir dos esforços do professor Manoel Garção, mas acabar recebendo o nome de alguém desconhecido pela comunidade foi, por muito tempo, motivo de descontentamento por parte de familiares e conhecidos do professor, e de parte da comunidade escolar. Por isso, em 2011 a recém inaugurada biblioteca escolar recebeu o nome de Manoel de Carvalho Garção, como homenagem e reconhecimento feitos pela comunidade escolar ao idealizador e primeiro diretor da escola.

10 SCHMIDT, Maria Auxiliadora; CAINELLI, Marlene. *Ensinar História*. São Paulo: Scipione, 2009

Hoje, a Manoel Bomfim é reconhecida na região como uma escola de boa qualidade, percepção esta confirmada pelo IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, ao alcançar nota 5,4 para os anos iniciais e 5,0 para os anos finais do Ensino Fundamental em 2017. Nos últimos anos, os pais e responsáveis esperavam numa fila durante a madrugada para conseguir uma vaga, até que em 2013 foi implantado o método de sorteio público. A partir de 2018, seguindo o que foi estabelecido pela rede, as matrículas tem sido feitas online. A escola tem pouca distorção idade-série, e não há nenhum desequilíbrio perceptível entre os gêneros. O número de alunos matriculados por turma varia entre 30 e 36 alunos, número máximo permitido pela estrutura física da escola.

Essa escola se apresenta como o espaço ideal para uma pesquisa sobre a preservação da memória de Manoel Bomfim. Para saber se ele é conhecido na escola que leva seu nome, foram aplicados questionários semi-estruturados aos alunos do 9º ano. Foi escolhido esse ano escolar por ser o último ofertado na escola e, conseqüentemente, onde poderiam ser encontrados alunos que frequentassem a instituição há mais tempo. Considerando-se que a escola atende alunos a partir do 1º ano, era de se esperar que os alunos do 9º ano, alguns deles frequentadores da escola desde o início da sua formação, em algum momento tivessem sido ensinados a respeito da história da escola e da pessoa que a nomeia. Assim, esperava-se identificar se em algum momento foi pensado pelos professores e/ou equipe pedagógica da escola tornar conhecidas aos alunos as contribuições desse importante educador, historiador e sociólogo sergipano. Para auxiliar na análise dos dados, foi lido o Projeto Político Pedagógico da escola (2014).

No questionário foram feitas cinco perguntas. As três primeiras visavam identificar se os alunos sabiam quem foi Manoel Bomfim ou se pelo menos se lembravam de, em algum momento, os professores terem falado sobre ele. Já as outras duas perguntas tinham como objetivo perceber a visão dos alunos a respeito do tipo de pessoas que poderiam ser homenageadas ao emprestar o seu nome a uma escola.

O questionário foi aplicado nas três turmas de 9º ano, perfazendo um total de 76 alunos presentes no momento da aplicação. Destes, 10 alunos estudam na escola desde o 1º ou 2º ano do ensino fundamental, 15 alunos chegaram à escola entre o 3º e o 5º ano, 38 foram matriculados no 6º ou 7º ano, e 11 alunos chegaram nos últimos dois anos. Sendo assim, há uma amostra bastante diversa de alunos por tempo de permanência na escola, apesar do número de alunos que estudaram na Manoel por toda a sua vida escolar não ser tão relevante quanto o esperado.

Para a pergunta “Você sabe quem foi Manoel Bomfim”, quase a totalidade dos alunos disse que não. Apenas uma aluna do 9º A, que estuda na escola há 7 anos, respondeu positivamente, dizendo que ele foi “o dono



do prédio e criava animais onde era um sítio e agora é a escola, por isso o nome da escola foi colocado de Manoel Bomfim”. Provavelmente a aluna fazia referência a Manoel Garção, que doou o terreno. De fato, o local por muito tempo foi a um sítio, e o terreno ao redor da escola continuou a ser usado para esse fim mesmo durante o período do funcionamento da AMAB. No local havia uma criação de porcos, fato que gerava ao mesmo tempo constrangimento e piadas entre a comunidade escolar. O único outro aluno a responder positivamente foi um aluno novo na escola, do 9º C, que disse que “um professor ensinou que Manoel Bomfim foi um professor, Deputado Federal e Estadual sergipano”. Ao ouvirem essa resposta alguns colegas o criticaram, dizendo que nenhum professor havia falado sobre o assunto e que se disse, foi em particular para ele. Pode-se imaginar então que algum professor fez um comentário sobre o assunto, mas que não chegou a ministrar uma aula sobre o tema, já que 98,5% dos alunos afirmam que nenhum professor nunca falou sobre o tema, mesmo aqueles que já estudam na escola há 9 anos.

Esse entendimento está de acordo com o que pode ser analisado a partir do Projeto Político Pedagógico. O texto faz sim referência à História do Cotidiano e à História Local, quando diz:

A escola buscará superar a mera função de passar informação sobre as matérias ou de transmitir o conhecimento do livro didático. Será estabelecida uma relação entre a cultura oriunda da experiência que acontece na cidade, na rua, nas praças, nos pontos de encontros, nos meios de comunicação, na família e no trabalho formal caracterizada pelo domínio dos conhecimentos, das habilidades de pensamentos para possibilitar que alunos aprendam a atribuir significados às mensagens e informações recebidas de fora, dos meios de comunicação, da vida cotidiana, das formas de educação proporcionadas pela cidade, pela comunidade. (2014, p. 33)¹¹

No entanto, o Projeto não propõe nenhuma ação ou programa específico para o estudo dessa História do Cotidiano ou História Local, e menos ainda para tornar conhecido Manoel Bomfim.

Quanto perguntados qual seria a cidade de nascimento de Manoel Bomfim, a maior parte dos alunos (49) supôs, corretamente, que ele era sergipano, e 75% destes especificaram a cidade de Aracaju. Essa informação demonstra a necessidade que esses alunos sentem de serem representados quando da nomeação dos espaços públicos, lhes parecendo

11 EMEF MANOEL BOMFIM. *Projeto Político Pedagógico*, 2014

óbvio que, sendo o espaço localizado em Sergipe, receba o nome de alguém de Sergipe.

Quando perguntados a respeito da possível profissão de Manoel Bomfim os alunos foram menos coesos, mas boa parte deles citou profissões relacionadas à atividade escolar ou que estivessem diretamente ligadas à história da própria escola. Vários alunos supuseram que ele tivesse sido professor, fundador, diretor ou construtor da escola, e isto lhe tenha valido a homenagem. Essa percepção ressoa com o problema anteriormente citado da falta de identificação da comunidade escolar com Manoel Bomfim e o ressentimento por a escola não ter recebido o nome de alguém que contribuiu para a sua criação.

A partir dessas informações é possível perceber que, apesar de ter havido um movimento em direção à superação do esquecimento de Manoel Bomfim, por meio da tentativa de estabelecimento de uma política de memória, a partir do seu reconhecimento como personalidade relevante na história do estado de Sergipe ao ser colocado o seu nome em uma escola pública, esse movimento não tem sido levado adiante pela comunidade escolar. Uma explicação pode ser o desconhecimento do legado de Bomfim, ou mesmo o desconhecimento da importância deste tipo de conteúdo para formação integral do aluno.

A nomeação de um espaço público é um passo importante para a memória de Manoel Bomfim, e em especial quando se trata de uma instituição de ensino. Como bem explicou Pierre Nora, há “lugares onde a memória se refugia e se cristaliza” (1993, p. 7)¹², e a escola é um deles, como aponta Ciavatta:

Como elemento aglutinador, gerador de coesão social, a escola deve se tornar um lugar de memória, de resgate das identidades, da compreensão do presente incorporando as dificuldades, as lutas e as conquistas do passado, suas representações na forma de imagens e de documentos, seus símbolos carregados de história e de significados. (2005, p. 1)¹³

No entanto, apenas a ação de nomear não é suficiente quando não há um movimento educativo contínuo que torne conhecido o sujeito ou fato histórico que se quer lembrar. Por isso, no caso desta escola, não se

12 NORA, Pierre. Entre Memória e História: A problemática dos lugares. *Projeto História*. São Paulo: PUC/SP, v. 10, p. 7-28, 1993. Disponível em < <https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/12101/8763>> Acesso em: 14 abr. 2019

13 CIAVATTA, Maria. A formação Integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. *Trabalho Necessário*. Rio de Janeiro: UFF, ano 3, v. 3, 2005. Disponível em < <http://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/6122/5087>> Acesso em 14 abr. 2019

pode dizer que houve um esquecimento de Manoel Bomfim, já que, como diz Padrós, “não se pode esquecer o que se desconhece” (2001, p. 88).¹⁴ A escolha deste nome se deveu a uma iniciativa do poder público que, apesar de positiva, não envolveu de nenhuma maneira a comunidade, sendo apresentada como uma decisão que deveria ser aceita e acatada. Tampouco houve algum programa ou projeto voltado a apresentar o estudioso para a comunidade e a fazê-la abraçar seu nome e sua memória.

Assim, não é de se estranhar que a escola, por sua parte, não tenha feito nenhum movimento em direção a preservação e propagação das idéias de Bomfim, alguém desconhecido para eles, sem significado nenhum para a comunidade além de um nome em uma placa. Placa onde acreditavam que deveria estar o nome de alguém que teve um papel protagonista na história da escola. Alguém com quem tinham relação de afeto e de pertença. Desse modo, o esquecimento de Bomfim, neste contexto, não foi apenas uma questão de omissão, de negação, ou muito menos de destruição de sua memória¹⁵. Foi uma questão de desconhecimento, mas também um movimento de resistência, resistência à construção de uma história que não fazia sentido para a comunidade. Cabe agora caminhar em busca da construção desses sentidos.

14 PADRÓS, Enrique. Usos da Memória e do Esquecimento na História. *Letras*. Santa Maria: UFSM, n. 22, p. 79-95, 2001.

15 Esquecimento-omissão, esquecimento-negação e esquecimento-destruição são algumas categorias de esquecimento apresentadas por Michel. MICHEL, Johann. Podemos falar de uma política de esquecimento? *Revista Memória em Rede*. Pelotas: UFPEL, v.2, n.3, ago.-nov. 2010

A natureza da inteligência no tomismo e no empirismo humeano, segundo Luciano Duarte

Edmilson Menezes*

The nature of intelligence in Thomism and in Humean empiricism, according to Luciano Duarte

Resumo

Na história da recepção das ideias filosóficas em Sergipe destaca-se um capítulo importante, que pretendo mostrar a seguir; um marco para a inversão de perspectiva metodológica da produção filosófica em Sergipe encontra-se na tese de doutorado de Luciano Duarte. Sem dúvida, estamos diante de um estudo que se aparta da concepção de filosofia como disciplina livresca, cujo reflexo confunde beletrismo e eruditismo com pensamento filosófico em si – duas tendências presentes no Brasil, desde a Colônia até o século XIX e início do XX. O objetivo, pois, do artigo é mostrar que a pesquisa de Duarte representa uma nova etapa para os estudos em filosofia nas terras sergipanas, quer dizer, ela representa e traduz uma forma técnica de fazer filosofia.

Palavras-chave: Filosofia em Sergipe, Luciano Duarte, Tomismo

Abstract

In the history of the reception of philosophical ideas in Sergipe stands out an important chapter, which I intend to show next; a milestone for the inversion of the methodological perspective of the philosophical production in Sergipe is in the doctoral thesis of Luciano Duarte. Without a doubt, we are dealing with a study that runs away from the conception of philosophy as a book discipline, whose reflection confuses belletrism and erudition with philosophical thought in itself: two tendencies present in Brazil, from Cologne to the nineteenth and early twentieth centuries. The aim, then, of the article is to show that Duarte's research represents a new stage for studies in philosophy in the Sergipe lands, that is, it represents and translates a technical way of doing philosophy.

Keywords: Philosophy in Sergipe, Luciano Duarte, Thomism



* Edmilson Menezes é doutor em Filosofia pela UNICAMP (1998). Professor Titular de Filosofia Moderna do Departamento de Filosofia da Universidade Federal de Sergipe

1. A filosofia e sua especificidade técnica

Que interesse poderia mover a iniciativa de confrontar hermeneuticamente, por exemplo, Tomás de Aquino e David Hume? Qualquer neófito da lide filosófica saberá colocar os dois pensadores em taxionomias diferentes. Então, por que insistir em confrontar essas filosofias? Justamente pelo fato de todo começo sugerir certa sedução pela aparência e pela crença menos refletida. Um dos trabalhos mais importantes do especialista é desfazer essas ilusões. Mas, com isto não ficam afastadas todas as dificuldades. Sabe-se, de fato, que as obras mais incontestavelmente filosóficas, aquelas mesmas que nosso exame se propõe a observar, apresentam muitas vezes conclusões opostas e que, assim sendo, a verdadeira filosofia parece estar nelas mais prometida que contida. Se a filosofia está ainda por ser feita, como a descobriríamos naquilo que já foi feito? Sem embargo, a solução para o questionamento encontra-se somente na própria natureza conceitual e histórica da filosofia. É nesta acepção que podemos afiançar a filosofia como um modo intelectual, ou seja, ela é ao mesmo tempo uma ferramenta de análise e uma interrogação sobre o sentido e o valor da condição humana que, no cultivo de seu saber característico, está calcado numa metodologia estrita: o debruçar-se sobre sua história e a elaboração do conceito.

O saber filosófico nutre-se de sua história: compreender devidamente esta relação, como nos lembra Hegel, permite alcançar como pelo estudo da história deste saber somos introduzidos no conhecimento deste próprio saber.¹ A história da filosofia não ostenta nem a persistência de um conteúdo simples e completo, nem o processo de um pacífico acréscimo de novos sistemas. A história da filosofia, a título de disciplina ela mesma filosófica (e não somente histórica), ambiciona convencer, porque pretende apresentar teses estabelecidas por *demonstrações*. No que ela se distingue tanto desses ensaios sobre tal autor ou sobre tal problema de história das ideias (sem demonstrações nem teses reutilizáveis), quanto dos manuais (teses sem demonstrações) e das *Histórias da Filosofia* estritamente doxográficas de ambição exaustiva (informações, demonstrações mas sem teses claras, por preocupação de neutralidade). As condições de tais demonstrações podem se definir do seguinte modo: o historiador da filosofia deve: a) conhecer o autor exaustivamente, e b) nada avançar que não possa sustentar por *argumentos* – dos textos e sua hermenêutica correta. A primeira exigência, materialmente realizável, demanda somente o tempo e a memória. A segunda, indefinível em termo de materiais, demanda muito mais – a honestidade. O intérprete deve supor de início que o autor estudado tem, até prova em contrário, razão de sustentar o que



1 Cf. HEGEL, G.W. F. Introdução à História da Filosofia. In: *Escritos seletos*. Trad. de Henrique Lima Vaz et alli. São Paulo: Victor Civita, 1974, p. 328 e segs. (Coleção “Os Pensadores”)

ele avança; isso significa que ele permanece em princípio mais inteligente e mais profundo que seu intérprete; o que implica enfim renunciar a toda ideologia, pressuposta ou residual. Em tempo, o intérprete só pode nos instruir sobre um autor ou um problema se ele mesmo aceitar deixar-se instruir pelo seu interlocutor.²

A história da filosofia, enfim, fornece a matéria prima do exercício filosófico: o conhecimento racional. É preciso reconhecer que se pode ter uma visão mais radical do que significa a diversidade dos sistemas filosóficos. O conhecimento filosófico daquilo que é verdade e filosofia faz compreender a diversidade como tal num sentido bem diferente daquele de uma oposição abstrata entre verdade e erro. A explicação disto revelará o significado da história e da filosofia. A multiplicidade de tantas filosofias é absolutamente necessária para a ciência da filosofia, e lhe é essencial. O conflito das filosofias permite a dinâmica que ressalta na história da filosofia, não uma exterioridade cronológica, mas uma interioridade lógica, quer dizer, a história do próprio conteúdo, algo que nos ajuda a resolver problemas.

Se nos dermos ao trabalho de examinar mais atentamente as reflexões expostas, podemos opor-lhes que, por mais diversas que sejam as filosofias, uma coisa têm em comum: o serem filosóficas. Por conseguinte, quem tiver estudado e compreendido uma filosofia, contanto que seja filosofia, por isso mesmo compreendeu a filosofia.³

A história da filosofia é, antes de qualquer coisa, filosofia; mas ela somente possui valor para a filosofia porque permanece intransigente quanto à verdade histórica.⁴

A filosofia é, também, um trabalho do conceito; é um saber técnico que se manifesta como explicitação e discurso. Ela se explicita em movimentos sucessivos, no curso dos quais produz, abandona e ultrapassa teses ligadas umas às outras numa ordem por razões.⁵ O método que daí surge implica uma progressão daqueles movimentos que dá à obra escrita sua estrutura e efetua-se num tempo próprio. A interpretação consistirá em reapreender, conforme a intenção do autor, a ordem por razões e em jamais separar as teses dos movimentos que as produziram. Deste modo,

2 MARION, J-L. Algumas regras em história da filosofia. In: *Educação e Filosofia*, nº 44, jul./dez., 2008, pp. 200-201.

3 HEGEL. G.W.F. Op. cit., p. 339.

4 GUÉROULT, M. Émile Bréhier (1876-1952) In: *Revue de Métaphysique et de Morale*, nº1, jan./mar., 1952, p. 114.

5 Cf. GOLDSCHMIDT, V. *A Religião de Platão*. Trad. de Oswaldo e Ieda Porchat. São Paulo: Difusão Européia, 1970, p.140-142.

A pesquisa, em matéria de filosofia, não procede somente da verdade, mas faz corpo com ela. Assim, para compreender uma doutrina, não é suficiente não separar a *lexis* da crença, a regra, de sua prática; é preciso, após o autor, refazer os movimentos concretos, aplicando as regras e chegando a resultados que, não por causa de seu conteúdo material, mas em razão desses movimentos, se pretendem verdadeiros. Ora, esses movimentos se nos apresentam na *obra escrita*.⁶

Os movimentos do pensamento filosófico estão inscritos na *estrutura* da obra, nada mais sendo essa estrutura que as articulações do método em ato, ou seja, é uma mesma estrutura que se constrói ao longo da progressão metódica e que, uma vez terminada, define a arquitetura da obra. “Ora, falar de movimentos e de progressão é [...] supor um tempo, e um tempo estritamente metodológico ou, guardando para o termo sua etimologia, um *tempo lógico*.”⁷ Isto é possível graças à organização sistemática do discurso filosófico. A filosofia busca organizar-se numa totalidade, num todo orgânico, de tal modo que as partes se justifiquem por sua inserção nessa totalidade.

A filosofia, nesta direção, envolve um trabalho marcado pela “paciência do conceito”.

O filósofo é o amigo do conceito, ele é o conceito em potência. Quer dizer que a filosofia não é uma simples arte de formar, de inventar ou de fabricar conceitos, pois os conceitos não são necessariamente formas, achados ou produtos. A filosofia, mais rigorosamente, é a disciplina que consiste em *criar* conceitos. [...] É porque o conceito deve ser criado que ele remete ao filósofo como àquele que o tem em potência, ou que tem sua potência e sua competência.⁸

À filosofia cabe o labor conceitual; o conjunto dos conhecimentos filosóficos é traduzível em conjunto dos conhecimentos racionais a partir de conceitos. Esses, por seu turno, impedem o pensamento de ser uma mera *opinião*. “O campo conceitual de uma doutrina é formado pela integração da terminologia numa totalidade sistemática.”⁹ Nesse sentido, não

6 Id. *Ibid.*, p. 142.

7 Id. *Ibid.*, p. 143.

8 DELEUZE, G. *O que é a filosofia?* Trad. de Bento Prado Jr. e Alberto A. Muñoz. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992, p.13.

9 COSSUTTA, F. *Elementos para a leitura dos textos filosóficos*. Trad. de Ângela de N. Begnami et alli. São Paulo: Martins Fontes, 1994, p. 59.



há conceito fora de um processo inteligível que lhe garanta uma área de significação. Ao definir, o exercício do pensamento engendra um procedimento sintético, do qual só o contexto verbal permite fixar os limites. Sem dúvida, o filósofo constrói um universo definido e ordenado de palavras e frases que desnorteia o leitor e provoca um sentimento de incompreensão. Decididamente, há uma linguagem própria à obra filosófica que a impede de circular entre as linguagens de assimilação imediata. A linguagem filosófica identifica-se com o próprio *problema* que busca resolver intelectualmente. Os termos conservam, para aquele não habituado ao vocabulário técnico, uma espécie de resíduos de significação mais ou menos confusos, que é preciso afastar em proveito de uma atribuição precisa do sentido. Para tanto, é indispensável uma aprendizagem técnica: o estudo da filosofia insta-se por meio de uma “pedagogia do conceito”. O leitor deve fazer uma série de retornos ao texto, tentando captar, de modo a constituir uma organização espiritual, o que antes aparecia como vazio de sentido. Assim, revela-se o campo preciso em que o trabalho filosófico se estabelece: o filósofo opera na organização dos signos.

Ele traça a arquitetura explícita da relação entre conceitos, constrói com todas as peças uma estruturação de significados, de uma maneira que não é nem ‘arbitrária’ nem ‘convencional’, mas que se quer necessária e de tal forma que possa, para além da organização mais ou menos contingente efetuada pela língua, transcrever o ser no dizer.¹⁰

De modo ideal, a filosofia pode ser encarada como uma tentativa de construir um campo homogêneo e robustamente coerente, que recubra todo o campo do real.

O conceito não é dado, é criado, está por criar, e, exatamente no exercício da elaboração conceitual, o filósofo descobre a sua “vocação” para a universalidade. O ofício do filósofo não aceita, por conseguinte, improvisações. Ele se refere a uma unidade essencial, uma ideia organizadora que orienta racionalmente a atividade do intelecto. A diversidade de conceitos e a multiplicidade de conclusões não desacreditam o empenho demonstrativo da filosofia. Ao contrário, por meio delas, podemos verificar a dinâmica que envolve a investigação filosófica como atividade capaz de comunicar-se e impor-se aos espíritos atentos. A diversidade e a multiplicidade encontradas na história da filosofia não nos permitem estabelecer, para a filosofia, verdades estabelecidas, mas tão somente o interesse em buscá-las. A ausência de verdades adquiridas faz com que a filosofia não possa ser encerrada, como uma ciência, num corpo constituído por ver-

10 Id. *Ibid.*, p. 66

dades anônimas, aceitáveis sem nenhuma oposição por todas as inteligências, mas faz com que ela possa parecer residir no conjunto das filosofias surgidas no decurso das diferentes épocas.¹¹

2. Luciano Duarte: *La Nature de l'Intelligence dans le Thomisme et dans la Philosophie de Hume*

Na história da recepção das ideias filosóficas em Sergipe destaca-se um capítulo importante, que pretendo mostrar a seguir; um marco para a inversão de perspectiva metodológica da produção filosófica entre nós encontra-se na tese de doutorado de Luciano Duarte.¹² Estamos diante de um trabalho que se aparta da concepção de filosofia como disciplina livresca¹³, cujo reflexo confunde beletrismo e eruditismo com pensamento filosófico em si – duas tendências presentes no Brasil, desde a Colônia até o século XIX e início do XX. A tese de Duarte representa uma nova etapa para os estudos em filosofia nas terras sergipanas, quer dizer, ela representa e traduz uma forma técnica de fazer filosofia, isto é,

consiste em explorar menos a suposta interioridade do autor do que a interioridade de sua obra. Porque se o autor não existe mais, a obra está aqui, diante de nós, nos livros, como um monumento, um objeto, cujo significado é perceptível apenas pelo cenário destacado dos arranjos conceituais que tornam isso possível. Esse método é, portanto, antes de tudo, um método de análise.¹⁴

A forma específica a que me refiro diz da análise *estrutural* em filosofia: as articulações do pensamento filosófico estão arraigadas, como dito acima, na *estrutura* da obra, é uma mesma estrutura que se apresenta ao longo da evolução metódica e que, uma vez completada, decide a arquitetura da produção, do trabalho.¹⁵ Assim sendo, refazer, após o autor, os movimentos de que a estrutura da obra guarda o traçado é repor em movimento a estrutura e, dessa forma, situar-se num tempo que é lógico e não cronológico; um tempo que é metodologicamente anunciado e captado pela história da filosofia em sua expressão conceitual. A leitura dos tex-

11 Ver: MENEZES, E. Algumas observações acerca de metodologia filosófica e ensino de filosofia. In: CRUZ, M. H. S. (org.) *Múltiplos Enfoques e Espaços Plurais da Pesquisa no Campo da Educação*. São Cristóvão: EDUFS, 2008, pp. 21-24.

12 Sobre a recepção do pensamento filosófico em Sergipe, ver: LIMA, J. da S. *Os estudos filosóficos em Sergipe*. Aracaju: Sociedade Editorial de Sergipe, 1995.

13 A expressão é de CRUZ COSTA, J. *Contribuição à História das idéias no Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956, p. 18.

14 GUÉROULT, M. La méthode en histoire de la philosophie. In: *Philosophiques*, Volume 1, Numéro 1, avril, 1974, p. 12

15 GOLDSCHMIDT, V. Op. cit., p.142.



tos filosóficos cumpre duas tarefas ao mesmo tempo, que jamais devem ser separadas: não há conhecimento filosófico sem iniciação filosófica, não há iniciação sem retomada de pensamentos já advindos. É importante lembrar que, em filosofia, não se pode, não se deve esperar uma apropriação imediata. Os textos dos filósofos são facilmente identificáveis pelo seguinte critério: neles, a forma está inteiramente subordinada à mensagem a comunicar, a própria mensagem sendo inteiramente redutível a um pensamento racionalmente conduzido, que se move exclusivamente no universo conceitual. Toda obra filosófica elabora ou pretende elaborar as condições de sua própria validade, e, portanto, enuncia as próprias regras da leitura que se pode fazer dela.¹⁶

O esforço filosófico de Luciano Duarte exemplifica com bastante propriedade o exposto acima; sem embargo, um dos trabalhos mais importantes em filosofia escrito por um intelectual sergipano é *La Nature de l'Intelligence dans le Thomisme et dans la Philosophie de Hume*. Trata-se de sua tese de doutoramento (transformada em livro em 2003) defendida na Sorbonne, em 1957, sob a orientação de Ferdinand Alquié e cuja banca examinadora contou, além deste, com os professores De Gaudillac e Paul Ricoeur. O elemento mais provocativo ali presente é o inicial espanto quando se veem, lado a lado, duas filosofias antitéticas, e, se Platão e Aristóteles estão corretos, este *thaumas* prenuncia muito bem a leitura. O tomismo e a filosofia humeana são analisados de modo a ressaltar suas distinções e suas aproximações, mas resguardando deste confronto o propriamente filosófico que lhes é atinente, a saber, a formulação conceitual. O conceito de inteligência guia o leitor nesse campo de batalha.

Mas, como justificar um estudo sobre São Tomás e Hume? A vertente escolhida para isso é a teoria do conhecimento. “A questão é pertinente, porque no centro do tomismo está uma teoria da sensibilidade, e, assim como em Hume, não há nada na mente que não tenha antes passado pela sensibilidade.”¹⁷ Com efeito, a teoria da sensibilidade é uma referência que, incontestavelmente, está presente na história da filosofia e, com ela, uma série de questões passa também a nortear a atividade do espírito: quais as fontes de todo o conhecimento? Como predicamos a realidade, isto é, como se efetiva o processo que transforma dados em juízos? Qual o nexó entre sujeito cognoscente e objeto a ser conhecido? Enfim, o que significa o conhecimento verdadeiro? Ora, se a filosofia dos modernos (em seu formato distintivo) se preocupa em responder a esses problemas candentes que envolvem a compreensão da realidade, uma solução para

16 FOLSCHEID, D. e WUNENBURGER, J.-J. *Metodologia Filosófica*. Trad. de Paulo Neves. São Paulo: Martins Fontes, 1997, pp. 10-14.

17 SENEDA, M. C. DUARTE, Luciano José Cabral. A natureza da inteligência no tomismo e na filosofia de Hume. In: *Educação e Filosofia*, nº 50, jul./dez., 2011, p. 742. Sigo, de perto, o correto resumo dos principais argumentos da obra feito por Seneda.

eles já havia sido proposta pelo tomismo: a verdade está essencialmente no julgamento e não na simples apreensão; ela consiste na afirmação feita pela inteligência da conformidade de sua ideia com o objeto. A referência à coisa é, portanto, um aspecto essencial da verdade de acordo com o tomismo, e o fundamento mesmo de seu realismo. O que nos leva a crer na possibilidade de juntar analiticamente o empirismo e o tomismo.

Por meio de uma exemplar exposição metodológica, o texto encarrega-se daquela justificativa a partir de uma importante revista à tradição empirista inglesa passando por Roger Bacon, Guilherme de Ockham, Francis Bacon, Locke, Berkeley, tendo em mira uma reconstituição dos princípios norteadores dessa tendência filosófica. Contudo, o resultado a que se chega permanece cerceado pelo antagonismo das posturas dos empiristas e dos tomistas, que não permite avançar para um traço mais nítido que legitime a aproximação pretendida.

O procedimento seguinte será buscar aquela demonstração a partir de outra perspectiva, a kantiana. Por intermédio de Kant, o confronto em tela pode ser legitimado tendo em vista o que foi feito pelo próprio autor da *Crítica da Razão Pura*. Explique-se: teria Kant propiciado o encontro entre o tomismo, via a metafísica wolffianna, e o empirismo humeano? A pista para isso está no prefácio à segunda edição da *Crítica da Razão Pura*, quando Kant estabelece a diferença entre *procedimento dogmático* da razão e *dogmatismo*. O filósofo esclarece que a crítica não se opõe ao primeiro no seu conhecimento puro, enquanto ciência, pois essa é sempre dogmática, quer dizer, precisamente demonstrativa, fundando-se em princípios *a priori* certos. Ao contrário, a crítica opõe-se justamente ao segundo, ou seja, à presunção de seguir adiante apenas com um conhecimento puro por conceitos (conhecimento filosófico), apoiado em princípios, com os quais a razão desde muito aplica, sem se informar como e com que legitimidade os alcançou. Em outras palavras, o dogmatismo é o procedimento dogmático da razão sem uma crítica prévia da sua capacidade. Essa oposição da crítica ao dogmatismo não permite, por conseguinte, de modo algum, a superficialidade palavrosa que toma a despropósito o nome de popularidade, nem ainda menos o ceticismo que condena, de modo sumário, toda a metafísica. Com efeito, é a esta última frase que o leitor deve estar atento. Realmente o ceticismo, e agora em especial o de Hume, alcançou, mesmo que sumariamente, toda a metafísica? E mesmo poderíamos perguntar qual a metafísica que Kant pretende restaurar? É nesta encruzilhada que toca conhecimento e metafísica que a obra do Duarte pretende fixar-se.



De acordo com a excelente síntese feita por Seneda dos principais argumentos contidos no livro¹⁸, Duarte cinge-se a Wolff e Kant; mostra, historicamente, a influência de Wolff sobre Kant por intermédio de Franz Albert Schultz (que foi diretor do Colégio Friedrich, frequentado por Kant) e de Martin Knutzen (professor de Kant na universidade de Königsberg); e traça as relações entre Wolff e o tomismo.¹⁹ Quanto à relação entre o empirismo inglês e o tomismo, conclui o autor que ela se dá por oposição, pois os empiristas nominados sempre recusaram a presença do universal na matéria individual. Quanto à relação entre Wolff e Kant, Duarte pergunta – com todos os difíceis desdobramentos que esta questão exige – se Kant é um discípulo de Wolff, e se Wolff tiver sido tributário de Tomás de Aquino, então o confronto entre o tomismo e o empirismo de Hume já teria ocorrido no pensamento crítico de Kant?²⁰ Para responder essa questão, o autor examina as divergências significativas entre Tomás de Aquino e Wolff acerca de quatro pontos fundamentais: a natureza da inteligência, as noções dos universais, a teoria da ideia e a concepção da verdade.²¹ Conclui Duarte que, se Kant confessa ter sido despertado por Hume de seu sono dogmático, resta então saber de que dogmatismo se versa. Afirma ainda que não se trata do dogmatismo tomista, do qual Wolff diverge em pontos fundamentais, acima referidos, mas que o pensamento de Kant repousava então sobre outro aspecto deste dogmatismo, o racionalismo, recebido de Leibniz por meio de Wolff. Portanto, sustenta, há ainda que ser feito o confronto entre o tomismo e o empirismo de Hume.²²

Ainda aceitando o esquema proposto pelo apanhado de Seneda²³, o livro apresenta um tema central para se compreender o confronto entre o tomismo e o empirismo: o problema das ideias abstratas. Embora pretenda o autor que esse confronto seja um tanto inusitado, se ampliarmos o foco, perceberemos que ele se enquadra bem no debate em tela, a saber, a discussão sobre os universais. Inicialmente, o autor nos apresenta a posição de Tomás de Aquino, mediante dois procedimentos que denomina “abstração horizontal” e “abstração vertical”²⁴. O primeiro procedimento procura o denominador comum que pode ser encontrado no múltiplo material, como vegetal, por exemplo, pode ser dito de ervas, flores e frutos. O segundo procedimento extrai uma forma de uma matéria determinada,

18 Id. *ibid.*

19 DUARTE, L. J. C. *A natureza da inteligência no tomismo e na filosofia de Hume*. Trad. de Antônio Carlos M. Viana. Aracaju: Editora J. Andrade, 2003, pp. 46-54.

20 Id. *ibid.*, p. 67.

21 Id. *ibid.*, pp. 55-65.

22 SENEDA, M. C. Op. cit., p. 742.

23 Id. *ibid.*, p. 743.

24 DUARTE, L. J. C. Op. cit., pp. 80-89.



como racional, por exemplo, pode ser dito de homem. Isso se conjuga com os graus de abstração que conformam as ciências especulativas. Desse modo, temos a Física (“[...] quando a inteligência considera como objeto a ‘*materia sensibilis*’, fazendo abstração somente dos indivíduos em que ela se encontra [...]”), a Matemática (que opera uma dupla abstração: “abstração da ‘*materia sensibilis comunis*’, que era objeto da ‘Física’, e abstração da ‘*materia inteligibilis individualis*’), e a Metafísica, que opera no domínio do ser enquanto ser.²⁵ Após expor esse trajeto, Luciano Duarte nos apresenta alguns tópicos da teoria do conhecimento de Tomás de Aquino (matéria, sensação, intelecção, papel do intelecto agente)²⁶, com o intuito de mostrar a forma tripartite que caracteriza a ideia em seu processo de abstração. O interesse maior aqui é explicitar como a forma, inscrita numa base empírica, migra da coisa para o intelecto sem perder sua identidade. Ou seja, em virtude desse trajeto ontológico, a forma, mesmo estando no intelecto, não perde o seu poder de remissão e não deixa de ser parte da coisa da qual foi abstraída. Em contraposição a este “realismo empirista” de Tomás de Aquino, Duarte expõe o que poderíamos igualmente chamar de “nominalismo empirista” de David Hume. Para caracterizar a posição de Hume, principia pelo debate entre Locke e Berkeley.²⁷ É difícil em poucas linhas traçar o debate entre os três autores, mas podemos circunscrevê-lo afirmando que ele se localiza na fecunda intersecção entre teoria da linguagem e teoria do conhecimento. Se a posição básica do debate é que todas as ideias advêm dos sentidos, sendo, portanto, todas individuais, torna-se então decisivo responder a seguinte questão: como podemos então pensar utilizando termos como veículos de ideias? A posição de Hume²⁸, tributária de Berkeley, é apresentada no Tratado com três argumentos. Primeiro, tudo o que é diferente é separável, ou seja, Hume recusa que hajam conexões ontológicas no empírico que não possam ser rompidas pela operação de composição e decomposição da imaginação. Segundo, nada há na experiência que não contenha graus de quantidade e qualidade. Terceiro, tudo o que existe na natureza é individual (este argumento decorre do segundo), portanto, é impossível que a mente forme qualquer ideia geral a partir das impressões extraídas da experiência. Desse modo, argumenta Hume, quando utilizamos um termo com significado geral, empregamos uma ideia sempre individual, que deve representar uma série de outras ideias particulares subentendidas pelo princípio da semelhança. Essa contraposição leva Duarte a afirmar que, em Tomás de Aquino,

25 Id. *ibid.*, pp. 86-88.

26 Id. *ibid.*, pp. 90-102.

27 Id. *ibid.*, pp. 104-115.

28 Id. *ibid.*, pp. 115-134.

“[...] o universal é uma essência (e uma ideia) abstrata, considerada em relação aos singulares onde ela existe ou pode existir de uma forma individual.”²⁹ Por comparação, comenta: “Em Hume, ao contrário, o nominalismo atinge sua expressão mais pura. O universal não está na idéia, [...], mas] no espírito (*mind*), no sentido em que este, possuindo apenas idéias particulares, classificou todavia essas idéias segundo suas semelhanças e usou uma mesma palavra para servir de título a cada um desses grupos de ideias.”³⁰

O que se segue é conduzido por um problema clássico da teoria do conhecimento: a teoria do juízo. O foco está na contraposição entre assentimento e crença, ou seja, entre o olhar da inteligência que capta uma forma e conduz o espírito ao assentimento, de um lado, e o ato do juízo que é movido por uma afecção, a crença, de outro.

Sempre seguindo Seneda³¹, a posição de Tomás de Aquino nos é apresentada por meio de todos os elementos clássicos da teoria do juízo: a estrutura lógica do juízo, a proposição, o assentimento, a relação entre intelecto e vontade, a relação do juízo com o objeto e com a reflexão.³² Um ponto importante da elucidação está na separação entre proposição e juízo, ou seja, entre estrutura lógica e assentimento psicológico. Duarte comenta: “o assentimento será, então, se posso falar assim, a promoção do verbo ser de uma função simplesmente de ‘cópula’ a uma judicativa.”³³ Como Tomás de Aquino tem uma teoria ontológica da abstração e da obtenção da ideia, podemos então entender que a intelecção ocorra por um ato quase passivo e impessoal, e que o juízo caracterize o momento psicológico, pelo qual a intelecção se torna ato de um indivíduo. Também podemos entender que o juízo possa ser emitido ora pelo intelecto, quando iluminado por uma luz natural que torna sua estrutura compatível com a das coisas, ora pela vontade, que sem a evidência necessária assere a partir de uma crença ou opinião. Isso possibilita que seja feita uma separação clara entre ciência, de um lado, e opinião e crença, de outro. É bastante inusitado confrontar a reflexão de Hume com os elementos tradicionais da teoria do juízo, como expostos em Tomás de Aquino. Mas, ao fazê-lo, percebemos como toda a preocupação de Hume se concentra no momento do assentimento, que é extensamente desenvolvido e comentado a partir do problema da crença. Desse modo, Duarte explica as correlações

29 Id. *ibid.*, p. 129.

30 Id. *ibid.*, pp. 129-130.

31 SENEDA, M.C. *op. cit.*, p.745.

32 DUARTE, L. J. C. *Op. cit.*, pp. 142-160.

33 Id. *ibid.*, p. 148.



da crença com as faculdades, as impressões, as ideias e os princípios de associação.³⁴ A partir de um comentário de Kemp Smith, o autor procura pensar a relação da crença com

“[...] três tipos de juízos, que poderíamos chamar, conservando as expressões da terminologia humeana, juízo experimental, que incide sobre as *‘matters of fact’*, juízo de *knowledge* [relativo ao que Hume denomina relações de ideias], e juízo de crença (*‘of probability or of belief’*)”.³⁵

Outro nível de dificuldade está em determinar o que produz a crença, e são eliminados, como elementos causadores, a razão e a vontade, restando apenas o sentimento. É claro que é preciso examinar a correlação da memória e da imaginação com a crença, o que pode ser feito mediante o elemento que Hume denomina hábito, ou seja, sequências de ideias, cuja repetição marca o modo da mente conceber alguma coisa. Duarte opta pela memória, para resolver o problema desse modo de afecção que está presente na ideia e que conduz aos juízos de probabilidade. A correlação entre imaginação, memória e hábito parece ser bastante intrincada, exigindo extenso desenvolvimento para ser explicitada de forma convincente. Contudo, o êxito do autor, ao confrontar as reflexões de Tomás de Aquino e Hume, se patenteia ao mostrar como Hume introduz um novo elemento do assentimento, o sentimento, em face de dois loci clássicos da teoria tradicional do juízo, a vontade e a inteligência.

Nesse contexto, é preciso examinar um problema metafísico, referente ao “valor do conhecimento”. Embora genérica, essa expressão designa o confronto que o autor estabelece entre o realismo de Tomás de Aquino e o ceticismo de Hume e as respectivas irreduzíveis posições de cada teoria em face do problema da verdade, mais especificamente da teoria da verdade em Tomás de Aquino.³⁶ A apreciação dessa teoria se desdobra-se a partir do nexos entre três elementos: a posição do realismo filosófico, a relação cognitiva entre coisa e objeto e a teoria do erro na reflexão tomista.³⁷ Mediante esse trajeto, o autor procura examinar a correlação entre teoria da abstração e teoria do juízo, e as implicações disso para que possa ser concebido o ser intencional da ideia em Tomás de Aquino. O ciclo então se fecha, ao se examinar, em face do problema da verdade, o problema do erro. O erro apresenta-se como um momento da teoria

34 Id. *ibid.*, pp.161-181.

35 Id. *ibid.* p. 165.

36 Id. *ibid.* pp. 191-201.

37 Id. *ibid.* pp. 201-213.



da verdade, e manifesta-se quando a vontade se antecipa ao intelecto e precipita o assentimento. O erro ocorre então no juízo, mas não por uma falha do intelecto, porque há uma vocação natural do intelecto para executar a operação de adequação que conforma a verdade. Ele é, portanto, um “decaimento”, uma operação que, em virtude de algum grau de desregramento psicológico, ficou incompleta ou foi levada a cabo de modo precipitado.

Resta examinar o valor do conhecimento e o problema da verdade no pensamento de David Hume. Esse passo da análise de Duarte está arremado na Parte IV do Livro I do Tratado da natureza humana, intitulada “Do ceticismo e outros sistemas filosóficos”.³⁸ A análise liga-se, particularmente, aos argumentos apresentados na Seção II, intitulada “Do ceticismo quanto aos sentidos”. O grau de radicalidade do ceticismo humeano pode estabelecer alguns parâmetros para demarcar a crítica da razão e demarcar a posição em relação à existência do mundo externo.³⁹ Para demarcá-la, é imperioso o seguinte trajeto: acolher a crença em relação aos objetos do mundo exterior e examinar a sua fonte, ou seja, quem pode tê-la produzido. São descartados, como fontes, os sentidos e a razão, e a imaginação é acolhida por conter os procedimentos que melhor se coadunam com o modo de sentir que designamos crença.⁴⁰ O autor conclui esse trajeto com um topos clássico do comentário de Hume: a soberania das paixões sobre a razão. Desse modo, toda proposição é resolvida por um assentimento que é acionado por um vívido sentimento e não pela límpida luz do intelecto.⁴¹ Encerra o livro uma pequena conclusão, destituída de qualquer espírito de síntese. O escopo do argumento é a radical separação entre duas teorias que têm aparentemente em comum o mesmo ponto de partida: os dados sensíveis. Se podemos dizer aparentemente, é porque Duarte mostra como Hume parte de uma psicologia das percepções e Tomás de Aquino de uma metafísica da abstração. Essa posição de base situa os dois sistemas como antípodas, quando, num segundo momento, se examina a relação da ideia com o seu referente. Em Tomás de Aquino, o ser da ideia guarda uma conexão ontológica com o ser da coisa acolhida pelo pensamento. Em David Hume, o mundo da percepção permanece como uma cópia, que jamais conserva qualquer vínculo necessário com o dado original.⁴²

38 Id. *ibid.* p. 214.

39 Id. *ibid.* pp. 214-221.

40 Id. *ibid.* p. 221-229.

41 Id. *ibid.* pp. 230-233.

42 SENEDA, M.C. *op. cit.*, p.747.

3. *Notas finais*

A perspectiva metodológica aqui apresentada pela obra de Duarte leva-nos a uma compreensão bem marcada do exercício da pesquisa em filosofia, ela consiste em desvendar a propósito de cada sistema filosófico uma realidade inteligível superior, em criar uma comunhão com ela por meio de suas múltiplas e dilatadas perspectivas. Todavia, esse desvendar não autoriza a investigação filosófica a buscar fora da própria filosofia elementos justificadores de sua pertinência; a filosofia se alimenta continuamente de si mesma e de sua história: com efeito, a filosofia não pode pôr-se em seu livre exercício sem determinar-se em relação ao que a precedeu (como filosofia ou não-filosofia) segundo um processo de repulsão e de acomodação. Essa necessidade de antagonismo e de comparação une indissolvelmente, desde a origem, em toda a filosofia, o presente ao passado; numa palavra: confere-lhe um aspecto histórico. O traço característico desta abordagem técnica reside no fato de que ela arranca toda filosofia à obra filosófica; e ela a arranca de seu tempo. E esse duplo movimento só é possível porque a doutrina subtrai à obra, de algum modo, sua regra intencional, ou seja, o problema que ela pretendia resolver. Resolver um problema é o que distingue a filosofia da pura e simples visão, o que dá a uma obra seu significado e se valor.⁴³

Já se afirmou que uma interpretação vale pelo que ela suscita; se a sentença é correta, a tese de Luciano Duarte coloca o leitor diante de um material interpretativo valioso e rico em seu esforço hermenêutico e técnico; tais qualidades conduzem à desistência de querer reduzir o empirismo, como insistem os mais afoitos leitores de manuais, a uma superação definitiva de tudo que lhe precedeu, justamente pela *inovação* que essa filosofia traz consigo. Com a obra em alvo ficamos sabendo das dificuldades que a palavra *inovação* comporta, quando aplicada à filosofia. Resta-nos, então, o contato rigoroso com os conceitos a fim de fugirmos, se não queremos ser alvo de justificadas suspeitas intelectuais, da leitura mitigada (tão em voga em nosso meio) que nos faz crer em rupturas drásticas e inapeláveis, lá onde somente há continuidade arguta e responsável.



43 Ver: GUÉROULT, M. Le problème de la légitimité de l'histoire de la philosophie. In : *La Philosophie de l'Histoire de la Philosophie*. Paris : Vrin, 1956 ; GUÉROULT, M. Leçon inaugurale: faite le 4 décembre 1951, Collège de France. Paris : Collège de France, 1952.

“Dois mais dois, quatro!
três veis seis, dezoito!”:
Representações da escola
em *História da minha
infância*

Luiz Eduardo Oliveira *
Kate Constantino Oliveira**

“Two plus two, four! Three times
six, eighteen!”: Representations
of schooling in *História da
minha infância*

Resumo

Algumas representações da escola e da escolarização, bem como de alguns aspectos da história da educação em Sergipe, podem ser vislumbrados em *História da minha infância* (1954), de Gilberto Amado (1887-1969). Escrito em Paris (1952) e no Rio de Janeiro (1953), o livro tem a sua gênese contada em seu último capítulo, “Adolescência”, em meio a reflexões do autor quanto à sua produção ensaística, realizada, como seus romances, memórias e poesias, nos intervalos de sua atribulada carreira de jornalista, político e diplomata. Este artigo busca investigar os modos pelos quais a educação era vista e concebida pelo intelectual sergipano, tanto a partir de suas referências históricas quanto em sua própria estrutura textual.

Palavras-chave: Escolarização. Gilberto Amado. História da educação.

Abstract

Some representations of school and schooling, as well as of some aspects of the history of education in Sergipe, can be grasped in *História da minha infância* (1954), by Gilberto Amado (1887-1969). Written in Paris (1952) and in Rio de Janeiro (1953), the book has its genesis narrated in its last chapter, “Adolescência”, in the middle of reflections of the author on his essays, produced, like his novels, memoirs and poetry, in the intervals of his troubled career of journalist, politician and diplomat. This article searches to investigate the ways through which education was seen and conceived by the intellectual from Sergipe, from his historical references, as well as from the textual structure itself.

Keywords: Schooling. Gilberto Amado. History of education.

* Professor Titular do Departamento de Letras Estrangeiras e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe.

** Doutoranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe. Bolsista CAPES.



Introdução

Gilberto de Lima Azevedo Sousa Ferreira Amado de Faria (1887-1969) foi advogado, diplomata, jurista, escritor, jornalista e político, tendo sido também membro da Academia Brasileira de Letras a partir de 1963. Irmão do também imortal da ABL Genolino Amado (1902-1989) e primo do célebre escritor baiano Jorge Amado (1912-2001), podemos dizer que pertence a uma família de escritores. Após conclusão do bacharelado em direito em 1909, tornou-se catedrático de Direito Penal (1911-1930). Em 1910 transferiu-se para o Rio de Janeiro, iniciando a sua colaboração no *Jornal do Commercio*. Depois passou a assinar uma coluna semanal n' *O País*. Em 1912, realizou sua primeira viagem à Europa, tema de um de seus livros de memórias, e em 1923 foi feito Oficial da Ordem Militar de Sant'ago da Espada de Portugal. Já em 1915, elegeu-se Deputado Federal por Sergipe. Nos últimos anos da República Velha, exerceu mandato no Senado, encerrando sua carreira política com o golpe, ou “revolução”, de 1930. Sintomaticamente, dois anos depois publicou *Eleição e representação*. Nesse período, voltou a exercer o magistério superior na Faculdade de Direito do Distrito Federal, iniciando um período fértil de estudos e publicações – publicou um total de 17 livros, entre memórias, crônicas, ensaios e poesias.

Um episódio controverso de sua biografia diz respeito ao assassinato de Aníbal Teófilo, em 19 de junho de 1915, na cidade do Rio de Janeiro. No final da cerimônia de inauguração da Sociedade Brasileira dos Homens de Letras, criada por Olavo Bilac e sediada no prédio do *Jornal do Commercio*, os conferencistas Gilberto Amado e o poeta Aníbal Teófilo (1873-1915), autor de *Rimas* (1911), se desentenderam por causa de algumas críticas jornalísticas de Gilberto a amigos escritores de Aníbal. O portal de notícias online *O Povo*, publicou na edição de 17 de junho de 2015 uma matéria assinada por Sânzio de Azevedo¹ em homenagem ao centenário do assassinato de Aníbal Teófilo. No texto, o autor relembra que, a 20 de junho de 1915, o jornal *A Época*, do Rio de Janeiro, informava que “À saída de uma festa literária, o deputado Gilberto Amado mata, a tiros de pistola, o poeta Aníbal Teófilo”. O fato havia ocorrido no dia anterior. À época, Gilberto era deputado por Sergipe e já havia publicado seu primeiro livro, *A Chave de Salomão* (1914), enquanto Aníbal, membro da chamada “roda de Bilac”, era o famoso autor do soneto *A Cegonha*, que figurou nos *Sonetos Brasileiros* (1904), de Laudelino Freire, também incluído em *Rimas* (1911), sua única obra. Aníbal Teófilo de Ladislau y Silva de Figueiredo de Girón de Torres y



1 O artigo se encontra disponível na internet no seguinte endereço: <<https://www20.opovo.com.br/app/opovo/vidaarte/2015/06/17/noticiasjornalvidaarte,3454972/cem-anos-de-um-crime.shtml>> Acessado em 03/11/2018, às 10h. Cf. AZEVEDO, Sânzio. “Cem anos de um crime”. In *O Povo online - Jornal de Hoje*, em 17/06/2015. <<https://www20.opovo.com.br/app/opovo/vidaarte/2015/06/17/noticiasjornalvidaarte,3454972/cem-anos-de-um-crime.shtml>> Acessado em 03/11/2018, às 10h.

Espinosa era natural de Fortaleza de Humaitá, Paraguai, tendo nascido na época em que seu pai estava em campanha, e foi aluno da Escola Militar do Ceará.

Conta-se que Aníbal Teófilo tornou-se inimigo de Gilberto Amado por causa de uma crítica do intelectual sergipano a um livro de Coelho Neto, e passou a hostilizá-lo onde quer que o encontrasse: “Tipo atlético e dado a lutas, era temido por Gilberto, franzino e míope”. Em *Presença na Política* (1960), Gilberto narra o episódio do seu ponto de vista: “Afigura-se incompreensível, e só explicável pela fatalidade, o erro de julgamento que levou o atleta, homem de alta estatura [...], a imaginar que eu, por ser deputado, pai de família, ansioso de subir, me deixasse lanhar a cara de bofetadas [...] e ter as orelhas puxadas, como ameaçou fazer no primeiro encontro em que me estarreceu.[...] Noites sem dormir!”²

Segundo o testemunho de várias pessoas, Gilberto, que estava acompanhado de sua esposa, ia se retirar, mas seu amigo Paulo Hasslocher queria que ele reagisse. Não havendo reação, esse amigo engalfinhou-se com Aníbal. Gilberto, vendo os dois lutando, atirou no poeta pelas costas. O autor do texto considera inadmissível que o intelectual sergipano, depois de assassinar covardemente o seu desafeto, tente desqualificar Aníbal para a posteridade, ao dizer que o defunto “não escrevia nos jornais, nem trabalhava em redação, não militava propriamente nas letras”. O poeta, à época, era secretário do Teatro Municipal do Rio de Janeiro. “Nas muitas cópias de jornais de 1915 que me enviou o pesquisador Jorge Brito, de Brasília, há inúmeros poemas de Aníbal Teófilo, poeta consagrado na época”³. O julgamento do caso foi presidido pelo juiz Manuel da Costa Ribeiro, que também julgou Dilermando de Assis, que matara Euclides da Cunha. Gilberto foi absolvido na justiça, mas não pela opinião pública, pelo menos enquanto durou a memória do acontecido.

De qualquer forma, em 1934 ele deu início ao que foi, desde então, a sua atividade permanente: a diplomacia. Foi consultor jurídico do Ministério das Relações Exteriores (1934), em substituição ao célebre jurista Clóvis Beviláqua, sendo também embaixador em Santiago (1936), Helsinque (1938-1939), Roma (1939-1942) e Berna (1942-1943). Ao longo de sua carreira, desempenhou vários outros cargos diplomáticos, como o de representante brasileiro na VII Conferência Internacional Americana (Montevideu, 1923), na Conferência Pan-americana de Buenos Aires (1935) e em várias sessões ordinárias e extraordinárias da Assembleia Geral da ONU a partir de 1947. Em 1948 passou a ser membro da Comissão do Direito Internacional da ONU.

2 Apud AZEVEDO, Op. Cit.

3 Ibid.



Escrito em Paris (1952) e no Rio de Janeiro (1953), *História da minha infância* (1954) tem a sua gênese contada no último capítulo, “Adolescência”, em meio a reflexões do autor quanto à sua produção ensaística, com romances, memórias e poesias, nos intervalos de sua atribulada carreira de jornalista, político e diplomata. Segundo o narrador/autor, a passagem da infância à adolescência representou uma perda sem ganhos, como se ele tivesse dobrado o Cabo da Boa Esperança sem ter encontrado a Índia. Um “mundo unânime, coordenado e sincrônico” foi substituído pelas “incertezas de um caos”. Dominado então pela sensação de contraste com o meio em que se encontrava, sentiu-se no dever de fidelidade consigo mesmo: “este livro é antes de tudo minha história para mim... sou eu no meu próprio espelho”, situação diametralmente oposta a uma vida que não lhe atraía, “a da política, da ação, a de um ‘papel’ a representar”.⁴

Contudo, o cuidado estilístico com que a história de sua infância é narrada, numa linguagem fluente e entrecortada por períodos curtos e às vezes densamente poéticos, depõe contra qualquer ilusão de espontaneidade e fidelidade consigo mesmo, uma vez que o caráter literário de sua obra, assim como a seletividade de sua memória, aponta para uma recriação constante, por parte do escritor adulto, de cenas e episódios de sua infância. Um exemplo de sua preocupação com a linguagem pode ser ilustrado com uma breve digressão lexicológica que o autor faz a propósito do nome de uma banda de música da cidade de Itaporanga, “Mão por baixo”, expressão que era falada no ambiente familiar sem o menor constrangimento, correspondendo a uma realidade em que se suprimiam o sentido literal e o gesto que o traduzia.

A escola

O livro divide-se em duas partes: “Estância”, composta de quatro capítulos – “Os Azevedos”; “Os Amados”; “Padre Aires, Francisquito e Mariazinha” e “A morte do velho Manuel Luís” –, e “Itaporanga”, de dezessete capítulos – “Nova cicatriz e milagre”; “O mar”; “O Vaza-Barris”; “A Escola de Sá Limpa”; “O sítio”; “Mês de Maria”; “Natal”; “O Engenho São Carlos”; “A loja”; “A cavalo e de trem”; “Meu avô José Amado”; “O teatro”; “A bica”; “A Santa Missão”; “O colégio”; “Fim da infância” e o já referido “Adolescência”. A história, por sua vez, se passa em Estância, Itaporanga e Aracaju, a partir do capítulo XV da segunda parte, “O colégio”, o que não impede o narrador de fazer alusões a outros períodos de sua vida adolescente ou adulta, bem como às circunstâncias sob as quais escreveu o livro, como se vê no capítulo XVII da segunda parte (“Adolescência”).

4 AMADO, Gilberto. *História da minha infância*. São Cristóvão: Editora da UFS / Fundação Oviêdo Teixeira, 1999, p. 203.



O primeiro contato com a educação, segundo o autor, se dá no ambiente familiar. Antes de narrar o seu poético encontro com o Rio Vaza-Barris, em Itaporanga, Amado relembra os momentos em que sua mãe, sentada a coser, retinha-lhe ao seu lado, de livro na mão, explicando a pronúncia correta da palavra “estômago”, que o jovem aprendiz insistia em pronunciar “estomágo”. Tal passagem fornece o mote para o narrador fazer mais uma de suas digressões linguísticas, observando que a criança, assim como o povo, repele os proparoxítonos.⁵

Mas o seu primeiro contato com a escola foi com a professora Dona Olímpia, “Sá Limpa para toda Itaporanga”, na sala atijolada com três bancos encostados às paredes. A professora é descrita fisicamente como uma “hidrópica, um baú”, de faces como “chagas” e dentes separados uns dos outros, por onde passavam o *Tesouro de Leitura*, a *Gramática* do Dr. Abílio⁶, as quatro operações da aritmética e o bafo do cachimbo de cano comprido: “Sá Limpa entrava no domínio dos seres fantásticos que me povoavam a imaginação infantil, como uma das visagens que me crepusculavam nos olhos na primeira sonolência noturna”.⁷

Aqui, a representação da escola em *História da minha infância* alinha-se a uma tradição da literatura brasileira do século XIX. Em narrativas como *Memórias de um Sargento de Milícias* (1854-1855), de Manuel Antônio de Almeida (1831-1861), “Conto de Escola” (1896), de Machado de Assis (1839-1908), e *O Atheneu* (1888), de Raul Pompéia (1863-1895), o que se nota é o desgosto dos meninos, todos com mais ou menos dez anos de idade, com relação à escola, lugar de perda de suas liberdades e brincadeiras, do que havia de mais precioso em suas existências. Nessas três representações, a escola aparece como uma prisão, um lugar de coação e repressão pelo qual teriam de sacrificar suas vidas. Ademais, é visível nos três exemplos o aspecto precário das escolas, isto é, das casas dos professores e professoras de primeiras letras.⁸

A situação não é muito diversa na narrativa de Gilberto Amado aqui em tela. Suas aproximações intertextuais justificam-se inclusive pela sua

5 AMADO, Op. Cit., p. 50.

6 Abílio César Borges, o Barão de Macaúbas (1824-1891), foi Diretor da Instrução Pública na Província da Bahia em 1856, fundando no ano seguinte o Ginásio Baiano, estabelecimento que propunha “métodos renovados para o estudo das línguas vivas”, além da supressão dos castigos corporais. Anos depois, fundou na Corte o Colégio Abílio, onde estudou o romancista Raul Pompéia. Ao que parece, a personagem do Dr. Aristarco Argolo de Ramos, diretor do estabelecimento que dá nome ao seu romance – *O atheneu* –, foi inspirada na figura de Macaúbas. Cf. HAIDAR, Maria de Lourdes Mariotto. *O ensino secundário no império brasileiro*. São Paulo: EDUSP / Grijalbo, 1972, p. 176.

7 AMADO, Op. Cit., p. 57.

8 Cf. ALMEIDA, Manuel Antônio de. *Memórias de um sargento de milícias*. 21. ed. São Paulo: Ática, 1993; ASSIS, Machado de. *Contos*. 26. ed. São Paulo: Ática, 2000; e POMPÉIA, Raul. *O Atheneu*. São Paulo: FTD, 1991.

proximidade cronológica com relação àquelas obras e seus autores, à época de sua infância, em fins do século XIX. Ao referir-se à idade dos meninos que frequentavam a escola, Amado dá uma média entre seis e dez anos, havendo também marmanjos de quinze e até um de dezoito anos, “moleques de engenho mandados tarde à escola”.⁹

Como o barbeiro e seu afilhado Leonardo, em *Memórias de um Sargento de Milícias*, que tinham ido à escola na hora da tabuada cantada, “uma espécie de ladainha de números que se usava então nos colégios”, a qual se praticava todos os sábados, o garoto Gilberto, como os outros meninos, decorava a tabuada cantando: “dois mais dois, quatro! Três veis seis, dezoito!”¹⁰

Quanto aos castigos, bem visíveis em “Conto de escola”, no qual Pilar, o narrador, ao terminar sua atividade, sente-se arrependido de ter ido à escola, principalmente ao olhar pela janela – sobre cujo portal a palmatória estava pendurada “com seus cinco olhos do diabo” –, pela qual podia ver no céu azul, por cima do morro, um papagaio de papel¹¹, a *História da minha infância* traz elementos semelhantes. Como Sá Limpa, a professora do garoto Gilberto que dizia não gostar de dar bolos para punir os meninos, ocupando-se do cargo sua “irmã de olhos arroxeados”. A molecada aproveitava as ocasiões para apostar, sendo a aposta paga em cocada, “em alcamonias de D. Quitéria, ou em “capuco famanão”¹². Era o caso de João Alfredo, irmão de João Peixoto, cuja oficina funcionava ao lado da escola. Ele apostava com os outros garotos de que aguentaria uma dúzia de bolos de João Peixoto sem chorar.¹³

O narrador faz questão de frisar que, no seu caso, seu pai havia combinado com Sá Limpa que ele não levaria bolos. Os que levavam, porém, utilizavam-se de artimanhas para diminuir a dor do castigo. Uma delas era socar piolho dentro do buraquinho que eles furavam na palmatória, o que teria o efeito de lascá-la. O garoto Amado havia assistido várias vezes a tal operação, antes de a professora entrar na aula, mas quando saiu da escola a palmatória continuava lá, intacta.

O aspecto precário e anti-higiênico da escola, também evidente em outras representações literárias, é descrito com detalhes por Gilberto Amado. Nas *Memórias de um Sargento de Milícias*, a sala de aula era mo-

9 AMADO, Op. Cit., p. 58.

10 Ibid.

11 ASSIS, Op. Cit.

12 Conforme a definição do autor, “capuco é a espiga de milho depois de tirados os caroços. Os meninos iam buscá-los nos quintais, no monturo, no chiqueiro, arrancando-os dos dentes e da lama dos porcos. A briga de capucos era como jogar pião, empinar papagaio, botar sal e pimenta em cima de sapo, dos maiores divertimentos da criançada” (AMADO, Op. Cit., p. 59-60).

13 Ibid.



biliada por quatro ou cinco bancos de pinho sujos já pelo uso, e no teto havia pendurada uma porção enorme de gaiolas de todos os tamanhos e feitios. N’O *Atheneu* os bancos, “lustrosos do contato da malandragem de não sei quantas gerações de pequenos”, eram carcomidos, de pinho e usados. No “Conto de escola”, a escola era “um sobradinho de grade de pau”, algo que se harmonizava com o aspecto modesto e quase humilde da indumentária do mestre, com seu “andar manso”. Em *História da minha infância*, por sua vez, alguns meninos iam para a escola com sezões, tendo acesso durante a aula, que também era povoada por banguelas, zarolhos e tátaros, sem falar nos garotos com umbigos grandes, perebas e até “doença feia”. Quando precisavam satisfazer suas necessidades, apanhavam na mesa uma pedra e iam “lá fora”:

“Lá fora” era nas coiranas, numa aberta de terra frouxa, en-sopada de lama, ao lado de um rego. Só um ou outro menino usava sapatos; a maioria, de tamancos ou descalça. Era um trabalho quando se ia lá fora para não enlamear os pés nos excrementos que, em todas as modalidades e formas que podem assumir, da pirâmide da saúde perfeita até o lagamar da opilação, da disenteria e da ameba, por ali se.¹⁴

O narrador ainda se refere às recitações em voz alta, pela professora, do *D. Jaime*, de Tomás Ribeiro, livro de leitura dos adiantados, e ao hino da escola, com o qual as aulas começavam. Há também uma comparação entre as figuras da professora particular e a professora pública. É no capítulo sobre o “Mês de Maria”, em Itaporanga, que o nome de Maria Cândida, professora pública que acompanhava as meninas, todas de branco, em procissão, aparece. Solteira, magra e “sempre de enxaqueca com rubores súbitos”, Maria Cândida, segundo o narrador, não é tão ilustrada quanto Sá Limpá, professora pública que “puxava” pelos meninos.

Aqui aparece também outra representação, do autor e do senso comum de sua época, a respeito da educação feminina: “Mulher não precisa saber”. Com a sua irmã laiá, ocorreu diferente, pois ela havia tido aula com uma professora de São Cristóvão, “grandalhona, muito recomendada”. Quando esta abriu aula na praça do Mercado, as meninas das melhores famílias da cidade deixaram a escola pública para se matricular na sua. Sua má preparação, porém, fora logo descoberta quando, ensaiando as meninas para um recital, pronunciou “albátros”, em vez de “albatrós”, no poema “Navio Negreiro”, de Castro Alves, algo notado e criticado por Baltasar Góis, literato e professor de liceu em Aracaju, que estava em Itaporanga por essa época. O fim da professora foi voltar

para São Cristóvão, “onde talvez não fizessem questão da pronúncia do nome da ave”.¹⁵

Convém observar que a estrutura da escola narrada em *História da minha infância*, que se situa entre o final do século XIX e início do século XX, é a mesma que foi estabelecida em 1827. Com efeito, a Lei de 15 de outubro daquele ano, mandou criar “Escolas de Primeiras Letras” em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos do Império. Esta Lei, que foi a única de âmbito nacional a tratar especialmente do ensino das Primeiras Letras, no Brasil, durante todo o Império e parte da República, regulamentou, além das matérias e do método de ensino, a profissão docente, estabelecendo as condições necessárias, o modo de admissão, remuneração e um plano de carreira que serviriam como modelo para o provimento de outras Cadeiras, tais como as de Latim e Línguas Vivas.¹⁶

160



O Colégio

No capítulo XV, “O Colégio”, o que se sobressai são as impressões do narrador a respeito de Aracaju, onde, antes de entrar no colégio, já havia passado tempos na casa de seu padrinho. Em Aracaju, ele havia encontrado o “espécimen” com que iria se haver no decurso de toda sua existência: “o inimigo gratuito”, traduzido na figura de Irineu Calazãs, “sujeito ruim!”, a esbanjar sua bazófia e antipatia inclusive para crianças como o narrador.¹⁷

Foi nesse território estranho, longe dos seus, que Gilberto Amado entrou no colégio do professor Oliveira, de cuja filha Irineu Calazãs, para seu azar, era noivo. Semelhante à reação de Sérgio, protagonista de *O Atheneu*, que findou por “encontrar o mundo”, tal como havia dito seu pai, à porta do estabelecimento, no seu primeiro dia de aula, o narrador de *História da minha infância* encontrou-se, no colégio, “face a face com uma realidade diferente”. O Colégio Oliveira, único internato do estado, é descrito como uma casa chata cheia de janelas, junto do quartel, numa esquina no fim da Rua da Frente, onde, sob a sombra de um tamarineiro e de uma barriguda, “alunos externos e internos fervilhavam soltos com as moscas e mosquitos, em torno dos vendedores de frutas e dos tabuleiros de doces”.¹⁸

O diretor, Oliveira, conservava uma marca eclesiástica e usava camisa de peito duro sem gravata. O narrador o considera um homem fraco,

15 Op. Cit., p. 75.

16 BRASIL. Coleção das Leis do Império do Brasil de 1827. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1878.

17 AMADO, Op. Cit., p. 159-160.

18 Op. Cit., p. 162.

chorão e mandado pela mulher e pelas filhas, não se interessando pela educação e instrução dos seus alunos a sério. Ensinava português, francês, geografia, aritmética e latim, apesar de ninguém estudar latim, uma vez que não havia livros. Amado tomava lições particulares de inglês com Alfredo Montes¹⁹ e de matemáticas com Teixeira de Faria, o que lhe haveria servido no curso da Faculdade de Medicina da Bahia.

Quanto ao colégio da narrativa de Gilberto Amado, ele tinha, ainda, por lei, a estrutura do Colégio de Pedro II, que teve seu nome temporariamente alterado para Ginásio Nacional durante a Primeira República. O estabelecimento que se tornou modelo para todas as instituições de instrução secundária do país foi fundado pelo Decreto de 2 de dezembro de 1837, que converteu o Seminário de S. Joaquim do Rio de Janeiro em “collegio de instrucção secundaria”. Para Gasparello²⁰, o legislador oitocentista parecia fazer uma opção por este termo específico, em contraposição a Liceu ou Ateneu, pois no ano anterior o ministro do Império, em seu relatório apresentado à Assembleia Legislativa, propunha a criação de um “Liceu” na corte, onde fossem “reunidas as Escolas, e fixados os Compendios, assim como a disciplina economica, e tudo debaixo das vistas de hum Director”, no intuito de preparar a mocidade para as “Escolas Maiores”.

Segundo Gasparello²¹, o Governo teria optado pelo termo “Colégio” porque “Liceu”, conforme o Dicionário da língua portuguesa de Antonio Moraes e Silva, cuja primeira edição é de 1789, tinha o sentido de “aula de ensino científico”, o que associava o estabelecimento a uma concepção moderna e republicana, diferentemente de “Colégio”, que designava uma cultura clássica e “desinteressada”. Tal distinção, no entanto, não se aplica ao caso brasileiro, se considerarmos as aulas de “ensino científico” dos colégios militares criados durante os períodos pombalino e joanino, cujo modelo era o Colégio Real dos Nobres de Lisboa e a *École Militaire de Paris*. Por outro lado, a autora tem razão ao caracterizar os Colégios como estabelecimentos de instrução e educação, no sentido de “formação moral”, uma vez que sua clientela era composta de alunos meio-pensionistas ou internos, sob o rígido controle do reitor, professores e inspetores, ao contrário dos liceus ou externatos, nos quais os alunos permaneciam apenas durante o tempo das lições.

Com efeito, era isso que Bernardo Pereira de Vasconcelos queria dizer, em discurso pronunciado na inauguração do Imperial Colégio de Pedro II, quando afirmava que “a educação colegial é preferível à educação priva-

19 Cf. AMORIM, Simone Silveira. *A Trajetória de Alfredo Montes 1848-1906*. São Cristóvão: Editora UFS, 2009.

20 Cf. GASPARELLO, Arlette Medeiros. *Construtores de identidades: a pedagogia da nação nos livros didáticos da escola secundária brasileira*. São Paulo: Iglu, 2004, p. 49-50.

21 Op. Cit, p. 50-52.

da”, cujos “especuladores astutos” enganavam a credulidade dos pais de família com promessas fáceis de “rápidos progressos na educação de seus filhos”²². O modelo do novo estabelecimento, como o próprio Vasconcelos admitia, era francês, fato que lhe serviu até de defesa, em sessão de 19 de maio de 1838, na Câmara dos Deputados, perante as acusações de Manuel do Nascimento de que o seu discurso havia sido “fradesco”, no que o ministro argumentava que o regulamento francês, tendo sido concebido ou restaurado por Napoleão Bonaparte, tinha como objetivo criar Militares, e não Frades. Em 1846, quando os deputados brasileiros voltaram a discutir a respeito da necessidade da criação de um Liceu Nacional, separado do Colégio de Pedro II e destinado aos alunos externos, a origem francesa do novo estabelecimento voltou a ser referida no discurso de D. Manoel de Assis Mascarenhas, representante da província de Goiás, em sessão de 28 de julho daquele ano.²³



Os preparatórios

Ao fim das aventuras e peripécias de sua vida estudantil no internato, onde tinha até chamado o diretor de covarde, depois de uma confusão em que tinha se metido, o narrador vai para a Bahia a passeio e volta depois de um ano para fazer os exames de preparatórios no Atheneu: português, francês, aritmética e álgebra, geografia, inglês, física e química e história natural. O examinador de português era Brício Cardoso, “o velho Brício, pai de Graco Cardoso”, sobre quem é narrado um episódio bastante esclarecedor a respeito das práticas dos preparatórios em Sergipe.

Sorrindo para o narrador “como um bom avô”, o velho professor, ao invés de fazer-lhe uma pergunta, pediu-lhe para que lesse e analisasse gramatical e logicamente uma oitava de Camões. Ao ler outra oitava – “*De Fomião filósofo elegante / Vereis como Anibal escarnecia...*” –, o examinando pronunciou errado o nome de “Anibal”, trocando o acento da palavra por “Anibál”. O professor de geografia, que estava ao lado do velho Brício, na ocasião, coçou-se e pediu para que ele o pronunciasse de novo. Com a reincidência do erro, Brício Cardoso disse: “Ele sabe... Está certo. Trata-se de liberdade poética, aí... tem que acentuar a sílaba”.²⁴

No corredor, Brício Cardoso, amigo de seu pai, passou-lhe a mão na cabeça e perguntou: “Você já está fazendo versos e estudou metrifica-

22 Apud HAIDAR, Op. Cit., p. 99.

23 BRASIL. *Annaes do Parlamento Brasileiro*. Câmara dos Srs. Deputados. Terceiro anno da sexta legislatura. Sessão de 1846. Tomo Primeiro. Brasília: Câmara dos Deputados, 1983, p. 342-343.

24 AMADO, Op. Cit., p. 169.

ção?”, ao que o narrador respondeu que não, tendo acertado o acento na sorte. Qualquer que seja a interpretação dessa atitude do professor, pode-se perceber por esse episódio que, nos preparatórios, como notou Haidar (1972), a troca de favores e as relações político-familiares contavam muito:

Os estudantes passavam diante dos examinadores aglomerados, chocando-se uns aos outros como gado saindo em redemoinho da porta do curral. Havia exames que consistiam num mexer de cabeça do professor. “Passe...” E outro cascalho sucedia atropelando o que passava.²⁵

Os Exames Gerais de Preparatórios foram instituídos pelo Decreto n. 1.331-A, de 17 de fevereiro de 1854, assinado pelo Ministro Couto Ferraz, que no seu artigo 112 determinou que os discípulos das aulas e estabelecimentos particulares de instrução secundária fossem admitidos todos os anos, no mês de novembro, a exames públicos por escrito das matérias requeridas como preparatórios para a admissão nos cursos de estudos superiores.

Uma série de medidas foram tomadas durante o Império para efetivar as reformas nas Faculdades e nas Províncias. Em 19 de novembro de 1886, por exemplo, pela Decisão n. 121, foram restabelecidos os Exames de Preparatórios em Sergipe e no Rio Grande do Norte, na esperança, segundo o legislador, de que o Decreto n. 9.647, de 2 de outubro do mesmo ano, fosse cumprido²⁶. No ano seguinte, o ministro do Império Barão de Mamoré enumerava suas medidas, fazendo ver que o governo procurava moralizar tais Exames, encarregando do serviço o pessoal docente do Colégio de Pedro II e dos Liceus Provinciais e determinando que houvesse somente uma época para sua realização. Antes de fornecer os dados estatísticos dos Exames da Corte e de cada Província, clamando para que as Mesas fossem remuneradas pelo Estado, o ministro criticava severamente os Programas de Pontos de Exame, defendendo a ideia de que fossem adotados os do Colégio de Pedro II.²⁷

Os Exames Gerais de Preparatórios, mesmo no início da República, continuaram a ser motivo de constante preocupação entre aqueles que eram obrigados a lidar com a questão. É o que nos mostra o relatório de 1891, assinado pelo ministro João Barbalho Uchôa Cavalcanti, substitu-

25 Op. Cit., p. 193.

26 BRASIL. *Coleção das Leis do Império do Brasil de 1886*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1886.

27 BRASIL. *Coleção das Leis do Império do Brasil de 1887*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1887, p. 39.



to de Benjamin Constant na pasta da Instrução Pública, Correios e Telégrafos, criticando os pais que, levados pela vaidade de verem seus filhos ainda imberbes já portadores de diploma “de sciencias que ignoravam”, contribuíam para um falso estado de coisas, entregando-os a professores, que, “sem consciencia”, anunciavam nos jornais que podiam prepará-los dentro de dois ou três meses.²⁸

Para remediar tais males, Benjamin Constant havia expedido, em 11 de outubro daquele mesmo ano de 1890, Instruções pelas quais deveriam regular-se os Exames Gerais de Preparatórios da Capital Federal e nos Estados, bem como os Exames Finais do Instituto Nacional de Instrução Secundária – nome que teve o Imperial Colégio antes de se chamar Ginásio Nacional. Conforme o artigo terceiro, as provas seriam escritas e orais para todas as matérias e prática para os Exames de Física, Química e História Natural. As de Francês, Inglês e Alemão, de acordo com o artigo quinto, constariam de versão de um pequeno trecho português “em prosa corrente” e tradução de um trecho poético tirado à sorte, “nunca menor de 20 linhas”. As orais consistiriam em leitura, tradução sem auxílio de dicionário e análise de um “trecho facil de prosador”.²⁹

Como uma lei havia reduzido para seis o número de preparatórios necessários para o curso de Farmácia, o narrador foi para a Bahia matricular-se na Faculdade de Medicina. Na república, os rapazes arranjaram facilmente a sua matrícula, aumentando-lhe a idade, e, para suprir a deficiência da mesada, começou a dar lições de preparatórios, e mesmo do curso, para outros colegas. Sua experiência na Bahia o fez ver que os estudantes de Medicina tinham todos os direitos, valendo-se do seu prestígio social e político-familiar. Presenciou cenas de desaforo e estripulias de estudantes que desafiavam caixeiros, comerciantes e até a polícia e a cavalaria. Mesmo assim, o narrador considera a Faculdade de Medicina da Bahia uma instituição séria.

A faculdade

Os dois anos que Gilberto Amado passa na Bahia são tidos como fundamentais em sua formação, pois, ao lado da disciplina e da pesquisa científica, conheceu também as “francesas” e a boêmia estudantil, apesar de sua pouca idade em relação a seus companheiros de república. Antes de iniciar o curso de Direito na Faculdade de Recife, o narrador volta a Itaporanga,

28 BRASIL. *Relatorio ao Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil* pelo Ministro de Estado dos Negocios da Instrucção Publica, Correios e Telegraphos Dr. João Barbalho Uchôa Cavalcanti. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1891, p. 17.

29 BRASIL. *Decretos do Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1890.

onde era tratado com o respeito de doutor com seus quatorze anos de idade, “a quem uma legislação absurda permitia a aquisição de um título científico, implicador de habilitações técnicas e responsabilidade profissional.”³⁰

A valorização dos cursos jurídicos e a conseqüente mistificação do bacharel e da cultura bacharelesca, com efeito, encontrava firmes raízes na classe senhorial do Império, deixando seus desdobramentos nas famílias abastadas da primeira república, cujos filhos tinham acesso aos cursos superiores. Tal classe senhorial se expandia e fortificava por meio de poderosos laços criados pelos casamentos entre famílias proprietárias, rompendo limites provinciais, na medida em que se transformava num único bloco por onde se espalhavam os cafezais fluminenses, paulistas, mineiros, bem como das províncias e depois estados do Norte. Contudo, ela atraía para sua órbita jovens oriundos de famílias não-proprietárias, em sua maioria, bacharéis em direito, que, tendo uma porta de entrada nas dinastias cafeeiras – ou açucareiras, no caso do Norte do país –, obtinham, por uma eficaz política de casamentos, ingresso na alta burocracia e no parlamento, tornando-se seus representantes políticos.

Assim, os bacharéis e doutores constituíam uma nova nobreza no Brasil, bem mais valorizada que a dos negociantes e industriais, como mostra sua rápida ascensão no meio político e social durante o reinado de D. Pedro II, principalmente durante as décadas de trinta e quarenta, posteriores à fundação dos Cursos de Olinda e São Paulo, quando floresceu o que Gilberto Freyre chamou de “romantismo jurídico”, referindo-se aos poetas da segunda geração romântica, formada por estudantes de direito que, vindos de várias províncias, aprendiam naquelas Academias, além da doutrina jurídica, “as últimas ideias inglesas e as últimas modas francesas”, como o paulista Álvares de Azevedo (1831-1852), também Bacharel em Letras pelo Colégio de Pedro II, o sergipano Tobias Barreto (1839-1889), o carioca Fagundes Varela (1841-1875) e o baiano Castro Alves (1847-1871). O ingresso de Gilberto Amado no direito parece ainda corresponder a esta estrutura, pois possibilitou e deu lastro a sua ascensão política no Rio de Janeiro.³¹

Algumas considerações

Esse breve esboço biográfico de Gilberto Amado, a partir de *História da minha infância*, teve a intenção de contribuir com a história da instrução pública no Brasil, de modo geral, e de Sergipe, em particular. A representação da escola, por Gilberto Amado apresentada, alinha-se a uma tradição da literatura brasileira do século XIX, em narrativas como

30 AMADO, Op. Cit., p. 188.

31 Cf. FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mucambos*. 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio. 3. v., 1951.

Memórias de um Sargento de Milícias (1854-1855), de Manuel Antônio de Almeida (1831-1861), “Conto de Escola” (1896), de Machado de Assis (1839-1908), e *O Atheneu* (1888), de Raul Pompéia (1863-1895). O que se nota, em todas elas, é o desgosto dos meninos, todos com mais ou menos dez anos de idade, com relação à escola, lugar de perda de suas liberdades e brincadeiras. Nessas três representações literárias, a escola aparece como uma prisão, um lugar de coação e repressão pelo qual teriam de sacrificar suas vidas. É preciso enfatizar, aqui, que tais narrativas mapeiam a história de um tipo humano representado pelos homens, brancos, ou quase brancos, no caso de Machado, e testemunham, necessariamente, as condições culturais e materiais que marcaram seus períodos formativos. A situação não é muito diversa na narrativa de Gilberto Amado aqui em tela.

Da mesma forma, a representação do colégio na narrativa de Gilberto Amado, tinha, ainda, a estrutura do Colégio de Pedro II, que teve seu nome temporariamente alterado para Ginásio Nacional durante a Primeira República. Sua passagem por essa fase de escolarização corresponde à sua iniciação à vida adulta, que passa a ter aos 17 anos, como a maioria dos filhos de famílias abastadas da época, graças à permissividade da legislação e dos Exames de Preparatórios, que isentavam a maioria dos meninos de frequentar todos os anos correspondentes à instrução secundária, tal como era preconizada pelo Colégio Pedro II, que servia de modelo aos colégios das demais províncias e depois estados.

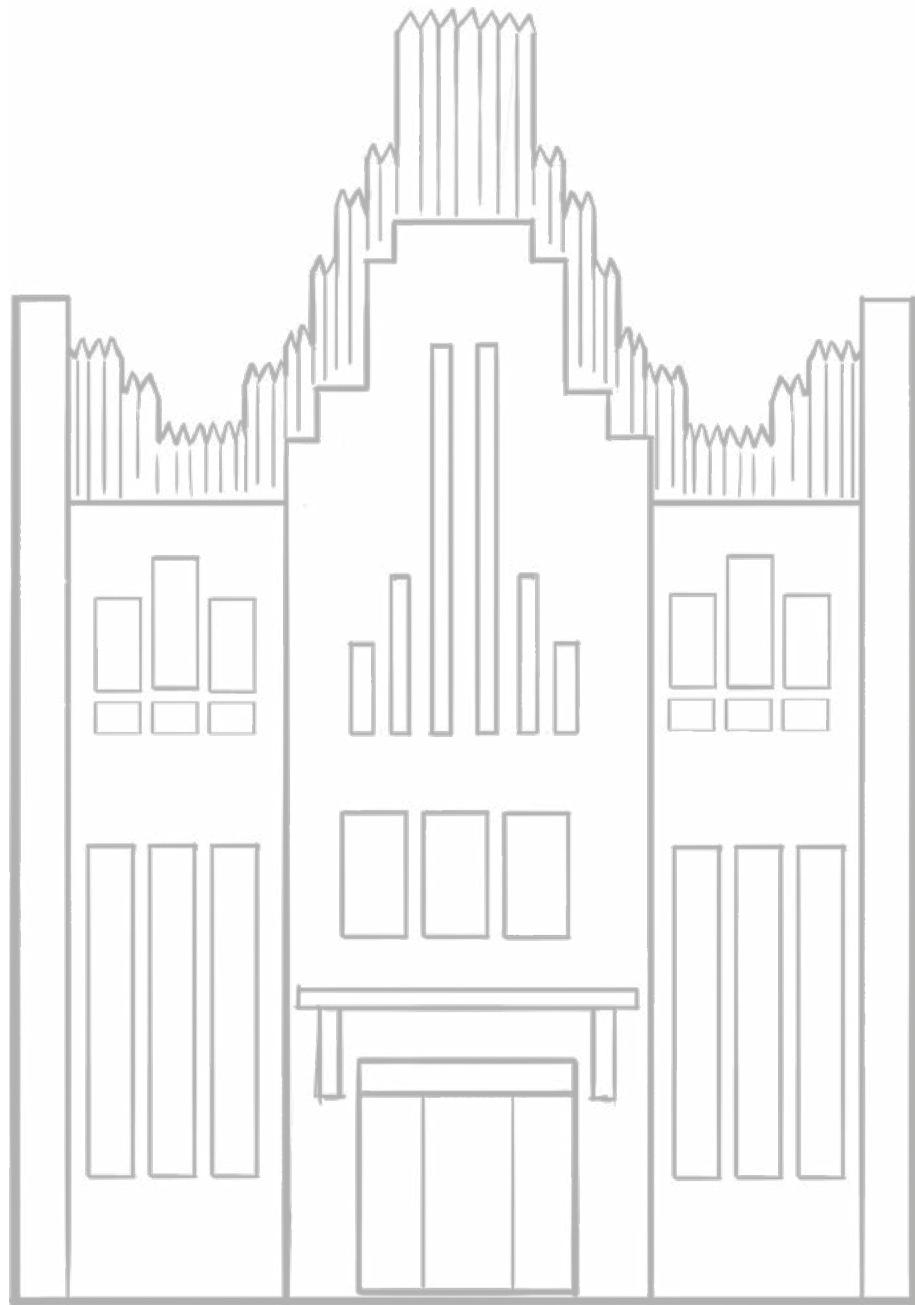
Fazem parte do seleto clube dos bacharéis, que já na faculdade tinham ares de donos do mundo, ainda mais quando eram filhos de políticos importantes, o que no Nordeste significa coronéis descendentes da classe senhorial do Império, Gilberto Amado teve certa facilidade em seu trânsito pela metrópole. No Rio de Janeiro, à época Distrito Federal e capital cultural Gilberto Amado vivia em uma rede de relações político-familiares que o possibilitou ter uma carreira de ascensão política e intelectual, ocupando cargos importantes e obtendo títulos honoríficos significativos.

Mesmo depois do conturbado episódio do assassinato que cometeu, foi absolvido sem dificuldade e ascendeu em sua carreira diplomática, embora nunca tenha abandonado de todo o magistério, a leitura, o estudo e as publicações em jornais, além de poesias ocasionais. A serenidade que demonstra no cuidado com as frases de *História da minha infância* e na sutileza de observações, quando confrontada com o ritmo acelerado e conturbado de sua vida de jornalista, professor, político, escritor e diplomata, nos afigura como resultante de um excessivo trabalho não só formal ou estrutural, na arquitetura de sua escrita, mas também, e sobretudo, de um filtro de todas as sensações e sentimentos pelos quais teve que passar, algo que fazia com maestria, como comprova sua já consagrada produção de memórias, o que o coloca como um dos principais representantes do gênero na literatura brasileira.



Volume 2

Dossiê Escravidão e Abolição no Brasil



APRESENTAÇÃO

Dossiê Escravidão e Abolição no Brasil

Sharyse Amaral

169

Após 131 anos de abolida oficialmente a escravidão no Brasil persistem problemas sociais advindos da existência de quase quatro séculos de escravidão entre nós. A longevidade dessa instituição configurou nosso modo de ser, limitou o nosso pensar, definiu espaços sociais, educacionais e de trabalho, fragilizou o exercício da nossa cidadania, fortaleceu o racismo e nos impediu de construir uma sociedade menos desigual.

Talvez por isso a historiografia da escravidão seja uma das áreas mais profícuas da História do Brasil, com temas instigantes, que vão desde a política de alforria, ao tráfico de escravos, à resistência escrava através de rebeliões, fugas e formação de quilombos, às diversas formas de associativismo negro, ao racismo como política de controle social, ao estudo do processo abolicionista e da precariedade da liberdade. Mais recentemente, parte considerável dos historiadores tem se dedicado à análise do pós-abolição - questão historiográfica e período difícil de delimitar -, posto que como não se realizou o acerto de contas com o passado escravista, o pós-abolição é tanto o 14 de maio de 1888 quanto o momento atual.

Por entender que a escravidão é um passado que se faz presente em nossa sociedade, esse Dossiê não estabeleceu limites temporais, temáticos ou geográficos, permitindo ao leitor acessar o passado por meio dos olhares dos pesquisadores autores, a partir de diferentes abordagens e perspectivas analíticas. Apresentamos, então, dois artigos com uma abordagem da história social, uma análise da construção de memórias históricas e uma abordagem historiográfica.

Abre este Dossiê o artigo “A Vida nas roças: a mulher cativa e os caminhos para a liberdade”, nele Virginia Barreto busca investigar as estratégias de amealhar o pecúlio para a compra da alforria. O recorte investigativo por gênero ilumina os caminhos para a liberdade de mulheres, apontando para atividades que vão além da cultura de roças, como pequenas criações, exploração da mata e de mangue, manufatura de objetos e o pequeno comércio nas feiras. As trajetórias de mulheres escravas são construídas a partir do cruzamento de dados de cartas de alforria, inventários *post-mortem*, testamentos e um processo-crime, na melhor tradição da história social.

As transformações do trabalho escravo doméstico em Recife, ao longo do século XIX, foram analisadas em instigante artigo de Tatiana Lima, amparada em minuciosa

análise dos inventários *post mortem* dos senhores recifenses, no amplo recorte temporal de 1830 a 1888. Sua pesquisa traz uma inovadora discussão de como o trabalho doméstico foi sendo reconfigurado durante a derrocada do regime escravista, nos levando a refletir sobre as similaridades entre o trabalho doméstico de ontem e de hoje.

O interessante artigo de Aline Najara Gonçalves “Os ‘Vultos e Feitos’ de ‘Alagoinhas e seu município’: uma memória do pós-abolição no interior da Bahia” discute a construção de uma memória oficial acerca da escravidão no município de Alagoinhas no pós-abolição, apresentando-nos as obras de Américo Barreira e de Salomão Barros. Ao percorrer os caminhos da memória que levaram à uma negação do passado escravista na localidade, a autora aponta para a necessidade de historicizar essas memórias, por vezes naturalizadas e sedimentadas, abrindo caminho para a elaboração do conhecimento histórico.

Fechando o Dossiê, o artigo de Cristiano Camargo e Jaqueline dos Santos: “O papel da religião na consciência antiescravista e sua relação com o debate historiográfico internacional” traz uma reflexão sobre a historiografia que abordou o surgimento de uma consciência antiescravista no contexto da Revolução Industrial Inglesa, sua relação com o protestantismo e posterior apropriação pelos abolicionistas no mundo atlântico.

A todos, uma boa leitura.

Sharyse Amaral.

Prof.^a Adjunta de História do Brasil
Universidade do Estado da Bahia





DOSSIÊ

A vida nas roças: a mulher cativa e os caminhos para a liberdade

Virgínia Queiroz Barreto*

Life in the farm: the captive woman and the paths por freedom

Resumo

Apresentarei nesse texto histórias e trajetos de vida de mulheres cativas que viveram na região rural do Recôncavo sul da Bahia entre os anos de 1850-1888. Embora curtas e fragmentadas, as histórias localizadas nos vestígios por elas deixados e recuperadas nos arquivos da região e da capital da Bahia, aqui apresentadas, revelaram-se ricas, fascinantes e intensas. Atravessar a fronteira da escravidão para a liberdade era, certamente, um sonho que se tornou realidade para uma parte significativa dessas mulheres. Utilizando-se de caminhos diferentes, africanas, crioulas, pardas redefiniram sua condição social, conquistaram novos espaços na sociedade que as escravizou e, mesmo que precariamente, desfrutaram de suas liberdades. A história de vida dessas mulheres aqui apresentada, revelam a diversidade de experiências, assim como os múltiplos caminhos percorridos para alcançar seus objetivos. **Palavras chave:** escravidão - pós-abolição - recôncavo baiano

Abstract

I will present in this text stories and life paths of captive women who lived in the rural region of the Southern Recôncavo of Bahia between the years of 1850-1888. Although short and fragmented, the stories located in the vestiges they left and retrieved in the archives of the region and the capital of Bahia, presented here, were rich, fascinating and intense. Crossing the frontier from slavery to freedom was certainly a dream come true for a significant part of these women. Using different paths, Africans, Creoles, browns redefined their social condition, conquered new spaces in the society that enslaved them and, even if precariously, enjoyed their freedoms. The life history of these women presented here reveals the diversity of experiences as well as the multiple paths taken to achieve their goals.

Keywords: slavery - post-abolition - Bahian recôncavo



* Professora Assistente da Universidade do Estado da Bahia – UNEB; Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo – USP; vqbarreto@gmail.com.



Durante o tempo em que vigorou o tráfico, a Bahia foi um dos principais pontos de desembarque de escravos provenientes da África que tiveram como destino final o Brasil. No entanto, grande parte desses sujeitos, comercializados nos mercados de escravos da capital, foram distribuídos para as mais diversas partes da província da Bahia. O levantamento de dados para o Recôncavo sul - região que abrange a contra-costa da ilha de Itaparica, Nazaré, Jaguaripe e suas povoações, revelou a existência de um número relativamente grande de propriedades com poucos escravos sugerindo que, apesar de a Bahia ter recebido, em seus portos, um número expressivo de escravos africanos, essa região não concentrou uma quantidade significativa de cativos e muito provavelmente pouco dependeu do tráfico atlântico para manutenção de seus plantéis.¹ Talvez, a predominância da atividade produtiva ali praticada, ajude a reforçar a tese levantada por Stuart Schwartz de que “nem todos os escravos desembarcados em Salvador permaneceram na Bahia”.²

Era em estabelecimentos rurais proporcionalmente pequenos - se comparados aos seus vizinhos do chamado “Recôncavo tradicional”-, e com número reduzido de escravos, que os lavradores do sul do Recôncavo produziam boa parte dos gêneros alimentícios que abasteciam os mercados e feiras da região. No geral, o trabalho nas roças, a preparação da terra, a colheita e até o transporte das mercadorias para o mercado final, foram praticados por esses roceiros e seus poucos escravos. O exame dos inventários *post-mortem* de senhores falecidos nas décadas de 50-88 do século XIX revela um significativo número de propriedades que utilizavam desses poucos braços negros nas tarefas diárias.

Esse foi, por exemplo, o caso da pequena propriedade de Ana Maria das Neves, falecida em 1875 com testamento. Em seu sítio onde produzia farinha de mandioca e café, contava com apenas duas escravas adultas: Caetana e Damasia. Dentre os poucos bens deixados, estavam:

Um sítio denominado Moenda Seca 200\$000
 Uma casa de morada e fazer farinha coberta de telhas sobre esteios e os acessórios de fazer farinha 250\$000
 Um cafezal 50\$000
 Escravos:
 Damasia, crioula, 27 anos, serviço de lavoura, com dois filhos ingênuos..... 600\$000

1 Os dados levantados para essa pesquisa apontam que no período de 1850-88, apenas 23,3% dos escravos dessa região eram africanos. Se apurarmos mais o olhar para a primeira década após o fim do tráfico localizamos apenas 43,8% de africanos escravizados nessa parte do Recôncavo. APB – Inventários 1850-1888.

2 SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial*. 1º reimpressão. São Paulo: Cia das Letras, 1995, p. 284.

Caetana, crioula, 28 anos, serviço de lavoura	400\$000
Jacinta, crioula, 9 anos, filha de Caetana, serviço de lavoura	300\$000
Floriana, crioula, 8 anos, filha da mesma escrava Caetana, serviço de lavoura.....	250\$000
Benedicto, crioulo, 5 e meio anos, filho de Damasia, serviço de lavoura.....	200\$000 ³ .

A propriedade de Ana Maria das Neves não constitui uma exceção. Muitas outras, nessa região, tinham o mesmo perfil: praticavam a policultura, algumas possuíam unidades beneficiadoras e contavam com poucos escravos em seus plantéis. De fato, nos estabelecimentos rurais dessa parte do Recôncavo, as fazendas e sítios não empregavam mais que dez cativos em suas lavouras. O levantamento feito nos inventários dos senhores daquela região revelou que 54,3% (mais da metade) dos senhores escravistas do sul do Recôncavo possuíam menos de cinco escravos; e que 22,4% deles detinham a posse de apenas um ou dois.

Além da lavoura que ocupava boa parte do dia de trabalho, outras tarefas cotidianas incluídas em suas lides diárias favoreceu, sobremaneira, a mobilidade de alguns cativos que viviam naquela região. O abastecimento de água, as compras nas vendas rurais, a retirada da lenha nas matas para abastecer o fogão doméstico e as atividades ligadas ao fabrico da farinha eram apenas algumas das atividades que compunham as tarefas diárias dos cativos fora da propriedade senhorial. Atividades essas que, sem dúvida, contribuíram para o convívio e a troca de experiências entre escravos de diferentes propriedades, assim como entre cativos e pobres livres ou libertos.

Como consequência, aqui e ali, era possível se negociar algum tipo de serviço, fora da propriedade rural em que residia, que garantisse algum pecúlio para a compra de suas liberdades. Em 1878, um pequeno fragmento de texto anexado ao inventário de Antonio Nunes Rezende permite-nos vislumbrar a existência de acúmulo de pecúlio, revelando, em última análise, negociações estabelecidas no seio da escravidão rural do Recôncavo.

Recebi da minha escrava Antonia a quantia de cem mil réis, a medica [meia] parte cem mil réis a todo tempo q. me o der os outros cem mil réis receberá sua carta de liberdade; de hoje em diante ficará partindo semana uma para ella, e outra para mim, neste recibo não haverá empassel nem clauzura nenhuma.

Canga Velha, 1º de Maio de 1876.⁴

3 APB - *Inventário de Ana Maria das Neves*, (04/1517/1986/14), 1877.

4 APB - *Inventário de Antonio Nunes Rezende*, (03/1420/1889/09), 1880.

Ao apresentar na justiça “o título junto de um pecúlio da referida quantia”, de sua avaliação no inventário do seu senhor, a crioula Antonia reivindicava o direito a sua carta de liberdade.⁵ A documentação apresentada por ela na ocasião do falecimento do seu senhor, revela sua luta pela manumissão, embora pouco ou nada se saiba das circunstâncias para a aquisição de tal pecúlio. Sabe-se, entretanto, que era um costume entre os escravizados o acúmulo dos poucos recursos que conseguiam amealhar em atividades executadas durante o seu tempo livre para o fim da liberdade mesmo antes da Lei 20.040, de 28 de setembro de 1871, quando esse “costume” passou a ser reconhecido juridicamente.⁶

Todo o esforço de Antonia no sentido de conquistar sua liberdade ficou registrado no pequeno trecho daquele recibo passado em 1876. Se o documento apresentado pouco diz acerca das atividades que aquela escrava executou para adquirir tal quantia, a leitura minuciosa do inventário dos bens de Antonio Nunes Rezende, no qual ela figura como escrava, permite fazer algumas considerações acerca da vida daquela mulher escravizada. O domínio daquele senhor se estendia a três grandes propriedades localizadas na freguesia de Santo Antônio de Jesus onde as principais atividades estavam ligadas às lavouras de mandioca, cana e café.⁷

Sob o domínio daquele senhor, foram registrados em testamento 33 escravos, sendo: vinte do sexo masculino e treze do sexo feminino, entre eles figuravam a escrava Antonia, crioula de 68 anos de idade. Ela e seus companheiros de cativeiro parecem ter se ocupado, além das lavouras, da produção do açúcar e da aguardente - principal fonte de renda daquelas propriedades - e no processo de fabricação da farinha de mandioca. A produção do fino grão que, do ponto de vista econômico, parece ter sido menos rentável que o açúcar devido à constante variação de preços no mercado, revelou-se ideal sob muitos aspectos. Parte da produção da farinha era destinada à subsistência da própria escravaria, enquanto que

5 APB – *Inventário de Antonio Nunes Rezende*, (03/1420/1889/09), 1880.

6 Variados estudos fazem referências a “gratificações” em dinheiro adquiridas por escravos que exerciam ofícios especializados nas fazendas e sítios, assim como ao trabalho cativo como jornaleiros e vendeiros em seus dias livres, tanto por aqueles que viveram na área rural, quanto aos que tiveram a experiência do cativeiro nas áreas urbanas do Brasil escravista. Entre eles, ver: DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1984; WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. *Sonhos africanos, vivências ladinhas: escravos e forros em São Paulo (1850-1888)*. São Paulo: Hucitec/Programa de História Social– USP, 1998; SLENES, Robert W. *Na senzala uma flor: esperanças e reconstruções na formação da família escrava - Brasil, Sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999; MATTOS, Hebe. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista (Brasil século XIX)*. 3. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2013.

7 Apesar do predomínio dos minifúndios no Recôncavo sul, algumas propriedades rurais se destacavam nesse cenário pelas suas dimensões espaciais e número expressivo de cativos. As três propriedades localizadas no inventário de Antonio Nunes Rezende (1878) foram: Fazenda Canga Velha; Fazenda Santo Antonio e Fazenda Riachão. APB – *Inventário de Antonio Nunes Rezende*, (03/1420/1889/09), 1880.



o excedente era comercializado no mercado local. Ademais, o cultivo da mandioca, por não ter sazonalidade, mostrou-se adequado para manter a escravaria ocupada o ano inteiro.⁸

Do alto da casa grande, construída sobre pilares, como observado pelos avaliadores, Antonio Nunes Rezende determinava as atividades que deveriam ser executadas. O contato direto daquele senhor com seus escravos revela aspectos da escravidão nessa parte do Recôncavo. O emprego de “capatazes” no trato dos escravos quase não existiu naquela freguesia rural, mesmo entre os senhores com propriedades maiores, como o caso em estudo; o comum foi o próprio senhor lidar diretamente com seus escravos. É bem provável que essa ligação não só tenha favorecido o contrato que a escrava Antonia estabeleceu com o seu senhor, como também pode ter facilitado a criação de possibilidades de ganho extra.

A existência da roça escrava naquelas propriedades, embora não tenha sido sinalizada na documentação estudada, era efetivamente uma realidade incentivada pelo próprio senhor. A historiografia tem analisado a questão da roça escrava sob diversos aspectos; entre eles, os significados que esta tinha para senhores e escravos.⁹ Segundo Hebe Mattos, “por diversas vezes os senhores investiram na diferenciação interna da experiência do cativo, enquanto estratégia explícita de controle social de seus escravos” e a roça escrava foi, seguramente, uma das muitas estratégias de senhores escravistas do Recôncavo para manter o seu domínio, mesmo entre aqueles que possuíam poucos escravos.¹⁰

Se, para o senhor, a concessão de um pedaço de terra onde o escravo pudesse plantar poderia significar “controle social de seus escravos” e uma forma para que o próprio escravo garantisse sua sobrevivência; para o escravo que vivia na zona rural, essa era, objetivamente, uma oportunidade para conseguir algum recurso, ampliando a possibilidade de viabilizar projetos de médio e longo prazo. Certamente, a conquista da liberdade figurava entre esses projetos futuros. Os frutos das roças e da exploração da mata e do mangue - abundantes na região - junto com a criação do

8 BARICKMAN, B. J. *Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no recôncavo, 1780 - 1860*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 276.

9 Sobre essa questão, ver, entre outros: CHALHOUN, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Cia. das Letras, 1990; SLENES, Robert W. *Na senzala uma flor...*, Op. Cit; FRAGA FILHO, Walter. *Encruzilhadas da liberdade: histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910)*. Campinas - SP: Editora da UNICAMP, 2006; CASTELLUCCI Jr. Wellington. *Pescadores e roceiros: escravos e forros em Itaparica na segunda metade do século XIX, 1860-1888*. São Paulo: Annablume: Fapesp; Salvador: Fapesb, 2008; MATTOS, Hebe. *Das cores do silêncio...*, op. Cit.

10 MATTOS, Hebe. *Das cores do silêncio...*, op. Cit, p. 139. Com relação ao benefício da economia escrava para os senhores e a “função ideológica” dessa economia como forma de controle social, ver também: SILVA, Eduardo. “A função ideológica da brecha camponesa”. In: REIS, João José; SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989; SLENES, Robert. *Na senzala uma flor...*, op. Cit.



gado pequeno e às vezes de alguns porcos, além da utilidade no consumo imediato, poderiam ser vendidos, seja ao próprio senhor, seja a vendedores ambulantes. Mulheres libertas como, por exemplo, Perpétua Maria dos Passos, “comprava ovos para vender” nas ruas da cidade de Nazaré. Trabalho que exercia cotidianamente para garantir o sustento de sua família.¹¹

As frequentes referências a dívidas contraídas pelos senhores junto aos seus escravos, localizadas nos inventários *post-mortem*, revelam a existência de uma micro-economia que se formava em torno da experiência do cativo. Além dos produtos da roça, vendidos para amealhar alguns vinténs, havia outras maneiras para as cativas ganharem dinheiro, a manufatura doméstica de objetos para a venda era uma delas. Cestos feitos de piaçaba ou cipó, assim como talhas, panelas e outros utensílios produzidos com barro retirado nas proximidades das fazendas serviam para atender a própria demanda dos cativos, como também seriam destinados à venda (clandestina ou não) na vizinhança da fazenda. Os cestos que as pretas carregavam nas cabeças - amplamente observados por viajantes estrangeiros em vários locais do Brasil oitocentista - bem poderiam ter sido produzidos nessa “indústria” doméstica gerada no seio do cativo.¹²

Além das possibilidades de ganho sinalizadas acima, o trabalho remunerado executado pelo escravo em seu tempo “livre”, seja para seu próprio senhor ou para outro, era uma realidade para o escravo que possuía alguma especialidade. Pode-se vislumbrar a importância de se ter uma especialidade na trajetória de dois africanos que viveram na ilha de Itaparica, verificada pelo historiador Wellington Castellucci Junior. Segundo suas observações, em 1849, o africano Marcos comprou sua carta de liberdade pagando o valor de 900\$000 réis que amealhou como barbeiro, atividade que executou “diariamente na vila de Itaparica e em outras localidades” com a permissão do seu senhor. Parte do ganho adquirido com aquela atividade era entregue ao senhor, e a outra parte, “uma quantia nada desprezível [utilizou] para a compra de sua liberdade”.¹³

Na historiografia da escravidão encontra-se pesquisas esparsas que documentam situações semelhantes a que viveu, em Itaparica, o africano Marcos citado acima, nas quais o trabalho especializado garantiu uma renda “nada desprezível”. Em Vassouras, município do Rio de Janeiro, por exemplo, Robert Slenes localizou, na prestação de contas do inventarian-

11 APB - *Inventário de Perpétua Maria dos Passos*, (05/1828/2299/12), 1866.

12 AUGEL, Moema Parente. *Visitantes estrangeiros na Bahia oitocentista*. São Paulo: Cultrix; Brasília: INL/MEC, 1980; HABSBURGO, Maximiliano de. *Bahia 1860: esboços de viagem*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1982.

13 CASTELLUCCI Jr. Wellington. “De cativos a baleeiros: uma amizade indissolúvel entre dois africanos no outro lado do Atlântico. Itaparica (1816-1886)”. *Topoi*. Rio de Janeiro, vol. 15, n. 29, p.444-472, jul./dez., 2014, p. 454.



te, o registro de uma quantia considerável (3:431\$000) para pagamento a escravos entre novembro de 1877 e agosto de 1882. Segundo esse documento, “os gastos incluíam gratificações a escravos por serviços diversos - por exemplo, ‘pela limpa de cafezais’ ‘pela colheita’, pelo ‘arrancamento de formigas’ - e pagamento de ‘alugueis’ (salários) de escravos nos domingos e dias santos”.¹⁴ Ademais, como já foi dito, no Recôncavo sul, as condições materiais possibilitadas pela existência de fontes extrativistas - a mata, os rios e o mangue - ampliaram substancialmente tanto o “consumo” de objetos de pouca monta entre a escravaria, como viabilizaram projetos de liberdade.

Nos processos criminais pesquisados, foram localizadas situações em que o cativo adquiriu objetos para o consumo imediato como roupas e outras “trilhas”. Em 1864, as investigações feitas pelo Chefe de Polícia de Nazaré envolvendo o roubo de uma arca com roupas, rendas e outros objetos, praticado por Manoel Damásio de tal, revelaram que os objetos roubados foram adquiridos pela escrava pertencente à costureira Maria de Oliveira. Esta, ao ser questionada sobre as rendas declarou “que a escrava da casa tinha comprado duas varas de renda”, provavelmente com dinheiro adquirido de atividades executadas fora do cativeiro.¹⁵

Se é incontestável que os escravos conseguiram um certo espaço para adquirir algum recurso, pode-se afirmar que Antonia, a já referida personagem, aproveitou muito bem esse “espaço” concedido pelo seu próprio senhor para conquistar sua liberdade. Obviamente que o caminho por ela trilhado foi árduo e longo, afinal a “liberdade é custosa” para qualquer escravo e, talvez, fosse ainda maior para as mulheres cativas que viveram na zona rural do Recôncavo sul da Bahia.

Fruto do cativeiro, como tantas outras crianças nascidas no Brasil, logo denominadas crioulas, Antonia viveu a condição escrava até meados de 1876, quando apresentou 100\$000 (quantia considerável para uma cativa adquirir) para a compra de sua liberdade, mas que só quitava uma parte da sua avaliação, estimada em 200\$000 “por ser velha e doente”. Àquela época, ela já contava com 66 anos de idade e obteve de seu senhor um contrato de trabalho que, se não a tirou definitivamente da escravidão, possibilitou-lhe uma maior mobilidade. Durante os dois anos - período entre a assinatura do contrato e a morte do senhor - em que valeram os termos do acordo, a crioula Antonia viveu na fronteira entre a escravi-

14 SLENES, Robert W. *Na senzala uma flor*, op. Cit., p. 205.

15 APB – *Processo crime*, Alexandrina Maria Jesus, (05/199/03), 1864.

dão e a liberdade.¹⁶ O contrato dava a possibilidade de a escrava “partir” semana, uma para ela e outra para seu senhor, o que certamente a deixou mais perto da liberdade, mas, ainda assim, na escravidão.¹⁷ A coartação, situação em que é dado ao escravo o direito de procurar próximo ou distante do domínio senhorial os meios para saldar prestações referentes à compra de sua carta de alforria, vivida pela escrava Antonia no Recôncavo sul da Bahia, foi documentada em outros estudos sobre escravidão em diversas partes do Brasil.¹⁸

Situações envolvendo coartação como a estabelecida entre Antonia e seu senhor (registrada no inventário aberto em 1878) não se constituiu como um traço comum nas negociações pela liberdade entre a escravaria do sul do Recôncavo e seus senhores. Assim como situações envolvendo a compra da manumissão através do Fundo de Emancipação. Nos registros do tabelionato de Nazaré, localizamos apenas uma situação, a do escravo Benedicto, em 1883, cujo fundo foi efetivamente o meio da conquista da liberdade.¹⁹ Além dele, em 22 de Agosto de 1885, receberam suas alforrias mais seis escravos pertencentes à Villa de Santo Antonio de Jesus, à época já desmembrada do município de Nazaré.

Os fundos de emancipação, que para Camillia Cowling, promoveram intensos debates, entre os abolicionistas do Rio de Janeiro e do Recife, de fato não se constituíram no mais importante meio de “bancando a liberdade”. Nas duas capitais estudadas pela historiadora, os escravos que de fato foram libertados por esses fundos não chegaram a 4% da população escravizada do período. Ainda segundo a mesma autora, provavelmente essa “insignificante” quantidade de escravos que alcançaram suas manumissões através desse meio legal, tenha desestimulado pesquisas nesse campo.²⁰ No caso desta pesquisa, a falta de maiores detalhes sobre essa possibilidade de conquista da liberdade, no apagar das luzes do escravismo brasileiro, deixam lacunas sobre sua relevância para os escravizados daquela Comarca.

16 Cf. Schwartz “Nem mesmo a condição social de escravo estava isenta de variações, pois o costume português no Brasil reconhecia a condição de ‘coartado’, ou seja, o escravo que conseguira o direito, expresso pelo seu proprietário em *testamento* ou outro documento, de pagar pela própria alforria; a esse cativo era permitida uma certa liberdade de movimentar-se (...)” (Grifo nosso). Sobre a coartação ver: SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos...*, op. Cit.

17 APB – *Inventário de Antonio Nunes Rezende*, (03/1420/1889/09), 1880.

18 Sobre a coartação ver: PAIVA, Eduardo França. *Escravos e libertos nas Minas Gerais do Século XVIII: estratégias de resistência através dos testamentos*. 2. ed. São Paulo: Annablume, 1995; SOUZA, Laura de Mello e. *Norma e conflito*. Aspectos da história de Minas Gerais no século XVIII. Belo Horizonte – MG: Editora da UFMG, 1999; SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos...*, op. Cit.

19 APB – *Testamento de Jerônimo Coelho Sampaio*, Nazaré, 1883.

20 COWLING, Camillia; CASTILHO, Celso. “Bancando a liberdade, popularizando a política: abolicionismo e fundos locais de emancipação na década de 1880 no Brasil”. *Revista Afro-Ásia*, Centro de Estudos Afro-Orientais - FFCH/UFBA, Salvador, nº. 47, p. 161-197, 2013.



A relação apresentada no Quadro abaixo expõe a liberdade de três mulheres, duas casadas e uma solteira. Entre os escravos listados, apenas Luiza, solteira e com seis filhos menores de oito anos de idade apresentou pecúlio para compor o valor de sua avaliação.

Quadro 1 - Escravos libertados por conta do Fundo de Emancipação - Santo Antonio de Jesus, 1885.

Nome	Idade	Estado	Pecúlio com que contribuiu o escravo	Relação das preferências estabelecidas em Lei	Indenização do valor do escravo	Observações
Amancio	23 anos	Casado	-	Casado com pessoa livre	500\$000	
Luiza	26 anos	Solteira	100\$000	-	500\$000	Tem seis filhos menores de 8 anos de idade.
Thomé	35 anos	Casado	-	Casado com pessoa livre	600\$000	
Rosa	49 anos	Casada	-	Casada com escravo de outro senhor	300\$000	
Benedicta	35 anos	Casada	-	Casada com pessoa livre	400\$000	
Antonio	45 anos	Casado	-	Casado com pessoa livre	250\$000	

Fonte: APMSAJ, Escravos libertados por conta do Fundo de Emancipação, Santo Antonio de Jesus, 22 de Agosto de 1885. Caixa sem identificação.

Em Nazaré, essa realidade não foi diferente de outros lugares do Brasil. O mais comum nessa parte do Recôncavo foi a conquista da liberdade através do pecúlio (compra). De fato, a grande maioria dos escravizados da Comarca de Nazaré, conquistaram suas liberdades através da compra, representando quase 80% de todas as cartas registradas nos livros de notas do tabelionato e na amostra de inventários e testamentos estudados.²¹ Destes, apenas 3,4% - cinco alforrias no universo de 146 cartas registradas - foram obtidas a partir da compra parcelada, isto é, o cativo deveria liquidar o pagamento em parcelas estipuladas pelo seu senhor.

Levando-se em consideração apenas os registros efetivados nos livros de notas do tabelionato de Nazaré para os anos de 1850-1888, encontra-se a seguinte situação: 90 cartas de liberdade, 707 escrituras públicas de compra e venda e 78 escrituras envolvendo outras transações (hipoteca, doação e escritura de locação). Entre compra e venda, cartas de liberdade, hipoteca, doação e escritura de locação, os livros de notas do tabelionato de Nazaré para os anos de 1850-1888 registraram negociações envolvendo 875 escravos. Neles, as negociações de compra e venda representaram mais de 80 por cento, e as cartas de liberdade giravam em torno de 10 por cento. Os dados localizados neste estudo se aproximam muito dos encontrados por Erivaldo Neves para a região de Caetité. Se-

21 APB – *Livros de Notas do Tabelionato de Nazaré, (1850-1888); Inventários (1850-1888).*

gundo esse autor, as alforrias naquela localidade giravam em torno de 12 e 13 por cento com uma pequena variação no decênio de 1870, justificada pelo mesmo como sendo efeito do tráfico interno na região.²²

No montante de 151 alforrias localizadas nos Livros do Tabelionato e nos Inventários post-mortem de senhores falecidos entre os anos de 1850-1888, pouco mais da metade, 76 alforrias (50,3%), foram concedidas a mulheres cativas, 46 alforrias (30,5%) aos escravos do sexo masculino e 29 alforrias (19,2%) foram conferidas a crianças com idades entre 2 meses e 12 anos²³.

Os dados revelam que as mulheres foram as que mais conseguiram suas alforrias, chegando a 63,6 por cento de todas as cartas de liberdade registradas, confirmando as constantes negociações travadas entre elas e seus senhores, seja na concessão de espaços de autonomia, seja no agenciamento de seus ganhos ou, em muitos casos, na prestação dos “bons serviços” como foi revelado nas referidas cartas. Uma luta cotidiana que tiveram de empreender superando os diversos obstáculos que a vida no cativeiro lhes impunha, entre as quais o nascimento de filhos cativos teria sido apenas uma delas.²⁴

A participação ativa da mulher cativa nas transações envolvendo suas liberdades e a de seus filhos esteve presente em todo tipo de alforria, fossem as consideradas gratuitas, incondicionais ou as com condição de serviço (quando não havia uma contrapartida financeira), ou aquelas adquiridas através do pagamento de pecúlio. Ao estudar as alforrias na Bahia, João José Reis concluiu que as alforrias eram resultado da barganha entre as partes envolvidas.²⁵ Assim, pode-se observar que, em geral, o escravo participava ativamente da negociação que envolvia sua liberdade ou de algum parente. Mesmo nas chamadas “incondicionais” (situação em que a liberdade era concedida gratuitamente e sem condição alguma), ficava patente a participação da escrava para conquistá-la. Afinal, quando o senhor revelava que a concedia gratuitamente “pelo bom serviço que me tem prestado”, deixava implícito o empenho da cativa em conquistar o reconhecimento do senhor. Seja qual fosse a motivação que levou o senhor a conceder a manumissão de seu escravo, ficava evidente que as



- 22 NEVES, Eivaldo Fagundes. “Sampauleiros traficantes: comércio de escravos no Alto Sertão da Bahia para o Oeste Cafeeiro Paulista”. *Afro-Ásia*. Centro de Estudos Afro-Orientais – FFCH/UFBA, Salvador, n. 24, pp. 97-128, 2000.
- 23 APB – *Livro de Notas do Tabelionato (1850-1888); Inventários – amostragem (1850-1888)*.
- 24 O censo de 1872 computou 8.404 escravos vivendo no município de Nazaré, destes 4.733 (56,3%) eram do sexo masculino e 3.671 (43,7%) eram mulheres. Ver *Relatório do Censo Demográfico de 1872*. Disponível em: < <http://biblioteca.ibge.gov.br> >. Acesso em: 29 de maio 2012.
- 25 REIS, João José. *Domingos Sodré, um sacerdote africano: escravidão, liberdade e candomblé na Bahia do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p. 87.

estratégias criadas pelos cativos eram sempre um componente decisivo na conquista definitiva de sua liberdade.

É sempre preciso lembrar que a liberdade foi uma via de mão dupla. Assim como o escravo esperava conquistar alguma vantagem na negociação, o senhor também avaliava cada concessão como uma forma de lhe garantir algum benefício (fosse ele visível ou invisível). O benefício visível seria o retorno do valor monetário investido em tal bem - neste caso, quanto o cativo pagaria pela própria liberdade -, enquanto que o benefício invisível, mais difícil de se apreender, pois ele aparece oculto nas entrelinhas dos documentos de manumissão, eram as situações em que o cativo tinha sua liberdade condicionada. Das 22 cartas condicionadas a “acompanhar o senhor até sua morte”, entre os anos de 1850-1888, oito eram de *crias da casa*, com idade entre 1 e 13 anos, cujas mães permaneciam no cativeiro, o que também representava a tênue fronteira entre a escravidão e a liberdade. O fato de as crianças alcançarem a condição de libertos, enquanto suas mães permaneceriam cativas, significava, entre outras coisas, que essas crianças embora fossem livres de direito, mantinham suas trajetórias enraizadas na escravidão. Sobre a alforria condicional, Mary Karasch acrescenta que ter sua liberdade condicionada a prestar serviço ao senhor, ou a alguém por ele designado pouco mudava na vida do cativo, pois “os proprietários tratavam os escravos alforriados condicionalmente como escravos”, além de viverem constantemente sujeitos à revogação da alforria.²⁶

Nos casos em que a liberdade era concedida gratuitamente e sem condição alguma, observou-se que quase um terço deles relacionava-se a crianças cujas mães continuavam cativas (15 casos) ou a idosos com mais de 60 anos (5 casos). Essa avaliação nos autoriza a dizer que, na prática, a concessão ‘gratuita’ de uma alforria, condicionada ou não, era mais utilizada pelos proprietários como uma “estratégia de controle do que numa demonstração de generosidade” como também avaliou Fátima Pires ao estudar as alforrias na região do Rio de Contas, alto sertão da Bahia.²⁷

No entanto, não se pode negar que no sul do Recôncavo, onde os plantéis variavam em média entre dois e dez cativos, a convivência diária teria favorecido negociações variadas entre senhores e seus poucos escravos. Aproximação essa que, segundo Barickman, “talvez tenha estimulado um sentimento de camaradagem entre os pequenos agricultores e seus cativos”.²⁸ Em certa medida, as manumissões concedidas gratuitamente

26 KARASCH, Mary. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

27 PIRES, Maria de Fátima Novaes. “Cartas de alforria: ‘para não ter o desgosto de ficar em cativeiro’”. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 26, nº 52, p. 141-174, 2006, p. 146.

28 BARICKMAN, B. J. Um contraponto baiano..., op. Cit., p. 252.

nasceram também dessas formas de convívio mais próximas ou provavelmente da dificuldade que tinham os proprietários de alimentarem seus escravos.

A documentação escrutinada evidenciou ainda a presença significativa de “negras de ganho” atuando nas praças de Nazaré e em suas freguesias; negociando suas próprias produções ou atuando como intermediárias na venda de variados produtos. Luís dos Santos Vilhena, o cronista do século XVIII, descreveu a atuação dessas mulheres no Recôncavo. Segundo suas palavras ao amigo Filipono, a produção de mariscos e peixes daquela região, “onde se pesca delicioso peixe, e se tiram diversos mariscos”, era levada à cidade “onde prontamente lhos comprem as negras atravessadeiras, que depois os *revendem pelo triplo*, não só para sustento dos escravos, como para regalo de muitos brancos”.²⁹ Provavelmente, em situações em que o pequeno proprietário tinha dificuldade em manter minimamente o sustento de seus escravos, o ganho ou aluguel pode ter sido uma alternativa utilizada por estes, garantindo, de certa forma ao escravo, alternativa de ganho extra para a compra da alforria.

Qualquer que fosse a intenção dos senhores e as estratégias dos escravos, o que fica patente na leitura dos documentos de alforria é que a grande maioria das liberdades só foi concedida mediante pagamento do pecúlio. O uso do pecúlio para obtenção da liberdade era para o escravo uma possibilidade real, como vêm salientando os historiadores Maria Odila Leite da Silva Dias, Robert Slenes e Sidney Chalhoub;³⁰ e, na região estudada, o número significativo de escravos que conquistaram suas liberdades através do pecúlio revela que eles sabiam da necessidade de negociação com seus senhores para conquistar os recursos necessários para tal fim, sem o qual o senhor não abriria suas mãos para conceder a tão almejada liberdade.

Muito embora o pecúlio tenha se revelado como a alternativa mais viável para a conquista da alforria em Nazaré, pouco ou nada é apontado nas cartas de liberdade acerca das condições de aquisição de tais recursos. Assim, não há como se estabelecer uma história da vida de mulheres que viveram no cativeiro fazendo apenas a leitura das cartas de alforrias. Se, por um lado, elas se constituem como um importante documento para se fazer uma análise quantitativa das alforrias concedidas naquela localidade, por outro lado, elas são omissas tanto com relação às origens do pecúlio quanto sobre as negociações estabelecidas entre as partes interessadas.

29 VILHENA, Luís dos Santos. *A Bahia no século XVIII*. Vol. 1. Salvador: Editora Itapuã, 1969, p. 479.

30 DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder...*, op. Cit.; SLENES, Robert W. *Na senzala uma flor...*, op. Cit.; CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade...*, op. Cit.



Nesse sentido, a leitura dos inventários e testamentos revelou-se mais esclarecedora. No seu leito de morte, os senhores confessavam ligações afetivas, faziam concessões e também declaravam gratidão e dívidas - afetivas e monetárias - com seus cativos. Através desse tipo de documento, pode-se conhecer um pouco mais da vida de mulheres escravas e suas aventuras para sobreviver à dura condição imposta pelo cativo. Pouco ou nada se saberia da vida da escrava Bonifácia, uma crioula de 25 anos, por exemplo, se não fosse a dívida revelada no testamento de seu senhor. A vida de Bonifácia, escrava de João Paulo de Souza, pouco a pouco foi sendo evidenciada através da leitura do testamento daquele senhor. Em 1860, João Paulo de Souza, bastante enfermo, declarou, entre outras coisas, que:

... lhe sou mais devedor da quantia de trezentos mil réis, [à escrava Bonifácia] total de diferentes quantias que me tem dado a guardar, produto de algum trabalho seo e animais que tem criado³¹.

Os trezentos mil réis que adquiriu com “algum trabalho seo” fora do cativo haviam sido conquistados através da criação de animais (principalmente galinhas e porcos) que, criados nas pequenas propriedades, tinham como destino certo a venda nas feiras locais. Com astúcia de boa negociante, Bonifácia conseguiu angariar recursos os quais ficavam sob a guarda de seu senhor. Se para obter a autorização daquele senhor para criar e vender porcos e galinhas ela teve de conquistar sua confiança, por outro lado, o fato de ter deixado sob a guarda do mesmo os recursos adquiridos em suas transações comerciais revela que ela própria guardava, junto àquele senhor, uma relação de confiança mútua. Nesse caso específico, “fidelidade” e confiança foram elementos que permearam a relação entre senhor e escrava, como revela o documento testamental. Certamente, obter credibilidade junto aos seus senhores para garantir, mesmo que minimamente, o direito de movimentar-se, fez parte da estratégia de outras mulheres que na condição de escravas vislumbravam poucas opções para obter a sonhada alforria. No caso de Bonifácia, sua conduta lhe rendeu não apenas a possibilidade de ganho extra, como também a alforria gratuita de sua filha Francisca Romana, parda, e dela própria “pela fidelidade com que nos tem servido até hoje”³².

31 APB – *Testamento de João Paulo de Souza*, Livro nº 4, Nazaré, 1860, p. 09.

32 APB – *Testamento de João Paulo de Souza*, Livro nº 4, Nazaré, 1860, p. 09.

A justificativa para a concessão dos benefícios que João Paulo fez a Bonifácia em seu testamento deixa transparecer estratégias que muitas outras mulheres cativas podem ter também utilizado para conquistar a manumissão. Um dos caminhos para a conquista da alforria pode ter sido a postura fiel e obediente, aos olhos de seus senhores, o que traria mudanças significativas em suas vidas.

Se o acúmulo de poucos recursos, que mal davam para cobrir parte de suas liberdades, foi uma realidade vivida por mulheres escravas no sul do Recôncavo, o estudo das cartas de liberdade ‘concedidas’ e registradas nos livros de notas do tabelionato autoriza dizer que foi, exatamente em função destes poucos recursos, que mais da metade (52,3%) dos escravos (homens e mulheres) conquistaram o direito à manumissão.

Dos 151 escravos alforriados, 50 (33,1%) receberam a liberdade incondicional, 22 (14,6%) receberam cartas condicionadas à prestação de serviços e, como já foi dito, 79 (52,3%) adquiriram-na com pagamento de pecúlio. Comparando esses dados aos que apresenta Maria de Fátima Pires para o alto sertão da Bahia, pode-se depreender que, no sul do Recôncavo, diferente daquela realidade apresentada pela historiadora, a maioria dos senhores escravistas só abriram mão de seus escravos mediante pagamento e, certamente, a escravaria estava atenta a essa peculiaridade.³³ Pelo menos, é o que revela a grande quantidade de escravos que conquistaram suas alforrias mediante indenização do valor de sua avaliação.

Interessante observar que dos 151 escravos alforriados entre os anos de 1850-1888, 50,3 por cento eram do sexo feminino e pagaram uma média de 455\$000 réis por sua liberdade; os do sexo masculino representaram 30,5 por cento dos alforriados no período³⁴. Das setenta e seis mulheres que cruzaram a fronteira da escravidão para a liberdade, quarenta e duas delas (55,3%) o fizeram através do pagamento de pecúlio, vinte e três (30,2%) receberam cartas gratuitas e sem condição alguma e onze delas (14,5%) tiveram suas cartas condicionadas à prestação de serviços. Mais do que números, os dados acima revelam que as mulheres cativas foram as que mais se empenharam na busca de suas alforrias.

33 Maria de Fátima Pires localizou, entre os anos de 1870-1888, 407 escravos alforriados. Destes, 114 (28%) receberam cartas incondicionais, 159 (39%) cartas condicionadas à prestação de serviços e 134 (33%) adquiriram as suas cartas com pecúlio. PIRES, Maria de Fátima Novaes. “Cartas de alforria...”, op. Cit.

34 O preço médio pago pelos homens foi de 649\$000. O maior preço pago foi de 1:400\$000 réis, e o menor foi de 100\$000 réis. Entre as mulheres o maior preço foi de 1:200\$000 réis pago pela africana Inês de 40 anos de idade, e o menor valor foi de 50\$000 réis pago pela africana Luiza, velha e doente com recurso de esmolos que amealhou nas ruas da cidade de Nazaré. A média de preço pago pela alforria de uma escrava foi de 455\$000. APB – *Livro de Notas do Tabelião*. Nazaré, Jaguaripe e Santo Antonio de Jesus, (1850-1888).

A liberdade foi, de fato, custosa para o escravo em todas as situações em que ela se apresentou, seja pela compra, incondicional ou condicionada a serviços. Decerto que abrir mão de um bem tão valioso nunca fez parte do projeto dos senhores escravistas e, para atingir seus objetivos, os escravos buscaram criar estratégias não apenas para conseguir acumular o erário necessário para sua compra, mas também para abrir um caminho de negociação que lhes fosse favorável junto ao seu senhor, o que nem sempre deu certo.

Ao tratar dessa questão, Robert Slenes traz uma interessante história contada pela viajante Maria Graham no início do século XIX. Segundo essa história, em geral, o escravo, além de ser “industrioso” o que lhe rendeu “uma boa porção de propriedade privada”, havia conquistado a confiança do senhor, o que lhe garantiria “em tese” a possibilidade de negociar sua liberdade. No entanto, descobriu que teria calculado mal sua estratégia de aproximação com seu senhor, pois tornara-se “tão valioso ao senhor, que este recusou-se a alforriá-lo”.³⁵ Decerto que nem sempre o escravo obteve sucesso em sua empreitada, mas não se pode negar que a conquista da alforria envolvia “geralmente uma rede ampla de relações e conflitos”, seja na busca de meios para angariar vinténs, seja estabelecendo relações afetivas e de confiança com seus senhores. É o que se tem observado na leitura dos testamentos e inventários.

Sem dúvida, o momento da negociação para a compra da alforria trouxe tensões, nervosismo e apreensão por parte do cativo que buscou contornar situações desfavoráveis (em alguns casos até se posicionando de forma impositiva), como a que se pode observar na leitura do requerimento da escrava Ritta durante a abertura do inventário de sua senhora.

Diz Ritta, escrava pertencente a finada Maria Francisca de Jesus, que tendo depositado em mão do negociante José Antonio Oliveira a quantia de 400\$000, preço de sua avaliação judicial no inventário de sua senhora, quer que V. Sa. Dignando-se mande passar carta de liberdade, não admitindo proposta alguma que sobre si seja apresentada. (Grifo nosso)³⁶.

O argumento apresentado pela escrava sinaliza com precisão tais tensões e deixa um vislumbre das negociações e conflitos existentes no seio da escravidão. Casos como o apresentado acima não eram isolados na história da escravidão no Brasil. Sidney Chalhoub identificou um número significativo de escravos que se recusavam terminantemente a sair da

35 SLENES, Robert W. *Na senzala uma flor...*, op. Cit., pp. 201-202.

36 APB – *Inventário de Maria Francisca de Jesus*, (06/2683/11), 1877.

Corte em direção às fazendas de café do interior.³⁷ Sem discutir aqui as motivações para tal recusa, fica patente que os escravos estavam atentos às suas possibilidades de negociação. No caso da escrava Ritta, era o ano de 1877, e ela certamente conhecia, mesmo que de ouvir dizer, os novos instrumentos legais que poderia utilizar a seu favor. Não sabemos, ao certo, quando os cativos passam a reconhecer a justiça como um meio legal de acesso à liberdade. É fato que a grande maioria dos escravizados era analfabeta, e que poucos tiveram acesso ao texto da lei que lhes garantia algum direito, mas, diante do significativo aumento de cativos que buscaram a justiça no pós 1871, pode-se concluir que os cativos tiraram proveito das importantes informações que lhes chegaram através da oralidade. Afinal, diante da lei, os senhores não podiam mais impedir que, no cotidiano, seus escravos agenciassem seus ganhos; como não podiam mais se negar a conceder-lhes a alforria por pecúlio porque tal direito estava estabelecido no artigo quarto, parágrafo segundo, da lei de 28 de setembro de 1871, como bem avaliou Sidney Chalhoub.³⁸

Outro momento de tensão pode ser surpreendido na petição feita por Carolina Isabel de Lima em 1875, em relação à sua escrava. Viúva e impedida de dispor dos bens deixados por falecimento de seu marido, ela buscou na justiça autorização para vender a escrava Sebastiana, “pelo seu incorrigível procedimento e impossibilidade em que estou de continuar a tê-la em meu poder”.³⁹ Não é possível evidenciar aqui as motivações que levaram ao “incorrigível procedimento” de Sebastiana, porém parece sugestivo avaliar que, nesse caso, a cativa utilizou-se de tal estratégia encontrada para sair do “pior cativo”. Sem dúvida que, no Recôncavo - como em outros lugares onde reinou a escravidão - a luta pela alforria aparece costurada a um tecido amplo de relações e conflitos. Mesmo em situações em que a manumissão não podia ser negada, como nos casos em que a lei garantia esse direito, com a promulgação da “lei do ventre livre, diversos senhores fizeram questão de declararem-se como “ justos, superiores e bondosos”, como observa Ricardo Tadeu Caires Silva.⁴⁰

As expressões corriqueiras nas cartas de liberdade revelam ainda que o escravo só poderia cruzar a fronteira da escravidão para a liberdade por vontade expressa do seu senhor particular. Assim, a ideia que se pretendia passar é que a manumissão não era fruto da conquista do cativo, mas sim uma dádiva concedida pelo senhor ao escravo “por caridade, atendendo

37 CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade...*, op. Cit.

38 CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade...*, op. Cit., p. 158.

39 APB - *Inventário de Luiz Cerqueira Lima*, (04/1517/1986/10), 1875.

40 SILVA, Ricardo Tadeu Caires. *Os escravos vão à justiça: a resistência escrava através das ações de liberdade. Bahia, século XIX. 2000. Dissertação (Mestrado em História) -FFCH/UFBA, Salvador, 2000.*

aos bons serviços” ou “pelo muito amor que lhe temos e pelos bons serviços que nos tem prestado”.⁴¹

Mais do que apenas histórias esparsas, os caminhos traçados por essas mulheres cativas para a conquista da liberdade revelam momentos de luta, dúvidas, medo, expectativas e nervosismo diante das condições impostas pelo cativo e, talvez pelas incertezas proporcionadas pela nova condição de libertas. Muitas delas vivenciaram a venda de filhos e companheiros sem que pudessem interferir; outras, mais sagazes, cruzaram a fronteira da escravidão para a liberdade levando consigo seus filhos também cativos. Situações diversificadas que, em certo sentido, refletem os diferentes esforços na busca da compra da alforria e da sua inserção no mundo dos livres.



41 SOARES, Marcio de Sousa. “A remissão do cativo: a dádiva da alforria e o governo dos escravos nos Campos de Goitacases, 1750- 1830”. *ANPUH*, XXV Simpósio Nacional de História, Fortaleza, p. 1-17, 2009. (Disponível *online*); MATTOS, Hebe. “Laços de família e direitos no fim da escravidão”. In: *História da vida privada no Brasil: Império: a corte e a modernidade nacional*. São Paulo: Cia. das Letras, 1997.

Os escravos engajados nos serviços domésticos pelas famílias do Recife oitocentista: o aprofundamento da exploração da mão de obra escrava

Tatiana Silva Lima*

The slaves engaged in the life impetus of children in Recife: the deepening of the exploitation of slave labor

Resumo

No Recife oitocentista, enquanto a escravidão não sofreu grandes golpes, cativos especializados foram relativamente engajados pelas famílias nos serviços domésticos, e os “não especializados” foram muito aproveitados. Isto mudou com a extinção do tráfico negreiro em 1850 e a intensificação do tráfico interno, que diminuíram a população cativa e a encareceu. Homens afortunados investiram menos em escravos qualificados para os serviços domésticos, desvalorizando os seus ofícios e precarizando suas forças de trabalho, para mantê-los controlados e super-explorados. Este movimento se aprofundou a partir de 1871, com a Lei do Ventre Livre, que eliminou a última fonte de renovação dos escravos e garantiu alguns direitos a eles, ameaçando a propriedade cativa e a inviolabilidade da vontade senhorial, e tornando o trabalho livre remunerado uma possibilidade real.

Palavras-chave: Escravos, serviços domésticos, super exploração.

Abstract

The slaves engaged in domestic services by the families of nineteenth-century Recife: the deepening of exploitation over slave labor In nineteenth-century Recife, while slavery did not suffer major blows, specialized captives were relatively engaged by households in domestic services, and the “non-specialized” were greatly exploited. This changed with the extinction of the slave traffic in 1850 and the intensification of inter-provincial traffic, which reduced the captive population and made it more expensive. Rich men have invested less in skilled slaves for domestic services, devalued their trade and precarious labor forces, to keep them under control and overexploited. This movement deepened after 1871, with the Free Womb Act, which eliminated the last source of slave renewal and guaranteed some rights to them, threatening captive ownership and the inviolability of the seigneurial will, and making paid work free possibility.

Keywords: Slaves, domestic services, super exploration.

* Graduada em História pela Universidade Federal de Pernambuco (2000), mestra em História pela mesma instituição (2004), desenvolvendo pesquisa sobre alforrias no Recife nas décadas de 1840 e 1850, e doutoranda do Programa de Pós Graduação em História da UFC, desenvolvendo pesquisa sobre trabalho doméstico no Recife entre 1830 e 1888. Tem experiência como professora do Ensino Superior nos cursos de História, Turismo, Pedagogia e Direito. Desde o final de 2012 é professora assistente no curso de História da Universidade de Pernambuco - Campus Petrolina, lecionando a disciplina

História do Brasil II, entre outras. Nesta Universidade coordena o Grupo de Estudo e Pesquisa sobre a História da Escravidão e da Liberdade no Brasil - GEPHEL, orientando pesquisas sobre dimensões da escravidão e das alforrias em Juazeiro da Bahia no século XIX, e realizando projetos de ensino, pesquisa e extensão de inovação pedagógica, baseados na lei 10.639/03, que obriga o ensino das história e cultura dos afro-brasileiros nas escolas da educação básica no país. Dois destes projetos foram premiados com Menções Honrosas em Encontro Científico em 2015.



No século XIX a cidade do Recife passou por significativas transformações demográficas e urbanas, algumas decorrentes da política emancipacionista do Estado imperial. O censo¹ feito em 1828 na cidade estimou 25.678 habitantes para o centro urbano da cidade, que era formado pelo bairro portuário do Recife, bairros de Santo Antônio e Boa Vista, sendo 7.935 escravos (31%) e 17.743 livres e libertos (69%).² As mulheres livres eram maioria em todos os bairros centrais. As cativas eram em maior quantidade em Santo Antonio, um lugar comercial e residencial, e em número parecido com os cativos na Boa Vista, local notadamente residencial, e minoria no Recife, que era portuário.³

Mesmo com a Lei anti-tráfico de 1831 no Brasil, o comércio transatlântico de africanos escravizados continuou, ilegalmente, alimentando a sociedade escravista recifense até 1850. A Lei de 1831 “tivera um efeito mais contundente, porém efêmero.” Em meados de 1830, o negócio de Luanda (no Norte de Angola) para o Brasil, por exemplo, foi retomado com toda força; a partir de então com acesso mais fácil a escravos, por causa da descentralização das fontes de fornecimento.⁴ Só para se ter uma idéia, de 1837 a 1841, em cálculos conservadores, estima-se que desembarcaram cerca de 205.500 cativos no Brasil, sendo cerca de 28 mil em Pernambuco, mais de 90% proveniente do Centro-Oeste Africano, com destaque para Angola.⁵ A segunda Lei anti-tráfico em 1850 extinguiu de vez o tráfico negreiro,⁶ promovendo uma mudança substancial na cidade: a diminuição da proporção dos escravos, por ter eliminado sua principal fonte de renovação.



- 1 Os censos populacionais no século XIX devem ser utilizados com ressalvas, eles informam apenas em geral a quantidade de pessoas que existiam no Recife e como elas estavam distribuídas. Sobre os cuidados necessários com tais fontes: CARVALHO, Marcus J. M. de. *Liberdade: rotinas e rupturas do escravismo no Recife, 1822 – 1850*. Recife: Ed. da UFPE, 1998, p. 41 – 71.
- 2 Idem, p. 41-91.
- 3 CARVALHO, Marcus J. M. de. De portas adentro e de portas afora: trabalho doméstico e escravidão no Recife, 1822 – 1850. *Afro-Ásia*, 29/30 (2003), 41 – 78.
- 4 REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos; CARVALHO, Marcus J. M. de. *O alufá Rufino: tráfico, escravidão e liberdade no Atlântico Negro (c. 1822-c. 1853)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 116.
- 5 Idem, p. 113.
- 6 CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil: 1850 – 1888*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

De acordo com o censo publicado em 1856, já viviam 40.977 habitantes no centro urbano da cidade (bairros do Recife, Santo Antônio/São José – desde 1844⁷, e Boa Vista), dos 60 a 70 mil habitantes⁸ da cidade como um todo. Dos que viviam no centro, cerca de 33.270 eram livres e libertos (80%) e 7.707, escravos (20%). As mulheres só não eram maioria no portuário Recife.

Como podem ser observados, houve um crescimento da população livre, mas uma diminuição da proporção dos cativos na população, decorrente da cessação do tráfico de africanos escravizados em 1850 e da intensificação do tráfico de escravos para o Sudeste cafeeiro.⁹ Já o crescimento demográfico dos livres e forros ocorreu a partir do fluxo de migrantes do interior mais próximo de Pernambuco para o centro do Recife.¹⁰ Não é difícil imaginar como os habitantes necessitaram dos mais variados serviços pessoais, a exemplo do serviço doméstico, haja vista a concentração de domicílios num espaço circunscrito da cidade.

Por serviços domésticos a pesquisa entendeu as tarefas de cozinhar, limpar, lavar, engomar, costurar, cuidar de crianças, “acompanhar” sinhás, jardinar, transportar pessoas, despejar dejetos humanos e águas servidas, comprar mantimentos, entre outras, destinadas à reprodução e manutenção das famílias nas residências e no entorno delas.¹¹ A área constituiu mercado de trabalho certo para a população despossuída.

A Lei do Ventre Livre de 1871, além de libertar o filho nascido de escrava, eliminando a última fonte de renovação da população cativa, vinculou a libertação dos cativos à reordenação do trabalho e a formação do mercado de trabalho livre.¹² Neste sentido, o dispositivo estabeleceu a idade de 8 anos completos do ingênuo para o proprietário da sua mãe escolher entre uma indenização do Estado e a utilização dos serviços do menor até seus 21 anos completos. A Lei ainda fixou o tempo máximo de 7 anos para a prestação de serviço pelo liberto; reconheceu o pecúlio e a alforria por indenização de preço independente da vontade do proprietário; instituiu

7 Por ato legislativo, em 1844 o bairro de Santo Antônio foi desmembrado originando o de São José, assim como o bairro do Recife, que cresceu para o norte e ultrapassou suas primitivas portas, deu origem ao bairro Fora de Portas; e o bairro da Boa Vista ganhou os da Soledade e de Santo Amaro. SILVA, Maciel Henrique Carneiro da. *Pretas de honra: trabalho, cotidiano e representações de vendeiras e criadas no Recife do século XIX (1840-1870)*. 2004. Dissertação (Mestrado em História) UFPE, Recife, 2004, p. 47.

8 FIGUEIRA DE MELLO, Jeronymo Martiniano. *Ensaio Sobre a Estatística Civil e Política de Pernambuco*. Recife, 1852; reedição – Recife: Conselho Estadual de Cultura, 1979, p. 283.

9 CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil*.

10 CARVALHO, Marcus J. M. de. *Liberdade*, p. 75-84.

11 GRAHAM, Sandra Lauderdale. *Proteção e obediência: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro, 1860-1910*. Tradução: Viviane Bosi. São Paulo: Cia das Letras, 1992.

12 LIMA, Henrique Espada. Sob o domínio da precariedade: escravidão e os significados da liberdade de trabalho no século XIX. *Topoi*, v. 6, n. 11, p. 289 – 326, jul.-dez. 2005, p. 302.



o fundo de emancipação e anulou a Ordenação Filipina na parte que revogava as alforrias por ingratidão. Ou seja, embora o dispositivo reiterasse privilégios dos proprietários, ele submeteu “o poder privado dos senhores ao domínio da lei”,¹³ deslocando a política da alforria, quase exclusivamente centrada na vontade dos proprietários, também para o Estado.

Segundo o primeiro Recenseamento Geral de 1872¹⁴ já moravam por essa época no Recife 101.535 habitantes. No centro urbano da cidade havia 64.769 pessoas, das quais 57.893 eram livres (e libertas) - 31.639 homens e 26.254 mulheres - cerca de 90% da população do centro, e 6.876, cativos (3.448 mulheres e 3.428 homens).

Houve um aumento considerável da população, cerca de 58%, desde o censo publicado em 1856. Crescimento que se deveu ao número dos livres, mais uma vez migrados do interior da província. De acordo com Sílvio Zanchetti “entre 1822 e 1872, a capital pernambucana cresceu a uma taxa média de 2,2 a.a. enquanto o Rio de Janeiro, a mais importante cidade do país, alcançou 1,8% a.a.”¹⁵ Já os escravos diminuíram por volta dos 10%, em decorrência da eliminação do tráfico negreiro e do aumento do tráfico interno, como foi argumentado, uma vez que o crescimento vegetativo deles não supriu o fluxo antes feito pelo tráfico transatlântico. E os cativos continuaram a diminuir na população, já que a Lei do Ventre Livre de 28 de setembro de 1871 eliminou a última fonte de renovação deles. As crianças nascidas de mães escravas passaram a ser “livres” a partir de então.¹⁶

O censo de 1872 é importante porque pela primeira vez foi publicada uma contagem dos profissionais do “serviço doméstico”, embora não tenha fornecido registros por município. Na época havia cerca de 14.267 escravos domésticos na província de Pernambuco, dos quais 9.450 eram mulheres e 4.817, homens. E existiam muito mais pessoas livres no mesmo serviço (67.971), das quais 50.147 correspondiam às brasileiras (entre livres e forras) e 742, às estrangeiras (livres e forras, considerando as africanas). Enquanto 16.164 eram brasileiros livres e 918, estrangeiros.¹⁷ As costureiras foram contadas separadamente, totalizando 20.627 (19.154 livres brasileiras, 246 livres estrangeiras e 1.227 escravas).¹⁸ Ou seja, um mercado que embora dominado pelas mulheres livres nacionais, apresen-

13 CHALHOUB, Sidney; SILVA, Fernando Teixeira da. Sujeitos no imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 1980. *Cad. AEL*, v. 14, n. 26, 2009, p. 25.

14 Diretoria Geral de Estatística. *Recenseamento Geral do Império de 1872*. Rio de Janeiro, Typ. Leuzinger/ Tip. Commercial, 1876, 12 vol.

15 ZANCHETTI, Sílvio. M. *O Estado e a Cidade do Recife (1836 – 1889)*. 1989. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) USP, São Paulo, 1989, p. 135, 136.

16 CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil*.

17 Diretoria Geral de Estatística. *Recenseamento Geral do Império de 1872*.

18 Idem.



tava um residual importante de cativos num contexto de encaminhamento do final da escravidão.

No século XIX, as elites lutaram para o Recife ingressar, compulsoriamente, nas relações do mundo capitalista, absorvendo dos centros do capitalismo mundial as idéias de progresso, civilização e modernização¹⁹. Expressiva nesse sentido foi a administração do presidente de Pernambuco Barão Francisco do Rego Barros entre 1837 e 1844. Ele empreendeu um projeto de modernização cultural e material (designadas obras de melhoramento) na Província.²⁰ Os “melhoramentos materiais que exigiam investimentos de menor vulto, como iluminação, esgoto, água e calçamento, ficavam sob o encargo dos governos provinciais, que os cediam, mediante contratos, a companhias privadas, geralmente estrangeiras.”²¹ Todas as obras constituíram mercado de trabalho para os pobres da cidade.

Contudo, alguns problemas persistiram. A remoção dos dejetos humanos e das águas servidas foi sempre um problema no núcleo urbano e um serviço aviltante. Eram os escravos, que à noite recolhiam os barris, “tigres”, para despejá-los na beira das marés. Apenas na década de 1870 a cidade começou a se livrar dos “tigres”.²² O abastecimento de água potável também foi um problema. Seu fornecimento dependeu, por muito tempo, dos escravos e negros canoeiros e aguadeiros. Mesmo quando já havia água encanada na cidade, vinda do açude do Prata até algumas praças na Boa Vista, Santo Antônio e Recife, buscava-se água de Olinda, dos poços e chafarizes da cidade.²³ Eram os serviços mais pesados e penosos, juntamente com os de carregadores, estivadores e serventes.²⁴

O sistema econômico mundial também tinha seus labirintos e problemas. A cultura da cana-de-açúcar em Pernambuco viveu uma crise crônica na segunda metade do oitocentos pela baixa no mercado internacional dos preços do açúcar, devido à concorrência externa. A difícil conjuntura da indústria açucareira impulsionou os proprietários de engenhos a venderem suas terras ou alugarem anualmente uma pequena porção delas por muito pouco para a horticultura. Por essa via, nasceram os subúrbios recifenses: Torre, Madalena, Casa Forte, Apipucos, Engenho do Meio, Remédios, Afogados, entre outros. Eles foram fundamentais para abaste-

19 ARRAIS, Raimundo. *O pântano e o riacho: a formação do espaço público no Recife do século XIX*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2004, p. 12.

20 ARRAIS, Isabel Concessa. *Teatro Santa Isabel: biografia de uma casa de espetáculos*. Recife, Mestrado em História, UFPE, 1995.

21 ARRAIS, Raimundo. *O pântano e o riacho*, p. 201.

22 SETTE, Mário. *Arruar: história pitoresca do recife antigo*. Coleção Pernambucana. Vol. XII. 3. ed. Governo do Estado de Pernambuco, Secretaria de Educação e Cultura, Recife, 1978.

23 CARVALHO, Marcus J. M. de. *Liberdade*.

24 OLIVEIRA, Maria Inês. C. de. *O liberto: seu mundo e os outros*. São Paulo: Corrupio; [Brasília, DF]: CNPq, 1988, p. 17.



cer o centro urbano de alimentos, numa relação dinâmica entre “campo” e “cidade”. E na realidade, a depender do arrabalde, “campo” e “cidade” eram bem próximos do ponto de vista geográfico.

Patrimônios familiares e posse de “domésticos” escravos

No Recife oitocentista famílias utilizaram braços exclusivamente cativos nas tarefas domésticas e nas demais atividades. Para a investigação destas unidades, foram minuciosamente pesquisados 335 inventários *post mortem* do Recife entre 1830 e 1888, dos quais 108 apresentaram mão de obra apenas escrava, que compõem a amostra documental deste artigo e podem ser encontrados no Instituto Arqueológico Histórico Geográfico Pernambucano (IAHGP).

Estas unidades familiares foram divididas em 5 faixas de patrimônios, que consideraram a realidade trazida pela pesquisa, e foram inspiradas em um número maior de faixas de fortunas criadas por Kátia Mattoso para a província da Bahia oitocentista. A primeira e mais alta faixa (muito grande) considerou as fortunas acima de 380 mil contos de réis, sendo sua primeira integrante uma família de influência local, com títulos de nobreza, e proprietária de engenho com muitos escravos. O segundo nível de patrimônio (grande), calculado entre mais de 50 mil contos até 380 mil contos de réis, considerou como ponto de partida o patrimônio mais baixo de inventariado proprietário de engenho, já que a posse de terras conferiu muito prestígio no oitocentos.

O terceiro nível foi o que Mattoso chamou de fortunas sólidas (médio alto), ultrapassando os 10 mil contos de réis até os 50 mil contos - no caso deste estudo - representados por comerciantes bem estabelecidos, magistrados e funcionários, membros do alto clero e profissionais liberais, com bens diversificados e em certo equilíbrio entre si. A quarta faixa de patrimônio (o médio) foi representada pelas famílias remediadas que somaram de mais de 1 mil conto de réis até 10 mil contos, que possuíram sobrados, morando no andar de cima, enquanto o térreo foi o local de trabalho do proprietário comerciante ou artesão, ou alugado a terceiros, possuíram escravos e agregados, móveis e algumas jóias. No quinto nível de patrimônio (pequeno) estiveram as famílias que possuíram um patrimônio de até 1 mil conto de réis em casa com quintal, mobiliários e utensílios de cozinha diversos, alguns escravos, e outros bens pessoais como roupas.²⁵

25 MATTOSO, Kátia. A opulência na província da Bahia. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *História da vida privada no Brasil: Império*. São Paulo: Companhia das Letras, p. 143 – 179, 1997; MARTINEZ, Cláudia Eliane P. M. *Cinzas do Passado*. Riqueza e Cultura Material no Vale do Paraopeba/MG (1840/1914). 2006. Tese (Doutorado em História), USP, São Paulo, 2006, p. 128, 129.



Considerando as chefias das famílias, entre 1830 e 1850 o proprietário de cativo padrão na cidade possuiu fortuna média ou média alta, e foi homem (82%) livre casado. De 1851 a 1870, o proprietário de cativo padrão continuou homem (80%) livre e casado, só que um pouco mais rico, possuindo mais fortunas médias altas e depois médias. A tendência do dono de escravo padrão permaneceu até o final oficial da escravidão: homem (84,85%) livre casado, porém com fortuna mais alta, entre média alta e grande.

As oscilações no padrão das riquezas acompanharam a diminuição progressiva da posse de escravos, de modo que foram sendo necessárias fortunas mais altas para a manutenção de “domésticos” escravos em menor quantidade. Em primeira análise, esta configuração se deveu ao aumento do valor do cativo, tendo em vista a sua diminuição na sociedade, com a política emancipacionista imperial e a intensificação do tráfico interprovincial.

Em estudo de economia histórica, também em inventários, sobre a escravidão de pequeno porte no Recife de 1800 a 1887 Antônio Nunes argumentou: “Ao se considerar a participação dos escravos ao longo do século, observa-se uma tendência de declínio (desinvestimento) que atinge tanto os pequenos plantéis quanto a escravidão de maior porte”. Até os pequenos proprietários de escravos (no estudo dele, os que possuíram até 5 cativos) foram concentrando sua riqueza na aquisição de imóveis e nas dívidas a receber.²⁶

A seguir é possível acompanhar as mudanças e oscilações no padrão de riqueza dos proprietários de mão de obra exclusivamente cativa no decorrer de 3 períodos delimitados:

26 NUNES NETO, Antonio Pessoa. Aspectos da escravidão de pequeno porte no Recife no século XIX. *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*. Recife, n.61, p. 221-240, Jul. 2005, p. 222.

Tabela 1: Total da proporção das faixas de patrimônio em contos de réis dos chefes de domicílios com domésticos apenas escravos nos três períodos considerados – Recife (1830-1888).

Patrimônio Total dos Chefes de Domicílio		Período			Total
		1830-50	1851-70	1871-88	
Contagem	Não Informado	1	2	4	7
% do Total		2%	8%	12%	6,48%
Contagem	Muito grande	1	1	1	3
% do Total	(Maior do que 380)	2%	4%	3,03%	2,77%
Contagem	Grande	5	4	11	20
% do Total	(Maior do que 50 – 380)	10%	16%	33,33%	18,52%
Contagem	Médio alto	15	9	13	37
% do Total	(Maior do que 10 – 50)	30%	36%	39,39%	34,26%
Contagem	Médio	24	6	4	34
% do Total	(Maior do que 1 – 10)	48%	24%	12,12%	31,48%
Contagem	Pequeno	4	3	0	7
% do Total	(até 1 conto)	8%	12%	0,00%	6,48%
Contagem	Total	50	25	33	108
% do Total		100%	100%	100%	100%

Fonte: IAHGP, inventários post mortem, 1830-1888.27

Em outra perspectiva, embora os proprietários tenham investido menos na mão de obra escrava durante o século XIX, os mais ricos foram

- 27 IAHGP: 1830, Francisco de Oliveira; 1831, Jacinto Ferreira Homem; 1832, Antônio Machado de Revorido; 1833, Antônia Alves Correia de Almeida; 1833, Josefa de Jesus Pessoa de Mello; 1833, Rosa Maria da Conceição; 1834, Jacinta Flora de França; 1834, Genoveva Maria de Campos; 1834, Francisca Angélica da Trindade; 1834, Antônio Alves dos Santos; 1834, Igenes Quintina de Souza; 1835, Joao Theotônio do Guimarães Peixoto; 1835, Maria dos Ramos Cavalcante; 1835, Maria Policarpa de Carvalho e Silva; 1835, Miguel da Costa Dourado; 1836, Angélica Rosa Claudina; 1836, Joaquim Machado Freire; 1836 Maria Francisca da Pureza; 1837, Maria Francisca da Conceição; 1838, Brigida Maria Soares da Cunha; 1838, Vicente Ferreira dos Guimarães Peixoto; 1839, Ana Maria de Jesus; 1839, Antônio da Costa Figueiroa; 1839, José das Neves Boaventura; 1841, Francisco Felix de Mello; 1841, Joanna Francisca do Nascimento; 1841, Josefa Francisca Valim; 1842, Francisca Thomasia de França; 1842, João Coelho do Rosario; 1842, Joaquim Lopes Machado; 1842, José Carneiro de Albuquerque Maranhão; 1843, Tereza Maria de Jesus; 1844, Balbina Francisca da Conceição; 1844, Bento José Alves; 1845, José Libânio de Souza; 1846, Francisco da Silva; 1846, José Carlos Mayrink da Silva Ferrão; 1846, Luiza Maria de Freitas; 1847, Felix Jose de Araujo; 1847, Josefa Maria de Jesus; 1847, Rita Helena de São José; 1848, Maria Inácia Virginia; 1849, Angélica Joaquina dos Anjos; 1849, Braz Manoel Machado; 1850, Angélica Rosa Torres; 1850, Antônio Henriques Mafra; 1850, Jose Ignacio do Monte; 1850, Manoel Jose de Bastos; 1850, Teresa de Jesus Ramos; 1851, Ana da Cunha Soares Nobre Pessoa; 1851, Gonçalo José de Oliveira Uchoa; 1851, Lourenco Manoel de Carvalho; 1852, Alexandrina Maria da Conceição; 1852, Francisca Alves dos Reis; 1852, Francisca de Santiago; 1853, Francisca Aguida Lins; 1853, Joaquim Antônio do Forno; 1853, Maria Rita do Nascimento Rangel; 1854, Josefina Mariana Siebert; 1855; Ana Maria Francisca; 1856, Antonio Joaquim da Costa Figueiroa; 1857, Francisco Cavalcante de Mello; 1859, Anna Maria do Sacramento Fernandes; 1860, Francelina Ramos Barros; 1863, Jacinto de Souza Travassos; 1860, Maria Francisca de Jesus; 1863, João Batista dos Santos Lobo; 1865, Ana da Natividade Pereira de Moraes; 1865, Teresa de Siqueira Alcoforado; 1870, Adolpho Curio; 1870, Antônio Domingues Alves Maia; 1870, Antonio Jose Pinto; 1870, Argemira de Menezes Duarte Ferreira; 1870,

mais conservadores na manutenção da mão de obra cativa nos dois decênios que antecederam a abolição oficial da escravatura.²⁸ Com a expectativa do final da escravidão, no processo que atingiu a inviolabilidade da vontade senhorial e traria “prejuízo” para os proprietários, eles insistiram em conservar parte da estrutura da sua riqueza na posse de cativos, reforçando seu poder patriarcal e paternalista como forma de exploração e dominação dos trabalhadores.

A desvalorização dos ofícios nos serviços domésticos: o aprofundamento da precarização e exploração da mão de obra escrava.

Os ofícios dos cativos destinados aos serviços domésticos foram muitos. Entre 1830 e 1850, as famílias recifenses engajaram costureiras, rendeiras, alfaiates, engomadeiras, cozinheiras/os, lavadeiras, muitos versados em mais de um ofício, e escravos ocupados genericamente no “serviço de casa”. Muitos deles trabalharam dentro dos sistemas de escravo de aluguel e de ganho. O escravo de aluguel era negociado diretamente por seu senhor, prestando serviços aos locatários e ficando sob sua responsabilidade como se fosse seu cativo. O dinheiro do aluguel, por sua vez, era entregue diretamente ao senhor. No sistema de trabalho de ganho era o escravo que oferecia seus serviços a terceiros acordando de antemão com seu dono o valor a ser entregue no final do dia, da semana ou do mês.

As ocupações dos serviços domésticos demandaram principalmente mão-de-obra feminina (79,86%), como podem ser avaliadas a seguir:

Carolina Ursulina dos Santos Tavares de Mello; 1871, Candido Afonso Moreira; 1871, Dona Claudina Senhorinha de Sa Cavalcante; 1871, Custodio Jose Alves Guimarães; 1871, Francisco de Paula Rocha; 1872, Abílio José Tavares da Silva; 1872, Amélia Augusta Martins; 1872, Anna Marcolina da Costa e Silva; 1872, Aurora Francisca Cavalcante; 1873, Domingos Jose Marques; 1873, Emilia Amélia de Carvalho Fonseca; 1873, Guilherme Frederico de Souza; 1874, Francisco de Albuquerque Mello; 1874, Joaquim Manoel Ferreira de Souza; 1876, Genuino Jose Tavares; 1876, Guilhermina de Jesus Carneiro Campello; 1877, Ignacia Baptista de Almeida; 1877, João de Carvalho Moura; 1877, João de Deos Alves, 1878, Rita Maria Firmina de Almeida; 1878, Rosa Maria dos Prazeres; 1879, Antonio Alves Barbosa; 1879, Emilia Fioch Pinto; 1879, Emilia Thereza de Jesus Costa Cabral; 1880, Maturino Barroso de Mello; 1880, Paula Maria de Fraga Caldeira; 1881, Clara Maria de Castro Moreira; 1882, Mathias d’Azevedo Vilarouca; 1883, Alfredo Alves Matheus; 1883, Candida Carneiro Rios Vilella; 1884, Domingos Affonso Nery Ferreira; 1885, Izabel Roza Gonçalves; 1886, Teresa da Silva Vieira Pontual; 1887, Maria da Conceição F. P. C. de Albuquerque.

28 Ver, por exemplo: CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis: historiador*. São Paulo: Cia das Letras, 2003; _____. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Cia das Letras, 1990; COSTA, Lenira L. da. *A Lei do Ventre Livre e os caminhos da Liberdade em Pernambuco*. 2007. Dissertação (Mestrado em História) UFPE, Recife, 2007; MATTOSO, Kátia de Q. *O filho da escrava (Em torno da lei do ventre livre)*. *Revista Brasileira de História*. São Paulo. V. 8 n° 16, p. 37 – 55, mar. 88/ago. 88; FRAGA FILHO, Walter. *Encruzilhadas da liberdade: Histórias de escravos e libertos na Bahia (1870 – 1910)*. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2006.

Tabela 2-a: Proporção de trabalhadores por ocupação/ofício com o sexo - Recife (1830-1850).

Ocupação/Ofício		Sexo dos Trabalhadores			Total
		Não Informado	Feminino	Masculino	
Contagem	Bolieiro	0	0	1	1
% do Total		0,00%	0,00%	0,69%	0,69%
Contagem	Princípio de alfaiate	0	0	1	1
% do Total		0,00%	0,00%	0,69%	0,69%
Contagem	Serviço de casa	1	73	24	98
% do Total		0,69%	50,69%	16,67%	68,06%
Contagem	Serviço de costura	0	13	0	13
% do Total		0,00%	9,02%	0,00%	9,02%
Contagem	Serviço de costura/Engomado	0	4	0	4
% do Total		0,00%	2,78%	0,00%	2,78%
Contagem	Serviço de cozinha	0	9	2	11
% do Total		0,00%	6,25%	1,39%	7,64%
Contagem	Serviço de cozinha/Engomado	0	2	0	2
% do Total		0,00%	1,39%	0,00%	1,39%
Contagem	Serviço de engomar	0	3	0	3
% do Total		0,00%	2,08%	0,00%	2,08%
Contagem	Serviço de engomar/Costura chã	0	1	0	1
% do Total		0,00%	0,69%	0,00%	0,69%
Contagem	Serviço de lavar roupa	0	5	0	5
% do Total		0,00%	3,47%	0,00%	3,47%
Contagem	Serviço de lavar roupa/Engomado	0	1	0	1
% do Total		0,00%	0,69%	0,00%	0,69%
Contagem	Trabalhos de agulha	0	4	0	4
% do Total		0,00%	2,78%	0,00%	2,78%
Contagem	Total	1	115	28	144
% do Total		0,69%	79,86%	19,44%	100,00%

Fonte: IAHP, inventários *post mortem*, 1830-1850.

Nesta amostra, os ofícios marcadamente femininos foram os de costureira, engomadeira, lavadeira, e os trabalhos de agulha – no caso renda e lavarinto (um tipo de renda). Exceto o serviço de lavar roupas, que poderia ser feito com a água das cacimbas nos quintais das casas ou na beira dos rios e chafarizes nas ruas, os demais foram realizados no âmbito privado das casas. Em certo sentido, como o espaço ideal da mulher foi o privado/doméstico,²⁹ houve uma feminilização das tarefas de cuidado para com as famílias executadas dentro das casas.

As costureiras possuíam mais braços especializados, embora as designações pudessem expressar grau maior ou menor de qualificação. Quicá, costureira foi uma pessoa altamente qualificada, quem foi do serviço

29 CUNHA, Olívia M. G. da. Criadas para servir: domesticidade, intimidade e retribuição. In: CUNHA, Olívia M. G. da e GOMES, Flávio dos S. (org.). *Quase-cidadão: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007. p. 377-417.

de costura deteve um conhecimento satisfatório, e quem fazia “costura chã” ou tinha princípio de “costura chã” era a costureira menos treinada. Afinal, não foi encontrada explicação para “costura chã”. Seria uma forma específica de costura? Mas uma coisa foi certa, o trabalho dessas mulheres foi importante para marcar *status* social, demarcar distinções através de roupas ricamente confeccionadas.

As ocupações que concentraram tanto mulheres como homens foram o “serviço de casa” e a de cozinheiro. O primeiro termo foi muito genérico, poderia ser pessoa que fizesse todos os serviços necessários para a reprodução e manutenção das famílias e da casa em seus espaços interno e externo – neste caso: jardinar, jogar dejetos, portar recado e encomendas, fazer compras de mantimentos, transportar água e pessoas, entre outros.

Os ofícios exclusivamente masculinos foram o de alfaiate e de bolieiro. Os 2 demandaram conhecimentos básicos e específicos. O alfaiate fez o trabalho correlato ao da costureira, consertando e costurando a roupa dos homens e mulheres da casa, produzindo vestimentas e os investindo de prestígio. Ele também poderia ser alugado e ingressar no sistema de ganho para gerar rendimentos à família.

Não é difícil imaginar os conhecimentos, habilidades e destrezas necessários aos bolieiros (derivado de boleia) ou cocheiros para conduzirem veículos puxados por cavalos ou bestas. No Rio de Janeiro, “Para a condução desses veículos de roda, foram empregados os escravos considerados pelos senhores como os mais fiéis e responsáveis, os mais inteligentes e de melhor aparência (especialmente os mulatos ou pardos), depois de serem treinados no ofício (...)”³⁰

As carruagens, seges, tîlbures, entre outros veículos de roda, foram introduzidos no Rio de Janeiro depois da chegada da Família Real portuguesa. Até a década de 1840, eles foram poucos, pois só os indivíduos muito ricos ou a Família Real, depois imperial, Ministros de Estado, eram capazes de possuí-los. Como era o caso do potentado José Carlos Mayrink da Silva Ferrão, que já em meados dos anos 1840 possuía um veículo desses, conduzido pelo angolano Davi de 55 anos de idade.³¹

Luiz Carlos Soares argumenta que no Rio de Janeiro oitocentista havia uma tendência a maior especialização dos cativos domésticos nas famílias mais abastadas, diferente das famílias mais pobres onde os cativos eram obrigados a desempenhar uma série de tarefas.³² Esta tendência se reproduziu no Recife de 1830 a 1850 nas famílias ricas ou médias, de grande ou média escravaria, onde houve uma frequência maior de

30 SOARES, Luiz Carlos. *O “Povo de Cam” na Capital do Brasil...* p. 117.

31 IAHP, 1846, José Carlos Mayrink da Silva Ferrão, f. 16v, 17.

32 SOARES, Luiz Carlos. *O “Povo de Cam” na Capital do Brasil...* p. 112.

cativos especializados, do que nas casas menos afortunadas. Ainda assim, a maioria dos cativos com ocupações conhecidas (68,06%) esteve concentrada na designação genérica “serviço de casa”, que poderia significar a execução das múltiplas tarefas do cuidado com a família e com a casa. Gente muito trabalhadora e capaz, mas que talvez não possuísse mão de obra altamente qualificada, não tivesse recebido investimento em aprendizado formal.

Na época também houve um grande número de escravos sem ocupação informada e sem ocupação/habilidade nas famílias pesquisadas, 35,06% e 7,57% respectivamente, do total de 251 escravos na amostra de 1830-50. Foram principalmente mulheres, crianças, jovens e velhas trabalhadoras, com certeza, aprendendo algum ofício, ou bem treinadas pela experiência em atividades lucrativas ou não, ou fadadas aos trabalhos manuais mais reles feitos na sociedade.

Na segunda fase do recorte cronológico o que salta aos olhos é a diminuição da variedade dos ofícios, como pode ser visualizada a seguir:

Tabela 2-b: Proporção de trabalhadores por ocupação/ofício com o sexo - Recife (1851-1870).

Ocupação/Ofício		Sexo dos Trabalhadores			Total
		Não Informado	Feminino	Masculino	
Contagem	Bolieiro	0	0	2	2
% do Total		0,00%	0,00%	3,70%	3,70%
Contagem	Costureira	0	3	0	3
% do Total		0,00%	5,56%	0,00%	5,56%
Contagem	Cozinheiro	0	0	2	2
% do Total		0,00%	0,00%	3,70%	3,70%
Contagem	Cozinheira/ Engomadeira	0	1	0	1
% do Total		0,00%	1,85%	0,00%	1,85%
Contagem	Serviço de casa	0	10	4	14
% do Total		0,00%	18,52%	7,41%	25,93%
Contagem	Serviço de engomado	0	2	0	2
% do Total		0,00%	3,70%	0,00%	3,70%
Contagem	Serviço de engomado/ Costura	0	1	0	1
% do Total		0,00%	1,85%	0,00%	1,85%
Contagem	Serviço doméstico	0	21	8	29
% do Total		0,00%	38,89%	14,81%	53,70%
Contagem	Total	0	38	16	54
% do Total		0,00%	70,37%	29,63%	100,00%

Fonte: IAHGP, inventários post mortem, 1851-1870.

Esta mudança foi fruto do tempo da diminuição da escravaria em geral e consequente aumento do seu preço, após proibição do tráfico negreiro transatlântico e intensificação do tráfico para o Sudeste cafee-



cultor. Ela gerou processos articulados: contenção no investimento em cativos especializados nos serviços domésticos e concentração maior de escravos nas designações genéricas “serviço de casa” e “serviço doméstico” (79,63%).

Embora os proprietários recifenses tenham comprovadamente investido menos na mão de obra cativa no decorrer do século XIX, eles deram uma resposta conservadora ao contexto favorável à dissipação do seu patrimônio escravo. Em não podendo e/ou não querendo ter valiosos cativos qualificados nos serviços domésticos, optaram em manter uma escravaria menor “não-especializada” para fazer as muitas e pesadas tarefas do lar.

De onde se conclui que os ofícios destinados aos serviços domésticos gozaram de relativa importância quando a escravidão era pujante e a mão de obra cativa garantida. A partir do momento em que a existência da escravidão foi ameaçada, os ofícios para as atividades domésticas perderam a pouca importância que possuíam, e os proprietários concentraram os afazeres nas mãos de poucos cativos. Assim eles optaram pela manutenção da escravidão, conservando parte da estrutura da sua riqueza, e aprofundando a exploração e dominação sobre os trabalhadores com os grilhões do poder escravista e patriarcal.

Esta conjuntura se completou com a crise no mercado de trabalho como um todo. Em 1851-70 muitos escravos foram vendidos para a cafeeira no Sudeste, e os sem idade e condições para serem traficados se deslocaram para os serviços domésticos, tanto que a proporção dos homens nestas funções aumentou bastante (29,63%), comparando-se à fase anterior. Nesta perspectiva, os muito novos, sem condições físicas suficientes e ofícios de outra natureza, assim como os velhos - sem vigor, muitas vezes doentes e mais presentes no âmbito da casa - foram aproveitados nas tarefas domésticas. Enquanto a diminuição das mulheres escravas (70,37%) nos mesmos serviços foi sintomática da crise no mercado de trabalho doméstico escravo.

Ademais, muitos cativos (41,30%) continuaram com ofícios não declarados na época, sendo a maioria mulher, criança e velha, mas com um contingente maior de homens e adultos do que antes. Era muita gente no limbo de funções indeterminadas, em parte ainda promovendo lucros para os donos, exercendo seus próprios ofícios ou outros, ou realizando as tarefas mais desprestigiadas.

O movimento de desvalorização dos ofícios destinados aos serviços domésticos se acentuou nos dois últimos decênios da escravidão. A seguir é possível visualizar uma diminuição acelerada na diversidade das especialidades, além de concentração maior nas denominações “serviço de casa” e “serviço doméstico” (84,80%):



Tabela 2-c: Proporção de trabalhadores por ocupação/ofício com o sexo - Recife (1871-1888).

Ocupação/Ofício		Sexo dos Trabalhadores			Total
		Não Informado	Feminino	Masculino	
Contagem	Costureira	0	2	0	2
% do Total		0,00%	2,53%	0,00%	2,53%
Contagem	Costureira/ Engomadeira	0	1	0	1
% do Total		0,00%	1,27%	0,00%	1,27%
Contagem	Cozinheira/o	0	2	4	6
% do Total		0,00%	2,53%	5,06%	7,59%
Contagem	Engomadeira	0	3	0	3
% do Total		0,00%	3,79%	0,00%	3,79%
Contagem	Serviço de casa	0	2	1	3
% do Total		0,00%	2,53%	1,27%	3,79%
Contagem	Serviço doméstico	0	48	16	64
% do Total		0,00%	60,76%	20,25%	81,01%
Contagem	Total	0	58	21	79
% do Total		0,00%	73,42%	26,58%	100,00%

Fonte: IAHGP, inventários post mortem, 1871-1888.

Diante da Lei do Ventre Livre e de todas as suas cláusulas que, além de por fim à última fonte de renovação da população escrava, garantiram direitos costumeiros aos cativos e promoveram manumissões, os senhores sentiram sua propriedade escrava e a inviolabilidade da vontade senhorial ameaçadas, e o trabalho livre uma possibilidade real. Em resposta, as famílias afortunadas recifenses seguiram o padrão de comportamento de conservar parte da sua riqueza na posse de cativos, embora em menor quantidade, mantendo prerrogativas de exploração e controle sobre os trabalhadores emanadas do seu poder patriarcal e paternalista.

Neste processo, eles continuaram reduzindo os domésticos divididos por diversas funções e concentrando os afazeres domésticos nas mãos de poucos. Foi quando o mercado de trabalho doméstico entrou em retração para os escravos em geral, diante das demais ocupações, os homens assumiram menos postos do que antes (26,58%) na área, e conseqüentemente a proporção das mulheres aumentou (73,42%).

O crescimento da concentração dos cativos “não especializados” nos serviços domésticos certamente produziu a super exploração a partir do acúmulo de funções sobre eles. E o recuo dos senhores no investimento em escravos qualificados para os serviços domésticos precarizou as suas vidas, empobreceu suas possibilidades de trabalho, e diminuiu as suas chances de aquisição de pecúlio, nas pequenas brechas que o sistema de escravo de ganho ofereceu, escasseando também suas chances de autonomia e liberdade. Por esta via, os proprietários aprofundaram a exploração sobre os cativos, construindo o caminho para relações de servidão e dependência no pós-abolição.

É possível até fazer um paralelo entre o passado e o tempo presente. Pois também houve recuos dos empregadores após a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 66/2012, mais conhecida como PEC das Domésticas. Eles dispensaram trabalhadores domésticos, não legalizaram a contratação de muitos deles, e lançaram mão do trabalho de diaristas sem garantias trabalhistas e direito à seguridade social.



Os “vultos e feitos” de “Alagoinhas e seu município”: uma memória do pós-abolição no interior da Bahia

Aline Najara da Silva Gonçalves*

The “figures and feats” of “Alagoinhas and its municipality”: a memory of the Post-Abolition in the interior of Bahia

Resumo

Américo Barreira foi financiado pelo poder público municipal para escrever a história de Alagoinhas (BA). Em *Alagoinhas e seu Município* trouxe registros de uma cidade cosmopolita e governada por uma elite escravista. Analisar a obra de Américo Barreira perpassa pela ideia de refletir como o poder público alagoinhense, no pós-abolição imediato, elaborou e guardou a história local da segunda metade do século XIX, num período em que as leis emancipatórias davam sinais da degeneração do regime escravista. A análise dessa obra nos coloca diante de uma “história oficial” da cidade, escrita nos moldes das produções encomendadas pelo IHGB e repleta de “pretensões”. Dessa forma, este texto propõe a problematização dos caminhos percorridos para forjar uma história que buscou apagar a presença negra e o escravismo da sua memória.

Palavras-chave: Américo Barreira. Alagoinhas. Pós-Abolição.

Abstract

Américo Barreira was financed by the municipal public power to write the history of Alagoinhas (BA). In *Alagoinhas e Seu Município* brought records of a cosmopolitan city and governed by elite slave. Analyzing the work of Américo Barreira, he goes through the idea of reflecting how the Alagoinhas public power, in the immediate post-abolition, elaborated and kept the local history of the second half of the nineteenth century, at a time when the emancipatory laws showed signs of the degeneration of the slave regime. The analysis of this work puts us before an “official history” of the city, written in the mold of the productions commissioned by the IHGB and full of “pretensions”. Thus, this text proposes the problematization of the paths taken to forge a history that sought to erase the black presence and the slavery of its memory.

Keywords: Américo Barreira. Alagoinhas. Post-Abolition.

* É professora de História do Brasil e História Afro-brasileira e Indígena na UNEB, Campus XIII. Mestre em Estudos de Linguagens, especialista em História Afro-brasileira e licenciada em História, é membro da ANPUH, do GT Nacional Emancipações e Pós-abolição e dos Grupos de Pesquisa Núcleo de Estudos da Política e História Social, Grupo de Estudos Mundos do Trabalho e o Pós-Abolição e do Laboratório de Estudos Africanos e Espaço Atlântico (LEAFRO/UNEB-XIII). No Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Alagoinhas (GEPEA), coordena a linha de

pesquisa Estudos Étnico-raciais e Religiosidades. Atuou no documentário *Bênção, Mãe Stella*, é autora dos livros *Luiza Mahin: Uma rainha africana no Brasil* e *Luiza Mahin: A guerreira dos Malês*. Atualmente é doutoranda em História Social no Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), onde pesquisa a política da escravidão e os caminhos da liberdade no interior da Bahia. Áreas de interesse: escravidão no século XIX; processo de emancipação da mão-de-obra escravizada; alforrias; Lei 10639/03.



Entender a dinâmica da escravidão no interior da Bahia na segunda metade do século XIX, bem como a autonomia escrava no que diz respeito à conquista da liberdade e da vivência no pós-abolição imediato em cidades além do Recôncavo Baiano e da capital, foram as principais inquietações levaram a pensar e começar a elaborar a pesquisa que abrange o debate aqui apresentado.

Analisar essa dinâmica que envolve a compreensão sobre a política da escravidão em Alagoinhas (BA) parte da intenção de investigar de que modo o poder local, representado por proprietários de terras e de escravos, buscou estratégias para a sustentação do escravismo, apesar das pressões exercidas pelas leis emancipacionistas e pelo poder provincial, especialmente no período pós-1871.¹

Na Vila de Santo Antônio de Alagoinhas, a Câmara Municipal era composta basicamente por “genuínos escravistas” que tentaram a todo custo manter a escravidão na cidade.² Analisar se a produção de uma história local encomendada foi uma estratégia para forjar uma memória de exaltação a esses políticos e seus feitos é a intenção desse artigo e é nessa direção que o olhar se volta tanto à escrita de Américo Barreira, em especial, à sua obra *Alagoinhas e seu município*, quanto ao “trabalho-documentário” *Vultos e Feitos do Município de Alagoinhas*, de Salomão A. Barros.³

- 1 O período proposto se enquadra no que Dale Tomich denominou “segunda escravidão”. Segundo ele, a escravidão moderna não manteve o mesmo perfil do século XVI ao XIX, e as principais mudanças aconteceram com o advento do capitalismo, que levou a uma “formação e reformulação das relações escravistas dentro dos processos históricos da economia capitalista mundial”. Nesse sentido, Tomich aponta que a segunda metade do século XIX foi o apogeu da exploração escravista no Novo Mundo, que determinou, tanto a política quanto as possíveis ações que conduzissem à liberdade do trabalhador escravizado, principalmente por conta da relação intrínseca entre o poder político das câmaras municipais e o poder econômico, representado pelos proprietários de terras e escravos. Cf. TOMICH, Dale W. *Pelo prisma da escravidão: trabalho, capital e economia mundial*. São Paulo: EdUSP, 2011. Já Tâmis Parron afirmou que historiadores norte-americanos utilizaram o termo “política da escravidão” para designar “o conjunto de valores e práticas que direcionava eleitores sulistas dos Estados Unidos a escolher apenas candidatos que não pusessem em questão, na esfera das questões nacionais, a existência do sistema escravista”. Ao transportar o termo para a realidade brasileira, entendeu que esta política se fez presente através da “rede de alianças políticas e sociais que, costurada em favor da estabilidade institucional da escravidão, contava com o emprego dos órgãos máximos do estado nacional brasileiro em benefício dos interesses senhoriais”. Cf. PARRON, Tâmis. *A política da escravidão no império do Brasil, 1826-1865*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. p, 17-18.
- 2 BARREIRA, Américo. *Alagoinhas e seu município*. Notas e apontamentos para futuro. Alagoinhas: Typografia do Popular, 1902.
- 3 Na apresentação do seu livro, sob o título “Guia e Incentivo”, Salomão Barros se refere ao seu escrito como um trabalho-documentário: “Gostaríamos de conhecer as omissões que forem registradas pelo leitor e as possíveis lacunas em qualquer dos pontos-de-vista em que seja olhado este trabalho-documentário”. Cf. BARROS, Salomão. *Vultos e Feitos do Município de Alagoinhas*. Salvador: Artes Gráficas, 1979. A análise de Barros será pontual, reforçando o argumento acerca da exaltação de uma memória dos políticos locais e seus feitos inaugurada pela obra de Américo Barreira.

Bacharel em medicina, o cearense Américo Barreira chegou à Alagoínas em 1898, com a incumbência de prestar serviços médicos à população e redigir um relatório a ser apresentado à Inspetoria Geral de Higiene do Estado da Bahia. Além da formação em medicina, trazia em seu currículo a experiência como jornalista. Foi redator-chefe do *Diário de Notícias*, na capital da província, e do *O Popular*, em Alagoínas, o que certamente contribuiu para seu trânsito fácil dentre as elites locais, bem como para a escolha do seu nome na tarefa de registrar os “vultos da época e o progresso da municipalidade”.⁴

Já Salomão Barros, alagoinhense nascido em 27 de junho de 1899, certamente cresceu ouvindo as narrativas contadas a partir das letras de Américo Barreira. Talvez por mera coincidência, quis o destino que também ele fosse editor-chefe do periódico *O Popular*, na segunda fase do jornal. Foi promotor público da Comarca de Alagoínas entre 1931 e 1942, atuou como tesoureiro, escriturário e gerente de agências da Caixa Econômica Federal em Alagoínas e na capital e, nos últimos anos de vida, escreveu *Vultos e Feitos do Município de Alagoínas*, publicando-o setenta e sete anos após o primeiro, que lhe serviu de “direção e estímulo”, atendendo ao desejo expresso por Américo Barreira de que seu livro servisse de “guia e incentivo a qualquer operoso amador ou profissional das coisas baianas”.⁵

A obra do Américo Barreira atende a uma estratégia do poder público alagoinhense para forjar uma memória condizente com os ideais da elite local, buscando ressaltar as glórias e grandes feitos daqueles que controlavam a economia e o poder político municipal e ocultar referências diretas à escravidão.

Conforme mencionado acima, os maiores escravistas eram também os principais representantes do poder político da localidade. A relação entre política e economia leva a supor que a política alagoinhense, especialmente após o fim do tráfico negreiro e em virtude do iminente fim do regime escravista, se articulou no sentido de buscar estratégias para a sustentação do escravismo, garantindo, inclusive, o desenvolvimento de ações que possibilitassem a manutenção do poder e controle sobre os libertos após a obtenção da alforria. Isso pode ser verificado a partir da análise de cartas de liberdade assinadas após 1871 e registradas no cartório da Vila de Santo Antônio de Alagoínas que, contrariando a determinação da Lei do Ventre de limitar o tempo de cumprimento de condições a sete anos, trazem muitos registros com prazos que se estendem até a morte dos proprietários.⁶

4 *Ibidem*, p. 24.

5 *Ibidem*, p. 23.

6 Nota suprimida para não gerar identificação de autoria.

Em 19 de setembro de 1902, a Câmara Municipal sancionou a lei de nº 185, que determinava:

Art. 1º - É concedido ao Dr. Américo Barreira o auxílio de R\$. 500.000 para a publicação de sua obra — *Alagoinhas e seu município* —, sendo obrigado a fornecer ao município 200 exemplares da referida obra.

Art. 2º - Fica aberto para o fim do art. 1º desta lei o crédito respectivo.⁷

Assim, após ser financiado pelo governo municipal de 1902, Américo Barreira elaborou e guardou em *Alagoinhas e seu município* a história de uma cidade próspera, desenvolvida, cosmopolita e voltada ao progresso, painel que se configura desde a sua fundação, em fins do século XVIII, até os anos imediatamente posteriores ao fim do regime escravista.

Neste sentido, a análise da obra de Américo Barreira perpassa pela ideia de refletir sobre os caminhos que o poder público alagoinhense percorreu para elaborar e guardar uma história local que buscou apagar a presença negra e o escravismo da sua memória, garantindo a cristalização de uma “história oficial” da cidade, escrita nos moldes das produções encomendadas pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB).

Em *O Espetáculo das Raças*, Lília Schwarcz analisou a relevância e a utilização das teorias racialistas no Brasil entre 1870 e 1930 e, para isso, apresentou reflexões a respeito do modo como a intelectualidade brasileira da época lidou com a questão racial, enfocando, principalmente, os espaços oficiais de construção e legitimação da história.⁸ Assim, problematizou a fundação dos Museus Etnográficos, dos Institutos Históricos e Geográficos e das Faculdades de Direito (no Recife e em São Paulo) e de Medicina (na Bahia).

A respeito da fundação do IHGB em 1839, Schwarcz destacou sua função de “guardião da história oficial”, cujo papel, além de construir a história da nação, era o de recriar um passado e solidificar mitos, ordenando os fatos memoráveis, principalmente aqueles que exaltassem as elites intelectuais e econômicas.⁹ Assim, “além do desejo de fundar uma historiografia nacional e original, havia a intenção de não só ensinar e divulgar conhecimentos, como formular uma história que se dedicasse à exaltação e glória da pátria”.¹⁰

7 Cf. Registros de Leis e Resoluções do Conselho de Alagoinhas, 1898-1902. Livro nº 03. Arquivo da Câmara Municipal de Alagoinhas.

8 SCHWARCZ, Lília Moritz. *O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

9 *Ibidem*, p. 99.

10 *Ibidem*, p. 102.



A criação da Revista do Instituto (RIHGB) respondeu a essa intenção, conforme ressaltou Lília Schwarcz. A revista apresentava-se dividida em três partes distintas: a primeira fazia referência a eventos históricos e limites geográficos, a segunda a biografias de brasileiros “distintos por letras, armas e virtudes” e a terceira parte “trazia extratos das atas das sessões que reproduziam o cotidiano do IHGB”.¹¹

A semelhança entre a estrutura da obra de Américo Barreira e a da Revista do IHGB é evidente. Feita sob encomenda e escrita às pressas, *Alagoinhas e Seu Município*, foi tomada como a principal referência acerca da história da cidade.¹² Alagoinhas é ali a personagem de uma narrativa que se desenrola a partir da chegada de um padre português àquelas terras, em fins do século XVIII. Um segundo padre, também português — José Rodrigues Pontes — é quem eleva a capela à categoria de Freguesia de Santo Antônio de Alagoinhas, sendo os limites da freguesia registrados no Alvará de D. João VI, de 07 de novembro de 1816, onde cita os engenhos Orobó, Europa, Engenho Velho e Engenho Barra.

Conforme dito, as partes que compõem o livro em muito se assemelham à estrutura da RIHGB: *Geographia; Dados e Factos; Nosographia*; e por fim, *Comércio, Indústria e Agricultura*. A leitura da obra revela uma narrativa repleta de pretensões.¹³ Apresentar a cidade de Alagoinhas segundo o olhar atento dos homens de poder daquele período certamente foi uma delas.

O capítulo inicial mostra como a os aspectos geográficos, principalmente a existência de grande quantidade de rios e terras férteis foram determinantes para o desenvolvimento econômico da cidade de Alagoinhas, registrada por Américo Barreira, como uma das mais prósperas e desenvolvidas da Bahia à época da escrita, com uma população total de cerca de 30.000 habitantes, dos quais 16.000 residiam na sede.

O cosmopolitismo local destacado por Barreira foi reforçado em registros de outros escritores que por ali passaram naqueles tempos, como é o caso de Euclides da Cunha, que em 1897 surpreendeu-se, ao notar no trajeto que ia de Salvador a Alagoinhas, a existência de muitos engenhos movimentados e plantação opulenta.¹⁴

A referência a datas, fatos e dados históricos é algo que assinala e caracteriza a segunda parte da obra, bem como a lista extensa com biografias dos homens que se destacavam na sociedade, fosse na política, na economia, na imprensa ou na segurança pública, também eles, “distintos

11 Ibidem, p. 109.

12 BARREIRA, op.cit, p. 212.

13 “Tem pretensões este livro”. As palavras iniciais de Américo Barreira evidenciam a intencionalidade de “prestar um derradeiro serviço” à terra que o acolheu. Cf. BARREIRA, op.cit. p.7.

14 CUNHA, Euclides da. Canudos: Diário de uma expedição. São Paulo: Martin-Claret, 2006.



por letras, armas e virtudes”. Políticos, proprietários de terra, senhores de engenho, bacharéis, capitães, coronéis, religiosos e intelectuais alagoanhenses foram lembrados com honras nessa escrita, principalmente no que diz respeito aos feitos que se relacionavam à administração de obras públicas, como a inauguração da estrada de ferro e a construção do hospital de variolosos; ao ordenamento político, como a criação de novas freguesias, a transferência da sede do governo e a adesão precoce ao regime republicano; às estratégias para a urbanização e iluminação públicas, como a construção de casas comerciais e a compra de lâmpadas; ou, ainda, a propriedade de terras e escravos.

Tratando da Revista do IHGB, Schwarcz afirmou que os textos relacionados à geografia perfazem 18% do total e cumprem um papel bastante específico, sendo boa parte deles relacionados a questões territoriais e de limites. No caso do livro de Américo Barreira não foi diferente. A primeira parte corresponde a pouco mais de 10% da obra e é apresentada como um painel informativo acerca da cidade e região.

Como ressaltou Lília Schwarcz, “fazer história da pátria era antes de tudo um exercício de exaltação”. Lembrar era o ponto de partida para “comemorar, documentar e para bem festejar”.¹⁵ Assim, a prática de biografar grandes vultos da história da pátria, garantindo legitimidade a seus pares, bem característica da estrutura interna da Revista do IHGB, também se destaca no registo sobre Alagoinhas. Naquela revista, a apresentação de perfis dos sócios do IHGB não foi aleatória, sendo a maioria deles políticos e proprietários de terra.

As *Notas Biográficas*, conforme mencionado antes, deram destaque aos homens que compunham a alta sociedade alagoanhense.¹⁶ Ali, foram apresentados 144 nomes de “grandes homens”, protagonistas de “grandes feitos”, como o Coronel José Joaquim Leal, o primeiro presidente da câmara municipal, um escravocrata de grandes posses e abastado proprietário de dois engenhos e onze fazendas na região. Em nota explicativa, Barreira justificou-se, desculpando-se pela pequena quantidade de nomes lembrados:

[...] a exiguidade do tempo de que pude dispor para a confecção deste livro não me permitiu colecionar todos os apontamentos que desejava para fazer tão completa quanto possível esta parte, aliás interessantíssima, do meu trabalho.¹⁷

15 SCHWARCZ, op. cit., p. 104.

16 BARREIRA, op.cit, p. 103-149.

17 BARREIRA, op.cit, p. 103.

Conforme destacado por Phillippe Levillain, “curtas notícias biográficas podiam entrar na História. Mas a História não podia caber inteira numa biografia”, ainda que direcionada ao panegírico, como parece ter sido uma das pretensões de Américo Barreira.¹⁸ Levando em conta a justificativa apresentada e o fato de o recurso para a publicação ter sido liberado em setembro de 1902, vê-se que poucos meses se passaram entre sua encomenda e a confecção do livro, no qual o autor afirmou ter dito “a verdade sem propósito de ser agradável a indivíduos, mas firme na intenção de ser útil à coletividade”.¹⁹

Relacionando aqui a “coletividade” aos contratantes dos serviços do médico e jornalista, não é de se espantar que ao longo da narrativa, embora esta se desenrole de fins do século XVIII até os anos iniciais do século XX, a presença negra seja tímida e incômoda. Vale salientar que, como afirmou Schwarczs, a questão racial foi também um incômodo no IHGB. Com relação à população negra, vigorava ali uma visão determinista. Nos artigos do IHGB, os negros representavam uma espécie de grupo incivilizável, cujas populações viviam no estado mais baixo da civilização humana — “Não há dúvida de que o Brasil teria tido uma evolução muito diferente sem a introdução dos míseros escravos negros”, afirmou Karl Friedrich Philipp von Martius num artigo publicado em 1844.²⁰

Aldo José Morais Silva lembrou que a Bahia foi a primeira província a abraçar o exemplo dado pela criação do IHGB, criando também, em 03 de maio de 1856, o seu instituto, que durou até 1877 e foi reinaugurado em 1894, a partir da iniciativa de integrantes da elite local.²¹ Caberia ao Instituto Histórico Baiano (IHB),

[...] produzir a biografia dos homens célebres da Província; formar biblioteca; adquirir, organizar e arquivar documentos de interesse histórico e geográfico, quer para a Província ou para o Império, auxiliando assim o Instituto do Rio de Janeiro; publicar o seu periódico e discutir temas de interesse da instituição, numa clara alusão aos objetivos do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.²²

18 LEVILLAIN, Philippe. Os protagonistas da biografia. In: René Rémond. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV, 2003. p. 145. Disponível no site <<https://docslide.com.br/documents/remond-rene-por-uma-historia-politica.html>>

19 BARREIRA, op.cit, p. 149.

20 SCHWARCZ, op. cit., p. 112.

21 SILVA, Aldo José Morais. *Instituto Geográfico e Histórico da Bahia: Origem e estratégias de Consolidação Institucional, 1894-1930*. (Tese de Doutorado em História), UFBA, Salvador, BA, 2006.

22 SILVA, op. cit. p. 85.

Cabe sinalizar que, dentre os trinta sócios do IHB em sua reinauguração, “havia um marquês, dois barões, senadores e conselheiros provinciais, oficiais militares e clérigos, além de professores da Faculdade de Medicina da Bahia”²³, possivelmente colegas de trabalho do “ilustrado professor” Américo Barreira, que estudou e lecionou naquela faculdade e se referia a Nina Rodrigues como seu amado mestre. Assim como no IHGB, a questão racial é referencial ao se mencionar a Faculdade de Medicina da Bahia. Naquela instituição, o “cruzamento de raças” era fator determinante para explicar criminalidade, loucura e degeneração.

Numa das poucas passagens em que se refere à gente negra, Barreira descreveu e classifica as doenças que assolavam o município. Neste momento, chamou atenção à má conduta de “certa classe de indivíduos”.²⁴ Ao transcrever o relatório que apresentou à Inspectoria Geral de Hygiene do Estado da Bahia, em 30 de janeiro de 1898, onde registrou a vacinação de crioulos adultos e crianças, reforçou não só a presença de descendentes de africanos na cidade como, implicitamente, os relacionou às pessoas sem senso de higiene e má educação que, segundo o referido doutor, seriam propensos a uma conduta negativa que poderia ser a causadora da epidemia de varíola que devastava Alagoinhas e maculava sua imagem progressista.

Como já mencionado, a referência a datas, fatos e dados históricos é marcante na escrita de Barreira. Os grandes acontecimentos da história da cidade e os homens ilustres são o foco da narrativa. Cabe aqui uma observação: após referir-se à elevação de Alagoinhas à categoria de cidade, Américo Barreira dá um salto de nove anos e silencia o período que se estende entre 1880 e 1889, dando segmento a seu texto sob o subtítulo de *ALAGOINHAS REPUBLICANA*. A respeito da lacuna de nove anos, afirma não ter se dado qualquer fato político digno de referência especial.²⁵ Assim, fica mais uma vez evidente a pretensão de invisibilizar o processo político que resultou na abolição legal da escravidão. Como bem lembrou Michael Pollack, “a memória é seletiva. Nem tudo fica gravado. Nem tudo fica registrado”.²⁶ A atenção foi dada à exaltação do regime republicano e à análise completa dos males que a este país havia causado o antigo regime.

Contrariando a narrativa de Barreira no que tange à invisibilidade da população escravizada, parte da imprensa alagoinhense em fins do século XIX noticiava não só a presença de trabalhadores escravizados em Ala-

23 Ibidem.

24 BARREIRA, op.cit, p. 152.

25 BARREIRA, op. cit., p.49.

26 POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-215, jul. 1992. p. 203. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1941/1080>>.



goinhas, como apontava caminhos para a liberdade de cativos. O periódico *A Verdade de 01 de abril de 1882*, deu sinais da atuação da Sociedade Abolicionista Sete de Setembro, que apesar de ter sua sede na capital, atuava também no interior da província. Naquele dia, divulgava-se no jornal um espetáculo realizado em favor da alforria de uma escrava, cujo nome não foi mencionado. A carta de alforria de “João, cabra, solteiro com 27 anos de idade, pouco mais ou menos, matriculado sob o número de ordem na matrícula do termo de Santo Amaro, nº 4826”, escravo de Maria Olindina do Nascimento Benevides foi publicada neste mesmo periódico, bem como um edital do Juizado de Órfãos e Ausentes, que anunciou o recebimento de propostas de arrematação dos escravizados.²⁷

Além dos vestígios apontados por periódicos locais, a análise de Livros de Notas disponíveis no Cartório do 1º Tabelionato de Notas de Alagoinhas dá conta de vasta documentação acerca do escravismo na cidade, variando de escrituras de compra e venda de escravizados, hipotecas de engenhos, até o registro de cartas de liberdade ou procurações para negociação de mão-de-obra escravizada, datadas desde 1854 até a primeira década do pós-abolição imediato.

A Vila de Santo Antônio de Alagoinhas possuía terras muito férteis. A existência de uma quantidade significativa de rios e a fertilidade do solo foram determinantes para o seu desenvolvimento, bem como para instauração da seção da via férrea em seu território, que, após a instauração do prolongamento, chegou a conectar Alagoinhas com a capital e mais de 15 cidades do interior. Tanto no mapa traçado originalmente pela Câmara Municipal quanto na narrativa de Américo Barreira, fica evidenciada a existência de engenhos e fazendas como referências para a demarcação dos limites territoriais da cidade.²⁸

Além da presença de dois dos grandes Engenhos da região ali demarcados, vê-se que a Estrada Real do Sertão cortava o município em direção à capital. Por esta estrada, passava diariamente um grande fluxo de boiadas, tropas e mercadorias. Segundo correspondência do engenheiro Antônio Salustiano Antunes, de Santo Amaro da Purificação, publicada no *Relatório Geral das obras dirigidas pelo Engenheiro Dr. Francisco Pereira de Aguiar do ano de 1853* eram transportados de Santo Amaro para Alagoinhas, diariamente, “1500 animais, guiados por perto de 500 homens”. Antunes ressaltou neste documento a vantagem econômica que uma reforma na estrada traria para todo território que a compreendia, uma vez que “animais e homens utilizados no transporte seriam aplicados

27 Cf. *A Verdade*, Alagoinhas, 11 de fevereiro de 1877. N 15. Série 1ª, bem como *A Verdade*, Alagoinhas, 01 de Abril de 1882. N 208. Anno 5.

28 O mapa com esses limites foi traçado pela Câmara Municipal em 1855, quando Alagoinhas já tinha sido elevada à categoria de vila, portanto município independente, pela resolução imperial nº 442, de 16 de junho de 1852.

à produção na lavoura”, beneficiando os engenhos e fazendas da região, que a “abordam em toda sua extensão”, mandando para o mercado provincial “todos os produtos da sua indústria”.²⁹ Esta declaração permite considerar a importância da região de Alagoinhas para o desenvolvimento das atividades econômicas escravistas da província durante a segunda metade dos oitocentos.

O perfil escravista de Alagoinhas pode ainda ser desenhado quando analisados os *Livros de Registros Eclesiásticos de Terras de 1857 e 1859*. Ali estão mapeados os engenhos e fazendas da região, totalizando mais de quarenta grandes propriedades rurais na então Freguesia de Santo Antônio de Alagoinhas, algumas das quais registrando cerca de 900 e até mesmo 2.770 tarefas de terra.³⁰

Embora não seja a intenção neste artigo avançar a discussão acerca da história da escravidão no município, os dados apresentados permitem entender a Alagoinhas retratada por Barreira como uma cidade letrada, elitista, que teve sua economia sustentada pelo “braço forte do cativo” e pretendia-se voltada ao progresso, apagando a nódoa deixada pela presença negra.³¹

O declínio na produção de engenhos como o Orobó e o Retiro, além de outros tantos que compunham a paisagem alagoinhense, representou, nas palavras de Américo Barreira, o resultado de uma “obsessão cega e teimosia absurda” dos escravocratas. A crise econômica que abateu a região foi fruto do descuido dos antigos senhores de escravos, que não se prepararam para a “transformação radical” anunciada desde 7 de novembro de 1831, quando a primeira Lei de proibição de importação de mão-de-obra escravizada foi promulgada. Prestes a finalizar seu escrito, Barreira citou todos os “golpes” dados nos senhores, como uma tentativa de sacudir-lhes os ombros a questionar o porquê de, “na certeza da perda total e irreversível da propriedade escrava”, foram tomados pelo desânimo e não souberam preparar-se “para o trabalho livre, honrado e produtivo”.³²

29 Cf. - Relatório Geral das obras dirigidas pelo Engenheiro Dr. Francisco Pereira de Aguiar do ano de 1853. In: Relatório dos Trabalhos do Conselho Interino de Governo - 1823 a 1889. Disponível no site da Hemeroteca Digital Brasileira <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=130605&pesq=relat%C3%B3rio%20Geral>> Acesso em 09 de abril de 2016, às 20h 13min.

30 Seção Colonial-Provincial. Série Agricultura. Livro 1 e 2 de Registros Eclesiásticos de Terras, de 1857-1860. Maços 4641 e 4642.

31 BARREIRA, op. cit, p. 207.

32 “Não acreditavam na próxima abolição da escravatura, apesar dos golpes que lhe haviam dado – em 7 de novembro de 1831, abolindo o tráfico de escravos pelo trancamento de portos brasileiros ao comércio da carne humana (Eusébio de Queiroz), em 28 de setembro de 1871 libertando o ventre da mulher escrava (Rio Branco), em 1883 e 1884 com a libertação total do Ceará e do Amazonas (Satyro Dias e Theodureto Souto), e em cidades e municípios inteiros do norte e do sul pelas vitórias consecutivas da propaganda abolicionista, que se alastrava rapidamente, audaz e conquistadora, por todos os recantos do país!”. Cf: BARREIRA, op. cit. P. 207.



A crítica de Barreira recaiu, desse modo, sobre o comportamento inadequado dos senhores alagoanhenses diante da crise financeira que a cidade enfrentava antes mesmo da abolição, e fora agravada pelo 13 de maio. “Como se pode então compreender que antigos e prósperos engenhos estejam hoje se transformando em fazendas de criar e entregues quase exclusivamente a pequenos rendeiros?” – questionou.

A respeito do olhar de homens das Letras, como o Américo Barreira, acerca da escravidão na Bahia, Marcelo Souza Oliveira destacou:

Na Bahia da Primeira República, os homens de letras eram, em sua maioria, membros das famílias tradicionais da época do Império, sendo assim a escrita sobre o passado escravista privilegiava, uma interpretação cujo ponto de vista dos senhores era claramente demarcado. A abolição na Bahia ocorreu de forma traumática para uma elite agrária que esperava manter as relações de dominação mesmo depois do fim do “elemento servil”, mas que teve que conviver com diversas demonstrações de “rebeldia” de muitos libertos desde a década de 1870 até os anos subseqüentes ao pós-abolição. Essa experiência legou a construção de uma memória que procurava negar o protagonismo desses indivíduos e mesmo de seus colaboradores, os abolicionistas.³³

A ação das sociedades abolicionistas, como a já citada Sete de Setembro, bem como as alforrias provenientes do Fundo de Emancipação criado no âmbito da Lei de 28 de setembro de 1871, certamente foram fatores que abalaram os ânimos dos escravistas alagoanhenses. Cerca de 100 trabalhadores escravizados foram libertados em Alagoinhas graças ao Fundo Emancipatório³⁴. Conforme sentenciou Américo Barreira, a propaganda abolicionista se alastrou rapidamente.

No Relatório Provincial apresentado à Corte, em 17 de outubro de 1871, o então presidente da província da Bahia, Francisco José da Rocha, afirmou que a insubordinação já não era um problema na província, especial-

33 OLIVEIRA, Marcelo Souza. *Xavier Marques entre os intérpretes do Brasil: raça e nação na Primeira República*. Tese (doutorado) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Salvador, 2013.

34 Falla com que o Ilm.^o e Exm. Conselheiro Dr. João Capistrano Bandeira de Mello, Presidente da Província, abriu a 2ª sessão da 26ª Legislatura da Assembleia Legislativa Provincial, no dia 4 de outubro de 1887. Bahia, Typographia da Gazeta da Bahia, 1887. pp. 129-135. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/163/>.

mente nas propriedades em que se tem “dado ou prometido a liberdade”.³⁵ Alagoinhas pode ter sido uma dessas localidades, pois ao que parece, a incidência de registros de alforrias condicionais, especialmente nos dois primeiros anos após a Lei do Ventre, talvez tenha sido uma prática recorrente para a garantia do controle social e da manutenção da autoridade senhorial.³⁶

Diante do exposto, parece que para Américo Barreira e o grupo que representava, tratar do declínio do Império e do processo de abolição do regime escravista no Brasil era certamente um fato indigno de ser lembrado. Pollack ressaltou que “a vontade de esquecer os traumatismos do passado frequentemente surge em resposta à comemoração de acontecimentos dilaceradores”.³⁷ Talvez, “traumatismos do passado”, que deveriam ser esquecidos pelos senhores alagoinhenses, tenham sido, justamente, o passado escravista e os movimentos emancipacionistas — símbolos do império, do atraso e da degeneração populacional, que em nada se assimilava ao contexto de prosperidade que Alagoinhas exalava —, frente ao “acontecimento dilacerador” que foi a abolição, marco da derrota dos senhores em suas tentativas de manter a escravidão e o controle sobre os indivíduos escravizados e libertos.

A propósito, a população escrava é praticamente invisível neste escrito. A impressão é que Alagoinhas era uma cidade sem escravos! A única referência direta a um escravo na obra de Américo Barreira é feita quando mencionou uma lenda sobre um negro que foi alforriado após fazer uma promessa, num ato de fé e súplica. Alguns pontos merecem ser considerados. Em primeiro lugar, percebe-se que o único escravo que surge na narrativa como personagem, o faz como um mito; alguém que, de fato, não existiu. É a figura do escravo anônimo, em meio a tantos senhores com nome e sobrenome, e aparece muito mais para ilustrar uma história cristã, carregada de fé e benevolência do que para sinalizar ali a existência de uma população escravizada.³⁸

Conforme pontuou Hebe Mattos, a política municipal era um aspecto importante da vida política da Primeira República e o coronel republicano, enfraquecido com a perda da autoridade senhorial após a abolição, preci-

35 Relatório apresentado ao Illm.e Exm. Sr. Dez. João José D’Almeida Couto pelo DR. Francisco José da Rocha ao passar-lhe a administração da Província em 17 de outubro de 1871. p. 04. In: *Relatório dos Trabalhos do Conselho Interino de Governo (BA) - 1823 a 1889*. Disponível no site: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=130605&pesq=elemento%20servil>>

36 Nota suprimida para evitar a identificação da autoria.

37 POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, jun. 1989, p. 13. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2278/1417>>.

38 BARREIRA, op. cit., p. 97.



sava agora do poder de administrar as benesses e o poder repressivo do Estado.³⁹ Neste sentido, a obra do Américo Barreira se faz um reflexo da tentativa de manutenção da autoridade e legitimação do discurso desses coronéis, senhores do pós-abolição imediato em Alagoinhas. Retomando Pollack, vale lembrar que “a memória é um fenômeno construído”, especialmente a memória que se pretende oficial, vinculada a propósitos políticos, como esta que ora analisamos. As preocupações do momento constituem um elemento de estruturação da memória, e quando se trata de uma memória coletiva sua estruturação tende a ser fortemente influenciada pelo ponto de vista político e se constitui num objeto de disputa constante.⁴⁰

Conforme sinalizado por Barreira, “tem pretensões este livro”⁴¹, e a intencionalidade da escrita revela que aquele “documento não é inocente”. Como bem lembrou Jacques Le Goff, “o documento é produzido, consciente ou inconscientemente pelas sociedades do passado, tanto para impor uma imagem desse passado, quanto para dizer ‘a verdade’”.⁴² Ao analisar o que denomina “os materiais da memória coletiva e da história”, Jacques Le Goff concebeu a História como a “forma científica da memória” e afirmou:

De fato, o que sobrevive não é o conjunto daquilo que existiu no passado, mas uma escolha efetuada quer pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade, quer pelos que se dedicam à ciência do passado e do tempo que passa, os historiadores.⁴³

Cabe aqui a apropriação de uma questão levantada por Le Goff: “Quem detinha, numa sociedade do passado, a produção dos testemunhos que, voluntária ou involuntariamente, tornaram-se os documentos da história?”⁴⁴ O olhar sobre *Alagoinhas e seu município* encontra neste questionamento e na relação entre a História e a memória coletiva apresentada por Le Goff o terreno fecundo para entender a intenção da obra de Barreira e o que Pollak conceituou como um “trabalho de enquadramento

39 MATTOS, Hebe. Trabalho, voto e guerra civil: algumas considerações interpretativas sobre pós-abolição e coronelismo. In: *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História - ANPUH*. São Paulo, julho de 2011.

40 POLLAK, Memória e identidade social, p. 204.

41 BARREIRA, op. cit., p. 7.

42 LE GOFF, Jacques. *A Nova História*. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1990. p. 54.

43 LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. *História e Memória*. 4.ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1996. p. 535.

44 LE GOFF, Jacques. *A Nova História*, p.54.

da memória”; um trabalho que, segundo ele, é parcialmente realizado por historiadores orgânicos e se constitui na tarefa de enquadrar a memória visando a formação de uma história nacional.⁴⁵

Considerando a seletividade peculiar à memória, bem como o seu papel enquanto um elemento constitutivo da identidade individual e coletiva, é possível compreender que a seleção feita por Barreira forjou uma memória a partir do campo de interesses e identificações de um grupo específico, que, naqueles anos, controlava a política, a economia e as relações de poder. Jaques Le Goff afirmou que o documento,

[...] é antes de mais nada, o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas, durante as quais continuou a viver [...] continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio.

220



Le Goff lembra, ainda, que em fins do século XIX e início do século XX — época que coincide com a escrita do livro em questão —, o documento escrito, ainda que resultasse da decisão de um historiador, apresentava-se por si mesmo como uma prova histórica e sua legitimidade era inquestionável. Vê-se então, que tomada como um documento, a memória escrita por Barreira foi incorporada como uma referência e passou a influenciar as gerações futuras. Cabe aqui retomar as considerações de Pollack sobre a relação entre o trabalho do historiador e o “enquadramento da memória”, o que para ele acaba se configurando como um investimento, uma vez que além de enquadrar esta memória construída, ela passa a operar por si mesma. “Cada vez que uma memória está relativamente constituída, ela efetua um trabalho de manutenção, de coerência, de unidade, de continuidade, da organização”.⁴⁶

Isso pode ser verificado quando adentrarmos à escrita de Salomão A. Barros. Assim como *Alagoinhas e seu município, Vultos e Feitos do Município de Alagoinhas* traz constantes referências a uma “cidade de tanta gente significativa e boa. [...] nobremente servida por famílias de sobrenome”, como sinalizou Osvaldo Devay de Sousa, na apresentação do livro.⁴⁷

45 POLLAK, Memória e identidade social, p. 206.

46 Ibidem.

47 A julgar pelo sobrenome incomum na região, é possível que Osvaldo Devay de Sousa seja descendente materno de Pedro José Devay, presidente do Conselho Municipal Republicano em 1890 e um dos principais nomes referentes ao movimento republicano em Alagoinhas. Desse modo, percebe-se a perpetuação do interesse de membros da elite local na manutenção da memória de exaltação dos políticos alagoinhenses, a maioria dos quais, proprietários de terras e de escravos. Natural de Alagoinhas, Osvaldo Devay era filho de José Hermenegildo de Sousa. Médico e Bacharel em Direito, era também escritor e “incentivador da boa norma familiar”. Cf. BARROS, op. cit., p. 290.

Determinado aprofundar o escrito de Américo Barreira, Salomão Barros retomou o “mito” da fundação da cidade apresentado anteriormente a partir da chegada de um padre português em fins do século XVIII — um “homem inteligente e de família nobre” —, cuja identidade era até então desconhecida. Barros o identificou como João Augusto Machado e afirmou ter sido informado por intermédio de um [suposto] descendente do vigário. Disse ainda que a ocultação do seu nome por Barreira foi uma tentativa de proteger a descendência que o seguia, algo impróprio para um sacerdote católico.

Thales de Azevedo, no prefácio da obra, afirmou que obras como as de Américo Barreira e de Salomão Barros são concebidas como “monografias municipais”, um gênero que, apesar de se aproximar mais das memórias pessoais, não se desliga dos arquivos. Cabe aqui a problematização de duas questões que persistem no que diz respeito à escrita da História: por um lado, a perpetuação da invisibilização das populações negras, de sua agência e de seu protagonismo em determinados escritos e, por outro, a forma como alguns historiadores, em especial pesquisadores que investigam a história da cidade de Alagoinhas ou temas correlatos, ainda se apropriam das narrativas de Américo Barreira e Salomão A. Barros como referências, não como fontes a serem interrogadas e questionadas.

À luz de Halbwachs, Pollack entendeu que um dos elementos constitutivos da memória são os “acontecimentos vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencer”, bem como por pessoas, personagens e lugares. Ao que parece, tratar da trajetória e da memória histórica das populações negras ainda é um desafio. Como assinalou Ana Rios e Hebe Mattos, “com a abolição do cativo, os escravos pareciam ter saído das senzalas e da história”.⁴⁸

O “paradigma da ausência” relacionado aos trabalhadores escravizados é o ponto central da crítica feita por Álvaro Pereira do Nascimento, que discutiu o silenciamento acerca do trabalhador negro nas últimas décadas do século XIX e no pós-abolição, em especial, pela historiografia que se destina a investigar os “mundos do trabalho”. Segundo ele, ainda persiste na produção historiográfica uma recusa a enegrecer que reforça o embranquecimento. “Que dificuldades citam os historiadores para não incluir essa urgente discussão em suas pesquisas?”, questionou. Um dos caminhos apontados por Nascimento para quebrar este paradigma diz respeito à problematização do que a História “diz” sobre o negro e sobre o que “deveria dizer” e, em especial, à crítica das fontes, principalmente no que tange aos quesitos cor/raça/classe.

48 RIOS, Ana Maria e MATTOS, Hebe. O pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas. *Topoi*, v. 5, n. 8, jan.-jun. 2004, p. 170-198.

A propósito da análise documental, é oportuna a crítica relacionada às apropriações dos escritos acerca em *Vultos e feitos e Alagoinhas e seu município*. Ao serem tomados como referências em pesquisas e investigações históricas que têm como propósito o fazer historiográfico sobre a cidade de Alagoinhas, o historiador deve atentar para não incorrer no equívoco de tomá-las como verdades incontestáveis, desconsiderando, conforme pontuou Pierre Nora, que “há tantas memórias quantos grupos existem”, de modo que nenhuma fonte deve ser utilizada sem que seja problematizada e, em certa medida, questionada.⁴⁹

É a crítica à fonte que nos permite “explicar as lacunas da história e assentá-la tanto sobre esses vazios quanto sobre os cheios que sobreviveram”⁵⁰. Sendo assim, é tempo de desenquadrar memórias que silenciam e ocultam personagens, pessoas e lugares. É tempo de (re)escritas, (re)descobertas, (re)existências; tempo de desarquivamento de narrativas e (re)conhecimento de sujeitos e experiências invisibilizadas pela História... Tempo de revelar as memórias ocultadas em favor daquelas protegidas por poderosos guardiões.



49 NORA, Pierre. Entre memória e História: a problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, n. 10, dez. 1993. P.7-28. Disponível no site <http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/viewFile/12101/8763>.

50 Idem.

O papel da religião na consciência antiescravista e sua relação com o debate historiográfico internacional

Cristiano Buoniconti Camargo*
Jaqueline Martinho dos Santos**

The Role of Religion in Anti-Slavery Conscience and its relation with the International Historiography Debate

Resumo

Este artigo apresenta as reflexões de historiadores que buscaram compreender o papel da religião no desenvolvimento da consciência antiescravista, surgida no final do século XVIII, no contexto da Revolução Industrial Inglesa. A guisa de introdução, parte-se do debate que busca compreender o início e o fim da escravidão na América, analisando tanto os argumentos econômicos que justificam a introdução e a derrocada do regime escravista nesse continente, bem como as teses que refutam esses argumentos. Prossegue concentrando-se no papel das seitas protestantes para o fim da escravidão anglo-saxã, cujas consequências seriam sentidas em todo o mundo escravista, inclusive no Brasil.

Palavras-chave: Escravidão, abolição, religião.

Abstract

This article presents the reflections of historians who sought to understand the role of religion in the development of anti-slavery consciousness, which emerged in the late 18th century in the context of the English Industrial Revolution. The starting point is the debate that seeks to understand the beginning and end of slavery in America, analyzing both the economic arguments that justified the introduction and the overthrow of the slave regime in the continent, as well as the thesis that refute these economic arguments. Continues focusing on the role of Protestant sects towards the end of Anglo-Saxon slavery, whose consequences would be felt throughout the world, including Brazil.
Keywords: Slavery, abolition, religion.



* Bacharel em Direito pela PUC-SP, mestre em Direitos Humanos e doutorando em Direito do Estado pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.

** Bacharela em História e mestranda em História Social pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

O escravismo moderno e antiescravismo no debate historiográfico internacional

Embora a ascensão e a queda da escravidão negra no Ocidente possivelmente estejam entre os temas mais debatidos pelos historiadores, pelo menos desde meados do século XX, ainda hoje seria impossível afirmar que os pesquisadores chegaram a uma conclusão sobre todos os pontos conflitantes que envolvem os debates acerca do início e do fim do escravismo nas antigas colônias europeias.

Diversas são as questões que permanecem sem consenso nas respostas, começando pelo próprio caráter étnico da escravidão da Era Moderna. O que teria motivado o cativo de africanos e, no entanto, a proibição da escravização de populações indígenas por parte de governantes europeus? O elemento “cor” foi a grande causa da migração forçada de mais de 12 milhões de pessoas da África para outras localidades do planeta, entre os séculos XVI e XIX?¹ Tais perguntas não poderiam ser respondidas no curto espaço deste escrito, mas o debate que suscitam tem sido foco de amplo debate na historiografia e permeiam a questão do papel da religião na consciência antiescravista, tema central do presente artigo.

De acordo com Herbert Klein e Francisco Vidal Luna, o argumento racial para justificar a implantação da escravidão negra na América não se sustenta, uma vez que era longo o contato entre a África e a Europa. Ademais, no período medieval, quando a escravidão teve acentuada queda, mas ainda persistia, houve grupos escravizados originários da Europa Oriental – os eslavos – e do norte da África – os berberes. Assim, segundo esses autores, as razões que teriam levado à instauração da compra e da venda de escravizados africanos, destinados a executarem os mais diversos trabalhos na Europa e na América, estariam mais bem relacionadas a critérios econômicos e à segurança em relação à obtenção de cativos, uma vez que o continente africano surgia, com a descoberta de imensos novos territórios a serem cultivados, como fonte praticamente inesgotável de mão de obra.²

Essa ideia já havia sido defendida pelo historiador Eric Williams, em *Capitalismo e escravidão*, obra publicada pela primeira vez em 1944 e que influenciou gerações de estudiosos em diversos países, incluindo o Brasil. Levando em consideração alguns pontos dos argumentos de Adam Smith, para quem a escravidão existiu menos por razões econômicas do que pelo orgulho dos senhores e de seu desejo pelo poder, Williams afir-

1 Os dados sobre o total de escravos transportados para Europa, América e Ásia entre os séculos XVI a XIX foram extraídos do site Trans-Atlantic Slave Trade Database. Disponível em: <<http://www.slavevoyages.org/>>. Pesquisado em: 30 jan. 2019.

2 KLEIN, Hebert S.; LUNA, Francisco Vidal. *Escravidão no Brasil*. São Paulo: Edusp / Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2010, p. 23.

ma que o economista inglês tratou “como preposição abstrata algo que é uma questão específica de tempo, espaço, trabalho e solo”.³ Apesar de concordar com o Smith acerca da maior rentabilidade do trabalho livre na maioria dos casos, já que o escravo, não vendo vantagens no seu trabalho, procuraria desempenhar desleixadamente o mínimo de tarefas possíveis, no início do desenvolvimento da empresa colonial não havia outra escolha de trabalho, a não ser o escravo. A população reduzida na Europa impedia a utilização de mão de obra assalariada para o cultivo das *plantations* na América, com produção destinada à exportação. “Por isso foi necessária a escravidão; e, para conseguir escravos, os europeus recorreram primeiro aos aborígenes e depois à África”.⁴

Ademais, em seu argumento para justificar a existência da escravidão na América Eric Williams aponta que o lucro gerado por meio das culturas de cana-de-açúcar, de tabaco e de algodão – cujos custos de produção diminuem consideravelmente nas grandes fazendas –, podia compensar os altos custos do trabalho escravo, do qual também não se exigiriam grandes qualificações, além de um conhecimento simples e rotineiro. Assim, a instalação da escravidão teria possuído motivações estritamente econômicas; e, embora muitas vezes o escravismo no mundo atlântico seja identificado com o negro, a “escravidão não nasceu do racismo: pelo contrário, o racismo foi consequência da escravidão”.⁵

Já para David Eltis as explicações estritamente econômicas para justificar a escravidão negra no Novo Mundo e a não escravização extensiva de outros povos, como os ameríndios e a própria população da Europa, merecem contestações. Isso porque, segundo Eltis, um estudo superficial acerca dos custos no século XVII seria suficiente para mostrar que, considerando critérios econômicos, escravos brancos provenientes da Europa deveriam ter sido preferíveis aos escravizados africanos ou aos trabalhadores contratados europeus. Nesse estudo, os indígenas, embora pudessem ter um custo ainda menor do que os demais grupos étnicos, possuíam baixa expectativa de vida e menor produtividade,⁶ o que os tornariam impróprios para os trabalhos nas *plantations*.

O argumento de Eltis sustenta-se por meio da comparação do custo com o transporte entre os continentes, sendo muito mais barata a viagem entre a América e a Europa do que entre a África e a América. Além disso, a mortalidade era maior entre os escravizados africanos do que entre os condenados europeus, destinados à prestação de serviço forçado nas

3 WILLIAMS, Eric. *Capitalismo e escravidão*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p. 32.

4 WILLIAMS, Eric. *Capitalismo e escravidão*. Op. cit., p. 33.

5 WILLIAMS, Eric. *Capitalismo e escravidão*. Op. cit., p. 33-34.

6 ELTIS, David. “Europeans and the Rise and Fall of African Slavery in the Americas: An Interpretation”. In *The American Historical Review*, v. 98, n. 5 (Dec., 1993), p. 1399-1423, p. 1404.

plantations americanas por um período de sete a dez anos, “o mais próximo que os ingleses chegaram de usar os europeus como escravos em forma de propriedade”.⁷

Havia também o preço relativo pago pelo trabalho dos condenados, três vezes mais baratos aos colonos do que o preço pago pelo trabalho dos africanos. Ainda que Eltis reconheça que esse baixo valor estivesse ligado ao tempo de prestação de serviço, temporário para os condenados europeus, ele afirma que os donos de *plantations* provavelmente estariam dispostos a pagar um preço maior pelos condenados, caso eles tivessem sido rebaixados à escravidão até o fim de suas vidas.⁸

Dessa maneira, de acordo com o historiador, o que explica o não emprego de europeus como escravos está relacionado à percepção de quais grupos eram elegíveis à escravidão (os “de fora”) e de quais grupos não eram elegíveis à escravidão (os “de dentro”), percepção cambiável no tempo.⁹ Segundo ele, analisando as sociedades com escravos na África e na América, e mesmo na própria Europa medieval, verifica-se que, nessas sociedades, a percepção a respeito daqueles que eram considerados “de fora” era mais flexível. Essa situação, entretanto, teria se alterado na Europa após a Idade Média, e a escravidão, por volta de 1500 em diante, foi reintroduzida sobre novas bases mais excludentes do que a anterior.¹⁰

Na historiografia da escravidão, outra questão também causadora de grandes debates entre os estudiosos, além da adoção do escravismo na América, gira em torno da razão que teria determinado o próprio fim do regime escravista no Ocidente. Para Eric Williams, não apenas a introdução do escravismo no continente americano teve motivações econômicas como também a extinção desse regime. Segundo ele, em uma frase que sintetiza as suas ideias, “a ascensão e queda do mercantilismo é a ascensão e queda da escravidão”.¹¹ Nesse sentido, o escravismo moderno, implantado juntamente com o sistema colonial, foi condenado ao desaparecimento a partir da evolução do sentimento antiescravista na Grã-Bretanha, no final do século XVIII, no contexto de emergência do capitalismo industrial.

7 ELTIS, David. “Europeans and the Rise and Fall of African Slavery in the Americas: An Interpretation”. Op. cit., p. 1405.

8 ELTIS, David. “Europeans and the Rise and Fall of African Slavery in the Americas: An Interpretation”. Op. cit.

9 ELTIS, David. “Europeans and the Rise and Fall of African Slavery in the Americas: An Interpretation”. Op. cit.

10 ELTIS, David. “Europeans and the Rise and Fall of African Slavery in the Americas: An Interpretation”. Op. cit., p. 1401.

11 WILLIAMS, Eric. *Capitalismo e escravidão*. Op. cit., p. 190.

De acordo com sua tese, a concomitância entre o sentimento antiescravista e a Revolução Industrial não foi mera coincidência: as campanhas pela abolição do tráfico de escravos, que culminaram na lei de 1807, seguidas pela emancipação da escravidão em 1833 e pela extinção das tarifas especiais sobre o açúcar das Índias Ocidentais britânicas em 1846 eram frutos de um único processo que visava ao fim do monopólio, pois se “o mercantilismo tinha chegado ao fim. Era preciso dar uma expressão política à nova situação econômica”.¹²

Logo, sob o argumento econômico, a manutenção das colônias britânicas nas Antilhas, com seus fazendeiros fiéis a “seu primeiro amor, a cana-de-açúcar” – cuja produção, por sua vez, já não estaria rendendo lucros satisfatórios à Metrópole em razão da acirrada disputa com os novos produtores, Brasil e Cuba –, teria deixado de ser interessante aos políticos e industriais, que vinham faturando milhões de libras esterlinas com a exportação de tecidos, maquinários e dinheiro: “o capital britânico, tal como sua indústria, estava pensando em termos mundiais”.¹³

Conforme já apontado, os argumentos de Williams tiveram grande aceitação no cenário historiográfico brasileiro de meados do século XX em diante, influenciando trabalhos como *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*, de Fernando Henrique Cardoso; e *Da Senzala à Colônia e Da Monarquia à República*, de Emília Viotti da Costa; entre outras obras. De acordo com as explicações desses e de outros autores, enquanto na Europa e em boa parte do continente americano ocorria um desmonte do sistema escravista na primeira metade do século XIX graças ao novo sentimento antiescravista surgido no contexto do capitalismo industrial, na sociedade brasileira, assim como em Cuba e no Sul dos Estados Unidos, houve um recrudescimento da escravidão em razão das demandas internacionais por café, açúcar e algodão. No entanto, o escravismo estava com seus dias contados.

Apesar do sucesso da obra de Eric Williams, inclusive nos dias de hoje, ela passou a ser contestada por diversos historiadores a partir de Seymour Drescher, o qual, questionando a ideia do declínio econômico das Índias Ocidentais britânicas a partir do terceiro quartel do século XVIII, argumenta, que, na verdade, ocorreu o inverso do que passou a ser afirmado após a publicação de *Capitalismo e escravidão*, tendo havido, no período de 1783 a 1815, um crescimento comercial entre a Grã-Bretanha e as Índias Ocidentais. Por meio das mesmas fontes estudadas por Williams, acerca dos dados relacionados ao comércio, Drescher vai mais longe na sua contestação ao apontar que, de “todos os territórios ‘coloniais’, britâ-

12 WILLIAMS, Eric. *Capitalismo e escravidão*. Op. cit.

13 WILLIAMS, Eric. *Capitalismo e escravidão*. Op. cit., p. 184-188.



nicos ou estrangeiros”, foi o Caribe britânico que apareceu como “setor mais importante para a Grã-Bretanha” na época.¹⁴

Além disso, estudando outros dados sobre o valor relativo da propriedade e da produção escravista colonial, o historiador chega aos seus mesmos argumentos anteriores, de que “em termos de valor real e de comércio ultramarino no Império inglês, o sistema escravista estava em expansão, e não em declínio, no final do século XVIII”.¹⁵ Dessa maneira, ele concluiu que o declínio das colônias escravistas na economia política imperial, antes das campanhas pela abolição do tráfico de escravos e, em seguida, da própria escravidão, “parece ser pura ilusão estatística, resultando simplesmente numa completa ocultação da verdade sobre o período de 1788-1815”.¹⁶

228



O papel da religião na derrocada da escravidão na América

Com as refutações de Drescher à hipótese econômica de Eric Williams, os historiadores viram-se no desafio de trazer novas explicações à arena historiográfica sobre o que teria motivado o desenvolvimento do sentimento antiescravista britânico, que, de modo direto ou indireto, contribuiu para a abolição do regime escravista em todo o mundo. Explorar todos os argumentos seria impossível no curto espaço deste artigo, pois são inúmeros os autores que tomaram essa temática como desafio de estudo, cada qual com seu ponto de vista e, em muitos momentos, mais divergentes do que convergentes entre si.

No entanto, um aspecto importante a ser explorado, reconhecido em boa parte das análises de historiadores e utilizado como exemplo de elementos que distinguem o abolicionismo anglo-americano do movimento abolicionista brasileiro, foi o importante papel desempenhado pelas instituições religiosas nas justificativas humanitaristas da abolição, tanto na Grã-Bretanha quanto nos Estados Unidos.

Durante muito tempo, escravidão e religião não foram consideradas opostas, conforme apontam textos escritos por religiosos – a exemplo, no caso brasileiro, do Padre Antônio Vieira e do bispo Azeredo Coutinho –, que não apenas possuíam escravos negros, mas também defendiam

14 DRESCHER, Seymour. “Le ‘déclin’ du système esclavagiste britannique et l’abolition de la traite”. In: *Annales. Histoire, Sciences Sociales*, v. 31, n. 2, mar.-abr., 1976, p. 417.

15 DRESCHER, Seymour. “Le ‘déclin’ du système esclavagiste britannique et l’abolition de la traite”. Op. cit., p. 418.

16 DRESCHER, Seymour. “Le ‘déclin’ du système esclavagiste britannique et l’abolition de la traite”. Op. cit.

o regime escravista ou o tráfico atlântico de africanos. Passagens bíblicas, como o trecho do livro de Gênesis, capítulo 4, versículos de 11 a 15, o qual relata a maldição de Caim, após o assassinato de seu irmão, Abel; e o trecho, também no livro de Gênesis, capítulo 9, versículo 25, em que Canaã é amaldiçoado por seu pai ao observar-lhe a nudez – “(...) Que ele seja, para os seus irmãos, o último entre os escravos” –, eram utilizadas para justificar o cativo dos africanos, ora considerados descendentes de Caim, ora de Canaã.¹⁷ Ademais, a escravidão era vista como caminho para a conversão ao cristianismo dos negros que eram vendidos como espólios de guerra, garantindo-lhes duas vezes a salvação: a da alma, com o conhecimento da *verdadeira religião*; e a do corpo, uma vez que o destino dos inimigos de guerra entre os povos africanos era a morte.

No Brasil, mais uma vez, poderiam ser encontrados exemplos desse pensamento, segundo o que mostra José Bonifácio, em sua *Representação à Assembléia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil sobre a escravatura*. Nesse texto, ele aponta para o fato de que os defensores da continuidade do tráfico atlântico e da escravidão, na primeira metade do século XIX, afirmavam ser esta instituição “um ato de caridade aos africanos” porque eles escapavam de serem vítimas de “despóticos”, tinham acesso à “luz do Evangelho”, abandonavam “clima e país ardente e horrível, por outro doce, fértil e ameno”, e eram salvos da morte destinada aos prisioneiros de guerras.¹⁸

De qualquer forma, mesmo com a convivência há mais de um milênio entre o sistema escravista e a religião católica, de acordo com David Brian Davis, o cristianismo sempre evoluiu em direção a um “igualitarismo latente”, relacionado aos desejos de concretização da profecia e da libertação da miséria do pecado e canalizado na forma de atividade monástica, missionária, em movimentos para a purificação ou, ainda, no modo explosivo por que membros de seitas perfeccionistas buscavam purgarem-se do pecado. Para esse autor, a “relação dessas seitas com os movimentos de reforma moderados dentro da Igreja foi basicamente análoga à relação dos abolicionistas posteriores com os grupos que trabalhavam pela cristianização e melhoria da escravidão”.¹⁹

Não houve uma simples transmissão direta de ideias sectárias e perfeccionistas para o movimento abolicionista, ainda que muitos entre os primeiros a contestarem a escravidão negra tenham sido herdeiros dessas

17 FROST, J. William. “Introduction”. In: FROST, J. William (ed.) *The Quaker origins of antislavery*. Norwood: Norwood Editions, 1980, p. 1-30, p. 5.

18 ANDRADE E SILVA, José Bonifácio. *Representação à Assembléia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil sobre a escravatura*. Rio de Janeiro: Typographia de J. E. S. Cabral, 1840, p. 8 a 10.

19 DAVIS, David Brian. *O problema da escravidão na cultura ocidental*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 331.

tradições religiosas. A relação entre esses dois elementos foi muito mais profunda, considerando o fato de que “gnósticos, albigenses, valdenses, hussitas, taboritas, *ranter*s e *quakers* (...) estavam envolvidos com sua própria liberdade do pecado e não com a libertação dos escravos”.²⁰

No entanto, a “chave das origens religiosas do pensamento antiescra-
vocrata” poderia ser encontrada na ideia de pecado, porque sendo este visto como uma forma de escravidão, e a escravidão dos homens considerada como fruto do pecado, mudanças a respeito da concepção de pecado acarretariam, provavelmente, em transformações nas atitudes em relação à escravidão.²¹

Segundo consta na Bíblia Sagrada, a desobediência de Adão e Eva a Deus implicou não apenas em sua expulsão do Paraíso, mas também na condenação de seus descendentes a comerem do “fruto de seu suor”. Com Santo Agostinho, essa passagem bíblica embasou a doutrina do pecado original, que relacionava as origens do sofrimento, da imperfeição humana e do mal na “queda do homem”. Assim, na tradição cristã, o pecado, intrínseco aos seres humanos, era também tradicionalmente considerado como desejos e impulsos que deveriam ser reprimidos pela sociedade para que se pudesse alcançar a paz e a harmonia geral. De acordo com Davis, a ideia do pecado original serviu como um poderoso instrumento de controle social – mesmo que constantemente colocado em xeque –, pois para as autoridades eclesásticas a essência do pecado nada mais era do que a recusa para a autossobrerania.²²

Entretanto, seitas milenaristas, que, ao longo do século XVIII, passaram a perceber a história como substituta dos rituais e dos sacramentos sagrados da Igreja à esperança ao homem relacionada à salvação, contribuíram para uma nova concepção de história, identificada como processo criativo que leva à perfeição. Por meio dessa “visão modificada da história, tornou-se possível relacionar a virtude com os desejos mais profundos do homem, e o pecado com as forças inibidoras e repressivas que bloqueiam o caminho para o milênio”.²³

Do ponto de vista dos milenaristas mais radicais, o universo foi repentinamente transformado de uma hierarquia fixa de gradações morais em uma divisão irreconciliável entre mal e bem, trevas e luz, liberdade e escravidão. Uma vez que todos os protestantes rebelaram-se contra a Igreja como um símbolo de uma autoridade temporal que mantinham as almas

20 DAVIS, David Brian. *O problema da escravidão na cultura ocidental*. Op. cit., p. 332.

21 DAVIS, David Brian. *O problema da escravidão na cultura ocidental*. Op. cit., p. 329.

22 DAVIS, David Brian. *O problema da escravidão na cultura ocidental*. Op. cit., p. 331.

23 DAVIS, David Brian. *O problema da escravidão na cultura ocidental*. Op. cit., p. 334.

dos homens na servidão, eles compartilhavam da reavaliação de valores que destronou o superego coletivo.²⁴

Ainda que os grandes reformadores não defendessem o fim absoluto da autoridade e nem deixassem de acreditar que o pecado fosse inerente ao homem, como os sectários radicais, o grande momento havia chegado; pois, inspirado pelo Espírito Santo, o homem tinha a possibilidade de livrar-se do pecado e alcançar o reino de Deus.²⁵

As instituições mundanas não encontravam mais legitimação no argumento de que Deus estava por trás de todo o poder legítimo, havia chegado o tempo em que “todas as instituições puderam ser julgadas pela lei absoluta de Deus”, colocando em risco a ordem social vigente. Além disso, a crença na vontade e no amor do homem deu novo sentido à liberdade humana, capaz de vencer a todas as dominações e restrições, levando o valor fundamental da autoridade externa para o impulso interno.²⁶

Os *quakers*, seita fundada no século XVII e que teve papel fundamental no movimento abolicionista anglo-americano – constituindo-se, na história mundial, na “primeira coletividade a endossar a ideia de que a escravidão era um erro e a primeira a se libertar da mácula de possuir homens”²⁷ –, acreditavam que todo o homem possuía dentro de si uma Luz Interior, por meio da qual se poderia chegar a Deus. Sendo essa luz potencialmente disponível a todos, os *quakers*, conforme alega Frost, não poderiam concordar com a visão da inferioridade natural atribuída aos negros que os impediam de serem cristãos, e não aceitariam a tese de que era dispensável agir em favor de suas necessidades físicas e espirituais.²⁸

Além disso, por negarem o pecado original, argumentando que as crianças nasciam inocentes e, ao chegarem à idade adulta, corrompiam-se por meio de ações pecaminosas, os *quakers* não acreditavam na punição transmitida de geração a geração. Logo, “os amigos não poderiam se satisfazer com a argumentação tradicional de que os negros tinham sido condenados à escravidão por causa dos pecados dos seus ancestrais cometidos em tempos bíblicos”.²⁹

Entretanto, o pensamento antiescravista *quaker* não coincide com o seu surgimento como grupo religioso. Isso porque – apesar de terem sido vítimas de discriminações (e mesmo perseguições) devido às vestimen-

24 DAVIS, David Brian. *O problema da escravidão na cultura ocidental*. Op. cit.

25 DAVIS, David Brian. *O problema da escravidão na cultura ocidental*. Op. cit., p. 335.

26 DAVIS, David Brian. *O problema da escravidão na cultura ocidental*. Op. cit., p. 336.

27 FROST, J. William. “Introduction”. In: FROST, J. William (ed.) Op. cit., p. 1.

28 FROST, J. William. “Introduction”. In: FROST, J. William (ed.) Op. cit., p. 2.

29 FROST, J. William. “Introduction”. In: FROST, J. William (ed.) Op. cit.



tas e aos comportamentos peculiares, à recusa ao pagamento do dízimo, à prestação de juramentos perante os magistrados, curvar-se ou tirar o chapéu como forma de cumprimento às autoridades – os *quakers* acreditavam na união dos homens por meio da renúncia e do sofrimento mútuos e eram adeptos do princípio da não violência e da não resistência, o que os impediam de procurar a transformação da estrutura social de maneira abrupta e violenta. Além disso, diferentemente dos anabatistas, desconsideravam que os homens eram livres para a construção de uma utopia igualitária.³⁰

Por um lado, se “a ética pessoal dos *quakers* era semelhante à do anabatismo, por outro, seus pontos de vista sobre a propriedade e o governo lembravam os dos puritanos ingleses”³¹. Assim, esse grupo religioso tanto respeitava as autoridades governamentais quanto defendia a inviolabilidade da propriedade privada, considerando o trabalho uma obrigação e uma disciplina necessária.³²

Além disso, coincidência ou não, o crescimento da Sociedade dos Amigos – como se autodesignam os *quakers* –, coincidiu com a expansão inglesa no Atlântico Norte e no Caribe e, portanto, com o tráfico de africanos. Também é claramente reconhecido que a prosperidade dessa sociedade no Novo Mundo deveu, em grande parte, à exploração da mão de obra africana. George Fox, fundador dessa sociedade, ainda que tenha exortado os *quakers* além-mar em 1657, fortalecendo as doutrinas tradicionais da fraternidade e da misericórdia cristã, aceitou a ideia de que a escravidão negra poderia ser explicada por meio dos dualismos antigos, como corpo e alma, matéria e espírito.³³

Conforme pontua Rocha, no século XVII e em grande parte do século XVIII, os *quakers*, assim como todas as pessoas, viam a escravidão com naturalidade, o que justificava o interesse de alguns amigos no tráfico negreiro e de outros, que viviam nas colônias inglesas, no emprego da mão de obra escrava, “embora, em tese, a escravidão fosse incompatível com o princípio da ‘Luz Interior de Cristo’ no coração dos homens na medida em que a Luz os igualava numa fraternidade universal”.³⁴

As guinadas rumo ao antiescravismo na Sociedade dos Amigos apenas ocorreu no final do século XVIII, embora tenha havido algumas vozes isoladas que, em épocas anteriores, manifestaram-se contra-

30 DAVIS, David Brian. *O problema da escravidão na cultura ocidental*. Op. cit., p. 338-339.

31 DAVIS, David Brian. *O problema da escravidão na cultura ocidental*. Op. cit., p. 341.

32 DAVIS, David Brian. *O problema da escravidão na cultura ocidental*. Op. cit.

33 DAVIS, David Brian. *O problema da escravidão na cultura ocidental*. Op. cit., p. 342.

34 ROCHA, Antonio Penaves. *Abolicionistas brasileiros e ingleses. A coligação entre Joaquim Nabuco e a British and Foreign Anti-Slavery Society (1880-1902)*. São Paulo: Editora Unesp, 2009, p. 47.



riamente à escravidão dos negros. Em 1676, após sua segunda visita a Barbados, William Edmundson enviou uma carta aos *quakers* que se encontravam nas colônias, expondo o fato de que os senhores, ao negarem aos escravos a liberdade de serem servos de Cristo, abandonavam-nos em suas próprias naturezas corruptas. Assim, sugerindo que a escravidão física era incompatível com a liberdade cristã, Edmundson chega à conclusão de que os negros eram escravos do pecado porque eles eram escravos dos homens. “A partir dessa posição foi preciso apenas um curto passo para a conclusão de que a própria escravidão era pecado”.³⁵

Além de Edmundson, George Keith, que estudou filosofia, matemática e línguas modernas e tornou-se mestre em ciências humanas, em Aberdeen, também se posicionou de forma contrária à escravidão. Entretanto, é possível que ele tenha usado a questão da escravidão para atralhar seus inimigos ricos mercadores. Ademais, Keith não era a favor da liberdade imediata dos negros, os quais não poderiam ser emancipados de uma única vez. Para esse erudito, era razoável que os cativos, tendo alcançado a alforria, prestassem serviços por um período determinado como forma de pagamento por sua manutenção. Davis observa que, “combinando conveniência com uma condenação absoluta do próprio princípio da escravidão, ele anunciou as doutrinas centrais do futuro abolicionismo”.³⁶

Segundo Rocha, a posição publicamente antiescravista dos *quakers* britânicos ocorreu por meio da influência dos *quakers* americanos. Esses, por sua vez, no século XVIII, foram liderados por John Wooldman, que pregava as iniquidades da escravidão aos *quakers* que viviam entre os donos de escravos, e por Anthony Benezet, que recolhia informações a respeito dos horrores do tráfico, difundindo-as aos amigos. No ano de 1776, a Reunião Anual da Filadélfia proibiu seus membros de possuírem escravos sob o risco de expulsão e, seis anos mais tarde, solicitaram que os *quakers* britânico se opusessem ao tráfico de africanos e pressionassem o governo a proibi-lo.³⁷

Em 1783, a solicitação foi atendida, e os *quakers* da Inglaterra enviaram uma petição ao Parlamento requerendo a interdição do tráfico atlântico de escravos. Quatro anos mais tarde, nove *quakers*, dois anglicanos e um evangélico fundaram a Sociedade para a Abolição do Tráfico de Escravos (*Society for the Abolition of the Slave Trade*). Então, “daí em diante, os Amigos marcaram presença nas associações antiescravistas da Grã-Bretanha nas décadas de 1820 e 1830 e foram

35 DAVIS, David Brian. *O problema da escravidão na cultura ocidental*. Op. cit., p. 345.

36 DAVIS, David Brian. *O problema da escravidão na cultura ocidental*. Op. cit., p. 345-346.

37 ROCHA, Antonio Penalves. *Abolicionistas brasileiros e ingleses. A coligação entre Joaquim Nabuco e a British and Foreign Anti-Slavery Society (1880-1902)*. Op. cit. p. 48.

majoritários na fundação da BFASS [British and Foreign Anti-Slavery Society]”.³⁸

É possível que as causas para o pioneirismo dos *quakers* americanos no antiescravismo tenham ido além de questões religiosas, envolvendo razões de outra natureza, como o medo das insurreições de escravos e o preconceito racial. Davis afirma que, segundo fortes evidências, muitos fazendeiros e artesãos independentes, embora tivessem suas opiniões acerca da moralidade da propriedade de escravos, eram contrários ao tráfico de africanos. Também, por volta de 1690 na Pensilvânia, mesmo no terreno econômico podia-se perguntar se uma introdução maior de cativos seria vantajosa para a região, perante as perspectivas de um comércio negreiro ampliado³⁹. Além disso, deve-se lembrar que nos Estados Unidos, diferente de outras sociedades escravistas no Novo Mundo, a taxa de natalidade entre os escravos era positiva. Logo, a dependência de fazendeiros escravistas no tráfico era menor, o que pode explicar, em partes, o vanguardismo dos amigos americanos na busca pela a abolição do comércio de africanos.

William Frost, na introdução de *As origens quacres no antiescravismo*, busca responder a três questões que permeiam o envolvimento da Sociedade dos Amigos no movimento abolicionista, dentre as quais: “que contribuições vieram das influências intelectuais de fora [da Sociedade]”? Na resposta a esse questionamento – que também é abordado na obra de David Brian Davis, *O problema da escravidão na cultura ocidental* –, além da importância de alguns filósofos iluministas, cujas ideias foram utilizadas para embasar o antiescravismo, leva-se em consideração o ressurgimento evangélico, que motivou a repulsa geral contra o regime escravista e foi simbolizado pelo pietismo na Alemanha; na Inglaterra, pelo movimento wesleyano e a Seita Clapham; e pelo Grande Despertar⁴⁰ nas colônias britânicas.⁴¹

Apesar de os *quakers* americanos não simpatizarem com a ênfase que o Grande Despertar dava “ao pecado original, às pregações revivalistas e

38 ROCHA, Antonio Penalves. *Abolicionistas brasileiros e ingleses. A coligação entre Joaquim Nabuco e a British and Foreign Anti-Slavery Society (1880-1902)*. Op. cit.

39 DAVIS, David Brian. *O problema da escravidão na cultura ocidental*. Op. cit., p. 350.

40 O Primeiro Grande Despertar Religioso, movimento protestante ocorrido em meados do século XVIII, tinha como objetivo a conversão ao protestantismo, enfatizando a crença religiosa mais do que o conhecimento acerca das escrituras sagradas e dos preceitos estabelecidos pela religião. VIANA, Larissa Moreira. “A América negra em tempos de revolução: raça e república nos Estados Unidos (1776-1860)”, *Revista de História Comparada*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, 2014, p. 146-165, p. 151.

41 FROST, J. William. “Introduction”. In: FROST, J. William (ed.) *The Quaker origins of antislavery*. Op. cit., p. 1-30, p. 17.

às conversões súbitas”⁴², o *Evangelical Revival* foi fundamental para que os *quakers* abandonassem seu tradicional quietismo, encerrado definitivamente no século XIX. Nesse processo, além da saída do isolamento pelos amigos, a caridade passou a ser fundamental, considerada a “quintessência das boas obras”.⁴³ “As ações filantrópicas, por sua vez, aproximaram os Amigos das outras denominações e, portanto, pavimentaram o caminho que os levou, ao longo do século XIX, a abandonar as suas possibilidades e a reconduzir o quacrismo à corrente dominante do cristianismo britânico”.⁴⁴

As influências religiosas no movimento antiescravista na Grã-Bretanha podem ser consideradas uma das causas que justificam o caráter “ordeiro” do fim da escravidão no Império britânico, em relação às emancipações anteriores no Haiti e na América espanhola. Segundo Drescher, até os anos de 1820, os abolicionistas viam com maus olhos as rebeliões de escravos, julgadas mais prejudiciais do que favoráveis à causa da liberdade; sendo que o abolicionismo utilizou-se, principalmente, de técnicas de propaganda, como forma de mobilização da opinião pública, combinadas com petições ao Parlamento e com o lobismo.⁴⁵

Nos Estados Unidos, ainda que também tenha havido influências religiosas no processo abolicionista, bem como petições ao governo e campanhas para mobilizar a população em favor dos negros, o fim do regime escravista se deu não por meios pacíficos, mas por uma guerra civil que arrasou os estados do Sul. Isso porque, nesses estados, a escravidão estava profundamente enraizada na economia e na vida dos cidadãos, com os escravos constituindo-se na maior fonte de riqueza depois da terra e, em 1860, às vésperas da Guerra de Secessão, representando um capital de mais de 3,5 bilhões, equivalentes a 70 bilhões de dólares em 2007.⁴⁶

Ainda de acordo com Drescher, nas décadas de 1820 e 1830 o movimento abolicionista britânico tornou-se mais bem organizado sobre bases religiosas, sendo que o antiescravismo e o não conformismo evangélico atingiram, quase simultaneamente, seu pico nas primeiras quatro décadas do século XIX. “Isso deu aos abolicionistas não apenas uma grande rede de assinantes, mas também redes para a reunião de pessoas nas palestras públicas e para a ajuda financeira”.⁴⁷

42 FROST, J. William. “Introduction”. In: FROST, J. William (ed.) *The Quaker origins of antislavery*. Op. cit..

43 ROCHA, Antonio Penalves. *Abolicionistas brasileiros e ingleses. A coligação entre Joaquim Nabuco e a British and Foreign Anti-Slavery Society (1880-1902)*. Op. cit., p. 45.

44 ROCHA, Antonio Penalves. *Abolicionistas brasileiros e ingleses. A coligação entre Joaquim Nabuco e a British and Foreign Anti-Slavery Society (1880-1902)*. Op. cit., p. 45-46.

45 DRESCHER, Seymour. *Abolição. Uma história da escravidão e do antiescravismo*. São Paulo: Editora Unesp, 2011, p. 296.

46 DRESCHER, Seymour. *Abolição. Uma história da escravidão e do antiescravismo*. Op. cit., p. 420.

47 DRESCHER, Seymour. *Abolição. Uma história da escravidão e do antiescravismo*. Op. cit., p. 355.

Uma das consequências dessa nova fase em que a força religiosa para a luta da abolição dos escravos intensificou-se foi que a primeira grande petição para a emancipação imediata dos cativos, nos anos de 1830-1831, foi organizada por batistas e metodistas, os quais organizaram uma campanha dentro da própria congregação. Além disso, com abertura dos cultos aos escravos, os templos religiosos tornaram-se espaço para reunião e organização de revoltas.

A Revolta de Demerara, de 1823, “uma das maiores revoltas de escravos no Novo Mundo”⁴⁸ e que contou com a participação de 10 a 12 mil escravos revoltosos, foi organizada na capela do reverendo John Smith, posteriormente condenado à morte pelas autoridades coloniais; o que, por sua vez, motivou a crítica ao escravismo de religiosos até então apáticos e transformou as opiniões dos abolicionistas a respeito da eficácia da luta dos escravos no processo de emancipação. Como aponta Drescher “os líderes rebeldes não efetuaram suas ações na crença de um desafio à autoridade imperial (...). Eles apostaram na reconfiguração das regras de luta e objetivaram alinhar suas condições o máximo possível com as dos bretões”.⁴⁹ Assim nas eleições gerais de 1826, a escravidão, que desde 1807 adormecia no Parlamento, tornou-se uma questão graças a essa revolta e à repressão do Governo a ela,⁵⁰ em que, segundo Emília Viotti da Costa, foram mortos mais de 200 revoltosos de uma única vez, muitos foram levados a julgamentos e outros tantos foram condenados à força, “acompanhados de toda pompa que a colônia podia reunir”.⁵¹

Entre 1830 e 1831, pouco antes de o Parlamento britânico aprovar a abolição da escravidão nas Índias Ocidentais, foi a vez de a Jamaica viver uma revolta de escravos, encabeçada pelo diácono-chefe da Igreja batista Samuel Sharpe. Apesar do alcance dessa revolta, que causou a destruição maciça de plantações, não houve o assassinato de senhores e de suas famílias. Esse comportamento dos cativos, para Drescher, sugere que eles “estavam cientes de que um público metropolitano, que havia peticionado maciçamente a favor da abolição imediata alguns meses antes, atribuiria algum peso a qualquer massacre de brancos na equação da ‘prontidão’ dos escravos para a liberdade”.⁵²

48 COSTA, Emília Viotti da. *Coroas de Glória, lágrimas de sangue: A rebelião dos escravos de Demerara em 1823*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 13.

49 DRESCHER, Seymour. *Abolição. Uma história da escravidão e do antiescravismo*. Op. cit., p. 363.

50 DRESCHER, Seymour. *Abolição. Uma história da escravidão e do antiescravismo*. Op. cit., p. 366.

51 COSTA, Emília Viotti da. *Coroas de Glória, lágrimas de sangue: A rebelião dos escravos de Demerara em 1823*. Op. cit., p. 13.

52 DRESCHER, Seymour. *Abolição. Uma história da escravidão e do antiescravismo*. Op. cit., p. 369.

Encerrada a escravidão na parte Ocidental do Império britânico, as pressões do movimento abolicionista inglês se voltaram aos demais redutos da escravidão na América, sobretudo o Brasil, nação de menor peso no cenário internacional e cujo sistema escravista recebeu o apoio da Igreja Católica até, praticamente, os seus últimos anos de vigência.

Considerações finais

A proposta deste artigo foi a de apresentar um breve balanço da historiografia anglo-saxã que buscou refletir sobre a emergência e a derrocada da escravidão negra na América, levando-se em consideração o papel da religião no antiescravismo internacional. Ao se debruçar sobre os trabalhos desses historiadores ingleses, estadunidenses ou provenientes de antigas colônias britânicas, pudemos concluir que a religião teve um papel contraditório, ora legitimando a escravização, ora sendo utilizada como argumento pela igualdade. No entanto, é inegável que teve um importante papel nas discussões sobre a abolição, sendo utilizada, conforme analisado ao longo do texto, em diversos momentos como motor para a promoção de um debate público sobre a questão da escravidão e fonte de argumentos para justificar e defender o seu fim.

Notamos que o esforço de boa parte dos historiadores em suas obras está concentrado na explicação do início e do fim do regime escravista na América de maneira geral, quase não se atentando às peculiaridades de cada região em que vigorou essa forma de trabalho.

Apesar disso, o conhecimento dessa historiografia é de fundamental importância aos estudiosos brasileiros que se dedicam à análise do regime escravista no Brasil e ao processo que levou ao fim esse regime na década de 1880, na sociedade brasileira, uma vez que não apenas a historiografia nacional encontra-se em constante diálogo com a produção dos pesquisadores estrangeiros, mas o próprio movimento abolicionista no Brasil não se manteve isolado em sua luta antiescravista, buscando no repertório internacional o apoio e a legitimação de suas ações.

Conforme foi visto, as refutações às teses estritamente econômicas para justificar a queda do escravismo moderno abriu espaço para diversas interpretações sobre o tema, entre as quais as influências religiosas na conscientização britânica contra a escravidão, no contexto da Revolução Industrial inglesa. Outro argumento sugerido, mas não aprofundado, é o da agência escrava, isto é, da luta promovida pelos escravizados em busca de sua própria liberdade.

Apesar dos inúmeros trabalhos apresentados a cada ano, não há consenso entre os historiadores sobre diversas questões relacionadas ao início e ao fim do escravismo na América. Uma das razões seria, talvez, o



fato de muitos buscarem em um único elemento a resposta para um processo histórico que envolveu diversos agentes e variadas formas de luta. Entretanto, as publicações dessas obras revelam a importância do tema, cuja reflexão está longe de se esgotar no debate historiográfico tanto nacional quanto internacional.





ARTIGOS

Faculdade de Farmácia e Odontologia “Annibal Freire”: uma instituição constituída por médicos.

Danilo Mota de Jesus*
Ane Rose de Jesus Santos Maciel**
Patrícia de Sousa Nunes Silva***

Resumo

Este estudo tem como objetivo analisar as trajetórias dos professores que fizeram parte do corpo docente da Faculdade “Annibal Freire” no ano de 1926. O recorte temporal dá-se no ano de 1926, pois, foi o único ano em que a faculdade funcionou. O presente estudo buscou a aplicação de uma pesquisa bibliográfica e documental com abordagem na História Cultural, utilizando o método prosopográfico – segundo Heinz (2006) e Stones (2011). O grupo de professores, aqui biografado de forma sucinta, foi responsável por diversas mudanças no cenário social e político de Sergipe, alguns deles chegaram a tornar-se figuras de admiração até os dias atuais. Com o desenrolar deste estudo fica evidente a formação de uma rede de sociabilidade que tinha como ponto ligante o chefe do poder estadual, Maurício Graccho Cardoso.

Palavras-Chaves: Faculdade Annibal Freire. Professores. Prosopografia.

* Doutorando e Mestre em Educação pela Universidade Federal de Sergipe. Especialista em odontologia legal pela Uningá. Graduado em odontologia pela Universidade Tiradentes.

** Doutoranda e Mestra em Educação também pela Universidade Federal de Sergipe - PPGED/UFS. Graduada em História pela Universidade Tiradentes. Especialista em Arte Educação pela Faculdade São Luís de França. Membro do Grupo de Pesquisa sobre História do Ensino Superior - GREPHES.

*** Doutora em Educação pela Universidade Federal de Sergipe; Mestra em Educação pela Universidade Tiradentes; Graduanda em Pedagogia, em

Pharmacy and Dentistry College “Annibal Freire”: an institution constituted by doctors.

Abstract

This study aims to analyze the trajectories of teachers who were part of the faculty of the “Annibal Freire” Faculty in the year 1926. The temporal cut-off occurs in the year 1926 as it was the only year the college ran. The present study sought the application of bibliographical and documentary research with an approach in cultural history, using the prosopographic method – according to Heinz (2006) and Stones (2011). The group of teachers here briefly biography was responsible for several changes in the social and political scenario of Sergipe, some of them became figures of admiration until the present day. With the development of this study, it is evident the formation of a network of sociability that has as linking point the head of state power, Maurício Graccho Cardoso.

Keywords: Annibal Freire College. Teachers. Prosopography.

Educação Física e em Graduada em Gestão Pública pela Universidade Tiradentes; Pós-graduada em Educação Inclusiva pela Unit; Especialista em Psicomotricidade pela Faculdade Pio Décimo; Membro da Sociedade Brasileira de História da Educação; Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre História do Ensino Superior - GREPHES; Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em História da Educação: Intelectuais da Educação, Instituições Educacionais e Práticas Escolares. Docente, Coordenadora do Curso de Educação Física e Membro do Núcleo Docente Estruturante (NDE) da Faculdade do Nordeste da Bahia (FANEB); Docente (convitada) da Pós-Graduação EaD (UNIT).



O objetivo deste artigo é realizar uma breve análise das trajetórias de professores que fizeram parte do corpo docente da Faculdade “Annibal Freire” no ano de 1926. O recorte temporal dá-se no ano de 1926, pois, foi o único ano em que a faculdade funcionou, no entanto, a análise do estudo não se restringe ao ano informado, haja vista que o recorte foi dado apenas para delimitar os sujeitos, e não suas trajetórias. Para a realização desta pesquisa utilizamos documentos disponíveis na hemeroteca digital da Biblioteca Nacional, bem como do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, além de documentos físicos (exemplares do Diário Oficial do Estado, relatório do Inspetor de Higiene, e mensagens do Presidente do Estado) levantados pelos autores em diferentes locais de pesquisa.

Os cursos de Farmácia e Odontologia no Estado de Sergipe tiveram seu primeiro momento em 1926. A implantação da Faculdade de Farmácia e Odontologia de Sergipe foi mais uma das medidas do então presidente do Estado, Maurício Graccho Cardoso (1922 – 1926), na tentativa de modernizar o campo da saúde e estimular a permanência dos jovens no Estado, visto que uma pequena parte daqueles que deixavam seus lares em busca de formação superior retornavam a sua terra natal.

Outras ações do governo auxiliaram para que essa ideia pudesse sair dos documentos oficiais e tomar forma, entre elas, a criação do Instituto de Química (1923), do Instituto Parreiras Horta (1924) e do Hospital de Cirurgia (1926) que serviram como palco para a curta apresentação da Faculdade “Annibal Freire”. Embora a referida Faculdade não tenha sido a primeira do Estado, ela tem sua importância por ser a pioneira no âmbito da saúde.

Criada em 15 de dezembro de 1925 pelo decreto nº 913, a Faculdade de Farmácia e Odontologia de Sergipe teve sua nomenclatura alterada em 16 de julho de 1926 pelo decreto nº 942, passando assim a ser nomeada de Faculdade de Farmácia e Odontologia Annibal Freire¹. De acordo com o decreto nº 913⁰, o objetivo da instituição era “abrir novas carreiras profissionais para a juventude sergipana e encaminhar o sexo feminino para uma atividade laboral que lhes pudesse garantir melhores condições futuras”. As aulas tiveram início no dia 05 de abril de 1926, e, contou com uma turma de 22 alunos. O corpo docente da novel faculdade era composto pelo médico Augusto Leite (nomeado como seu diretor), pelo também médico Lauro Hora (secretário da instituição), além de outros profissionais da medicina como Josaphat da Silveira Brandão, Oscar Baptista do Nascimento, João Firpo Filho e Ranulpho Hora Prata, pelo farmacêutico-químico Antônio de Tavares Bragança, pelo enge-

1 Essa alteração foi feita para homenagear o sergipano Anibal Freire da Fonseca que na época exercia o cargo de Ministro da Fazenda.

nheiro agrônomo Américo de Miranda Ludolf e pelo engenheiro químico Archimedes Pereira Guimarães.²

É relevante destacar que em nosso levantamento não encontramos nenhum dentista como professor naquela entidade de ensino, além disso, chama-nos atenção a criação de uma Faculdade de Odontologia e Farmácia ao invés de uma Faculdade de Medicina, visto que a maior parte do corpo docente da mesma era formado por médicos. No entanto, há uma explicação.

A partir do início do século XX aconteceu uma expansão do ensino superior no Brasil, e com os cursos de Farmácia e Odontologia não foi diferente. Segundo Rosenthal³, até o ano de 1924 o Curso de Odontologia estava presente em 15 Faculdades (ou Universidades) brasileiras. No Estado de Sergipe, a criação da faculdade se configurou como uma necessidade, pois, uma informação encontrada num documento produzido pelo Inspetor de Higiene de Sergipe do ano de 1910, o médico Francisco de Barros Pimentel Franco relata que, das causas de mortes diagnosticadas no Estado naquele ano, os “Accidentes da denticção” foram os responsáveis pelo maior número de óbitos, num total de 35. Ao que o Inspetor de Higiene chama de Accidentes de Denticção referia-se a hemorragias, causadas pela extração, e infecções dentárias após as exodontias⁴; fato esse que fortaleceu a ideia para concepção de uma instituição para o ensino de odontologia, concretizada alguns anos depois.

Em relação à ausência de dentistas no corpo docente da instituição, entendemos que no início os alunos teriam aulas de disciplinas Generalistas, presentes nos cursos do campo da saúde, por esse motivo encontramos muitos médicos como professores da instituição de ensino, levando os dentistas a atuarem somente a partir da implementação do curso prático.

Assim, para compor as trajetórias dos personagens dessa pesquisa fizemos uso da prosopografia, conhecida também como biografia coletiva. O que pretendemos com essa metodologia é colher e reunir dados biográficos de um grupo de agentes históricos, que apresentam algo em comum, seja uma atividade, um cargo, uma posição social, ou qualquer outro aspecto predefinido. A referida abordagem se constitui, portanto, de um estudo coletivo de suas vidas.

Nos últimos anos a prosopografia desenvolveu-se como um dos mais valiosos e familiares instrumentos utilizados pelo pesquisador histórico.

2 JESUS, Danilo Mota de. *Uma História da Odontologia em Sergipe: do ensino à estruturação do campo*. Dissertação (Pós-Graduação em Educação) - São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, 2018.

3 ROSENTHAL, Elias. *A Odontologia no Brasil no Século XX – História Ilustrada*. São Paulo: Livraria Santos Editora, 2001.

4 Extrações de dentes.

O referido instrumento constitui-se como um meio de investigação das particularidades comuns de um grupo de indivíduos na história por meio de um estudo coletivo de suas vidas.⁵ O método,⁶ segundo Heinz⁶ “utiliza um enfoque de tipo sociológico em pesquisa histórica, buscando revelar características comuns de um determinado grupo social em dado período histórico”.

Quando nos propusemos a utilizar abordagem, o fizemos para analisar o itinerário dos professores **médicos** que fizeram parte da “Faculdade de Farmácia e Odontologia Annibal Freire” e isso foi feito através das trajetórias desses profissionais considerando, por um lado, a história do grupo do qual faziam parte e, por outro, sua relação com os lugares por onde transitaram e estabeleceram relações de amizade e ou de parcerias.



Caracterizando os indivíduos

O corpo docente da Faculdade de Farmácia e Odontologia “Annibal Freire” foi constituído por professores “[...] competentes, nomeados por decreto do Presidente do Estado”⁷. Com isso, a congregação da faculdade ficou instituída como mostra o quadro 01:

Quadro 01: Docentes da Faculdade de Farmácia e Odontologia “Annibal Freire”

Nome	Formação	Local de Formação	Ano
Américo de Miranda Ludolf	Eng. Agrônômica	Rio de Janeiro	1919
Antônio Tavares de Bragança	Farmácia	Bahia	1923
Archimedes Pereira Guimarães	Eng. Química	São Paulo	1917
Augusto César Leite	Medicina	Rio de Janeiro	1909
Lauro Dantas Hora	Medicina	Bahia	1922
João Firpo Filho	Medicina	Rio de Janeiro	1924
Josaphat da Silveira Brandão	Medicina	Bahia	1902
Oscar Baptista do Nascimento	Medicina	Rio de Janeiro	1924
Ranulpho Hora Prata	Medicina	Rio de Janeiro	1919

Fonte: Quadro elaborado pelos autores com base nos documentos encontrados.

5 STONE, Lawrence. Prosopography. *Revista de Sociologia e Política*, v. 19, n. 39, p. 115-137, 2011.

6 HEINZ, Flávio M. O historiador e as elites: à guisa de introdução. In: _____ (Org.). *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p.9.

7 SERGIPE. Regulamento para a Faculdade de Pharmacia e Odontologia de Sergipe. In: SERGIPE. Decreto n. 921, 20 de fevereiro de 1926. *Diário Oficial do Estado*. 21 de fevereiro de 1926. p. 7596

Os professores do quadro apresentados, médicos em sua maioria, tinham aspectos sociais em comum, como por exemplo, todos eles vinham de famílias que possuíam um poder econômico considerável; apenas dois vieram de outros estados, foram eles, Archimedes Guimarães que veio da Bahia e Américo Ludolf do Rio de Janeiro. No que se refere ao local de formação, dos sete professores sergipanos, três se formaram na Faculdade de Medicina da Bahia (dois médicos e um farmacêutico químico) e os quatro restantes (todos médicos) se formaram na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Esses médicos eram todos nascidos no interior do Estado e dois deles tinham médicos na família, eram eles, João Firpo Filho e Augusto Leite que eram irmãos de médicos; Antônio Tavares de Bragança que não era formado em medicina, mas era filho de médico, diferente do pai, optou em estudar farmácia.

Entre os nove professores, quatro deles desenvolveram a atividade docente em outro contexto educacional e em diferentes momentos de suas vidas. Augusto Leite, por exemplo, foi professor catedrático de Higiene Geral e História Natural do Colégio Atheneu Sergipense e de História Natural do Seminário Diocesano de Aracaju; Josaphat Brandão atuou como professor catedrático da Escola Normal Ruy Barbosa, lecionando Química e Física; Oscar Batista foi professor de História Natural dos Colégios Atheneu Sergipense e Tobias Barreto, já Archimedes Guimarães atuou como professor da Escola de Agronomia de Niterói.

Ainda sobre os referidos professores, cabe acrescentar que um deles teve uma visibilidade social muito grande em Sergipe. Estamos falando de Augusto Leite, um dos médicos de sua época que mais aproveitou sua posição dentro da sociedade para lutar por seus ideais. Embora seus maiores êxitos tenham sido ligados a medicina, ele também era graduado em Humanidades por isso atuou em alguns espaços de ensino, como informamos anteriormente. Além da docência e da medicina, o Dr. Augusto Leite exerceu cargos administrativos; segundo Silva⁸, ele foi diretor da Escola de Aprendizes Artífices de Aracaju (precursora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe – IFS), membro efetivo do Conselho Superior da Instrução Pública, membro do Conselho Municipal de Aracaju, diretor da Faculdade Annibal Freire e do Hospital de Cirurgia. Augusto Leite também esteve à frente da Sociedade de Medicina e Cirurgia de Sergipe uma das principais fontes financiadoras da obra de construção do Hospital de Cirurgia que foi inaugurado de forma festiva em 02 de maio de 1926 durante a gestão do Governo de Maurício Graccho Cardoso.⁹

8 SILVA, Henrique Batista. *A História da Medicina em Sergipe*. Aracaju: J. Andrade, 2006.

9 SANTANA, Antônio Samarone de. *As Febres do Aracaju: dos miasmas aos micróbios*. Aracaju: O Autor, 2005.



O Hospital de Cirurgia (HC) foi também um espaço de sociabilidade dos professores (médicos); Ranulpho Prata atuou como radiologista até 1927 e após sua saída, João Firpo Filho passou a exercer aquela atividade; Lauro Hora, um dos fundadores do Hospital de Cirurgia, que também exerceu a função de diretor do hospital por duas gestões, realizou no HC a primeira anestesia geral em Sergipe no dia 14 de junho de 1926, ajudando o cirurgião Augusto Leite. Josaphat da Silveira Brandão e Oscar Batista do Nascimento também atuaram no HC, segundo Souza e Graça¹⁰, este último chefou o serviço de urologia do referido hospital.

Algumas questões em relação a esse grupo são mais pontuais. Alguns deles viajaram para fora do Brasil para se qualificar como, por exemplo, Archimedes Guimarães, que viajou para os Estados Unidos, onde trabalhou e completou a sua formação acadêmica, assim como Américo Ludolf que, quando esteve a serviço do Ministério da Agricultura, viajou também para os Estados Unidos para se aperfeiçoar. O dr. Augusto Leite esteve várias vezes no exterior em busca de aperfeiçoamento, segundo Silva¹¹, em julho de 1913 viajou para a Europa, onde em Paris encaminhou seus estudos para a Clínica Cirúrgica, ainda na capital francesa fez intensivo curso particular de técnica operatória na Escola Prática da Faculdade de Medicina, sob orientação do professor Michel Deniker. Em seguida, assistiu aulas de clínica médica ministradas pelo Prof. Widal. Dando continuidade a seus projetos, frequentou várias clínicas, participando de cursos de especialização com renomados médicos. De partos, com Cauvelaire; de cistocopia, com Papin; de olhos, com Lapersone; de otorrino, com Sebilleau; de moléstias da nutrição, com Marcel e Henri Labbé. Em 1920, vai para os Estados Unidos onde participou de estágios de aperfeiçoamento na Clínica Mayo. Encontramos fontes que nos revelaram que o médico, no mesmo ano, regressou a Paris para a realização de novos cursos.

A partir das fontes encontradas, é possível perceber que esses professores faziam parte de redes de sociabilidade que desde suas vidas acadêmicas vinham se ampliando e formando outras redes. Das amizades e laços construídos resultaram convites para ocupação de cargos e apoios políticos, podemos citar em especial a amizade que existia entre os professores e o presidente do Estado de Sergipe Graccho Cardoso, pois, mesmo antes de serem convidados para participarem da equipe que formaria a Faculdade de Farmácia e Odontologia (Annibal Freire) todos possuíam algum cargo na equipe do governo, como pode ser observado do quadro 02.

10 GRAÇA, Tereza Cristina Cerqueira da; SOUZA, Josefa Eliana. *Catálogo das Escolas Municipais de Aracaju*. (org.). Aracaju: Sercore, 2000.

11 SILVA, Henrique Batista. *A História da Medicina em Sergipe*. Aracaju: J. Andrade, 2006

Quadro 02: Cargos ocupados pelos professores da Faculdade Annibal Freire antes da criação da mesma.

Nome	Cargo
Américo de Miranda Ludolf	Diretor do Centro Agrícola Epitácio Pessoa
Antônio Tavares de Bragança	Professor do Instituto de Química
Archimedes Pereira Guimarães	Fundador e Diretor do Instituto de Química
Augusto César Leite	Professor de Higiene na Escola de Comércio e cotado como Professor da Faculdade Tobias Barreto
Lauro Dantas Hora	Membro do serviço de profilaxia rural do Estado
João Firpo Filho	Assistente Técnico do Instituto Parreiras Horta
Josaphat da Silveira Brandão	Professor da Escola Normal Ruy Babosa
Oscar Baptista do Nascimento	Membro do serviço de profilaxia rural do Estado
Ranulpho Hora Prata	Responsável pelo gabinete de radiologia do Estado

Fonte: Quadro elaborado pelos autores com base nos documentos encontrados.



A Faculdade de Farmácia e Odontologia foi o único espaço no qual esse grupo de professores esteve reunido, visto que devido as suas particularidades, a descontinuidade da Faculdade e o fim do mandato de Graccho Cardoso fizeram com que cada um dos docentes seguisse os seus projetos pessoais. Com isso, essa rede estabelecida em prol da Faculdade acaba por desfazer-se. No entanto, essa rede não foi formada por vontade dos professores, mas por uma vontade externa a eles. Warde¹² nos auxilia a entender melhor isso quando afirma que:

Tornar-se membro de uma rede intelectual, [...], não se impõe como lei sobre um indivíduo que pode decidir dela participar ou não. De outro lado, pensar os intelectuais em rede – por oposição à imagem de um cipal de indivíduos cujos caminhos se cruzaram por força do acaso - aponta para a existência de regras de inclusão e exclusão, de pertença ou de oposição.

[...] a rede opera como o veículo de acesso a um conjunto determinado de ferramentas mentais disponíveis em um tempo e lugar; valida e legitima aquele conjunto, admitindo, dispensando ou se opondo a outros; funciona como base de apoio para investidas individuais dos seus membros, assim como opera como filtro dos novos arranjos morfológicos que as criações originais desencadeiam.

12 WARDE, Miriam Jorge. O itinerário de formação de Lourenço Filho por descomparação. *Revista Brasileira de História da Educação*, v. 3, n. 1 [5], 2003. p.150

De acordo com Sirinelli¹³, essas redes – também chamadas estruturas de sociabilidade – constituem um instrumento explicativo para compreender a organização e a dinâmica do campo intelectual com suas amizades e inimizades, vínculos e tomadas de posição. A rede criada entre esses nove profissionais em um mesmo espaço se deu decorrente da amizade com Graccho Cardoso, no entanto, outra rede mais duradoura veio a se formar entre os professores médicos, tendo como palco o Hospital de Cirurgia.

Além dos itinerários que apresentamos até este ponto, outros dados nos auxiliam a compor as trajetórias desses profissionais. A exemplo de Augusto Leite, que fundou a primeira maternidade de Sergipe – “Francino Melo” em 1930 e o primeiro hospital infantil em 1937, a Escola de Enfermagem e a Casa Maternal Amélia Leite.¹⁴ Lauro Hora, que foi diretor por duas vezes do Hospital de Cirurgia, atuou como anestesista por 20 anos e depois se dedicou somente à pediatria na Legião Brasileira de Assistência. Foi diretor do serviço de amparo à infância e adolescência do Estado de Sergipe, inspetor e diretor do Serviço Sanitário do Estado de Sergipe, Diretor Geral do Departamento de Saúde Pública de Sergipe.¹⁵

Outros médicos dessa lista também exerceram um papel relevante na sociedade, a exemplo de João Firpo Filho, que, foi diretor do Instituto Parreiras Horta após o retorno do fundador da instituição ao Rio de Janeiro, permanecendo à frente da entidade até falecer. Foi o primeiro médico a utilizar a insulina em Sergipe, e, o segundo radiologista do Hospital de Cirurgia em 1927, substituindo Ranulfo Prata. Foi também um inovador no tratamento da tuberculose pelo pneumotórax artificial e pelos sais de ouro e destacou-se como obstetra. Já Ranulfo Prata, foi o organizador de um gabinete radiológico na cidade de Aracaju, no governo de Graccho Cardoso. Além de jornalista e escritor, atuou em São Tomás de Aquino/MG, depois transferiu-se para Mirassol/SP e em seguida para Santos/SP.¹⁶

Josaphat da Silveira Brandão foi nomeado Delegado de Higiene na cidade de Estância/SE, em 1903, e Inspetor de Ensino em 1906. Cinco anos depois, em 1911, atuou no surto de varíola em Laranjeiras. Sua atuação não permaneceu apenas no campo da saúde, pois, entre os anos de 1912 a 1916 assumiu a direção do Colégio Atheneu Sergipense, embora já tenha sido inspetor de ensino em 1906, conforme já mencionado. Em 1913, passou a exercer a medicina em Aracaju. Em 1930, foi nomeado membro do Conse-

13 SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René. *Por uma história política*. 2ed. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/Ed. FGV, 2003. p.232-253.

14 SILVA, Henrique Batista. *A História da Medicina em Sergipe*. Aracaju: J. Andrade, 2006

15 SANTANA, Antônio Samarone; DIAS, Lúcio Antônio Prado; GOMES, Petrônio Andrade. *Dicionário Biográfico do Médicos de Sergipe: séculos XIX e XX*. Aracaju: Academia Sergipana de Medicina, 2009.

16 Idem.

lho Penitenciário de Sergipe e em 1936 membro do Conselho de Educação. Em 1939, assumiu o Departamento de Saúde Pública de Sergipe. Atuou nos hospitais Santa Isabel e Cirurgia, em Aracaju e Amparo de Maria, em Estância, tornando-se sócio benemérito.¹⁷

Oscar Baptista do Nascimento atuou nos primeiros anos de vida médica como clínico e urologista e praticou atividades cirúrgicas auxiliando Dr. Augusto Leite, chegando inclusive a realizar algumas anestésias. Exerceu as funções de Secretário da Mesa Administrativa do Hospital de Cirurgia em 1943, foi médico do Departamento de Saúde Pública, e diretor do Departamento de Educação durante o governo do Interventor Freitas Brandão.¹⁸

Esses professores possuíam seus agrupamentos intelectuais e políticos, os médicos, por exemplo, a maioria deles pertenciam à Sociedade de Medicina e Cirurgia de Sergipe, a mesma que lutou pela construção do Hospital de Cirurgia. O engenheiro-agrônomo Américo de M. Ludolf quando viveu em Pernambuco foi filiado a Associação dos Agrônomos do Nordeste. No campo político, propriamente dito, encontramos três médicos ligados a política partidária: o médico Oscar Baptista que foi filiado ao Partido Republicano, Lauro Hora exerceu o cargo de senador no ano de 1957 e Augusto Leite que foi deputado estadual de 1926 a 1929, deputado federal de 1929 a 1934 e senador de 1935 a 1937. Segundo Abreu¹⁹, ele fundou em março de 1933, juntamente com Erônides Ferreira de Carvalho e Gonçalo Rollemberg do Prado, o partido União Republicana de Sergipe, sendo eleito deputado à Assembleia Nacional Constituinte no pleito de maio do mesmo ano. Durante os trabalhos constituintes votou, em junho de 1934, contra a elegibilidade de Getúlio Vargas, até então chefe do Governo Provisório. O engajamento desses médicos em outras causas, fora do campo da saúde, nos faz perceber que esses profissionais transitavam por espaços com muita facilidade, e isso amplia os olhares do pesquisador e auxilia a compreender e reconstruir suas trajetórias.

De acordo com Sirinelli²⁰, a reconstrução de trajetórias possibilita o mapeamento dos territórios de engajamento intelectual, permitindo não só o estudo dos grandes intelectuais como, também, daqueles de menor expressão em um dado momento, além de permitir a identificação da evolução de um grupo de intelectuais oriundos de uma matriz comum. Apesar de sua importância, o estudo dos itinerários intelectuais só adquire rele-

17 Idem.

18 Idem.

19 ABREU, Alzira A. de. *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: CPDOC/Ed. FGV, 2001.

20 SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René. *Por uma história política*. 2ed. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/Ed. FGV, 2003. p.232-253.



vância, enfatiza Sirinelli²¹, quando vai além da mera reconstituição e passa a envolver, também, a sua interpretação. Segundo Correia²², no processo de elaboração um estudo apoiado nas estruturas de sociabilidade dos grupos intelectuais, faz-se necessário considerar as variações ao longo do tempo dessas redes, tais academias, instituições escolares, associações e grêmios literários e culturais, em torno das quais vão se conformando as opções políticas e ideológicas dos intelectuais.

Buscando esboçar um estudo prosopográfico baseado nas trajetórias dos professores da Faculdade de Farmácia e Odontologia “Annibal Freire” percebemos que todos eles chegaram ao final de suas vidas vivendo em locais diferentes dos quais nasceram, como podemos observar no quadro 03, com isso percebemos a busca individual pelos espaços que lhes poderiam oferecer mais oportunidades.

250



Quadro 03: Local de Nascimento e Morte dos professores

Nome	Ano e local de nascimento	Ano e local de morte
Américo de Miranda Ludolf	????(Rio de Janeiro/RJ)	1942 (Recife/PE)
Antônio Tavares de Bragança	1903 (Laranjeiras/SE)	1980 (Aracaju/SE)
Archimedes Pereira Guimarães	1894 (Campinas/SP)	1984 (Salvador/BA)
Augusto César Leite	1886 (Riachuelo/SE)	1978 (Aracaju/SE)
Lauro Dantas Hora	1898 (Lagarto/SE)	1979 (Aracaju/SE)
João Firpo Filho	1899 (Maruim/SE)	1945 (Aracaju/SE)
Josaphat da Silveira Brandão	1880 (Estância/SE)	1969 (Aracaju/SE)
Oscar Baptista do Nascimento	1896 (Jabotão/SE)	1947 (Aracaju/SE)
Ranulpho Hora Prata	1896 (Lagarto/SE)	1942 (São Paulo/SP)

Fonte: Quadro elaborado pelos autores com base nos documentos encontrados.

Considerações finais

Até aqui é possível fazer algumas breves considerações a respeito do grupo em questão como, por exemplo, a atuação no serviço público como uma constante entre eles, seja em hospitais, no caso dos médicos, seja em instituições de ensino, ou até mesmo em espaços políticos.

Mesmo com a curta existência da Faculdade de Farmácia e Odontologia de Sergipe, a estruturação do seu corpo docente mostra que cada profissional que o compôs foi escolhido, sistematicamente, devido a sua relação de amizade com o presidente do Estado. Embora esse fato seja relevante à elucidação dos objetivos desta pesquisa, não buscamos com

21 Idem.

22 CORREA, Rubens Arantes. Os intelectuais: Questões históricas e historiográficas—Uma discussão teórica. *Saeculum—Revista de História*, n. 33, p. 395-410, 2015.

isso desqualificar suas capacidades intelectuais, ao contrário, estamos apenas destacando as redes sociais que o interligavam e proporcionavam àqueles intelectuais, ascensão social, tornando-os membros de uma rede de profissionais com destaque e renome que os distinguiam dos demais membros da sociedade.

Assim, ao adentrar na natureza biográfica de cada integrante constata-se uma estratégia de ascensão social que se apoiam no dinamismo das redes de sociabilidades, e é na atividade dinâmica dessas redes que se apoiam os estudos prosopográficos. Como nos propomos no objetivo deste estudo, aqui realizamos uma breve análise das trajetórias de um grupo de intelectual, abrindo, de tal modo, questões que podem se tornar pesquisas futuras.



A escrita dos imortais da Academia Sergipana de Letras na Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (1913-2017)

José Genivaldo Martires*
Marluce de Souza Lopes**

The writing of imortais of the sergipan academy of letters in the magazine of the historical and geographical institute of sergipe (1913-2017)

Resumo

Este artigo apresenta uma análise da escrita dos/as acadêmicos/as da Academia Sergipana de Letras (ASL) na Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, no período de 1913 a 2017, buscando evidenciar os acadêmicos que publicaram no periódico e as temáticas abordadas por eles, destacando a participação da escrita de mulheres acadêmicas. Um dos pilares do IHGSE é a circulação de sua Revista, que iniciou a sua publicação em 1913 e continua até os dias atuais. Para a elaboração desse artigo foram consultadas as 47 edições da Revista do IHGSE (1913-2017) e, nesse processo, foram identificadas 208 publicações produzidas por 42 acadêmicos/as da ASL, dentre os/as que publicaram na RIHGSE destaca-se Maria Thétis Nunes. Essa historiadora apresentou-se como a acadêmica que mais publicou artigos (15), tratando de aspectos da história e cultura sergipana.

Palavras-chave: Academia Sergipana de Letras. Intelectuais. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe.

Abstract

This article presents an analysis of the writing of the academics of the Sergipean Academy of Letters (ASL) in the Journal of the Historical and Geographical Institute of Sergipe, from 1913 to 2017, seeking to highlight the academics who published in the periodical and the topics addressed for them, highlighting the participation of the writing of academic women. One of the pillars of the IHGSE is the circulation of its Magazine, which began its publication in 1913 and continues to this day. For the preparation of this article, the 47 editions of the IHGSE Magazine (1913-2017) were consulted and 208 papers produced by 42 ASL academics were identified in this process, among those who published at RIHGSE, Maria Thétis Nunes. This historian presented herself as the academic who most published articles (15), dealing with aspects of Sergipe's history and culture.

Keywords: Academia Sergipana de Letras. Intellectuals. Journal of the Historical and Geographical Institute of Sergipe.

* Doutorando e Mestre em Educação (PPGED/UFS). Professor de História do Ensino Básico Técnico e Tecnológico da Universidade Federal de Sergipe, lotado no Colégio de Aplicação. Membro do GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISAS EM HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO: Memórias, sujeitos, saberes e práticas educativas (GEPHED).

** Doutoranda e Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da UFS (PPGED/UFS). Técnica em Assuntos Educacionais da Universidade Federal de Sergipe (UFS), lotada na Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD). Membro do GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISAS EM HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO: Memórias, sujeitos, saberes e práticas educativas (GEPHED).



Introdução

Este artigo apresenta compreensões a respeito da escrita dos/as acadêmicos/as da Academia Sergipana de Letras (ASL) na Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (RIHGSE), no período de 1913 a 2017, evidenciando os acadêmicos/as que publicaram no periódico, as temáticas abordadas por eles, destacando a participação dos escritos de mulheres acadêmicas no conjunto dessas publicações. O marco temporal corresponde ao período compreendido entre a primeira publicação da revista até o volume publicado no ano de 2017.

A pesquisa documental teve como lugar o acervo da ASL e o *site* do IHGSE, onde estão disponíveis as edições digitalizadas da RIHGSE. Como procedimentos metodológicos iniciais foram identificados todos os acadêmicos/as da ASL no lapso temporal da pesquisa. Nesse levantamento foram identificados 42 acadêmicos/as, com predominância de homens que tinham como atividade principal o magistério, seguida do direito, medicina, jornalismo e engenharia agrônoma. No tocante ao universo feminino, constata-se a existência de 03 acadêmicas que publicaram da revista do IHGSE, cuja formação e profissão fora o magistério. Com a montagem do quadro com a lista dos acadêmicos/as iniciou-se a leitura e coleta nos sumários de todas as edições da RIHGSE publicadas no período de 1913 a 2017, buscando identificar escritos dos acadêmicos/as nos referidos periódicos e principais temáticas abordados por eles. Com esses levantamentos foram produzidos quadros informativos e análises delineadas no decorrer deste artigo.

Desse modo, a História da Educação como campo de conhecimento foi se constituindo no decorrer dos séculos XIX e XX. De acordo com Vidal e Faria Filho (2005) “[...] já desde a segunda metade do século XIX, tratados sobre a história da educação brasileira foram elaborados por médicos, advogados, engenheiros, religiosos, educadores e historiadores e circulavam no país e no exterior”¹. A pesquisa se enquadra no campo da história da educação, especialmente na perspectiva de análise da história cultural. Entendendo que esse diálogo, desde as últimas décadas do século XX, tem resultado na problematização do uso de fontes e suas tipologias, diversificação dos objetos de estudos e de novas perspectivas de análise, resultando na ampliação dos estudos histórico-educacionais.

Dentre as múltiplas temáticas propiciadas por essa expansão dos estudos históricos educacionais, esse estudo compartilha do interesse e de compreensões de pesquisas sobre os intelectuais em diferentes concepções e/ou abordagens. Em uma perspectiva histórica a concepção de in-

1 VIDAL, Diana Gonçalves; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. História da Educação no Brasil: a constituição histórica do campo e sua configuração atual. In: VIDAL, Diana Gonçalves; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. *As lentes da história: estudos de história e historiografia da educação no Brasil*. Campinas: Autores Associados, 2005. p.73.



telectual esteve atrelada à ideia de conhecimento e erudição, vinculada à instância pública, como personagem responsável por disseminar sabedoria e entendimento. Segundo Vieira (2008)², não há uma única interpretação ou um único sentido para o termo intelectual.

Ao analisar os distintos significados que o termo intelectual assumiu em contextos específicos nos âmbitos temporal e cultural, Vieira (2008) identificou três diferentes teorias acerca do papel político do intelectual, quais sejam:

[...] o intelectual como mediador dos conflitos sociais, presente na obra de Karl MANNHEIM; o intelectual como dirigente e organizador da cultura, problematizado na obra de Antonio GRAMSCI; e, por fim, o intelectual como produtor de capital simbólico, analisado na obra de Pierre BOURDIEU³.

Nos limites e finalidades deste artigo utiliza-se a noção de intelectual segundo o entendimento de Jean François Sirinelli (2003) Para este autor os intelectuais são compreendidos como “uma ampla e sociocultural, englobando os criadores e ‘mediadores’ culturais, a outra mais estreita, baseada no engajamento. No primeiro caso, estão abrangidos tanto jornalista como escritor, o professor secundário como o erudito”⁴. O enquadramento dessa noção de intelectuais exige que se observe as redes de socialidades em que os intelectuais estudados estão inseridos, identificando seus projetos e suas articulações, como ressalta Xavier (2016):

Os diferentes tratamentos dispensados a esse personagem indicam que a ampliação do atributo de intelectual requer a reflexão acerca das funções que determinados educadores desempenharam em suas trajetórias profissionais. Requer, ainda, a observação dos lugares institucionais, sociais, políticos e culturais que eles ocuparam, além de demandar a análise da contribuição e das suas repercussões de seus esforços⁵.

2 VIEIRA, Carlos Eduardo. Intelligentsia e Intelectuais: sentidos, conceitos e possibilidades para a história intelectual. *Revista Brasileira de História da Educação*, Campinas - SP, v. 8, n. 16, p. 63-85, jan./abr., 2008.

3 VIEIRA, Carlos Eduardo. Op. Cit., p. 01.

4 SIRINELLI, Jean François. Os intelectuais. In: RÉMOND, R. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Fundação Getúlio Vargas, 2003, p.242.

5 XAVIER, Libânia Nacif. Interfaces entre a história da educação e a história social e política dos intelectuais: conceitos, questões e apropriações. In: GOMES, Angela de Castro; HANSEN, Patricia Santos. *Intelectuais mediadores: práticas culturais e ação política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016. p.473.

Nesse sentido, os intelectuais sergipanos, no início do século XX, criaram instituições e ocuparam diversas funções na esfera política, estabelecendo redes e validando o seu campo de atuação e legitimação. No caso em estudo, a ASL e o IHGSE foram espaços de convergência e atuação da intelectualidade sergipana, apresentando como uma característica marcante das redes de sociabilidades o compartilhamento e atuação simultânea nos dois espaços por intelectuais sergipanos e a escrita desses acadêmicos na revista do IHGSE. Portanto, o estudo sobre a produção acadêmica dos intelectuais da ASL na Revista do IHGSE, é uma forma de verificação dessas posições sociais e culturais desempenhadas por esses intelectuais.



O Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe e a Academia Sergipana de Letras: espaços de atuação e convergência da intelectualidade sergipana.

O Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGSE), denominado pelos seus fundadores com a “Casa de Sergipe”, foi criado na capital Aracaju em 06 de agosto de 1912 por intelectuais que propagavam ideais republicanos e conhecimentos cientificistas da época. O estado de Sergipe, foi um dos últimos estados da região Nordeste a criar a agremiação. No início do século XX, período da fundação do IHGSE, o estado de Sergipe e a capital Aracaju passava por transformações socioeconômicas e urbanísticas. A esse respeito, o historiador Iberê Dantas (2004) explicita que:

O perfil da província monocultora, que marcou o período do império, foi sendo modificado com a diversificação de atividades sem precedentes em Sergipe, alterando o quadro social que adquiria maior densidade. Embora na primeira década republicana as opções de trabalho estivessem concentradas no campo, nos engenhos ou nas fazendas, paulatinamente as indústrias e os serviços, inclusive as casas comerciais foram proliferando no meio urbano e com elas aumentando o contingente de empregados. [...] a cidade inóspita do fim do século passado passou a ser atrativa. Os pântanos foram substituídos por bonitas praças. As condições sanitárias evoluíram, na terceira década a capital foi se impondo como opção de morada. Prósperos proprietários do campo e da cidade, sobretudo depois de 1914, foram investindo, construindo seus palacetes em estilo predominantemente eclético⁶.

6 DANTAS, Iberê. *História de Sergipe: República (1889-2000)*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004, p. 53-55.

Portanto, novos atrativos urbanísticos, reorganização do espaço produtivo e de grupos sociais, foram características marcantes de Aracaju nas primeiras décadas do regime republicano. No tocante à educação, Santos (2013) informa que ações/ou discursos educacionais disseminavam a propaganda republicana com foco na erradicação do analfabetismo e na “construção da civilização brasileira”⁷. Foi nesse cenário que intelectuais sergipanos, sob a liderança de Florentino Menezes⁸ e Prado Sampaio⁹, fundaram o IHGSE com o propósito de ser um espaço de reunião pensadores e discussão de questões políticos, socioeconômicos e culturais do estado de Sergipe, bem como um centro difusor de produções acadêmicas e literárias sergipanas. Nesse sentido, de acordo com Freitas (2002):

Funcionando como incubadora de diversas entidades, o IHGS vai produzir os corpos que lhe tirarão a hegemonia, o prestígio em setores, como a promoção Literária (Academia Sergipana de Letras) e o fomento artístico (Sociedade de Cultura Artística de Sergipe)¹⁰.

Com a fundação e atuação em instituições e/ou agremiações como o IHGSE, os intelectuais sergipanos propagavam um discurso salvacionista em que enfatizavam e defendiam “[...] ideias educacionais, científicas e culturais”¹¹ para o “progresso” e desenvolvimento cultural do estado e do país. Nesse intuito, ampliando e fortalecendo suas redes de sociabilidades, os intelectuais do IHGSE criaram a Academia Sergipana de Letras (ASL).

A ASL foi instituída no dia 1 de junho de 1929 e resultou de um processo que se iniciara em 1919 com a criação da Hora Literária, agremiação que re-

- 7 SANTOS, Magno Francisco de Jesus. *Ecoss da modernidade: a arquitetura dos grupos escolares sergipanos (1911-1926)*. São Cristóvão: Editora UFS, 2013, p. 126.
- 8 Florentino Menezes - Nasceu na cidade de Aracaju, em 07 de novembro de 1886. Estudou na faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, em 1906. Em 1907, transferiu o curso para a Bahia, mas não concluiu. Ingressou no serviço público em 1913, na condição de escrivão. Em 1926 foi nomeado para a cátedra de Sociologia no Atheneu Sergipense. Faleceu em 20 /11/ 1959. SILVA, Adriana Elias Magno da. Florentino Menezes: Um pioneiro da Sociologia do Brasil. In *Revista Tomo*. São Cristóvão –Se, nº01. 1998.
- 9 Joaquim Prado Sampaio Leite - Aracajuano nascido em 03/06/1865. Estudou no Atheneu Sergipense, graduou-se Bacharel em Ciências Jurídicas, em 1891, na Faculdade de Direito de Recife. Em 1907 foi nomeado lente catedrático de Literatura e Lógica do Atheneu Sergipense. Faleceu em 13/02/1932. SANTOS, Nelson Santana. A Propósito do Sesquicentenário de Prado Sampaio: Notas Biobibliográficas sobre um Grande Intelectual Sergipano. in: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*. Aracaju. nº 46. 2016. v.01.
- 10 FREITAS, Itamar. *A Escrita da História na “Casa de Sergipe” – 1913/1999*. São Cristóvão: Editora UFS, 2002, p.17.
- 11 Ver: MARTIRES, José Genivaldo. *A trajetória de vida intelectual e profissional da professora Maria Lígia Madureira Pina (1954-1972)*. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2016, p. 101.

unia poetas, escritores e professores com o propósito promover discussões livres sobre temáticas diversas, recitar poesias e difundir a cultura letrada sergipana. Em 1927, membros da Hora Literária reunidos em assembleia decidiram pela transformação da sociedade recreativa em uma de caráter acadêmico, resultando na criação da Academia Sergipana de Letras.

Nascimento (2017)¹² transcreve a ata que registra a fundação da ASL. Neste documento, estão consignados os patronos e acadêmicos conforme apresentado no quadro em sequência:

Quadro 01 – Relação dos patronos e acadêmicos da ASL (1929)

Nº	PATRONOS	ACADÊMICOS
01	Tobias Barreto	Antônio Garcia Rosa
02	Sylvio Romero	José de Magalhães Carneiro
03	Fausto Cardoso	Cleomenes Campos
04	Francisco Leite Bittencourt Sampaio	José Augusto da Rocha Lima
05	Ivo do Prado	Dom Antônio Cabral
06	Gumercindo Bessa	Gilberto Amado
07	Manuel Curvêlo de Mendonça	Ranulpho Prata
08	Felisbelo Freire	Manoel Campos de Oliveira
09	Maximino Maciel	Rubens Figueiredo
10	Eliziário da Lapa Pinto	Arthur Fortes
11	Francisco Antônio de C. Lima Júnior	Luiz José da Costa Filho
12	Severiano Maurício Cardoso	Carlos Camélio Costa
13	Frei José de Santa Cecília	Clodomir de Sousa e Silva
14	Horácio Hora	Manuel José Santos Melo
15	Manuel Armindo Cordeiro Guaraná	Helvécio Ferreira de Andrade
16	Pedro Calazans	Hermes Fontes
17	Ascendino Ângelo dos Reis	Manoel dos Passos de Oliveira Teles
18	Vigário José Gonçalves Barroso	Dom Mario Miranda Villas-Bôas
19	João Antônio Pereira Barreto	João Pires Wynne
20	José Luiz Coelho e Campos	Alfeu Rosas Martins
21	Francisco Antônio V. Caldas Junior	Joaquim Maurício Cardoso
22	Martinho Garcez	João Passos Cabral
23	Cyro de Azevedo	Joaquim Prado Sampaio Leite
24	Pedro Ribeiro Moreira	Júlio de Albuquerque
25	Antônio Dias Barros	Antônio Manuel de Carvalho Neto
26	Mons. Antônio Fernandes da Silveira	Florentino Teles de Menezes
27	Manuel Luiz Azevedo de Araújo	Benedito da Silva Cardoso
28	Salustiano Orlando de Araújo Costa	Gervásio de Carvalho Prata
29	Jackson Figueiredo Martins	Abelardo Maurício Cardoso
30	José Jorge de Siqueira Filho	Enock Matusalém Santiago
31	José Maria Gomes de Souza	João Esteves da Silveira
32	Pedro Antônio de Oliveira Ribeiro	Edison de Oliveira Ribeiro

12 NASCIMENTO, José Anderson. *Perfis Acadêmicos*. Aracaju, Edise, 2017.

Continua

Nº	PATRONOS	ACADÊMICOS
33	Manuel Joaquim de Oliveira Campos	Humberto Olegário Dantas
34	Manuel Ladislau Aranha Dantas	Olegário Ananias Costa e Silva
35	José Lourenço de Magalhães	Augusto César Leite
36	Bricio Mauricio de Azevedo Cardoso	Hunald Santaflor Cardoso
37	José Joaquim de Oliveira	Pedro Sotero Machado
38	Guilherme Pereira Rabelo	Marcos Ferreira de Jesus
39	Joaquim Martins Fontes da Silva	Zózimo Lima
40	Balthazar de Araújo Côes	Epifânio da Fonseca Doria e Menezes

Fonte: Quadro elaborado pelos autores, a partir de Nascimento, 201713.

Da relação dos acadêmicos indicados no quadro anterior confrontados com informações contidas nas edições da Revistas do IHGSE entre os anos de 1919 a 1930 nos números: 08(1919); 09(1920); 10(1925); 11(1925); 12(1926); 13(1928) e 14(1929), foram constatados que 27 acadêmicos da ASL, no momento da sua fundação (1929), já eram sócios do IHGSE, inclusive compondo a diretoria do Instituto. Informações que contribuem para fundamentar a compreensão do IHGSE como fomentador de outras instituições culturais no estado de Sergipe.

A escrita dos/as imortais da Academia Sergipana de Letras na Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe

Com a finalidade de divulgar as produções acadêmicas e literárias dos seus sócios, o IHGSE criou, em 1912, o periódico denominado de Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, a esse respeito Freitas (2002) informa que:

O título 'Revista do Instituto Histórico e Geographico de Sergipe' foi instituído oficialmente em 27/08/1912, com a publicação dos *Estatutos* do IHGS. A produção de um periódico que divulgasse as 'atas, os nomes dos sócios, discursos e trabalho literários' era um dos fins da entidade.

Inicialmente, a *Revista* foi programada para circular trimestralmente, periodicidade que não chegou a ser respeitada para além do primeiro ano (1913). Em 1916 já surgia como fascículo único e, no ano seguinte, uma determinação estatutária a transformaria em veículo de circulação anual¹⁴.

13 NASCIMENTO, José Anderson. Op. Cit.

14 FREITAS, Itamar. Op. Cit., p. 21.

A falta de recursos para impressão da Revista, contribuiu para existência de hiatos na sua publicação, ocorrendo períodos com publicações bianuais, estendendo para uma temporalidade de cinco anos entre as publicações. O período que ocorreu uma parada significativa foi de 1965 a 1978. Na atualidade a revista é publicada anualmente com dois volumes impressos e em plataforma digital¹⁵ e é a revista mais antiga em circulação no Estado de Sergipe.

A revista do IHGSE, no decorrer de sua existência, apresentou-se como veículo disseminador do pensamento intelectualizado e foi utilizada por acadêmicos da ASL como estratégia para a consolidação e ampliação do capital cultural¹⁶ desses intelectuais. Assim, por meio da publicação de artigos e discursos disseminaram ideias e interpretações a respeito da história e cultura sergipana, fortalecendo o campo¹⁷ intelectual sergipano e estabelecendo diálogos com os seus pares.

O quadro apresentado a seguir apresenta os acadêmicos/as da ASL que utilizaram a Revista do IHGSE como veículo de difusão de suas produções acadêmicas e/ou literárias.

Quadro 02 – Acadêmicos/as da ASL que publicaram na Revista do IHGSE

Nº	Nomes dos Acadêmicos/as	Principais atividades profissionais
01	Acrísio Torres de Araújo	Advogado e Professor
02	Ana Maria do N. Fonseca Medina	Professora
03	Antônio Garcia Filho	Médico, Professor
04	Antônio M. de Carvalho Neto	Advogado
05	Ariosvaldo Figueiredo Santos	Engenheiro Agrônomo, Professor Jornalista
06	Clodomir de Souza e Silva	Advogado, Professor e Jornalista
07	Emmanuel Franco	Engenheiro Agrônomo e Professor
08	Enock Matusalém Santiago	Advogado
09	Epiphany da F. Dória e Menezes	Jornalista, Bibliotecário
10	Estácio Bahia Guimarães	Administrador, Advogado e Engenheiro de Produção

15 A RIHGSE recebe artigos de sócios e pesquisadores de todo o país. No entanto, o seu foco é a divulgação dos conhecimentos históricos, geográficos e culturais do estado de Sergipe. http://www.ihgse.org.br/revista_apresentacao.asp. Acesso: outubro de 2018.

16 Segundo Bourdieu (2002) o capital cultural é verificado por meio da a sua existência em três formas: *no estado incorporado*, ou seja, sob a forma de disposições duráveis do organismo; *no estado objetivado*, sob a forma de bens culturais – quadros, livros, dicionários, instrumentos, máquinas, que constituem indícios ou a realização de teorias, de problemáticas, etc. e; enfim, *no estado institucionalizado*, forma de objetivação [...]. BOURDIEU, Pierre. Os três estados do capital cultural. In: NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. (orgs.). *Escritos de Educação*. Petrópolis: Vozes, 2002.

17 Campo é entendido como “[...] os lugares de relações de forças que implicam tendências imanentes e probabilidades objetivas.” BOURDIEU, Pierre. *Os usos sociais das ciências*: por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: Editora da UNESP, 2004.

Continua

Nº	Nomes dos Acadêmicos/as	Principais atividades profissionais
11	Exupero de Santana Monteiro	Jornalista
12	Felte Bezerra	Odontólogo e Professor
13	Filadelfo Jônatas de Oliveira	Padre
14	Florentino Teles Menezes	Professor
15	Francisco Guimarães Rollemberg	Médico e Advogado
16	Francisco Leite Neto	Advogado, Professor e Jornalista
17	Gervásio de Carvalho Prata	Advogado
18	Helvécio Ferreira de Andrade	Médico e Professor
19	Hunald Santaflor Cardoso	Advogado e Professor
20	João Batista P. Garcia Moreno	Médico e Professor
21	João Freire Ribeiro	Jornalista
22	João Oliva Alves	Jornalista
23	João Pires Wynne	Advogado e Jornalista
24	Joaquim Prado Sampaio Leite	Advogado e Professor
25	Jorge Carvalho do Nascimento	Professor
26	José Amado Nascimento	Professor e Advogado
27	José Augusto de Rocha Lima	Padre, Advogado e Professor
28	José Bonifácio Fortes Neto	Advogado, Professor e Jornalista
29	José da Silva Ribeiro Filho	Advogado e Professor
30	José de Magalhães Carneiro	Odontólogo e Professor
31	José Sebrão Sobrinho	Promotor e Jornalista
32	José Silvério Leite Fontes	Advogado e Professor
33	Luiz Antonio Barreto	Jornalista
34	Luiz Fernando Ribeiro Soutelo	Economista e Professor
35	Luiz José da Costa Filho	Advogado e Professor
36	Manuel dos Passos Oliveira Teles	Advogado e Professor
37	Maria Lígia Madureira Pina	Professora
38	Maria Thétis Nunes	Professora
39	Mário de Araújo Cabral	Advogado, Professor e Jornalista
40	Urbano Lima de Oliveira Neto	Engenheiro Agrônomo
41	Wagner da Silva Ribeiro	Advogado e Professor
42	Zózimo Lima	Jornalista

Fonte: Quadro elaborado pelos autores, a partir de Nascimento, 2017

Como apresentado no quadro anterior, 42 acadêmicos/as figuram como autores de publicações na Revista do IHGSE. Somadas as publicações de todos esses acadêmicos, foram registrados 208 artigos correspondente ao período em análise (1913 a 2017). Mas, quais as temáticas abordadas? Quais os intelectuais que mais produziram? Qual a participação das mulheres/acadêmicas no resultado dos levantamentos? São aspectos discutidos em seguida.

As publicações da Revista do IHGSE abordam diversas temáticas, exceto quando a edição é alusiva a algum marco comemorativo ou dedicada a um intelectual. Temas sobre documentos inéditos, discursos, transcri-

ções de conferências, apresentação dos editores, ações da diretoria, geografia física, educação, comissões, atas de reuniões, biografias, notícias, necrológicos, dentre outros. Além de contribuir para a mediação da produção dos seus sócios, a revista também tem um caráter informativo com relatos de doações de livros, transcrições de atas, relação de sócios e notas de falecimento.

Dentre as temáticas abordadas nas publicações dos/as acadêmicos/as da ASL na RIHGSE, o maior número é de estudos biográficos. Assim, das 208 publicações coletadas nas edições da revista, no período destacado, 64 escritos apresentam estudos biográficos, o que representa 30,7% do total da produção, denotando o interesse e/ou investida desses estudos nos escritos dos acadêmicos/as que publicaram na revista.

Esses estudos biográficos publicados pelos acadêmicos/as na RIHGSE caracterizam-se como uma escrita interessada em “enaltecer e engrandecer aquele que seria biografado”¹⁸, ou seja, são escritos que tiveram como finalidade a exaltação de personalidades consideradas referências para o estado, a respeito das quais os sergipanos deveriam conhecer e buscar imitar suas trajetórias e contribuições. A partir da década de 2000, percebe-se modificação nesse enfoque, com a incorporação de novas abordagens na escrita biográfica advindas da publicação de estudos resultantes, sobretudo, de estudos desenvolvidos em cursos de pós-graduação.

A temática educacional é bastante diminuta no conjunto dos escritos dos acadêmicos/as na revista. Assim, foram encontrados apenas quatro artigos produzidos por acadêmicos da ASL que retratam aspectos educacionais, foram eles: Zózimo Lima, com o artigo “O Esperanto em Sergipe” (1959); José Amado Nascimento, com o texto “Educadores e Sociólogos se completam e se precisam hoje mais do que nunca” (1960); Francisco Rollemberg, com o artigo “Os sergipanos estudantes da Faculdade de Direito do Recife no eleitorado de sua província” (1989); e Acrísio Torres, que escreveu “Os mestres de outros tempos” (2009). O quadro em sequência destaca os nomes dos acadêmicos/as da ASL que mais publicaram na Revista do IHGSE, temos o seguinte quadro:



18 SCHWARCZ, L. M. Biografia como gênero e problema in: *Revista História Social*. Campinas. Nº 24, 2013, p. 51 – 73. Disponível em: < <http://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/rhs/issue/view/94/showToc>> acesso em outubro/2017

Quadro 03 – Acadêmicos/as da ASL que mais publicaram na Revista do IHGS.

Nº	Acadêmicos (as)	Quantitativo de artigos
01	Epiphânio da F. Dória e Menezes	42
02	Joaquim Prado Sampaio Leite	24
03	Maria Thétis Nunes	15
04	João Pires Wynne	13
05	Manuel dos Passos Oliveira Teles	12
06	Felte Bezerra	08
07	Luiz Antônio Barreto	08
08	José Sebrão Sobrinho	07
09	José Silvério Leite Fontes	06
10	Zózimo Lima	05
11	José Amado Nascimento	05
12	Luiz Fernando Ribeiro Soutelo	05

Fonte: Revistas do IHGSE¹⁹ e Nascimento, 2017.



Das informações apresentadas no quadro anterior é possível inferir, cruzado com outras informações levantadas, a preponderância da escrita de acadêmicos/as da ASL que exerceram cargos na diretoria do IHGSE, a exemplo dos três que mais publicaram. Por outro lado, observa-se que esses intelectuais também exerceram alguns cargos na ASL, destacando o Epiphânio da F. Dória e Menezes que atuou na ASL, como tesoureiro e bibliotecário.

As publicações dos/as acadêmicos/as que mais publicaram na RHHGSE, em geral, também revelam algumas particularidades quanto aos assuntos de maior interesse. Assim, no conjunto dessas publicações se destacam, além dos escritos biográficos, temáticas sobre a História de Sergipe, discursos de homenagens às figuras consideradas ilustres, estudos sobre a cultura sergipana, necrológicos, estudos geográficos, dentre outros.

O destaque dos escritos da acadêmica Maria Thétis Nunes na Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe

De acordo com as fontes apresentadas nesse artigo, as primeiras mulheres admitidas como sócias do IHGSE foram Leonor Teles de Menezes e

19 REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SERGIPE. Aracaju. 1913 a 2017. Disponível em: <http://ihgse.org.br> Acesso: setembro a novembro de 2018.

Ítala Silva de Oliveira, como consta na Ata do dia 06 de outubro de 1916²⁰. A presença feminina na ASL ocorreu somente no final da década de 1970, com a eleição da Professora Núbia Marques, em 1978. No período em análise, foram eleitas como imortais:

Quadro 04 – Acadêmicas empossadas entre 1978 e 2017.

Nº	Acadêmicas	Ano da posse
01	Núbia do Nascimento Marques	1978
02	Ofenísia Soares Freire	1980
03	Maria Thétis Nunes	1983
04	Carmelita Pinto Fontes	1984
05	Gizelda Santana de Moraes	1992
06	Maria Lígia Madureira Pina	1998
07	Aglaré D'Ávila Fontes	2004
08	Marlene Alves Calumby	2004
09	Clara Leite de Rezende	2004
10	Luzia Maria da Costa Nascimento	2007
11	Ana Maria do Nascimento F. Medina	2008
12	Patrícia Verônica S. de Souza	2012
13	Jane Alves Nascimento Moreira de Oliveira	2017

Fonte: Nascimento (2017)²¹

De acordo com Freitas (2002) “O gênero feminino somente passa a colaborar a partir de 1939 com Maria Alice Firpo (discurso sobre Tobias Barreto) e Carmem Sobral (discurso sobre Tobias Barreto)”²², o que demonstra a exígua participação das mulheres, situação que começa a se modificar a partir dos anos 1980. A história das mulheres aponta para a existência de uma internalização da discriminação e da dominação que negou a elas o poder da linguagem como um conjunto de elementos capazes de contribuir para o entendimento do seu cotidiano. Chartier (1995)²³ anuncia que a linguagem não é apenas o conjunto de palavras de uma língua, mas é, também, discurso, uma forma de tornar o cotidiano inteligível, interferindo na maneira de se experimentar o mundo.

20 ATAS DAS SEÇÕES DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SERGIPE. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*. Aracaju. nº 09, 1920, p. 247. Disponível em: <http://revistaihge.org.br/index.php/revista/issue/view/16>. Acesso em setembro de 2018.

21 NASCIMENTO. José Anderson. Op. Cit.

22 FREITAS, Itamar. Op. Cit., p. 27.

23 CHARTIER, Roger. Diferenças entre os sexos e dominação simbólica (nota crítica). *Cadernos Pagu*- fazendo história das mulheres, nº 4, p. 40-42, 1995.

A história da literatura de autoria feminina mostra que o controle da escrita cerceou, durante muito tempo, a autonomia necessária para que as mulheres pudessem romper com uma história de silêncio a elas imposta, impedindo-as de expressar seu pensamento através da linguagem escrita. Para Tedeschi (2016), a prática feminina da escrita de variados gêneros textuais pode ser vista “como algo que ocorreu marcado pela necessidade das mulheres de se inscreverem no mundo masculino das letras e pelo risco iminente de serem apagadas dele”²⁴, impulsionando as mulheres a se aventurarem na escrita.

Inicialmente restritas a uma escrita no âmbito privado da família, as mulheres se apropriaram, conforme Perrot (2005), “de todos os campos da comunicação e da criação: poesia, romance sobretudo, história às vezes, ciência e filosofia mais dificilmente”²⁵, passando, progressivamente, a ocupar um cenário outrora eminentemente masculino.

Nos levantamentos dos escritos dos acadêmicos da ASL na Revista do IHGSE, transparece com presença bastante expressiva as produções da historiadora, professora e imortal da ASL Maria Thétis Nunes, autora de 15 artigos e figurando em terceiro lugar entre todos os acadêmicos que escreveram na RIHGSE. Tais publicações também coincidem com o período que a Prof.^a Thétis exerceu cargos na diretoria do IHGSE.

Maria Thétis Nunes Nasceu na cidade de Itabaiana SE, no dia 06 de janeiro de 1923 e faleceu, na cidade de Aracaju, no dia 25 de outubro de 2009. Estudou no Atheneu Sergipense no período de 1935 a 1941, concluindo os cursos secundário e o pré-jurídico. Em 1946, graduou-se em Geografia e História, pela Faculdade Católica da Bahia. No mesmo ano foi aprovada no concurso da Cátedra de Geografia do Atheneu Sergipense. Na ASL foi eleita imortal em 1983, ocupando a cadeira de nº 39. Também foi a primeira mulher a exercer o cargo de presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe.

As outras acadêmicas da ASL que publicaram na Revista do IHGSE foram Ana Maria do N. Fonseca Medina (2 artigos) e Maria Lígia Madureira Pina (1 artigo). A primeira foi eleita em 2008 para a cadeira de nº 16 da ASL, tendo como atuação principal as atividades do magistério e atividades no setor dos cerimoniais do Tribunal de Justiça e Prefeitura Municipal de Aracaju. A segunda, Maria Lígia Madureira Pina, foi eleita em 1997, para a cadeira de nº 27, exerceu o magistério em diversos colégios em Aracaju, em especial o Colégio Atheneu e o Colégio de Aplicação da UFS.

24 TEDESCHI, Losandro Antonio. Os desafios da escrita feminina na história das mulheres. *Raído*, Dourados, MS, v.10, n.21, jan./jun. 2016, p.157.

25 PERROT, Michele. *As mulheres ou os silêncios da história*. São Paulo: Edusc, 2005, p.13.



Considerações finais

Os intelectuais do IHGSE fomentaram a criação de instituições culturais sergipanas, dentre elas, a ASL. Por intermédio da sua revista, esses intelectuais evidenciam o seu papel de mediadores, ou seja, promovendo a disseminação dos seus conhecimentos e, ao mesmo tempo, fortalecendo o seu capital cultural. No que concerne a formação acadêmica desses intelectuais, percebe-se a concentração nos cursos de direito, medicina e engenharia. E, quanto as atividades profissionais exercidas, além de terem atuado como profissionais liberais ou agentes do estado em áreas relacionadas com a formação acadêmica, a maioria exerceu a atividade no magistério no ensino secundário, principalmente no Colégio Atheneu Sergipense. Constatou-se que 42 acadêmicos(as) da ASL publicaram na Revista do IHGSE, no período de 1913 a 2017. Os artigos discorrem sobre diversas temáticas, sobressaindo os trabalhos referentes à produção de biografias. Outro aspecto verificado foi a diminuta publicação de autoria das mulheres acadêmicas na Revista do IHGSE, pois somente três publicaram no periódico. O maior número de publicações foi da professora e historiadora Maria Thétis Nunes que publicou 15 artigos, sendo o terceiro maior quantitativo de publicação entre os intelectuais da ASL – homens e mulheres – que veicularam seus trabalhos nesse periódico.





SEÇÃO COMEMORATIVA

Felisbello Freire e a Casa de Sergipe

Samuel Albuquerque*

269

Realizou-se como fôra previamente anunciada, ás 19 horas de ante-hontem, a sessão solene do Instituto Histórico, em homenagem á memória do inolvidavel sergipano dr. Felisbello Freire, sócio honorario d'aquella douta associação. | O acto foi presidido por s. ex. o sr. general Oliveira Valladão, Presidente do Estado e sócio benemerito do mesmo Instituto. | [...] O discurso [do dr. Prado Sampaio, orador do Instituto,] lembrou os serviços prestados pelo illustre morto á causa da abolição e da Republica, não só em Sergipe como em todo o paiz. | [...] Pelo desembargador Armindo Guaraná, foi requerida a inserção de um voto de pesar pelo passamento do notável patricio e pelo dr. Octaviano Oliveira que o Instituto inaugurasse o retrato do dr. Felisbello Freire no seu salão de honra. | Aprovados unanimemente [os] ditos requerimentos, s. ex. o sr general Oliveira Valladão, Presidente Honorario do Instituto, ao terminar agradeceu aos presentes a associarem-se a aquella justa homenagem que o Instituto Histórico prestava á memória de um dos filhos mais illustres de Sergipe [...] (Clodomir Silva, jornal Estado de Sergipe, Aracaju, 9 jun. 1916).

Passados cem anos da morte de Felisbello Freire, passados cem anos da sessão solene do Instituto Histórico e Geográfico em homenagem ao seu ilustre sócio honorário, a Casa de Sergipe, sob minha presidência, tornou a celebrar a memória do historiador, cujo legado intelectual foi tema do V Congresso Sergipano de História & V Encontro Estadual de História da ANPUH/SE, realizado em outubro de 2016.

O médico e político Felisbello Firmo de Oliveira Freire (1858-1916), sabemos, deixou um importante legado à historiografia brasileira. São de sua lavra, por exemplo, a *História de Sergipe* (1891), a *História da Revolta de 6 de Setembro de 1893* (1896), a *História Constitucional da República dos Estados Unidos do Brasil* (1894 e 1895), a *História Territorial do Brasil* (1906), *Os portugueses no Brasil* (1907), a *História do Banco do Brasil* (1907) e a *História da Cidade do Rio de Janeiro* (1912 e 1914).

* Professor da UFS e sócio do IHGSE

A programação do congresso que tomou a obra de Felisbello como tema desdobrou-se, com pleno sucesso, entre os dias 24 e 27 de outubro de 2016, no Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, em Aracaju.

Brilhantes foram as conferências, cujos textos, em parte, conseguimos aqui reunir. Na noite do dia 24 (segunda-feira), o Prof. Dr. Francisco José Alves (UFS) tratou da *Teoria da História em Felisbello Freire*. O Prof. Dr. Paulo Knauss de Mendonça (UFF), por sua vez, tratou do *Rio de Janeiro na historiografia de Felisbello Freire*, na noite do dia 25 (terça-feira). A Profa. Dra. Adriana Pereira Campos (UFES) e a Profa. Dra. Joceneide Cunha (UNEB) trataram, respectivamente, do *Espírito Santo na Historiografia de Felisbello Freire* e da *Bahia na historiografia de Felisbello Freire*, na noite do dia 26 (quarta-feira). Encerrando o evento, tratei da *Escrita de si na 'História de Sergipe' de Felisbello Freire*, na noite do dia 27 (quinta-feira).

A mesa redonda *Felisbello Freire, a pesquisa e o ensino de História*, realizada na tarde do dia 27, contou com as também brilhantes participações da Profa. Dra. Terezinha Alves de Oliva (IHGSE) e da Profa. Me. Lenalda Andrade Santos (IHGSE), seguidas pela Profa. Maria Fernanda dos Santos (discente PROHIS/UFS) e pelo Prof. Marcos Vinicius Melo dos Anjos (SEED/SE).

O evento contou com cerca de 150 trabalhos, apresentados em mais de uma dezena de simpósios temáticos, coordenados por profissionais de vários estados. Além disso, os sete minicursos oferecidos foram bastante concorridos, e a divulgação de obras de autores sergipanos surpreendeu pela demanda.

Evidentemente, um evento tão bem sucedido – que contou com mais de três centenas de inscritos – não foi fruto de diminutos esforços. Na ocasião, manifestamos gratidão aos que faziam a Associação Nacional de História - ANPUH/SE, representados por seu presidente, o professor Diogo Monteiro; aos conferencistas e palestrantes que aceitaram partilhar os resultados de seus estudos e pesquisas, muitos deslocando-se dos seus estados de origem para dar vida ao evento; à Universidade Tiradentes, pelo apoio e parceria, abrigando os minicursos e simpósios temáticos nas salas do Campus Centro; aos coordenadores de simpósios temáticos e ministrantes de minicursos, que também deram vida e fizeram daquele um evento multifacetado; além dos dedicados monitores, estagiários e funcionários do IHGSE.

A quinta edição do Congresso Sergipano de História congregou profissionais e estudantes de História e áreas afins, aprofundando discussões sobre a historiografia de Felisbello Freire, bem como os seus reflexos na pesquisa e no ensino de História. Foi um evento à altura da importância da obra de Felisbello Freire, tão significativa para todos nós, pedra angular da historiografia sergipana.



Coroando as recentes iniciativas em torno da obra de Felisbello Freire, os editores da Revista do IHGSE decidiram pela publicação do material que, com muito esforço, consegui reunir após a realização do evento de 2016. Além dos editores, João Paulo Gama Oliveira e Joaquim Tavares da Conceição, preciso registrar gratidão aos professores Paulo Knauss de Mendonça e Adriana Pereira Campos, conferencistas que reagiram ao desafio de verter os textos-base de suas falas em artigos para nossa centenária revista, que circula desde 1913.

Vida longa ao legado de Felisbello! Vida longa ao nosso Instituto Histórico e sua Revista!



Escrita de si na *História de Sergipe* de Felisbello Freire

Samuel Albuquerque*

Resumo

Consenso entre os estudiosos da Historiografia Sergipana, Felisbello Freire (1858-1916) é considerado o pioneiro nos fazeres historiográficos no estado. Sua *História de Sergipe*, publicada em 1891, é a mais consagrada síntese histórica sobre Sergipe. Este trabalho estuda a obra de Felisbello, destacando seu caráter autobiográfico, analisando como aspectos da biografia do autor mulato e republicano influíram na narrativa produzida sobre a história de sua província natal, sobretudo ao tratar do século XIX.

Palavras-chave: Felisbello Freire; Escrita de si; História de Sergipe – século XIX.

Abstract

A consensus among the researchers of Sergipe's Historiography, Felisbello Freire (1858-1916) is considered a pioneer in the state's historiographic work. His *História de Sergipe*, published in 1891, is the most consecrated historic synthesis about the state of Sergipe. This work studies the work of Felisbello, highlighting its autobiographical character and analyzing how aspects of the author's biography, a brown man who was also a republican, influenced in the narrative of the history of his homeland province, especially when dealing with the 19th century.

Keywords: Felisbello Freire; Writing of the self; History of Sergipe – 19th century.

273



* Professor da UFS e sócio do IHGSE

Tomado de excitação, Felisbello deixou a Tipografia Perseverança. Perambulando pelas ruas do centro do Rio, folheava sua *História de Sergipe*, que acabara de ficar pronta. Era o primeiro livro do médico e a pedra fundamental da historiografia sergipana, lançada naquele ano de 1891.

Mesmo que abdicássemos da imaginação histórica, registrando, friamente, que a *História de Sergipe* foi publicada em 1891, pela Tipografia Perseverança, no Rio de Janeiro, não poderíamos ignorar o significado do fato. A obra inaugurou a historiografia sobre o pequeno estado da federação e consagrou-se como a mais importante síntese da história de Sergipe¹.

Desde a emergência dos estudos de história da historiografia sergipana, em princípios da década de 1970, o pioneirismo da obra de Felisbello Freire vem sendo destacado.

Silvério Fontes, mesmo registrando a “preocupação historiográfica” do comendador Travassos em seus *Apontamentos históricos e topográficos sobre a Província de Sergipe (1875)*², considerou Felisbello o fundador da historiografia sergipana propriamente dita, com sua incontornável *História de Sergipe* (FONTES, 1972: 5)³, que seria “o mais valioso estudo global da história sergipana” (FONTES, 1973: 383)⁴.

Para Vladimir Souza Carvalho, os livros de Felisbello (referindo-se, também, ao *História territorial do Brasil*, de 1906)⁵ seriam “os dois maiores monumentos” da historiografia sergipana, “a ponto de, depois deles, não aparecer nenhum outro de destaque e mérito equivalentes” (CARVALHO, 1973: 12)⁶.

José Calazans considerou Felisbello o “primeiro historiador de Sergipe”, o “pai da historiografia sergipana”. A ausência de uma historiografia local teria levado Felisbello a “começar do nada”, fato que engrandeceria a “realização empreendida e levada a bom termo” (CALAZANS, [1973] 1992: 13-14)⁷.

Itamar Freitas, tratando da malograda proposta de um concurso para a escolha da “mais perfeita história da Província de Sergipe” – lançada pelo então deputado Sílvio Romero à Assembleia Provincial de Sergipe, em mea-

1 FREIRE, Felisbello Firmo de Oliveira. *Historia de Sergipe (1575-1855)*. Rio de Janeiro: Typographia Perseverança, 1891.

2 TRAVASSOS, Antonio José da Silva. *Apontamentos historicos e topographicos sobre a Provincia de Sergipe*. Rio de Janeiro: Instituto Typographico do Direito, 1875.

3 FONTES, José Silvério Leite. Historiografia Sergipana. In: Levantamento das fontes primárias da história de Sergipe. *Cadernos da UFS*, Aracaju, n. 1, p. 4-7, 1972.

4 FONTES, José Silvério Leite. Vultos da historiografia brasileira: Felisbello Freire (1858-1915). *Notícia Bibliográfica e Histórica*, Campinas, n. 49, p. 381-385, set. 1973.

5 FREIRE, Felisbello Firmo de Oliveira. *Historia territorial do Brazil (Bahia, Sergipe e Espirito Santo)*. Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Commercio, 1906. p. 273-363.

6 CARVALHO, Vladimir Souza. A História em/de Sergipe. In: *Santas Almas de Itabaiana Grande*. Itabaiana: O Serrano, 1973. p. 11-15.

7 SILVA, José Calazans Brandão da. Introdução ao estudo da Historiografia Sergipana. In: *Aracaju e outros temas sergipanos*. Aracaju: FUNDESC, 1992 (Coleção João Ribeiro). p. 7-37.



dos da década de 1870 – concluiu que “a tão esperada *História de Sergipe* seria publicada apenas em 1891, por Felisbello Freire” (FREITAS, 2007: 28)⁸.

Entre os nomes mais consagrados da historiografia sergipana, Maria Thetis Nunes assinalou que, “como historiador, [Felisbello] deixou diversas obras importantes, destacando-se a *História de Sergipe*, publicada em 1891, e que continua, até hoje, como a melhor interpretação, em conjunto, da evolução histórica sergipana” (NUNES, 1984: 126)⁹.

Ibarê Dantas, ao estudar a “criação da Casa de Sergipe”, registrou que, “[em 1912,] entre os historiadores sergipanos afastados de sua terra, estava Felisbello Freire (1858-1916), o primeiro a publicar uma análise sistemática e de grande importância sobre a *História de Sergipe* (1891)” (DANTAS, 2012: 25)¹⁰. Décadas antes, Ibarê já considerava que

[a obra] representa no todo a síntese de maior mérito sobre o Estado [...], não apenas por representar um trabalho imprescindível para quem procura conhecer o passado de Sergipe, mas também pelo desafio que significa para os historiadores sergipanos que, malgrado seus projetos, ainda não construíram uma síntese que superasse ou continuasse o estudo de Felisbello Freire (DANTAS, 1978)¹¹.

Pioneiro no estudo do conjunto da obra de Felisbello, Bonifácio Fortes, em 1958, considerava que a *História de Sergipe* seria “a única sistematização séria da História sergipana” (FORTES, 1958: 40)¹². Já Francisco José Alves, principal estudioso da historiografia de Felisbello, assinalou:

A *História de Sergipe* de F. Freire inaugura a historiografia científica do Estado. Até então tínhamos memórias e descrições. Com esta obra temos a primeira tentativa de interpretação científica da História estadual. Valendo-se do evolucionismo, paradigma científico hegemônico na época, Freire oferecerá uma síntese da evolução de Sergipe (ALVES, 1991)¹³.

8 FREITAS, Itamar. *Historiografia Sergipana*. São Cristóvão: Editora UFS, 2007.

9 NUNES, Maria Thetis. *História da Educação em Sergipe*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984 (Educação e comunicação, 13). Verificar observação similar na página 178 da mesma obra e no artigo “Felisbello Freire, o historiador” (Nunes, 1987: 92-93) [NUNES, Maria Thetis. Felisbello Freire, o historiador. *Caderno de Cultura do Estudante*, Aracaju, n. 4, p. 92-93, 1987].

10 DANTAS, Ibarê. *História da Casa de Sergipe: os 100 anos do IHGSE, 1912-2012*. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: IHGSE, 2012 (Coleção Biblioteca Casa de Sergipe, 15).

11 DANTAS, Ibarê. Do regional ao nacional, *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 25 fev. 1978, p. 2.

12 FORTES [NETO], [José] Bonifácio. *Felisbello Freire: o homem público, o escritor e o constituinte*. Aracaju: Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, 1958.

13 ALVES, Francisco José. Centenário de uma história inaugural, *Jornal da Manhã*, Aracaju, 29 dez. 1991, Arte e Palavra, p. 6.



Acredito que a tese da “síntese não superada”, felizmente, expirou, considerando que a historiografia sergipana, sobretudo a partir de década de 1980, passou a receber significativas contribuições de autores como Ibarê Dantas e Maria Thetis Nunes. Sobre essa questão, considero que a contribuição de Felisbello foi superada, no que diz respeito à História da Capitania de Sergipe, pelo conjunto do legado de Maria Thetis Nunes – com os livros *Sergipe Colonial I* (1989)¹⁴ e *Sergipe Colonial II* (1996)¹⁵ – e Luiz Mott – com os livros *Sergipe del Rey* (1986)¹⁶, *A Inquisição em Sergipe* (1989)¹⁷ e *Sergipe Colonial e Imperial* (2008)¹⁸. Quanto à História da Província de Sergipe, Felisbello foi superado por Ibarê Dantas, que, em 2009, publicou a biografia do senador *Leandro Ribeiro de Siqueira Maciel*, estudando com afinco a política e a sociedade sergipana oitocentista¹⁹.

Ainda assim, considero que Felisbello e sua obra representam a cumeeira da historiografia sergipana. Todavia, preocupa-me o fato de, há mais de um século, a celebrada *História de Sergipe* ser tomada, grosso modo, como um livro sagrado, reproduzido irrefletidamente por sucessivas gerações de estudiosos do passado sergipano.

Todo texto historiográfico é, potencialmente, um documento histórico. E, sabemos, “nenhum documento é inocente”. Nesse sentido, ocupar-me-ei de uma releitura dessa obra (incontestavelmente importante), atentando para o seu caráter autobiográfico – percebendo como a historiografia está impregnada da biografia do historiador.

Os autores dos principais perfis biográficos de Felisbello limitaram-se a indicar o nome dos seus pais, o coronel Felisbello Firmo de Oliveira Freire e dona Rosa do Amarante Góes Freire, e o seu nascimento, em 1858, em Itaporanga. O fato de ele ser neto de Luís Francisco Freire (179?-1856), influente senhor de engenhos do vale do Vaza-Barris, e sobrinho do Barão de Laranjeiras, Felisberto de Oliveira Freire (1819-1889), senhor do Engenho Belém, também é evocado. O que se ignorou ou se ocultou, todavia, foi a origem mestiça do renomado historiador.

Conforme o registro de casamento dos pais de Felisbello, que localizei no arquivo da Paróquia Nossa Senhora d’Ajuda, o coronel Felisbello Firmo

14 NUNES, Maria Thetis. *Sergipe Colonial I*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Sergipe: UFS, 1989.

15 NUNES, Maria Thetis. *Sergipe Colonial II*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.

16 MOTT, Luiz Roberto de Barros. *Sergipe del Rey*: população, economia e sociedade. Aracaju: FUNDESC, 1986 (Coleção Jackson da Silva Lima).

17 MOTT, Luiz Roberto de Barros. *A Inquisição em Sergipe*. Aracaju: FUNDESC, 1989 (Coleção Jackson da Silva Lima).

18 MOTT, Luiz Roberto de Barros. *Sergipe Colonial e Imperial*: religião, família, escravidão e sociedade. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2008.

19 DANTAS, Ibarê. *Leandro Ribeiro de Siqueira Maciel (1825/1909)*. O patriarca do Serra Negra e a política oitocentista em Sergipe. Aracaju: Criação, 2009.

de Oliveira Freire era filho natural de certa Inez das Virgens que, naquele ano de 1857, residia na vila de Itaporanga²⁰. Por sua vez, o inventário *post-mortem* de Luís Francisco Freire, datado de 1856, atesta que o patriarca da família e antigo senhor dos engenhos Roma, Belém e Jerusalém, reconheceu sua descendência bastarda, assumindo o papel de provedor e transmitindo-lhe seu sobrenome²¹.

Provavelmente, era na avó Inez que os desafetos políticos de Felisbello buscavam inspiração para afirmar, por exemplo, que sua “ascendência vai entroncar na nobre árvore genealógica das senzalas do Engenho Belém” (DANTAS, 2009: 238)²². Teria a avó Inez passado de cativa a amásia do avó Luís Francisco? Quem sabe um biógrafo à altura do nosso primeiro historiador possa, entre outras coisas, relacionar a história familiar com a militância de Felisbello nos movimentos abolicionista e republicano.

É preciso assinalar que, muito provavelmente, Felisbello empenhou-se em ocultar ou, ao menos, omitir sua origem mestiça. Na tese apresentada à Faculdade de Medicina da Bahia em 1881, por exemplo, o autor forjou uma relação legítima entre os seus avós paternos, registrando o nome da avó Inez das Virgens acrescido do sobrenome Freire. Nesse sentido, há divergências entre os registros paroquiais e os registros constantes nos elementos pré-textuais da tese de Felisbello, no que diz respeito ao nome de sua avó (simplesmente Inez das Virgens, para a Igreja)²³. Sabemos, todavia, que, em princípios da década de 1880, os registros válidos eram os eclesiásticos (certidões de batismo, casamento e óbito). Somente em fins daquela década, com a República, foram criados o casamento e os registros civis na esfera governamental.

Considerando a indissolubilidade do casamento católico e o fato de o avó paterno de Felisbello ter deixado viúva, em 1856, a senhora Adriana Francisca Freire (mãe, entre outros, de Alexandre Freire do Prado, do Engenho Carvão, em Divina Pastora, e de Felisberto de Oliveira Freire, do Engenho Belém, em Itaporanga d’Ajuda – futuro Barão de Laranjeiras), conforme consta no mencionado inventário de Luís Francisco Freire, concluo que o jovem autor da tese médica de 1881 atribuiu à sua avó paterna um sobrenome que ela nunca ostentou.

20 REGISTRO DO CASAMENTO de Felisbello Firmo de Oliveira Freire com Rosa Benta de Araújo [Góes] Mello. Itaporanga d’Ajuda, 1857. In: Livro de registro de casamentos – 1845/1877, número 579, p. 82 (anverso). Arquivo da Igreja Matriz da Paróquia Nossa Senhora d’Ajuda, Itaporanga/SE.

21 INVENTÁRIO *post-mortem* de Luis Francisco Freire. São Cristóvão, 1856. Arquivo Geral do Judiciário, Fundo São Cristóvão/Cartório do 1º Ofício, caixa 12, número geral 25.

22 DANTAS, Ibarê. *Leandro Ribeiro de Siqueira Maciel (1825/1909)*. O patriarca do Serra Negra e a política oitocentista em Sergipe. Aracaju: Criação, 2009.

23 FREIRE, Felisbello Firmo de Oliveira. *Os caracteres clinicos da cirrhose hypertrophica são sufficientes para classificar-a como uma molestia distincta da cirrhose atrophica?*. Bahia: Imprensa Economica, 1881 (Tese apresentada à Faculdade de Medicina da Bahia).



Forjando uma origem socialmente “legítima”, o resultado parece ter sido satisfatório para Felisbello. Ao menos é isso que indica a principal peça celebrativa do centenário de nascimento do médico, em 1958. Em discurso publicado pelo Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, o acreditado professor Bonifácio Fortes repetia que os avós paternos de Felisbello eram “[...] o T. cel. Luiz Francisco Freire e Inez das Virgens Freire” (Fortes [Neto], 1958: 7)²⁴.

Finalmente, assinalo que, na produção dos monumentais dicionários biobibliográficos de Sacramento Blake (1893)²⁵ e Armindo Guaraná (1925)²⁶, que veicularam os principais perfis biográficos de Felisbello, empregou-se, sempre que possível, o método dos questionários enviados aos “ilustres” brasileiros que se eternizariam nos verbetes daquelas obras. É provável que nosso Felisbello tenha, cuidadosamente, respondido questionários encaminhados por Blake e Guaraná, divulgando a melhor e mais conveniente versão de si²⁷.

O “esquecimento” em torno da condição mestiça de Felisbello, entretanto, é bastante compreensível. Gilberto Freyre, ao estudar a “ascensão do bacharel e do mulato” no Brasil do século XIX, refere-se aos notáveis “brancos-novos”, mulatos que, “pela ascensão econômica ou intelectual, tornaram-se oficialmente brancos”, e menciona, entre outros, figuras como Machado de Assis, alcunhado de “mulato inglês”, por sua sobriedade, equilíbrio e reticência; e o fino, malicioso e sutil barão de Cotegipe (Freyre, [1936] 2003: 790)²⁸. Assim, a condição de médico, de homem de letras e de político destacado pode ter embranquecido Felisbello ao ponto de os seus perfis biográficos omitirem qualquer referência à sua origem mestiça.

Gilberto também notou e anotou que certos comportamentos e trajos seriam “capazes de aristocratizarem homens de cor, mulatos, ‘morenos’” (Freyre, [1936] 2003: 722)²⁹. Penso que os registros fotográficos de Felis-

24 FORTES [NETO], [José] Bonifácio. *Felisbello Freire: o homem público, o escritor e o constitucionalista*. Aracaju: Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, 1958.

25 BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. Felisbello Firmo de Oliveira Freire. In: *Dicionário Bibliográfico Brasileiro*. Vol. 2. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1893. p. 326-327.

26 GUARANÁ, Armindo. Doutor Felisbello Firmo de Oliveira Freire. In: *Dicionário bio-bibliográfico sergipano*. Rio de Janeiro: Pongetti & C., 1925. p. 83-86 (além das páginas 24, 48 e 255-257).

27 Mesmo considerando que o dicionário de Guaraná é posterior a Felisbello, é preciso assinalar que sua publicação é posterior ao próprio Guaraná, morto em 1924, e que sua elaboração remete às últimas décadas do século XIX, quando Felisbello estava vivo e atuante no campo político e intelectual.

28 FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano*. 14ed. rev. São Paulo: Global, 2003

29 FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano*. 14ed. rev. São Paulo: Global, 2003.



belo que sobreviveram, por exemplo, no Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, dão-nos uma ideia clara dessa aristocratização dos mulatos³⁰.

Mas, certamente, a explicação para o caso Felisbello Freire não se encerra aí. Além desse “efeito branqueamento”, penso, de fato, ter havido um hercúleo esforço por parte de Felisbello para que o seu mulatismo passasse “em brancas nuvens”. Afinal, em se tratando dos intelectuais sergipanos de fins do século XIX e princípios do século XX, por que lembramos, claramente, que Tobias Barreto era mulato e esquecemos (desconhecemos, na verdade) que Felisbello também o era?

Ocultando ou omitindo a origem escrava de sua avó paterna, Felisbello parecia não lidar bem com sua condição de mulato. Entretanto, em *História de Sergipe* (1891), ele enfrentou a questão, vertendo-a em considerações sobre o papel do mulato na sociedade brasileira e sergipana de fins do século XIX.

Para Felisbello, o mestiço, notadamente o mulato, seria o elemento característico da civilização brasileira. Resultado do “crusamento das tres raças, que por aqui puzeram-se em contacto [o português, o africano e o índio]”, ele teria feição própria e original, o “genuino typo brasileiro”, e seria a “força directora a que todos os povos se submettem” (FREIRE, 1891: XXX e XXIX).

Considero uma estratégia de autoafirmação o discurso de Felisbello sobre o lugar de proa do mulato na sociedade brasileira. Para ele, a “sub-raça” da qual fazia parte seria o “legítimo producto nacional”. Nesse sentido, vale transcrever algumas considerações do autor:

Ahi está o papel da raça mestiçada no Brazil, verdadeiro agente transformador e cujo trabalho de regeneração se faz sentir no momento actual, do meado deste seculo em diante, que constitue um verdadeiro periodo historico, o periodo de transformação (FREIRE, 1891: XXXV).

[...] entre as raças mestiças que do crusamento originaram-se, figura como offerecendo maior contingente ao peso especifico da população brasileira, o mestiço entre o branco e

30 Lilia Schwarcz explica que a “linha de cor” no Brasil foi e “é capaz de variar de acordo com a condição social do indivíduo, o local e mesmo a situação”. Entre nós, diz Schwarcz, “não só dinheiro e certas posições de prestígio embranquecem, mas, para muitos, a ‘raça’, transvestida no conceito de ‘cor’, transforma-se em condição passageira e relativa” (Schwarcz, 2012: 32). Dialogando com Valle e Silva, Schwarcz elege a expressão “raça social” para entender o “efeito branqueamento” existente no Brasil, relacionado à situação socioeconômica e cultural dos indivíduos. “Enriquecer, ter educação superior, frequentar locais sociais de um estrato mais alto, destacar-se nos esportes ou na educação, tudo leva a um certo embranquecimento. No país dos tons e dos critérios fluidos, a cor é quase um critério de denominação, variando de acordo com o local, a hora e a circunstância. É isso também que faz que ‘a linha de cor’ no Brasil seja, no limite, um atributo da intimidade e do fugidio, na qual se distingue ‘raça oficial’ de ‘raça social’ [...]” (Schwarcz, 2012: 106) [SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na sociedade brasileira*. São Paulo: Claro Enigma, 2012 (Agenda Brasileira)].



o africano, a que vulgarmente se chama o *mulato* (FREIRE, 1891: XL).

Queremos crer que, em virtude de um facto de acção muito geral, o *mulato* foi o mestiço de maior representação, de maior força transformadora, aquelle que procurou mais assimilar os caracteres da *raça branca* (FREIRE, 1891: XL).

O que podemos asseverar é que em Sergipe o *mulato* abunda mais do que o *cabra*, donde podemos concluir que o índio entre nós pouco collaborou (FREIRE, 1891: XLI)³¹.

Não por acaso, Felisbello era um mulato brasileiro, nascido em meados do século XIX, altamente identificado com sua ancestralidade europeia e que, ao modo dos aristocratas do vale do Vaza-Barris, negava a existência de índios em Sergipe³².

Aliás, a conclusão de que “[o *mulato*] foi o mestiço de maior força transformadora” (FREIRE, 1891: XL) somada à biografia de Felisbello nos faz lembrar de emblemáticas páginas escritas, décadas depois, por Gilberto Freyre. Conforme o mestre pernambucano, é impossível defrontar-se com o Brasil oitocentista sem atentar para “[...] duas grandes forças, novas e triunfantes, às vezes reunidas numa só: o bacharel e o mulato” (FREYRE, [1936] 2003: 711)³³. Felisbello reunia essas duas forças “novas e triunfantes”.

Homem de seu tempo, adepto do evolucionismo de Herbert Spencer, Felisbello julgava existir uma hierarquia entre as três raças formadoras do Brasil, relacionada ao grau de evolução rumo à civilização³⁴. Para o historiador, “o portuguez foi, pois, o mais poderoso e principal factor da civilização brasileira. Elle nos prende ao grupo das civilisações occidentaes”

31 Equivocadamente, Francisco José Alves concluiu que, para Felisbello, o predomínio de mulatos na população sergipana seria “um entrave ao desenvolvimento” (Alves, 2010: 162) [ALVES, Francisco José. *A rede dos conceitos: uma leitura da historiografia de Felisbello Freire*. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviedo Teixeira, 2010].

32 Sobre a negação da existência de índios em Sergipe por parte dos aristocratas do vale do Vaza-Barris, consultar: DANTAS, 1976; e DANTAS, 1991 [DANTAS, Beatriz Góis. Índios e brancos em conflitos pela posse de terra: aldeia de Água Azeda, século XIX. *Anais do VIII Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História*. v. II, p. 421-452, 1976; DANTAS, Beatriz Góis. Os índios em Sergipe. In: DINIZ, Diana Maria de Faro Leal (Coord.). *Textos para a História de Sergipe*. Aracaju: UFS e BANESE, 1991. p. 19-60].

33 FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano*. 14ed. rev. São Paulo: Global, 2003.

34 Ao estudar a “rede dos conceitos” da historiografia de Felisbello, Alves concluiu que Spencer foi sua principal influência filosófica (Alves, 2010: 79). Conforme o estudioso, Felisbello aplica “à história do Brasil as teorias e os modelos da sociologia de Herbert Spencer (1820-1903). O filósofo inglês fornece ao historiador categorias fundamentais para a inteligência historiográfica do passado brasileiro. ‘Civilização’, ‘evolução’, ‘altruísmo’, ‘egoísmo’, ‘barbárie’... são conceitos tirados dos textos de Spencer” (Alves, 2010: 187) [ALVES, Francisco José. *A rede dos conceitos: uma leitura da historiografia de Felisbello Freire*. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviedo Teixeira, 2010].



(Freire, 1891: XXX). Nesse sentido, o mestiço brasileiro herdara mais do português que das demais raças (FREIRE, 1891: XXIX e XXX).

O patriarca Luís Francisco Freire, alvíssimo filho de portugueses, representaria, na biografia do neto Felisbello, esse elemento que o ligava às “civilizações ocidentais”. Aliás, em 1881, Felisbello dedica sua tese médica à “veneranda memória” do avô que sequer alcançou, posto que Luís Francisco morrera cerca de dois anos antes do nascimento do neto mulato.

Em se tratando de escravidão no Brasil, Felisbello acreditava ser ela “a clava de Hercules do nosso pauperismo, de nosso character; que tem dificultado a organização de uma moralidade, pelo concubinato no lar domestico, pela proliferação dos filhos naturaes, dificultando os progressos da população, a equitativa distribuição da riqueza publica” (FREIRE, 1891: XXXIV). Com esse discurso, ele justificava, também, a origem ilegítima do seu ramo familiar paterno, fruto de um concubinato. A escravidão seria a culpada das mazelas da sociedade e, também, do desconforto que acompanhava o ilustre sergipano.

Sobre o “desconforto” do bacharel mulato no Brasil oitocentista, esclarece Gilberto Freyre:

Mulatos que tendo se bacharelado em Coimbra ou nas Academias do Império foram indivíduos que nunca se sentiram perfeitamente ajustados à sociedade da época; aos seus preconceitos de branquidade, mais suaves que noutros países, porém não de todo inofensivos (FREYRE, [1936], 2003: 728)³⁵.

A observação de Gilberto ilumina muito da personalidade de Felisbello, alguém que, apesar dos títulos, cargos ocupados e páginas escritas, jamais se sentiu ajustado socialmente ou suficientemente reconhecido nos campos onde militou. O que gritava o espelho a Felisbello era: “lembra-te que és mulato” - mesmo que fosse um “fino, eugênico e aseado mulato” (FREYRE, [1936] 2003: 732)³⁶. Não acredito que ele jamais tenha se sentido um “mulato triunfante”, ao modo de Machado e Cotegipe³⁷. Aliás,

35 FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mucambos*: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano. 14ed. rev. São Paulo: Global, 2003.

36 FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mucambos*: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano. 14ed. rev. São Paulo: Global, 2003.

37 Ao menos é isso que Felisbello demonstra na apresentação do seu último livro – *Historia da Cidade do Rio de Janeiro* (1912). O “humilde autor” alega que, por ter “a coragem de dizer e escrever a verdade”, fora perseguido pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro - IHGB, instituição controlada por monarquistas e que adotava uma “posição sempre odiosa e traiçoeira” com intelectuais republicanos na década de 1890. “O Instituto tinha um fim de vingança contra mim” (p. V), declarou Felisbello, que também concluiu que “estava projectada a condenação” do seu livro pelo IHGB [FREIRE, Felisbello Firmo de Oliveira. *Historia da Cidade do Rio de Janeiro*. Vol. I (1564-1700). Rio de Janeiro: Typ. da Revista dos Tribunaes, 1912].

considerando a ligação de Felisbello com a Escola do Recife, também nos é cara a seguinte impressão de Gilberto Freyre:

O arrivismo de mulato, com todo o seu 'complexo de inferioridade', ligado ao arrivismo de novo-culto, esplende de modo tão forte que dói na vista, na grande figura de Tobias Barreto: mulato quase de gênio que para compensar-se de sua condição de negróide em face de brasileiros, portugueses, franceses ou afrancesados, requintou-se no germanismo, no alemanismo, no culto de uma ciência de brancos – os alemães – mais brancos que os franceses (FREYRE, [1936] 2003: 790)³⁸.

282

Foi impossível, ao longo dessas reflexões, não lembrar de uma das obras que mais chama a minha atenção no acervo do Museu Nacional de Belas Artes, no Rio de Janeiro. Refiro-me ao óleo sobre tela *A Redenção de Cã* (1895), do artista espanhol Modesto Brocos. Ela reflete as teorias raciais difundidas no Brasil de fins do século XIX e a leitura popular de uma passagem do livro do Gênesis, que relaciona a maldição lançada por Noé sobre seu filho Cã (e seus descendentes) à escravidão negra.

A redenção de Cã (ou da sociedade mestiça brasileira) viria com a diluição do elemento de origem africana no elemento de origem europeia. É essa ideia que nos transmite a imagem da avó negra (quem sabe africana), de pé, agradecendo aos céus o milagre de sua filha, a maternal mulata ao centro da tela, ter gerado um menino branco e saudável, com seu esposo de talhe europeu (quem sabe um imigrante italiano).

Assim como na obra de Modesto Brocos, para Felisbello, quanto mais branco e europeu, melhor. O mulato seria o tipo mestiço que, mais facilmente, alcançaria a civilização, pois era o que mais tendia a se apropriar do legado genético e cultural europeu. Conforme nosso historiador,

Tendo estancado a corrente tupy, pela devastação e expatriação da raça, motivadas pela colonização, e tendo se extinguido a imigração africana, compreende-se facilmente que o mestiço tende a fundir-se e cruzar-se mais directamente com o typo branco, sendo mais rápida a evolução para elle galgar os caracteres de raça (FREIRE, 1891: XLIII).

Defendendo a necessidade de branqueamento da população de Sergipe, Felisbello registrou sua queixa acerca da concentração dos colonos

38 FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano*. 14ed. rev. São Paulo: Global, 2003.

européus em regiões específicas no Brasil. Para ele, “[...] as correntes migratorias têm sido centralizadas em certas zonas do paiz, pela intervenção de um politica mesquinha e anti-patriotica” (FREIRE, 1891: XLIV).

Lamento similar aparece no momento do texto em que Felisbello traça um panorama da economia sergipana entre fins da década de 1880 e princípios da década de 1890, concluindo que “a instituição de estabelecimentos bancários e a imigração estrangeira são medidas inadiáveis” (FREIRE, 1891: LXXII).

Assinalemos que, em sua meteórica passagem pelo governo de Sergipe, Felisbello empenhou-se em fundar, justamente no vale do Vaza-Barris, colônias estrangeiras. Sobre esse assunto, destacou Bonifácio Fortes:

Felisbello [...] procurou e conseguiu instalar em Sergipe núcleos de colonização e imigração. A 28-II-1890 fundava no engenho Patrimônio, em São Cristóvão, uma colônia agrícola para colonos estrangeiros [...]. O segundo núcleo seria instalado no lugar Pintos, ainda em S. Cristóvão (Dec. 44, 12-5-1890) [...]. O núcleo do Patrimônio teve suas atividades bastante incrementadas ainda no govêrno Freire (FORTES, 1958: 16)³⁹.

283



As ideias e ações de Felisbello, todavia, não agradavam aos seguimentos mais conservadores (e poderosos) da sociedade sergipana, que o consideravam um “medicozinho voluntarioso e difícil de ser ‘conversado’” (FORTES, 1958: 12)⁴⁰. Mais que isso, diriam: ele era um mulato.

Essa tensão ganhava, frequentemente, as páginas da Gazeta de Sergipe, “lídima porta-voz dos proprietários rurais”, segundo Bonifácio Fortes. Aliás, foi no referido periódico que Leandro Ribeiro de Siqueira Maciel (1825-1909), influente político e senhor do engenho Serra Negra, lembrou ao presidente Felisbello que sua “ascendência vai entroncar na nobre árvore genealógica das senzalas do Engenho Belém” (MACIEL, 1890)⁴¹.

Tanto em *O espetáculo das raças* (1987), como em *Nem preto nem branco, muito pelo contrário* (2012), a leitura de Lilian Schwarcz ajuda-nos a compreender o discurso de Felisbello sobre o mulato na sociedade sergipana (e brasileira) de fins do século XIX.

39 FORTES [NETO], [José] Bonifácio. *Felisbello Freire: o homem público, o escritor e o constitucionalista*. Aracaju: Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, 1958.

40 FORTES [NETO], [José] Bonifácio. *Felisbello Freire: o homem público, o escritor e o constitucionalista*. Aracaju: Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, 1958.

41 MACIEL, Leandro [Ribeiro de Siqueira]. Resposta ao pé da Letra, *Gazeta de Sergipe*, Aracaju, 20 nov. 1890. In: DANTAS, Ibarê. *Leandro Ribeiro de Siqueira Maciel (1825/1909). O patriarca do Serra Negra e a política oitocentista em Sergipe*. Aracaju: Criação, 2009. p. 238.

A antropóloga explica que, no Brasil,

[...] ocorreu uma releitura particular [das teorias raciais em voga]: ao mesmo tempo que se absorveu a ideia de que as raças significavam realidades essenciais, negou-se a noção de que a mestiçagem levava sempre à degeneração, conforme previa o modelo original. [...] Tingido pela entrada maciça de imigrantes – brancos vindos de países como Itália e Alemanha –, introduziu-se no Brasil um modelo original, que, em vez de apostar que o cruzamento geraria a falência do país, descobriu-se nele a possibilidade do branqueamento (SCHWARCZ, 2012: 39)⁴².

Dando a palavra ao estudioso da “rede dos conceitos” que embala a historiografia de Felisbello Freire, arremata-se a questão. Conforme Francisco José Alves,

Felisbello é, evidentemente, um herdeiro do pensamento de Herbert Spencer. No entanto, é oportuno ressaltar que toda herança teórica é “um filtro crítico e transformador”. Assim, o historiador sergipano não é um mero repetidor do pensador evolucionista. Sua historiografia patenteia uma apropriação seletiva e heteróclita. Seletiva porque toma de Spencer alguns elementos e descarta outros e heteróclita porque “sintetiza” Spencer com outros autores, como H. T. Bucle, H. Taine, por exemplo. Herança, sim, mas crítica, seletiva e filtrante (ALVES, 2010: 142-143)⁴³.

É preciso, ainda, assinalar o distanciamento de Felisbello da vertente mais extremada e pessimista do evolucionismo no Brasil de sua época, cujo ícone seria o também médico (e também egresso da Faculdade de Medicina da Bahia) Nina Rodrigues, para quem “a mestiçagem existente no país parecia atestar a própria falência da nação” (SCHWARCZ, 2012: 20)⁴⁴. Pelo que vimos, Felisbello se aproxima da vertente da Escola de Recife, marcada por nomes como Tobias Barreto e Sílvio Romero, divulgadores do “suposto do evolucionismo social de que a ‘perfectibilidade’

42 SCHWARCZ, Lília Moritz. *Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na sociedade brasileira*. São Paulo: Claro Enigma, 2012 (Agenda Brasileira).

43 ALVES, Francisco José. *A rede dos conceitos: uma leitura da historiografia de Felisbello Freire*. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviedo Teixeira, 2010.

44 SCHWARCZ, Lília Moritz. *Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na sociedade brasileira*. São Paulo: Claro Enigma, 2012 (Agenda Brasileira). Sugere-se a leitura de *Mestiçagem, degenerescência e crime*, de 1899, ou *As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil*, de 1894.



era possível para todos os grupos humanos” (SCHWARCZ, 2012: 21)⁴⁵. Por sua vez,

[Nina] não acreditava que todos os grupos humanos fossem capazes de evoluir igualmente e chegar ao progresso e à civilização. Além do mais, ao conferir às raças o estatuto de realidades estanques, defendeu que toda mistura de espécies seria sempre sinônimo de degeneração (SCHWARCZ, 2012: 21)⁴⁶.

Além de localizar o pensamento de Felisbello, não custa admitir sua relativa atualidade, em um país dotado de um racismo silencioso e que raramente se mostra publicamente. Schwarcz, lembra-nos que, na prática, a velha máxima do “quanto mais branco melhor” nunca foi totalmente deixada de lado.

Foi, por exemplo, nos sertões de Pernambuco, e da boca da minha avó Elza Medeiros de Albuquerque, alvíssima esposa do fazendeiro Apolinário Florentino de Albuquerque, meu avô “quartão”, que ouvi a “tabuada das misturas para ficar branco”. Décadas depois, reencontraria, quase sem retoques, a tabuada que me era tão familiar, recuperada e divulgada por Gilberto Freyre em “Sobrados e mucambos”:

1 branco com uma negra produz mulato
Metade branco, metade preto.
1 branco com uma mulata produz quartão
Trez quartos branco, e um quarto negro.
1 branco com uma quartão produz outão
7/8 branco e 1/8 negro.
1 branco com uma outona produz branco
Inteiramente branco.
(FREYRE [1936], 2003: 778)⁴⁷

Possivelmente, sua condição de mulato, letrado e abolicionista, levou Felisbello a identificar-se com o secretário de governo Antonio Pereira Rebouças (1798-1880), fazendo dele um dos principais heróis da *História de Sergipe* (1891). Ponhamos, então, em revista o primeiro capítulo do livro III da obra, que trata do governo de Manoel Fernandes da Silveira (1757-1829), presidente da Província de Sergipe em 1824, muitíssimo influenciado pelo secretário Rebouças.

45 SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na sociedade brasileira*. São Paulo: Claro Enigma, 2012 (Agenda Brasileira).

46 SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na sociedade brasileira*. São Paulo: Claro Enigma, 2012 (Agenda Brasileira).

47 FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano*. 14ed. rev. São Paulo: Global, 2003.



Felisbello, claramente, justifica as ações do secretário que, sobrepondo-se ao presidente, protagonizou conflitos que desestabilizaram o governo Fernandes da Silveira.

Sem indicar as fontes que comprovariam um possível plano golpista de abril de 1824, o historiador registrou:

O plano chega ao conhecimento do presidente, que tinha junto a si, como secretario, um homem de um talento superior e de um espirito liberal, Antonio Pereira Rebouças, sobre quem caem principalmente os odios do partido adverso, porque nelle vê a alma da administração e a energia de um caracter decidido e franco (FREIRE, 1891: 265)⁴⁸.

286



Mesmo tendo de reconhecer a violação dos direitos dos portugueses estabelecidos em Sergipe, Felisbello segue heroicizando Rebouças:

Agora que idéas mais livres eram incutidas na opinião pelo secretario Rebouças, alma rebelde, espirito revolto, que tratava de fazer propaganda contra o privilegio de raças, os excessos da aristocracia, a prepotência que queria manter o partido corcunda; agora diziamos, offereceu-se oportunidade para as vinganças (FREIRE, 1891: 269).

Se o presidente ancião e o secretário mulato são os mocinhos, os políticos alcunhados de corcundas são os bandidos da narrativa de Felisbello, que afirma:

Realmente, se não fôra Rebouças, o brigadeiro Silveira, septuagenario, não poderia arcar vantajosamente com as dificuldades que vinham de um estado social tumultuoso, de uma sociedade cheia de ambiciosos, dificuldades que eram promovidas por cidadãos de alta representação, como os corcundas de então (FREIRE, 1891: 265).

48 A suspeitosa versão de Felisbello para esse episódio da história da Sergipe foi, irrefletidamente, reproduzida por historiadores como Maria Thetis Nunes, em trabalhos como “História de Sergipe, a partir de 1820” (1978) [NUNES, Maria Thetis. *História de Sergipe, a partir de 1820*. Rio de Janeiro: Cátedra; Brasília: INL, 1978] e “Sergipe Provincial I: 1820/1840” (2000) [NUNES, Maria Thetis. *Sergipe Provincial I (1820/1840)*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2000]; e Keila Grinberg, em seu excelente “O fiador dos brasileiros” (2002: 79-80). Todavia, Grinberg não deixou de assinalar que “relatos também diziam que a conspiração frustrada por Rebouças não passava de um desvario inventado por ele próprio” (Grinberg, 2002: 81) [GRINBERG, Keila. *O fiador dos brasileiros: cidadania, escravidão e direito civil no tempo de Antonio Pereira Rebouças*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002].

Mesmo mencionando as representações que, de todas as partes da província, se sucediam contra os excessos de Rebouças, “apontando-o como um revolucionário, um promotor de alterações da ordem publica”, Felisbello afirma: “Não era tal. Rebouças, espírito livre, revoltou-se por ver o autoritarismo e a prepotência que a aristocracia de Sergipe exercia sobre o povo. Lutou contra taes habitos e pregou a igualdade perante a lei, deixando no meio daquella sociedade o germen da liberdade, sempre abafada” (FREIRE, 1891: 270). Eis como se inventa um herói.

Para mim, Rebouças foi o herói no qual Felisbello encontrou a si próprio. Algo similar ao que concluiu Gilberto Freyre, ao tratar da identificação das pessoas com seus heróis: “há no culto dos heróis um pouco de agrado de gato – clássico agrado do gato ao homem: parecendo estar fazendo festa à perna do dono, o gato afaga volutuosamente o próprio pêlo” (FREYRE, [1936] 2003: 801)⁴⁹.

Gilberto Freyre socorre-nos, também, na compreensão das tensões que, envolvendo o mulatismo de Felisbello, produziam discursos como o do destemperado Leandro Ribeiro de Siqueira Maciel e o discurso de Felisbello heroicizando Rebouças. No Brasil oitocentista, explica Gilberto, “[...] ‘centenas de bacharéis e doutores de raça cruzada’ [recuperando expressão utilizada por Sílvio Romero], [foram] atirados no País pelas academias: a do Recife, a de São Paulo, a da Bahia, a do Rio de Janeiro. Mais tarde, pela Escola Militar, pela Politécnica” (FREYRE, [1936] 2003: 801)⁵⁰.

E foi dialogando com outros dois sergipanos (“o guerrilheiro intelectual” Sílvio Romero e “o professor” Gilberto Amado), que Gilberto Freyre concluiu que esses “bacharéis e doutores de raça cruzada” associaram-se diretamente

[...] ao declínio do patriarcado rural do Brasil: a transferência de poder, ou de soma considerável de poder, da aristocracia rural, quase sempre branca, não só para o burguês intelectual – o bacharel ou doutor às vezes mulato – como para o militar – o bacharel da Escola Militar e da Politécnica, em vários casos negróide (FREYRE, [1936] 2003: 725-726)⁵¹.

49 FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano*. 14ed. rev. São Paulo: Global, 2003.

50 FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano*. 14ed. rev. São Paulo: Global, 2003.

51 FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano*. 14ed. rev. São Paulo: Global, 2003.



Transcrevendo “páginas inteligentes” de Gilberto Amado, Freyre segue estudando a ascensão social do bacharel e do mulato na segunda metade do século XIX, destacando que, “no eclipse das grandes famílias arruinadas em consequência da extinção do tráfico e de outras causas acumuladas, [eles] substituem aos poucos nos prélios partidários, os filhos dos senhores de engenho, os viscondes, marqueses e barões, aparecendo no centro da arena à primeira luz da ribalta política”. Tratava-se de uma “fulgurante plebe intelectual, dos doutores pobres, jornalistas, oradores que de todos os pontos do País surgiam com a pena, com a palavra e com a ação, em nome do pensamento liberal, para dominar a opinião” (AMADO por FREYRE, [1936] 2003: 724)⁵². Felisbello compunha essa “fulgurante plebe intelectual”!

Também no Sergipe de fins do século XIX, dois mundos se encontravam e se chocavam: o da velha aristocracia (que, convivendo com tipos como Felisbello, deveria pensar: Oh, meu tempo, meu tempo!) e o da “fulgurante plebe” (que, ao modo de Felisbello, identificava-se com quem resistiu ao mando dos açucarocratas).

Décadas antes de Felisbello, Rebouças fora alvo do preconceito cultivado pelas elites sergipanas em relação aos mulatos. Conforme a historiadora Keila Grinberg, competente biógrafa de Rebouças, episódios de discriminação se repetiram na vida do rábula. Pouco antes de sua malfadada experiência sergipana, por exemplo, um fato doloroso ficaria registrado em suas memórias.

Em uma chácara nos arredores da Quinta da Boa Vista, em 1823, Rebouças “deu-se conta de que todo o prestígio que conseguira não tornara invisível a sua cor” (GRINBERG, 2002: 78)⁵³. Acompanhando o coronel João Dantas dos Imperiais Itapicuru (1773-1832)⁵⁴ em visita ao então deputado geral Araújo Gondim (1782-1826), foi preterido à mesa de jantar do político pernambucano, que julgara desagradar seus hóspedes “brancos e nobres” a presença do mulato.

Para Grinberg, o episódio do jantar representou uma “ferida [que] deve ter sido profunda” – tão profunda que Rebouças “não mais faria re-

52 FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano*. 14ed. rev. São Paulo: Global, 2003.

53 GRINBERG, Keila. *O fiador dos brasileiros: cidadania, escravidão e direito civil no tempo de Antonio Pereira Rebouças*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

54 O coronel João Dantas dos Reis Portátil, depois João Dantas dos Imperiais Itapicuru, senhor do engenho Santo Antônio do Camuciatá, em Itapicuru, no nordeste da Bahia, foi figura destacada nas lutas pela independência do Brasil em terras baianas e sergipanas. Na historiografia sergipana, Maria Thetis Nunes dedicou-lhe atenção, em obras como *História de Sergipe, a partir de 1820* (1978) e *Sergipe Provincial I* (2000).

ferências a episódios como este em suas memórias”, embora eles tenham se repetido, concluiu (GRINBERG, 2002: 78)⁵⁵.

Baseada em interpretações de Felisbello Freire e Maria Thetis Nunes (que, em parte, reproduziu o discurso apaixonado de Felisbello), a historiadora carioca concluiu:

De fato, a desfeita do jantar não foi nada em comparação com o que aconteceria em 1824, quando Rebouças tomou posse como secretário da província de Sergipe. Incomodados justamente com o fato de ter um mulato à frente dos negócios do governo, os proprietários do local fizeram de tudo para tirá-lo de lá, o que conseguiram ao cabo de um ano (GRINBERG, 2002: 78)⁵⁶.

Grinberg, todavia, não ignorou dados revelados por fontes perscrutadas no Arquivo Nacional e na Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro, que indicam os excessos do jovem secretário Rebouças e os ódios que deles se desdobraram. Nesse sentido, assinalou:

No dia marcado [para jurar a Constituição, 24 de junho de 1824], Rebouças dirigiu-se à Igreja e, tomando o texto do vigário-geral da paróquia, natural de Portugal, fez ele mesmo a leitura, permitindo ao padre somente celebrar a missa. Ao final, depois de se haverem dado os ‘Vivas da Etiqueta’, um dos tenentes-coronéis do Batalhão dos Henriques gritou ‘morra tudo que é maroto’, dando início a violentas perseguições contra portugueses, que foram se refugiar nas matas, e de lá só saíram quando tomou posse o comandante das armas designado para pacificar a região, o capitão Manoel da Silva Daltro (GRINBERG, 2002: 80-81)⁵⁷.

Percebemos, por meio do olhar desapassionado da biógrafa, um secretário de governo que, desempenhando, na prática, as funções do presidente, desautorizava e enquadrava autoridades religiosas e acabava por estimular perseguições aos portugueses residentes em Sergipe.

55 GRINBERG, Keila. *O fiador dos brasileiros: cidadania, escravidão e direito civil no tempo de Antonio Pereira Rebouças*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

56 GRINBERG, Keila. *O fiador dos brasileiros: cidadania, escravidão e direito civil no tempo de Antonio Pereira Rebouças*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

57 GRINBERG, Keila. *O fiador dos brasileiros: cidadania, escravidão e direito civil no tempo de Antonio Pereira Rebouças*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. Sabemos que a igreja em questão é a vetusta matriz da Paróquia Nossa Senhora da Vitória, na cidade de São Cristóvão, antiga capital de Sergipe. O vigário mencionado é, certamente, o padre Luiz Antônio Esteves, e o tenente-coronel é Cristóvão de Abreu Contreiras, conforme indicam autores como Maria Thetis Nunes.

Justiça seja feita, Maria Thetis Nunes não se furtou em concluir que “decorreram, em meio às agitações e animosidades, os onze meses da administração do Brigadeiro Manoel Fernandes da Silveira, sendo personagem destacado nos acontecimentos, inegavelmente, o Secretário Antônio Pereira Rebouças” (NUNES, 2000: 123)⁵⁸.

Para além da identificação com Rebouças, as posições políticas de Felisbello deram, visivelmente, os contornos de sua *História de Sergipe*, pois os herdeiros políticos dos corcundas eram os inimigos monarquistas e escravocratas com os quais ele se confrontava desde os idos da década de 1880. Essa segunda e importante faceta autobiográfica da sua obra foi explorada em uma versão dilatada deste meu trabalho, publicada em 2018, na vetusta *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, sob o título *Felisbello Freire: o mulato e o político na História de Sergipe* (n. 476, jan./abr. 2018, p. 223-260).

Encerremos com essa sugestão de leitura e assinalando que Felisbello Freire têm lugar cativo na historiografia sergipana. Ele é, sem dúvida, o pai da História de Sergipe, como afirmara José Calasans. Uma releitura crítica do seu legado intelectual não implica, absolutamente, em diminuir sua importância ou destituí-lo do seu posto. Além disso, sua obra nunca foi tão debatida e revisitada. Cada vez menos, seus livros são “virgens de olhos humanos”⁵⁹.

58 NUNES, Maria Thetis. *Sergipe Provincial I (1820/1840)*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2000.

59 Há quase seis décadas, o acreditado professor Bonifácio Fortes assinalara que a vasta obra de Felisbello era “praticamente desconhecida em Sergipe” e que “nada se fez para destacar a sua inegável importância” (Fortes [Neto], 1958: 5) [FORTES [NETO], [José] Bonifácio. *Felisbello Freire: o homem público, o escritor e o constitucionalista*. Aracaju: Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, 1958]. Felizmente, esse quadro transformou-se. Sem pretender historiar as iniciativas que levaram à referida transformação, destacaria, entre as mais recentes, a publicação, em 2010, da tese de doutorado do professor Francisco José Alves, do Departamento de História da UFS, vertida no livro “A rede dos conceitos: uma leitura da historiografia de Felisbello Freire” [ALVES, Francisco José. *A rede dos conceitos: uma leitura da historiografia de Felisbello Freire*. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviedo Teixeira, 2010]. Em 3 de julho de 2014, durante as celebrações dos 194 anos da Emancipação de Sergipe, o Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGSE), com apoio da Editora UFS, lançou a terceira edição da clássica “História de Sergipe”, tornando mais acessível o livro surgido, como vimos, em 1891 e reeditado, somente, nos idos da década de 1970. Entre 27 de agosto e 17 de dezembro de 2015, o Grupo de Pesquisa Sergipe Oitocentista (UFS/CNPq), em parceria com o IHGSE e com o apoio do Programa de Pós-Graduação em História (PROHIS), do Departamento de Museologia (DMS) e da Pró-Reitoria de Extensão (PROEX) da Universidade Federal de Sergipe (UFS), realizou a primeira edição de suas “Rodas de Leitura”, com encontros mensais, pondo em revista os textos de Felisbello Freire dedicados a Sergipe – “História de Sergipe” (1891), “Historia territorial do Brasil” (1906) e “A antiga vila de Santo Amaro das Brotas” (1914). Entre 24 e 27 de outubro de 2016, ano do centenário de morte de Felisbello, o IHGSE e a Associação Nacional de História (ANPUH/SE) escolheram “O Brasil na historiografia de Felisbello Freire” como tema da quinta edição do “Congresso Sergipano de História & Encontro Estadual de História da ANPUH/SE”, realizado na sede do Instituto Histórico. O bem-sucedido evento contou com mais de 300 inscritos, conferências e palestras dos historiadores Francisco José Alves (UFS), Paulo Knauss de Mendonça (UFF), Adriana Pereira Campos (UFES), Joceneide Cunha (UNEB), Samuel Albuquerque (UFS), Terezinha Alves de Oliva (IHGSE), Lenalda Andrade Santos (IHGSE), entre outros. Vemos, portanto, que a obra de Felisbello está mais viva do que nunca e, por isso mesmo, deve ser lida com critério, considerando que suas peculiaridades obrigam-nos a arregalar bem os olhos e redobrar nossa atenção.

Um ponto fora da curva: Felisbello Freire e sua *História da cidade do Rio de Janeiro*

Paulo Knauss*

A point off the curve: Felisbello Freire and his History of the city of Rio de Janeiro

Resumo

O objetivo desse estudo é discutir o lugar na historiografia carioca do livro *História da Cidade do Rio de Janeiro* publicado em edição original de 1901 e nova edição em dois volumes nos anos de 1912 e 1914, por Felisbello Freire. Num primeiro momento, a pesquisa indaga se Felisbello Freire pode ser considerado um escritor carioca, para em seguida tratar a singularidade editorial de seu livro sobre a história carioca, envolvido num concurso polêmico e que resultou numa publicação tardia e que certamente não favoreceu sua repercussão. Por fim, o estudo analisa o conteúdo da obra e conclui que Felisbello Freire apresenta um ponto de vista que foge ao padrão predominante da historiografia carioca ao evitar a identidade local e tomar a cidade como elemento de compreensão da história nacional.

Palavras-chave: Historiografia; História do Rio de Janeiro; Felisbello Freire.

Abstract

The aim of this study is to discuss the place in the historiography of the book *History of the City of Rio de Janeiro* published in an original edition in 1901 and in a new edition in two volumes of 1912 and 1914, by the historian Felisbello Freire. At first, the research asks if Felisbello Freire can be considered a Carioca writer, and then treat the published singularity of his book on Carioca history, involved in a controversial contest that resulted in a late publication and that certainly did not favor his Repercussion. Finally, the study analyzes the content of the work and concludes that Felisbello Freire presents a point of view that escapes the predominant pattern of Carioca historiography by avoiding local identity and taking the city as an element of understanding of national history.

Keywords: Historiography; History of Rio de Janeiro; Felisbello Freire



* Doutor em História. Professor do Departamento de História da Universidade Federal Fluminense e Diretor do Museu Histórico Nacional. Sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro. É autor de diversas publicações, tendo lançado recentemente em co-autoria com Daryle Williams e Amy Chazkel, *The Rio de Janeiro Reader: history, culture, politics* (Duke University Press).

Felisbello Freire, escritor carioca?

Felisbello Firmo de Oliveira Freire, mais conhecido simplesmente como Felisbello Freire, nasceu no estado do Sergipe, em 1858, e morreu em 8 de maio de 1916, na cidade do Rio de Janeiro, então Distrito Federal. Como resultado de sua atuação como líder do movimento republicano no Sergipe, tendo sido o primeiro presidente de estado sergipano da República brasileira, Felisbello Freire se tornou deputado constituinte em 1891, motivo de sua transferência para o Rio de Janeiro. Na sequência, entre os anos de 1893 e 1894, foi ainda ministro de Negócios Estrangeiros e de ministro da Fazenda do governo do presidente Floriano Peixoto, além de ter exercido o mandato de deputado federal por várias legislaturas até sua morte. Assim, fez da Câmara de Deputados um espaço importante de sua vida carioca. Disso resulta, portanto, que a política e a República conduziram o sergipano Felisbello Freire à viver na cidade do Rio de Janeiro.

Médico formado na Bahia e que exerceu a clínica médica na sua terra de origem, Freire logo combinou sua profissão com a atividade de jornalista e político, para mais tarde se afirmar também como dedicado pesquisador de história, consagrado em 1887 como sócio-correspondente do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano e ingressando como sócio-correspondente, no ano seguinte, no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), quando publicou no Rio de Janeiro seu conhecido ensaio sobre a história sergipana que apareceu no volume 51 da *Revista do IHGB*.

Sua dedicação ao pensamento social o inseriu no contexto da chamada 'geração de 70' que identifica um grupo de autores e intérpretes do Brasil que reuniu nomes notórios como os de Silvio Romero e Euclides da Cunha, além de outros talvez menos lembrados na atualidade, mas não menos importantes na sua época e em campos disciplinares específicos, como Araripe Junior, José Veríssimo e João Ribeiro e o próprio Laudelino Freire, irmão de Felisberto, entre outros, para não deixar de mencionar Capistrano de Abreu, o mais destacado representante dessa geração no campo da historiografia. Seguindo o mesmo movimento de pensamento de sua geração de escritores, sob a inspiração do cientificismo e das teorias do evolucionismo social, Felisbello Freire se tornou um dos mais produtivos historiadores brasileiros de sua época com vários livros publicados, que hoje são menos debatidos, mas nem por isso menos significativos. A essa altura, as distâncias históricas envolvem a obra de sua geração e de sua autoria aos olhos da atualidade.

Importa sublinhar, no entanto, que foi a partir da cidade do Rio de Janeiro que Freire conquistou projeção social como escritor e historiador, aliás, tal como os nomes mais destacados da dita 'geração de 70'. Do mesmo modo que Silvio Romero, João Ribeiro, Euclides da Cunha, José



Veríssimo, Araripe Júnior, Laudelino Freire e Capistrano de Abreu, e tanto outros nomes da mesma geração de ideias, Felisbello Freire também encontrou seu destino do Rio de Janeiro. No seu caso pessoal, literalmente, pois seu túmulo se localiza no cemitério São João Batista, fixando sua presença carioca.

A capital federal da virada do século XIX para o XX, pelo seu ambiente político e pelo conjunto de suas instituições culturais acrescidas do vigor da imprensa local, atraía todos aqueles que buscavam o estudo e o debate sobre o Brasil e sua sociedade. A cidade funcionava como uma plataforma para pensar o país. Seguramente, essa foi a trilha da geração de Felisbello Freire que fez o Rio de Janeiro ser um destino comum, fazendo com que todos os intérpretes do Brasil, de um modo ou de outro, assumissem uma vida carioca.

Como escritor, Felisbello estreou em livro no ano de 1891 com o lançamento de *História do Sergipe*, provavelmente sua obra de maior repercussão nos dias atuais. Mesmo tendo sido publicada já na sua temporada no Rio de Janeiro e por tipografia da cidade, não é demasiado afirmar que se trata de produto de atividade de pesquisa histórica iniciada antes de sua vinda para a cidade do Rio de Janeiro, considerando ainda que seu argumento geral já estava delineado pelo ensaio publicado dois anos antes pelo LHGB, portanto, antes de sua transferência para a cidade do Rio de Janeiro. O restante de sua produção historiográfica, no entanto, é claramente produto de sua vida como morador do Rio de Janeiro e autor inserido na vida intelectual e das instituições culturais da vida carioca.

Em resumo, por mais que o pensamento sobre o estado de Sergipe tenha se tornado a marca mais conhecida da obra histórica de Felisbello Freire, não apenas o escritor sergipano de origem se estabeleceu por grande parte de sua vida na cidade carioca, como sua produção editorial tinha como centro a capital federal. Sua intimidade com a cidade fez com que ainda terminasse seu percurso de historiador tomando o Rio de Janeiro como seu objeto de estudo e tema do último de seus livros publicados. Aliás, vale acrescentar, que levando em conta a bibliografia de Felisbello Freire listada por Francisco José Alves, o último artigo do historiador sergipano foi publicado em 1915 na imprensa sergipana e se chamava *Correspondência do Rio*, o que evidencia que a cidade carioca virou uma de suas marcas, mesmo na sua terra de origem.¹ Entre o Sergipe e o Rio de Janeiro, há claramente uma faceta de escritor carioca no tempo do Distrito Federal e que merece ser enfatizada na trajetória de Felisbello Freire.

Não sem razão, a memória do sergipano de origem e que se transmutou em carioca permanece inscrita na cidade do Rio de Janeiro desde

1 FREIRE, Felisbello. Correspondência do Rio. *Diário da Manhã*. Aracaju, 7 de novembro de 1915.



que se tornou nome de logradouro público, nominando uma rua entre os bairros de Olaria e Ramos, na Zona Norte. O endereço fica junto às ruas Alberto Nepomuceno e Gonzaga Duque, constituindo assim uma geografia simbólica que homenageia personalidades destacadas da cultura do Rio de Janeiro republicano no início do século XX, promovendo lado a lado a lembrança do historiador, do compositor musical e do crítico de arte da cidade da *Belle Époque* tropical. Considere-se ainda que perto da rua Felisbello Freire está a sede do famoso bloco carnavalesco Cacique de Ramos e não muito distante se localiza a quadra da Escola de Samba Imperatriz Leopoldinense. Portanto, a memória do historiador sergipano de origem sobrevive inscrita numa das regiões urbanas mais importantes para a história do samba do Rio de Janeiro, o que não poderia ser mais carioca. Dito de outro modo, Felisbello Freire está na memória da cidade do Rio de Janeiro.

Tudo isso, ilustra em certa medida o que era o Rio de Janeiro no tempo do Distrito Federal que por seu papel de capital federal reunia atores políticos e de pensamento social de todas as partes do país, e que era capaz de atrair para a cidade personagens cuja marca era pensar outras regiões, contribuindo para interpretar a complexidade do país. Essa marca caracterizava o sentido nacional do Rio de Janeiro que se definia como cidade com olhos voltados para o Brasil. Nos dias de hoje, talvez possamos identificar a emergência de mudança de horizonte que impõe um certo pensamento bairrista sobre o Rio de Janeiro. Contudo, no tempo de Felisbello Freire, a situação era outra e os muitos personagens de saber que adotaram o Rio de Janeiro como moradia, lugar de vida e destino, raramente terminaram se envolvendo a tal ponto com a reflexão sobre a cidade que adotaram. Freire com seu ambicioso projeto de pesquisa sobre a história da cidade se diferenciou, inscrevendo-se na historiografia carioca. Será possível considerá-lo como historiador carioca?

A singularidade editorial

Entre os 9 livros de história publicados por Felisbello Freire, *História da cidade do Rio de Janeiro* tem um lugar singular na sua produção historiográfica.²

2 Lista de livros publicados por Felisbello Freire: *História do Sergipe*, 1891; e *História Constitucional da República*, 1895; e *História da Revolta da Armada*, de 1896; *História do Brasil*, 1896; *História Territorial do Brasil, Bahia, Sergipe e Espírito Santo*, 1906; *História do Banco do Brasil*, 1907; *Os Portugueses no Brasil, Estudo Histórico e Crítico*, 1907; *História da Cidade do Rio de Janeiro*, 1912-1914.

O livro surgiu primeiramente em publicação parcial no ano de 1901, editado pela Tipografia do Brasil, com 96 páginas, o que claramente não corresponde à obra que ficou mais conhecida pelos seus dois volumes, com um total de quase 900 páginas impressas, publicada entre 1912 e 1914 pela Tipografia da Revista dos Tribunais. A primeira edição apresenta dois capítulos da obra geral e parece abranger apenas o que o autor caracterizou como fascículos no plano editorial que difundiu na imprensa da época. A segunda edição de sua *História da Cidade do Rio de Janeiro*, no entanto, apareceu em formato tradicional de dois volumes, sendo que o primeiro tinha o recorte cronológico de 1564 até 1700 e o segundo de 1700 a 1808. Pela apresentação, sabe-se que havia ainda a promessa da publicação de um terceiro volume que deveria tratar de 1808 “até o nosso dia”, mas sobre o qual não temos notícia.

O fato é que a obra geral com seus volumes publicados respectivamente em 1912 e 1914 apareceu impressa tardiamente em relação à época da pesquisa. A distância temporal entre a edição dos dois volumes provavelmente levou ao fato de que com frequência as bibliotecas na atualidade possuem um ou outro, fazendo com que raramente os dois volumes estejam disponíveis conjuntamente na mesma instituição. Mesmo não sendo a obra de conclusão de seu trabalho de pesquisador, *História da Cidade do Rio de Janeiro* terminou sendo, portanto, o último de seus livros publicados e o único que se pode caracterizar como incompleto, considerando a promessa de um terceiro volume. Esse percurso editorial apresenta uma primeira singularidade de *História da cidade do Rio de Janeiro* na trajetória autoral de Felisbello Freire.

A segunda singularidade da obra reside na motivação de sua criação. Como o próprio autor declara na apresentação do volume publicado em 1912, a ideia do livro surgiu inicialmente num interregno da vida política do autor, que se encontrava na cidade do Rio de Janeiro e sem cargo público ou mandato parlamentar entre 1899 e 1903. Foi atraído para o projeto de pesquisa pela lei municipal de 1896 que instituiu um prêmio para quem escrevesse uma história da cidade no prazo de 5 anos. Ao final, o processo de reconhecimento do mérito do trabalho dependia do parecer de uma comissão. Suas outras obras tiveram motivações mais ligadas ao desenvolvimento de seu pensamento social e sua vida política e revelam um percurso bem diferente e que singulariza *História da Cidade do Rio de Janeiro*.

Certamente, a iniciativa do prêmio se relaciona com o contexto de construção da nova identidade republicana da cidade do Rio de Janeiro com a instauração do Distrito Federal, decorrente do regime republicano. Tratava-se de construir uma nova imagem da capital do Brasil, deixando para trás a imagem de Corte imperial e sede do estado monárquico. Nesse contexto do fim do século XIX que se organizou a proposição do prêmio



que atraiu Felisbello Freire a escrever um livro que não era motivado nem pelas suas origens, como no caso da *História de Sergipe*, nem buscava fundamentar seu posicionamento político como a *História Constitucional da República* ou a *História da Revolta da Armada*, para mencionar as obras que escreveu antes de 1901, quando terminou de escrever a *História da Cidade do Rio de Janeiro*.

Conforme apresenta Maria Fernanda dos Santos, a imprensa acompanhou os desdobramentos do trabalho de pesquisa de Felisbello Freire que redundou na produção do livro sobre a história carioca.³ O autor seguia assim o modo de dar publicidade à criação intelectual da época, buscando legitimação social de sua construção autoral. Assim, antes mesmo de completar a tarefa de redação final do livro, em 1900, Freire se encarregou de promover sua obra de pesquisa histórica no jornal *Cidade do Rio*, diário fundado por José do Patrocínio. A publicação da notícia sobre sua pesquisa nesse jornal carioca prometia a edição dos resultados do trabalho em 150 fascículos e a publicação de dois capítulos na *Cidade do Rio*. Possivelmente, essa é a origem da edição reduzida da obra que veio à luz no ano de 1901.

Conforme o próprio Felisbello Freire registrou na apresentação do seu livro sobre o Rio de Janeiro no volume editado em 1912, o autor informa ter entregue os originais do texto à Prefeitura em 16 de março de 1901, portanto, no ano seguinte ao início da divulgação dos resultados na imprensa carioca e no mesmo ano da publicação parcial dos resultados da pesquisa. Foi o sucessor do prefeito João Felipe, Xavier da Silveira que tomou a decisão de incumbir o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) da avaliação dos resultados da pesquisa histórica.

Na altura, o Conselheiro Aquino e Castro, presidente do Instituto e ex-presidente do Supremo Tribunal, já no período republicano, decidiu por nomear uma comissão especial, composta por Amaro Cavalcanti, Tristão de Alencar Araripe, Antonio Joaquim de Macedo Soares, eminentes juristas com atuação política ao lado da atividade de pesquisadores de história, que após análise emitiu parecer reconhecendo o mérito do trabalho, destacando que o autor estava em sintonia com “estudos científicos da moderna crítica da história” e que havia desenvolvido investigação histórica original apontando “dados e esclarecimentos abundantes de sua pesquisa nos arquivos quase todos desconhecidos ou não mencionados pelos nossos historiadores e ainda inéditos”. Em outras passagens, o parecer sublinhou novamente o recurso a “preciso critério científico” e “suas pacientes pesquisas em nossos arquivos”. Ao final, o júri concluiu sobre o valor

3 SANTOS, Maria Fernanda. Um estranho no ninho: recepção crítica à *História da Cidade do Rio de Janeiro*, de Felisbello Freire. In: *Anais do XXVIII Simpósio Nacional de História*, 27 a 31 de julho de 2015. Disponível em: http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1444249739_ARQUIVO_Umestranhononinho.pdf.

da obra que: “além de merecedora do prêmio decretado pela lei municipal, ela constitui um serviço da maior utilidade público ao país.”

Contudo, de acordo com própria narrativa de Felisbello Freire, “o Instituto entendeu desprezar o parecer”. Assim, o livro e seu autor foram envolvidos numa grande polêmica que agitou o meio dos historiadores da época. Nenhuma outra obra de Felisbello Freire teve repercussão tão bombástica, mesmo antes de sua publicação. Se seu primeiro livro o consagrou no meio acadêmico da historiografia nacional representado pelo seu ingresso no IHGB, o livro sobre o Rio de Janeiro fez o historiador sergipano radicado na capital federal romper e se afastar da instituição acadêmica, colocando Freire num campo de oposição a vários membros da agremiação tradicional.

Como Freire registra na sua memória dos acontecimentos que constitui o cerne da apresentação do primeiro volume de *História da Cidade do Rio de Janeiro*, a polêmica se desdobrou a partir do anúncio do parecer da dita Comissão Especial responsável por examinar o mérito da obra. O questionamento do resultado do trabalho da comissão levou à decisão de realizar leitura da obra pelo próprio autor no IHGB, o que se desenvolveu ao final de várias sessões ordinárias e extraordinárias realizadas no ano de 1902. Tal como se acompanha pelas atas publicadas na *Revista do IHGB* e analisadas por Maria Fernanda dos Santos, na sessão de 16 de maio, o sócio Rocha Pombo, distinguido professor do Colégio Pedro II, propôs que se encerrasse o ciclo de leituras da pesquisa, considerando que já havia condições para o instituto decidir. Essa proposta tal qual foi apresentada não foi aceita pelo 1o. vice-presidente Manoel Francisco Correia que dirigia a sessão, fazendo que a discussão terminasse por aprovar o encaminhamento apresentado pelo sócio Aristides Milton propondo que a leitura se ativesse à terceira parte que provocava maiores divergências. Assim, na sessão de 27 de junho de 1902 foi encerrada a leitura programada, decidindo-se pela votação de dois quesitos, respectivamente: sobre a relevância da utilidade da obra ao país e sobre o prêmio. O debate resultou na aprovação do primeiro quesito, mas não do segundo, gerando um resultado ambíguo, pois avaliava que a obra tinha relevância, mas que não merecia o prêmio, dando a entender que a relevância não era o critério decisivo do trabalho de pesquisa histórica. O ofício final dirigido ao prefeito da cidade manifestando a posição do Instituto foi firmado e datado finalmente em 20 de setembro de 1912.

Freire atribuiu o nó da discórdia aos sócios e secretários do IHGB Henrique Raffard e Max Fleiuss pela redação de um substitutivo que traduziu o estranho resultado e que sofreu questionamento no seio da própria instituição. Segundo seu relato, minúcias técnicas terminaram sendo invocadas, como o fato de que o prêmio falava de uma história do Distrito Federal e não da cidade, o que podia ser incongruente com a demanda



histórica, considerando que a solução político-administrativa do Distrito Federal era peculiar à recente República implantada no país. Segundo Freire, claramente o parecer final fazia uma avaliação política da sua obra a partir do modo como tratou os acontecimentos políticos do período imperial, considerando que apresentava “versões notoriamente parciais”, destacando que “foi exclusivamente um pensamento político a causa e o motivo do procedimento do Instituto Histórico que preferiu satisfazer as facções dos monarquistas”.

O fato é que a polêmica se transpôs para as páginas do *Jornal do Comércio* em 27 de junho de 1902, ainda antes do ofício derradeiro do IHGB ao prefeito, sugerindo que o jornal apoiava o posicionamento dos críticos do historiador sergipano transmutado recentemente então em historiador carioca. Por sua vez, em *A Notícia* de 10 de outubro de 1902, quase um mês depois do comunicado do instituto ao prefeito, informava-se que Freire pretendia acionar a Justiça para que a Prefeitura não adiasse o resultado do prêmio.

Apesar da polêmica editorial não se pode deixar de reconhecer que Felisbello Freire se inscreveu no quadro de diálogo dos historiadores cariocas. Graças às pesquisas de Maria Fernanda dos Santos sabemos que nos anos seguintes à polêmica deliberação do IHGB sobre a obra de Felisbello Freire, nas páginas de *A Notícia*, José Vieira Fazenda assumiu que Felisbello Freire era um de seus interlocutores no trato da história carioca. O médico, ex-vereador e intendente municipal, bibliotecário do IHGB e respeitado historiador do Rio de Janeiro, que naquela altura publicava regularmente crônicas sobre a história da cidade na imprensa carioca, mais tarde reunidas em coletânea *Antiquilhas e Memórias do Rio de Janeiro*, mencionou a monografia inédita de Freire e ainda lhe dedicou elogio pelo tratamento minucioso dos fatos históricos. Essa referência evidencia que mesmo não havendo consenso sobre sua *História da Cidade do Rio de Janeiro*, Felisbello Freire ganhou o reconhecimento do autor mais reconhecido na época da historiografia carioca, instalando o autor de origem sergipana no diálogo dos livros e escritores da historiografia da cidade carioca.

O que se constata, ao final dessa trajetória editorial, é que *História da Cidade do Rio de Janeiro* terminou se singularizando como a obra de Felisbello Freire que mais despertou polêmica e antes mesmo de vir à luz por meio de sua publicação, definiu o posicionamento do autor no meio historiográfico carioca.



Um ponto fora da curva

A menção ao seu nome e de seu trabalho feita na imprensa carioca por Vieira Fazenda certamente já representa o reconhecimento de Felisbello Freire como referência para a história do Rio de Janeiro.

Vieira Fazenda vai ser citado duas vezes por Freire na apresentação de seu livro sobre a história da cidade do Rio de Janeiro, tratando-o de “ilustrado bibliotecário”, em quem encontrou “um grande auxiliar”, o que vai repetir adiante uma segunda vez. Na continuação, contudo, apresenta uma caracterização de Vieira Fazenda que esclarece o conceito do ofício de historiador de Felisbello Freire: “O serviço a nós prestado, em decifrar manuscritos, em confrontar datas, em pesquisar a verdade dos acontecimentos através dos mil incidentes da história, foi tão grande, quanto o reconhecimento que aqui prestamos a um dos nossos mais notáveis historiadores.” Com base em documentos de época, demarcar dados para fundamentar a verdade, pode ser um resumo do conceito de pesquisa histórica para o autor sergipano-carioca. O agradecimento, assim, confirma seu conceito de história.

Por outro lado, ao elogiar o bibliotecário do IHGB, Felisbello Freire também demonstra conhecimento da historiografia carioca de seus contemporâneos: “O Dr. Vieira Fazenda, crônica viva desta cidade, repositório do que há de mais minucioso.” E completa: “É admirável o conhecimento que tem este homem de letras, tão modesto e simples, quão competente e da mais correta concepção histórica, da cidade do Rio do Janeiro, do seu passado, dos seus governos, dos seus habitantes, das suas ruas, de seus hábitos e dos seus costumes.”

Essa marca do historiador erudito caracterizado pela dedicação à pesquisa documental revela-se igualmente nos seus agradecimentos. Além de Vieira Fazenda, bibliotecário do IHGB e guardião do acervo documental da insituição, Felisbello Freire agradece ainda a Mello Moraes, antigo diretor do Arquivo do Distrito Federal, assim como menciona sua gratidão a Rabelo Veloso, diretor do Arquivo Público, atual Arquivo Nacional, Rabelo Velloso. A menção a esses nomes que se identificam com as instituições da erudição histórica no Brasil certamente se constitui em recurso para legitimar a identidade de historiador do escritor sergipano que se aventurava nas searas da historiografia carioca.

Outra dimensão de seu compromisso com a erudição se expressa nas notas do livro em que Freire desenvolve debates historiográfico com autores não necessariamente ligados ao enfoque da história da cidade, mas que de algum modo abordaram aspectos decisivos da história local. Considerando a extensa pesquisa bibliográfica de Felisbello Freire, nota-se que nessas referências historiográficas complementares o autor buscava sublinhar divergências historiográficas precisando dados, mas igualmente



afirmando a qualidade de seu trabalho de pesquisa histórica. Nesse sentido, procura debater com autores com obras de referência consagradas, como Francisco Adolfo de Varnhagen e o cônego Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro, autores de destaque na geração fundadora do IHGB em meados do século XIX, a data da saída da expedição de Estácio de Sá. Em outro momento, discute a partir de Monsenhor Pizarro e Baltasar da Silva Lisboa, autores pioneiros da história do Rio de Janeiro no início do século XIX, o local da primitiva fundação da cidade, definindo seu ponto de vista apoiando-se em Varnhagen, com o que fecha a questão. Observa-se claramente que a polêmica historiográfica é deixada para a nota, espaço de exposição do exercício erudito de confrontação de textos. Outras vezes corrige a historiografia pelo confronto com a documentação, tal como na nota 2, p. 28/29, em que a partir de documentação do *Arquivo do Distrito Federal*, demonstra como a afirmação de Varnhagen sobre o termo da cidade não estava correta. Leva às últimas consequências o compromisso erudito do ofício de historiador.

De outro lado, ele mesmo situa sua posição no campo da historiografia sobre a cidade do Rio de Janeiro na apresentação do primeiro volume da obra publicado em 1912. Longe de reconhecer a produção historiográfica diversificada sobre a cidade na altura em que escrevia seu livro e mais ainda quando o publicou na década de 1910, Freire afirma que a literatura histórica carioca, para usar suas palavras, “incontestavelmente é uma pobreza lamentável”. Destaca, então, como referência os *Anais do Rio de Janeiro*, de Baltasar da Silva Lisboa como a única obra conhecida sobre a história da cidade, considerando, porém, que “não passa de um plágio vergonhosíssimo de uma Memória manuscrita que existe na Biblioteca Nacional”, a qual ele mesmo teria recorrido nas suas pesquisas. Além do livro do antigo presidente do Senado da Câmara do Rio de Janeiro, e irmão do famoso Visconde do Cairu, Felisbello Freire cita a obra que ele denomina *As Memórias Fluminenses*, escritas por Monsenhor Pizarro, que segundo ele “não passam de uma história religiosa”. Ou seja, ao mesmo tempo que reconhece a importância de antigas obras sobre a história da cidade da primeira metade do século XIX, Freire não se preocupa em desqualificá-las. Desse modo, posiciona-se em relação aos interlocutores escolhidos por ele e ao mesmo tempo ao apontar sua avaliação crítica, terminava por valorizar seu próprio empenho original.

No entanto, ao eleger Silva Lisboa e Pizarro como seus interlocutores privilegiados no terreno da historiografia carioca, é possível reconhecer que Felisbello Freire buscava dialogar com autores que trataram a história da cidade de modo abrangente, buscando caracterizar todos os processos históricos desde a fundação da cidade, que sustentavam suas afirmações em um rigoroso controle cronológico dos fatos, com base em largas citações de documentos, tendo instituições e seus dirigentes, como a Câmara

Municipal e seus governantes, assim como a Igreja católica e seus bispos, como agentes fundamentais do processo histórico.

Nesse sentido, o autor também negava uma outra vertente da historiografia carioca e predominante no seu tempo. Na virada do século XIX para o XX, a cidade do Rio de Janeiro tinha como referência historiográfica consensual o livro de Joaquim Manoel de Macedo, chamado *Um passeio pela cidade do Rio de Janeiro*, em que foram reunidas as suas crônicas publicadas entre 1862 e 1863 no *Jornal do Comércio*. Cada crônica constituiu um capítulo do livro, apresentando um percurso de leitura que descrevia etapas de um passeio pela cidade em busca de seus monumentos e logradouros históricos. A primeira crônica é dedicada ao largo do Paço, atual praça XV, o que envolve a história da edificação de suas igrejas e a edificação do Paço Imperial, antiga sede do governo da capitania colonial.

A obra de Joaquim Manoel de Macedo operou um pensamento histórico particular que tinha como lugar de enunciação a imprensa, dirigindo-se a um público letrado genérico e não a pares ou estudantes de história. Sua expressão consolidou o que se caracteriza como crônica histórica, que se caracteriza como um gênero narrativo peculiar que aproxima a análise histórica do jornalismo com o gosto da literatura, assumindo que no campo da leitura de variedades e entretenimento é possível difundir conhecimento e provocar a reflexão. O próprio Joaquim Manoel de Macedo definiu:

“Que fiz eu? Procurei amenizar a história, escrevendo-a com esse tom brincalhão e às vezes epigramático que, segundo dizem, não lhe assenta bem, mas de que o povo gosta; juntei à história verdadeira os tais ligeiros romances, tradições inaceitáveis e lendas inventadas para falar a imaginação e excitar a curiosidade do povo que lê, e que eu desejo que leia os meus Passeios; mas nem uma só vez deixei de declarar muito positivamente qual o ponto onde a intenção se mistura com a verdade.”

Dito de outro modo, em tom de amenidade, o gênero da crônica histórica deixa a erudição num plano subliminar à leitura sem deixar que participe do enredo, do mesmo modo que toma a memória como fonte para desenvolver o argumento histórico. Diz o historiador da cidade Joaquim Manoel de Macedo:

“Irei referir de envolta com alguns fatos registrados nas crônicas do tempo uma ou duas tradições populares. Colhi os primeiros nos livros e memórias que consultei, e as segundas contou-mas um padre velho que morreu há dez anos. Daqueles não é lícito duvidar; a estas pode negar-se crédito sem receio de molestar o padre, que já não tem que ver com as cousas deste mundo.”

Desse modo, a crônica histórica definida a partir de Macedo assume o ponto de vista do coloquial e do prosaico, ao rés-do-chão na feliz



expressão de Antonio Candido, partindo da observação para abordar lugares que demarcam territórios sociais que se relacionam com fatos e costumes. É assim que a cidade surge na pena do historiador como experiência sensível e comum no qual se inscreve a informação histórica a ser analisada. O fato urbano como episódico permite o tratamento abrangente, caracterizando o modo peculiar da crônica que toma o singular como ponto de partida para abordar o universal. Desse ponto de vista, o local faz diferença, assim como o acontecimento singular, pois serve para enfatizar o sujeito histórico como tipo social com personalidade e com caráter tão próprio que parece ser individual sem que um indivíduo notório seja mencionado.

Esse tipo de escrita da história, que faz até hoje a historiografia carioca popularmente atrativa, contrasta fortemente com o estilo narrativo marcado pela objetividade e com o rigor da construção do pensamento histórico de Felisbello Freire. Poderia se argumentar que a concepção de história do autor sergipano que se fez carioca é decorrência sustentação de seus argumentos a partir da referência das fontes consultadas, que são basicamente oficiais e de governo. No entanto, o debate historiográfico que emerge de sua obra indica que se tratava de uma opção clara. Desde a apresentação de seu livro em que pontua antigos autores da historiografia carioca, Freire demarca a sua construção historiográfica pelo contraste em relação a outros autores, fundamentando sua oficina da história na pesquisa de fontes de época, no enfoque não religioso, e numa abordagem sistemática e abrangente da história da cidade, salientando um tom sistemático que não existe no modelo da crônica histórica carioca elaborada a partir de Macedo.

Curiosamente, Freire faz concessão a Moreira Azevedo, mas despreza Joaquim Manoel de Macedo, modelo assumido para a historiografia de Moreira Azevedo, cuja obra também é fruto de crônicas da imprensa. Tal como Macedo, Moreira Azevedo também era um autor de literatura urbana, entre outros do romance histórico *Franceses no Rio de Janeiro*, um crônica de amor que se passa no contexto da invasão de corsários franceses no Rio de Janeiro em 1711.

A análise do sumário da obra já indica que a leitura da história arquitetada por Felisbello Freire tem como objetivo a caracterização de estruturas históricas a partir do governo e seus governantes, a organização administrativa, política, tributária, militar e judiciária, e, no caso, o que ele chamava a cidade que tinha em suas ruas o tema central. A cronologia se constitui como fio da narrativa e ordenador da compreensão do processo histórico, caracterizando a cidade de cada século ou cada época, demarcada pelos seus governos, ordem jurídica e plano descritivo da ordem física da cidade. Fundamentalmente, o governo do Estado se constitui como sujeito principal da história.

A leitura das páginas dos volumes de *História da Cidade do Rio de Janeiro* evidencia que a análise histórica elaborada na obra era atenta à história da organização do território, caracterizando o processo de colonização, e concentrava-se na ação da administração colonial, buscando a caracterização do papel das instituições e seus mandatários. Nesse sentido, analisa a construção da cidade colonial principalmente a partir do governo da capitania, o agente principal do processo histórico analisado, colocando no centro dos argumentos de análise os governadores. Por consequência, é a correspondência dos governadores que estrutura seu plano de redação e serve de fonte documental estruturante da pesquisa, combinada por vezes pela documentação cartorária.

Pode-se dizer que o livro de Felisbello Freire apresenta uma história política da cidade definida como história administrativa combinada com o interesse pela política tributária e financeira do governo e com uma atenção especial para a compreensão da história territorial. Aliás, na apresentação do livro, Felisbello Freire indica claramente seu interesse pela história territorial do poder municipal, expondo sua convicção de que o patrimônio público foi historicamente lesado pelos interesses particulares. Isso o conduz a uma exploração substantiva de arquivos cartorários ao lado da correspondência dos governadores. Os temas mais próximos da dinâmica da sociedade que o autor abordou foram a questão do abastecimento de água e o caso da revolta antifiscal dos Barbalhos, atualmente mais conhecida como Revolta da Cachaça, ocorrida no século XVII. Em ambos os casos, o tema que o conduz a esses aspectos é a questão tributária expondo a questão dos limites da ação do governante.

Tendo a documentação manuscrita de época como base, Freire traz uma leitura do passado da cidade a partir do modelo de uma história erudita e sistemática. No prefácio da 1ª edição, anota: “O nosso guia foram os manuscritos que à farta existem na Biblioteca Nacional, no Instituto Histórico [IHGB] e principalmente no Arquivo Público [Arquivo Nacional]”. Nesta passagem não menciona diretamente o Arquivo do Distrito Federal, mas cita fartamente as transcrições de documentos publicadas na revista da instituição municipal, e faz referências à obra do diretor Mello Moraes Filho e lamenta a interrupção da publicação da revista. Destaca conjuntos documentais como: Provedoria de Fazenda, Correspondência dos Governadores, bandos e ordens, ordens régias, cartas régias, cartas de sesmarias, consultas do Conselho Ultramarino. A documentação ainda é fartamente explorada nas notas de pé de página e há farta transcrição de documentos, ressaltando-se a referência da fonte e seus arquivos. As notas também são usadas pelo autor para apresentar informações factuais complementares, como dados históricos de edifícios religiosos, citando a fonte de referência. Nas notas verifica-se também o uso de compêndios documentais como a já mencio-

nada revista Arquivos do Distrito Federal, mas igualmente o Tombo das Terras Municipais, organizado por Haddock Lobo.

Esse tratamento com base na informação documental define o caráter de narrativa factual de Felisbello Freire. A descrição dos acontecimentos traduz o pensamento histórico que se instaura na historiografia freiriana. A compreensão da história da cidade de Felisbello Freire se sustenta na rede dos conceitos que caracterizam sua escrita da história e tão bem sistematizada por Francisco José Alves⁴. De um modo geral, sua abordagem procura se definir como uma história explicativa que faz uso da explicação causal e da finalista. Os fatos históricos são entendidos por seus antecedentes e elucida uma cadeia de consequências. No caso de livro *História da Cidade do Rio de Janeiro* se reconhece muitas vezes que a economia, entendia a partir do tributo ou do poder comercial, cumpre o papel de fator causal, assim como dos desmandos de governo. Como anota Francisco José Alves, na historiografia de Felisbello Freire, a noção de *progresso* que encontra seu correspondente na *decadência* é chave na análise do autor, assim como é frequente as categorias de *civismo* e *patriotismo* que podem ser atributos pessoais ou de instituição e que se contrapõe às *paixões* que em geral afetam os governantes. Essas categorias analíticas permitem ao autor identificar fases históricas. Nesse sentido, Felisbello Freire caracteriza que a cidade do Rio de Janeiro como produto da colonização passou pela sua fase militar antes de sua fase agrícola, organizando a evolução como marca do pensamento histórico interessado em identificar os processos de afirmação da civilização. Na obra de Freire, pode-se dizer que o conceito de *civilização*, ora indica estágio de desenvolvimento, mas igualmente o que identifica uma sociedade, o que se confirma na sua análise histórica do Rio de Janeiro, ora considerando o sentido de sociedade singular, ora avaliando seu estágio na escala de desenvolvimento.

Reunindo todos esses elementos, o que se observa em *História da Cidade do Rio de Janeiro* é que Felisbello Freire se afasta inteiramente das tendências predominantes da historiografia carioca de seu tempo que tinha a crônica histórica como modelo, mesmo no caso de Vieira Fazenda seu contemporâneo e reverenciado por ele mesmo. Além de desqualificar autores e obras que ele mesmo toma como referência inicial, o escritor deixa de mencionar outros nomes que marcaram a historiografia carioca de seu tempo.

O pressuposto do historiador sergipano-carioca no tratamento da cidade também revela outro enfoque menos localista, revelando a chave de sua abordagem da história da cidade. Na primeira frase do prefácio da primeira edição, do primeiro fascículo, do primeiro volume de sua obra,

datada de 1901, Freire afirma: “*Escrever a história do Rio de Janeiro é escrever a história do Brasil.*”. Em seguida arremata: “Com a riqueza não podia deixar de vir o predomínio político. Foi o que se deu. O Rio de Janeiro tornou-se o maior centro da vida política e administrativa, antes de por lei ser considerado a sede do governo colonial.” Não sem razão um dos aspectos destacados pelo parecer que julgou o manuscrito original destacava como um dos méritos da obra o tratamento de como a partir do governo de Vahia Monteiro, o governo municipal foi sendo esvaziado, especialmente a partir do ato de 1736 que retira do poder local o controle de impostos. Contudo, o que interessa destacar, é que Felisbello Freire enfatiza um ponto de vista nacional para a história da cidade, que contrasta com a historiografia que chamamos mais propriamente de carioca, que se caracteriza pela busca da identidade local.

Nesse sentido, não seria demasiado dizer que a *História da Cidade do Rio de Janeiro* de Felisbello Freire se revela um ponto fora da curva, pois o que a historiografia carioca buscava era um ponto de vista íntimo, interior, prosaico que singularizasse a vida da cidade. Freire, por sua vez, procurou fazer do Rio de Janeiro um laboratório da civilização brasileira, caminhando numa direção que pode explicar porque seu livro nunca foi propriamente valorizado nem pela crítica e nem pelos cariocas.



Velhos problemas da nova Federação: territórios, hierarquia e poder no Brasil República

Adriana Pereira Campos*

Old problems of the new Federation: territories, hierarchies and power in Brazil Republic

Resumo

Este artigo discute os argumentos de Felisbello Freire (1858-1916), pensador Sergipano, a respeito das desigualdades políticas entre as diversas unidades da Federação do Brasil. A análise se concentrou na produção intelectual de Freire, especialmente o capítulo sobre o Espírito Santo na obra a História Territorial do Brasil (1909). Objetivou-se a discutir o lugar deste problema na trajetória de Felisbello Freire, de modo a situar suas conclusões tanto no campo intelectual quanto no da política. O estudo permitiu observar que as considerações a respeito do Espírito Santo se coadunam com a consistente crítica de Freire à República que não conseguiu debelar as desigualdades políticas de suas unidades. O plano geral da obra apresenta como origem dessas diferenças o regime das donatarias e os esforços dos governos centralizados no Brasil não foram suficientes para eliminá-las.

Palavras-chave: Felisbello Freire, República, Território, Federação, Espírito Santo.¹

* Doutora em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Docente permanente dos Programas de Pós-Graduação em História e Direito da Universidade Federal do Espírito Santo. Pesquisadora Produtividade do CNPq e coordenadora de pesquisa financiada pela FAPES – Fundação de Apoio à inovação e à Pesquisa do Espírito Santo.

Abstract

The article discusses the arguments of Felisbello Freire (1858-1916), a Brazilian thinker, about the political inequalities between the different units of the Federation. The analysis focused on the intellectual production of Freire, especially the chapter on the State of Espírito Santo in the Territorial History of Brazil (1909). It discusses the place of this problem in the intellectual and political trajectory and the situation of his conclusions in the field of the thought and in the politics. The research made it possible to observe that the considerations about the State of Espírito Santo are coherent with Freire's consistent criticism of the failure of the Republic to overcome the political inequalities of its units. It was observed that the general plan of the work consists in presenting that these differences originate still in the colonial time and that the efforts of the centralized governments were not enough to eliminate them.

Keywords: Felisbello Freire, Republic, Territory, Federation, Brazilian State of Espírito Santo.



O objetivo deste artigo consiste em discutir os argumentos do pensador sergipano, Felisbello Freire (1858-1916), a respeito da *História Territorial do Brasil*, em especial sobre o *Espírito Santo*. A análise se concentra na obra do autor, planejada para conter cinco volumes, que pretendia dar conta de toda história territorial do Brasil. O único volume, contudo, que se concretizou trata do problema territorial da Bahia, Sergipe e Espírito Santo.

Freire dedicou algumas de suas obras ao assunto além de *História Territorial*¹, tal como o *História Constitucional*², *As Constituições dos Estados*³, entre outros. Parece interessante perscrutar a interpretação do problema da organização territorial do Brasil produzida por um intelectual que divulgou amplamente a ideia de federação e República. Para abordar o tema, este artigo articula-se em torno de três eixos. O primeiro consiste na explanação da trajetória intelectual e política do autor. O segundo, nas considerações sobre a formação do território do Espírito Santo. E o terceiro, nas considerações de Freire sobre o problema mais geral das desigualdades entre as unidades políticas do país.

308



1. História e Território para Felisbello Freire

Felisbello Firmo de Oliveira Freire, nascido no Sergipe em 1858, projetou-se na República como político e intelectual, considerado por muitos de seus contemporâneos e conterrâneos como um pensador fecundo.⁴ Republicano convicto, ele chegou à posição de ministro do governo de Floriano Peixoto, mas também se dedicou ao campo da ciência e abraçou o pensamento evolucionista da época. Freire representa a geração de republicanos ligada à corrente liberal spenceriana, que uniu, no início a República, o mundo da política e o das letras.⁵

- 1 FREIRE, Felisbello. *História territorial do Brasil*. 1º vol. (Bahia, Sergipe e Espírito Santo). Rio de Janeiro: Jornal do Comércio de Rodrigues & C., 1909.
- 2 FREIRE, Felisbello. *História constitucional da República dos Estados Unidos do Brasil*. Rio de Janeiro: Moreira Maximino, 1894. 3 v.
- 3 FREIRE, Felisbello. *As constituições dos Estados e a constituição federal*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1898.
- 4 ALVES, Francisco José. Introdução ao pensamento historiográfico de Felisbello Freire (1858-1916). *Revista Tomo*, n. 1, Sergipe, 1998, p. 89-102. Disponível em: <http://seer.ufs.br/index.php/tomo/article/view/4912/4052>. Acesso em 14 Jan 2016. PASSOS, Alexandre. O primeiro centenário de Felisbello Freire. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Sergipe*, Aracaju, 1959, vol 17, n. 22, p. 18-26. Opinião de Alcindo Guanabara ver em FREIRE, Felisbello. *História constitucional da República dos Estados Unidos do Brasil*. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Aldina, 1894. p. XIV, XV
- 5 CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. p. 24.

Formado em medicina pela Faculdade da Bahia, no ano de 1882, Freire ultrapassou suas funções de clínico. Como se verá, seu trabalho intelectual não pode ser avaliado sem sua atuação política, como parece ter sido comum aos seus contemporâneos. Para ele, o avanço intelectual no Brasil produziria uma elite educada graças aos “[...] progressos de cultura e de educação democrática, sujeito às causas da emancipação mental e moral que agiam sobre si [...]”⁶ Ângela Alonso desacredita dessa interpretação. Em sua opinião, não existia campo intelectual autônomo no século XIX e as escolhas teóricas correspondiam preponderantemente ao critério político.⁷ Talvez o mais interessante seria considerar que houve genuíno esforço da intelectualidade do Brasil pensar o Estado e a nação brasileiros no Oitocentos, mesmo diante da importação das teorias europeias ou norte-americanas. Como adverte José Murilo de Carvalho⁸, substituir um governo e construir uma nação transformaram-se na tarefa dos republicanos. Certamente existiu verdadeira crença no poder da ciência e da técnica e na inevitabilidade do progresso. E isso de fato se constata em Freire, como ele próprio se define.

Em começos de 1882⁹, Felisbello Freire se fixou na tradicional Laranjeiras¹⁰, freguesia de destaque em Sergipe por sua produção agrícola e comercial. A propaganda republicana irradiou-se por algumas localidades a partir de Laranjeiras.¹¹ Em 1884, publicava-se no lugar o jornal *O Horizonte* que foi substituído pelo *Larangeirense* e, depois pelo *Republicano*, com direção de Freire.¹²

Ele participou ativamente do *Club Democrático* e colaborou na fundação do *Club Republicano* da cidade.¹³ O Partido Republicano foi organizado em 1887 com o concurso de alguns companheiros como Josino de Menezes e o aluno da escola militar José Maria Moreira Guimarães.¹⁴ Nesses anos, como admite Freire¹⁵, o partido encontrou a indiferença que ele atribuiu à falta de cultura popular e de cultura cívica em Sergipe. Antes

6 FREIRE, 1894, Vol 1, p. IX.

7 ALONSO, Ângela. Crítica e contestação: o movimento reformista da geração 1870. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, Vol 15, n. 44, outubro de 2000, p. 36. Embora a autora ofereça arcabouço mais sofisticado do Roberto Schwartz (*Ao vencedor as batatas ... 1977*), pois ela mergulha na experiência intelectual da época, parece-me que o dualismo permanece em sua obra.

8 CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 24

9 Data fornecida pelo próprio Felisbello Freire, 1894, Vol. 1 p. 265.

10 Felisbello registra o nome da vila do seguinte modo: Larangeiras.

11 *A Reforma*, 1888, n. 95, p. 2.

12 FREIRE, 1894, Vol. 1, p. 266.

13 *O Republicano*, 1890, n. 51, p. 4.

14 FREIRE, 1894, Vol. 1, p. 266.

15 FREIRE, Felisbello. *História de Sergipe (1575-1855)*. Rio de Janeiro: Perseverança, 1891. p. 283



ainda da fundação do clube republicano, Freire já palestrava sobre a nova filosofia política no *Club Democrático*, cujo conteúdo foi publicado na tipografia da folha *O Larangeirense*.¹⁶ Ele, assim, usava das sociabilidades dos clubes da cidade para inculcar em seus concidadãos o novo ideário do progresso e do federalismo.

Proclamada a República, ainda em 1889, Felisbello se tornou o primeiro governador de Sergipe.¹⁷ Os compatriotas, embora o considerassem moço, já aplaudiam a sua nomeação em razão de sua ilustração e cultura aprimorada.¹⁸ A nomeação foi recebida com júbilo, pois se tratava de alguém que “sente e pensa sergipanammente”, nas palavras de Tobias Barreto.¹⁹ Discordâncias sobre as chapas de deputados e senadores tiraram-lhe o governo, mas Freire logrou êxito em se eleger Deputado.²⁰

A empatia pela terra natal animava o intelecto do médico a tornar o Sergipe conhecido no país. Desde o início de sua carreira, ainda em Laranjeiras, Freire dedicava-se aos estudos históricos, cercado por todos os lados de inúmeras coleções de documentos manuscritos, velhos papéis seculares, autos, escrituras, testamentos, cartas, roteiros e memoriais. Nas horas vagas de sua vida de clínico, Freire organizava, classificava e ordenava com rigor a massa documental que reunia com afinco para redigir a história do Sergipe. Esta é a descrição oferecida por Gumersindo Bessa, em 1887, no jornal *A Reforma*.²¹ Aos trinta anos já havia concluído sua *História da Província de Sergipe*.²²

No ano de 1888, Felisbello Freire foi proposto para sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil pelos sócios Franklin Tavora, Capistrano de Abreu e Teixeira de Mello.²³ Felisbello, à época, já apresentava sua inclinação por explicações mais abrangentes sobre a história do Brasil, como o declínio do domínio batavo no Brasil.²⁴ Em colaboração com a *Revista Sul-Americana* dedicada às ciências, letras e artes, teorizava sobre a influência do elemento étnico e do meio sobre as leis evolutivas do desenvolvimento do povo brasileiro.²⁵

16 *O Larangeirense*, 1888, n. 53, p. 2.

17 *A Reforma*, 1889, n. 1. P. 2.

18 *A Reforma*, 1889, n. 165, p. 1.

19 *A Reforma*, 1889, n. 170, p. 2.

20 *O Republicano*, 1891, n. 16, p. 1.

21 *A Reforma*, n. 48, 1887, p. 3.

22 Ver notícia em *O Republicano*, 1889, p. 3.

23 *A Reforma*, 1888, n. 81, p. 2.

24 FREIRE, Felisbello. Fragmentos históricos: Gaspar Dias Ferreira e o Padre Antonio Vieira. In: *A Reforma*, 1888, n. 83, 84, p. 3.

25 *Revista Sul-Americana*, 1889, n. 1, p. 9

O evolucionista confesso observava as sociedades como “organismos”, em que “herança” e “adaptação” deveriam ser observadas como legítimas forças da história. A contribuição de Felisbello Freire, neste campo, cumpria a tarefa de instilar na sociedade brasileira os princípios teóricos do inglês Hebert Spencer (1820-1903).²⁶ A nomeação de Freire pelo governo provisório da República foi recebida com júbilo pelo periódico em face de sua opção pela República e pelo federalismo.²⁷ Afinal, o novo governador era um civil com profundas raízes no republicanismo sergipano.

Além de governador e deputado federal, Felisbello Freire foi ministro de Estado do governo de Floriano Peixoto. Ele apoiou decididamente Peixoto, apesar de todas as turbulências que emergiram desde a renúncia de Deodoro da Fonseca. Depois que deixou o governo federal, Freire se aventurou em apresentar, em 1896, análise a respeito da história da Revolta Armada. Como se sabe, o movimento dividiu antigos aliados e assumiu feições monarquistas.²⁸ O jornal de José do Patrocínio publicou severa crítica àquela análise, acusando-o de parcialidade dada sua participação no governo de Floriano:

[...] sem os dados necessários, indispensáveis para trabalho de tão grande fôlego; sem competência para historiador, sem senso crítico, sem o necessário cabedal filosófico para ir descobrir na natureza dos fatos a causa e razão deles; sem o brilho necessário de estilo para firmar nas páginas de um livro de análise crítica dos acontecimentos; o Sr. Felisbello Freire deve ser reputado antes um assalariado florianismo moribundo, que nos vem injuriar, com a narração mentirosa de certos fatos e encampação dos crimes nefandos praticados pela ditadura com a cumplicidade dele e de muitos outros.”²⁹

Pode-se afirmar que a crítica sofria da mesma facciosidade imputada a Felisbello Freire, pois reagia ao artigo como simpatizante do movimento de 1893.³⁰ De todo modo, Freire publicou seu volume e ainda o dedicou “Aos republicanos que ajudaram ao governo a defender a LEI e a REPÚBLICA”, sintetizando sua opinião sobre os fatos.³¹ Aqueles eventos cismáticos dividiram antigos aliados. A República das letras estremecia e o confronto

26 *Revista Sul-Americana*, 1889, n. 1, p. 10.

27 *Revista Sul-Americana*, 1889, n. 21, p. 1.

28 CARVALHO, José Murilo de. Brasil 1870-1914: a força da tradição. In _____. *Pontos e bordados: escritos de História e política*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998. p. 117.

29 *Cidade do Rio*, Rio de Janeiro, 1896, n. 117, p. 1.

30 *Cidade do Rio*, Rio de Janeiro, 1893, n. 261, p. 1.

31 FREIRE, Felisbello. *História da revolta de 6 de setembro de 1893*. Rio de Janeiro: Cunha & Irmãos, 1896

das penas, no lugar dos sabres, produzia golpes de retórica como o ataque certamente desfraldado por José do Patrocínio ao trabalho de Freire.

Alguns republicanos, portanto, esforçavam-se por colocar o governo acima das agitações da caserna e das multidões. O fortalecimento dos Estados e a neutralização da capital recriavam os objetivos da República no Brasil. A manutenção da ordem tornou-se a força motriz das decisões constitucionais. Freire de certo modo participou desse movimento quando militou como Ministro de Relações Exteriores e da Fazenda no governo de Floriano. Para ele, a autoridade e a lei viviam sob a pressão do espírito revolucionário, das desistências forçadas e das descontinuidades de governo. Pedro I abdicara por imposição de forças de terra da Capital do Império, Pedro II se retirara do Brasil por exigência do Governo provisório instituído pelo exército e Deodoro da Fonseca renunciara em face da revolta de 1891. O elemento civil nunca fora o iniciador e executor dessas soluções. Floriano Peixoto, consoante Freire, constituiu exceção nesta marcha dos acontecimentos, pois resistiu à revolução e a venceu.³²

Freire, no entanto, nunca deixou de manifestar preocupação com a desigualdade entre os Estados. Neste campo não se manteve aliado ao grupo florianista. Freire criticava os constituintes de 1891 que contavam os votos segundo o número de representantes e não de Estados. Para ele, a representação dos Estados conservou a dissimetria do território, deixando os pequenos em franca situação de prejuízo. Tudo isso cooperou, segundo Felisbello Freire, para a rejeição de igualdade dos Estados na representação da República.³³ Eptácio Pessoa melhor resumiu o descontentamento em relação ao tema na Constituinte:

Senhores, se os estados, no Governo Federal, são os mesmos *vis-à-vis* da União, se todos eles têm uma economia à parte, têm autonomia e independência tanto quanto possível, se todos eles, como estados que são, têm os mesmos direitos e devem gozar das mesmas prerrogativas, não posso conceber como se conceda a quatro ou seis estado apenas o direito deles sós decidirem de assuntos que se referem a todos os outros também, deles sós gerirem interesses de toda a União: não compreendo como quatro ou eis estados, apenas, que, por mera casualidade, foram ocupar no tempo do Império regiões mais povoadas ou mais vastas, ou que, por favores do governo, hão sido alimentados por uma corrente imigratória mais caudalosa, tenham o direito

32 FREIRE, 1896. p. 4-5.

33 FREIRE, Felisbello. *As constituições dos Estados e a constituição federal*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1898. p. 12-14.



exclusivo de decidirem naquilo que diz igualmente aos interessados de 15 ou 17 estados.³⁴

Depois das refregas políticas, no novo século XX que se iniciava, Felisbello Freire dedicou-se ao projeto de oferecer ao país uma obra sobre a formação territorial no Brasil. Seu objetivo claramente se vinculava ainda à ideia manifestada por Epitácio Pessoa. Para Freire, o *território*, além do espaço, envolvia o povoamento, as conquistas, a exploração, a constituição dos limites e a definição do direito sobre os *espaços*. Sua pretensão consistia em formular uma sociologia da diferença entre grandes e pequenos Estados no Brasil.

Na opinião de Freire, os Estados na nova República herdaram seus territórios das “[...] antigas províncias, educadas à sombra de um governo centralizador [...]”³⁵. Em relação aos limites, a maior parte das unidades da federação conservou as velhas fronteiras e seus limites em litígio. A Bahia e o Rio Grande do Sul, porém, registraram em suas constituições que seu território não podia em caso algum ser desmembrado ou subdividido. Para Freire, “as questões de limites entre as províncias, que o império não pode resolver, deviam privar as prescrições proibitivas de qualquer resolução, - as quais existem[am] em algumas constituições.”³⁶ Para ele, “o legislador constituinte da União investiu a legislatura federal da atribuição privativa de resolvê-la [...]”, mas os Estados a anularam em suas próprias constituições.³⁷

A preocupação, portanto, de Felisbello Freire com a divisão territorial do Brasil já o acompanhava há tempos quando planejou escrever a *História Territorial do Brasil*. Para iniciar sua obra, planejada para conter outros volumes, Freire escolheu três regiões, a saber, Bahia, Sergipe e Espírito Santo. O subtítulo esclarece se tratar da “Primeira colonização” brasileira. Seu rigor conceitual orienta sua narrativa e, ao lado, da ideia de *processo evolutivo*, Freire abraçou o critério da antecedência cronológica na análise da colonização do Brasil. Ele considerou aquelas capitânias o mais antigo *centro de povoamento* da América lusitana.

2. O Espírito Santo e a divisão territorial do Brasil

Felisberto Freire abordou a história territorial do Espírito Santo considerando basicamente o período dos Donatários, colonização e povoamento nos séculos XVIII e XIX. A colonização do Espírito Santo se

34 ANNAES do Congresso constituinte da República. 2ª edição revista. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1924. p.997 Disponível em bd.camara.leg.br Acesso em 16 Jan 2017,

35 FREIRE, 1898. p. 18.

36 FREIRE, 1898. p. 26.

37 FREIRE, 1898. p. 27

apresenta na narrativa de Freire como um empreendimento sem êxito. Ele atribui o insucesso da capitania aos degredados e criminosos condenados que acompanharam o primeiro donatário – Vasco Fernandes Coutinho e à resistência indígena. Nem tudo, porém, resultou em desastre, pois Freire atribuiu a Mem de Sá certa brilhantura no combate dos indígenas revoltosos e na expulsão dos invasores estrangeiros da capitania. Apesar dessa importante iniciativa dos governos da América lusitana, na avaliação de Freire, a capitania, prosperou miseravelmente no regime dos donatários.

Freire, contudo, considerava a época colonial problemática não apenas para a Capitania do Espírito Santo. Segundo ele, o *processo de colonização por donatários* “[...] deixou males e raízes profundas, em vista dos quais, a divisão territorial e administrativa do país com uma causa permanente de males e vícios do movimento econômico do país e sua política.”³⁸. Curiosamente sobre as causas econômicas, Freire explicita que a expansão do território em direção ao sul teve de esperar a cultura cafeeira se consolidar no país. Em sua interpretação, a indústria do nordeste não concorreu com a exploração aurífera das Minas Gerais, cujos impostos drenavam a riqueza para a Metrópole. Mas, fundamentalmente, ele associou as causas econômicas àquelas de natureza política. Apenas as capitanias políticas, como *Recife, Bahia, S. Vicente e Rio de Janeiro*, teriam de fato espreado a população na colônia. Velhas donatarias se tornariam capitanias políticas tardiamente, como a do Espírito Santo que foi adquirida pela Coroa em 1717, encerrando o período de predomínio dos antigos donatários.

Assim, para Freire, a povoação da capitania do Espírito Santo em fins dos Seiscentos permanecia acanhada e inconclusa, mesmo depois das iniciativas desbravamento do sertão em busca de metais preciosos. Nem exploradores nem donatários obtiveram êxito em aumentar o contingente populacional da capitania. Mesmo o rico Gil de Araujo da Bahia, que adquiriu a capitania em 1674 e para ela dirigiu seus investimentos, conseguiu debelar a impotência da colonização espírito-santense.³⁹

Nova fase somente adviria da “ação direta do centro da colônia e da metrópole, por meio de seus delegados da administração”.⁴⁰ Da época dos donatários restara apenas estabelecimento do limite sul da capitania a partir das margens do Rio Itapemirim. No entanto, permanecia rala a povoação no imenso espaço que se constituía num território indeterminado e impreciso.

38 FREIRE, 1909. p. 9.

39 FREIRE, 1909, p. 377

40 FREIRE, 1909, p. 381.



A incorporação da capitania do Espírito Santo à Coroa, consoante Freire⁴¹, respondeu a certo programa político da metrópole em tirar da Bahia a centralidade na administração e na exploração das Minas. Para Freire, apesar de sua pouquidade, a capitania do Espírito Santo sobreviveu como unidade política quando tantas outras sucumbiram, tal como a do Paraíba do Sul submergida no Rio de Janeiro.

A consolidação do Espírito Santo como capitania política proporcionou a dilatação de sua fronteira norte, que avançou desde o Rio Doce atingindo rio Mucurici, cuja jurisdição pertencia à Bahia. Verificou-se igualmente o povoamento do vale do rio São Mateus. Além disso, a porção central da capitania em torno de Vitória se consolidou com a construção das fortalezas de São João, de Santo Inácio e de São Diogo

Para Freire, no entanto, a Coroa não tivera capacidade de resolver o problema oriundo dos *tempos dos donatários*. Ainda assim, admite certa vitória, no início do Oitocentos, na conquista do interior da capitania. Ele destaca o papel desempenhado pelo governador Silva Pontes. O antigo dirigente era um experimentado “astrônomo” que participou da jornada ao Mato Grosso junto à Comissão de Demarcação de limites da possessão americana, em razão do Tratado de Santo Ildefonso, em 1777. Para Carla Almeida⁴², Silva Pontes deve ser compreendido como caso exemplar do “cosmopolitismo” da elite mineira, pois ele era um natural dos trópicos americanos “leal súdito da coroa portuguesa” que foi capaz de se projetar nas amplas redes de hierarquia do Império.

Freire admite que a nomeação de Silva Pontes se relaciona diretamente à política da Coroa, em especial, do Ministro D. Rodrigo, especialmente, em relação aos planos de incremento da economia de Minas Gerais por meio do melhor aproveitamento do Rio Doce. Pontes foi responsável por fazer uma carta com todo o curso do rio que nascia nas cabeceiras do Serro Frio. Depois disso, ele cumpriu a determinação para a qual fora nomeado e estabeleceu os limites formais entre a capitania do Espírito Santo e a de Minas Gerais, com larga vantagem para esta última. A navegação pelo Rio Doce, como sonhava o Conde de Linhares, esbarrou em um problema de ordem natural. Uma série de acidentes e cachoeiras obrigavam o desembarque no meio da viagem.

A opinião de Felisberto não se atém apenas ao problema físico. Firme às leis da história, ele confere importância menor a esses esforços de ligação entre as duas províncias por terra ou por mar. Segundo ele, essas

41 FREIRE, 1909, p. 382.

42 ALMEIDA, Carla Maria Carvalho. Uma nobreza da terra com projeto imperial: Maximiliano de Oliveira Leite e seus aparentados. In: FRAGOSO, João Luís Ribeiro; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho; SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de. *Conquistadores e negociantes: histórias de elites no Antigo Regime nos trópicos*. América lusa, século XVI a XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. [p. 12-19]. p. 133.

ideias só tiveram efeito com a solução da via férrea, porque era “mais útil e menos dispendiosa”.⁴³ Pelo menos um século separa os dois projetos. De acordo com Leandro Quintão⁴⁴, até 1889 muito pouco foi realizado neste sentido. Ao adentrar o período republicano, o Espírito Santo possuía míseros 71 km de trilhos construídos.

Freire, enfim, resume a expansão territorial do Espírito Santo até o século XVIII, denunciando que “a capitania, além de sua capital, contava apenas com as vilas do *Espírito Santo*, criada em 1535, *Nova Almeida*, em 1759; de *Guarapary*, 1679; a *Benevente*, 1759” (Freire, 1909, p. 400). Para Freire, a vida *civil* dos capixabas estava adstrita a essas vilas, enquanto a Bahia já havia chegado ao rio *mucury*, com a criação da vila de Porto Alegre. Para ele, somente o povoamento e a organização social do espaço ocupado transformavam um espaço geográfico em *território*. A mera titularidade de uma capitania ou mesmo circunscrição jurídica, denominada *termo*, não significavam de fato a territorialização de um espaço.

Na cronologia evolutiva da ampliação administrativa e jurisdicional do Espírito Santo, no século XIX, porém, a província teve poucos avanços neste campo. Vitória foi elevada à condição de cidade em 1823 e passou a dar nome à única comarca local, antes conhecida genericamente como Espírito Santo. Elevou-se à condição de vila a povoação de Itapemirim, em 1815, no extremo sul da província. Desmembrara-se de Vitória a povoação serrana, que se elevara à condição também de vila. Ao norte, separando-se da vila de São Mateus, a povoação de Barra ganhou a posição de Vila.

Felisberto Freire dedica uma última palavra a respeito da história territorial do Espírito Santo. Comparando o movimento dos limites norte e sul, Freire conclui que, enquanto a Bahia, ao norte, tomou espaços de Sergipe, ao sul, perdera importantes porções, recuando suas fronteiras aos antigos marcos antes da absorção da capitania de Porto Seguro. Segundo Freire, o Espírito Santo acabou por ter reconhecida a anexação do termo de São Mateus, primeiro, por vontade da própria vila, segundo, pelo critério de proximidade sancionada pela Assembleia Geral do Brasil, em 1823. Essa resolução criara na opinião de Freire um território em litígio entre o rio Itaúnas e o Riacho Doce. Consoante Freire, o único documento capaz de resolver o impasse seria o ato de criação da Vila de São Mateus, mas não o encontrara.

43 Felisbello Freire era um entusiasta da estrada de ferro como sinal de progresso. Em sua passagem pelo governo do Sergipe, Freire militou pela implantação de linhas férreas naquele Estado. Ver *O Republicano*, 1890, p. 1

44 QUINTÃO, Leandro do Carmo. *A interiorização da Capital pela Estrada de Ferro Sul do Espírito Santo*. Dissertação apresentada no Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em História da Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 2008. p. 78.



De qualquer modo, esta última questão corrobora dois elementos centrais na análise de Freire. O primeiro consiste no débil desenvolvimento da capitania. Os esforços da metrópole, quando projetou limitar a força da Bahia na mineração e fortalecer o escoamento de produtos das Minas não foram suficientes para fazer vicejar aquela unidade. O Império não demonstrou qualquer iniciativa relevante para debelar os desnivelamentos entre suas diversas unidades. A desproporção territorial e populacional, segundo a tese de Felisbello, herdada dos tempos dos donatários se manteve até a República, conservando o Estado do Espírito Santo em lugar subalterno na hierarquia política da nova federação.

3. Território e Federação

Como se viu, a compreensão dos argumentos de Freire sobre os fracassos da expansão territorial do Espírito Santo vincula-se aos objetivos da obra em discutir o problema da irregularidade territorial do Brasil. Desde o início de sua carreira política e acadêmica, Sergipe parece tê-lo inspirado a pensar o país de maneira global e a controverter a fraqueza de alguns Estados diante do poder de outros. Freire estava convencido que “os pequenos Estados não valem nada na República, que até agora só tem servido aos interesses dos grandes Estados”.⁴⁵ Numa visão premonitória do futuro, ele advertia que bastava a coligação de Bahia, Minas e São Paulo para impor à nação a política administrativa que lhes convier.⁴⁶

A divisão territorial do país, argumentava, constituía-se na causa de males e vícios econômicos permanentes em sua política. Considerava um grave erro do “[...] governo republicano, no momento o mais propício, deixar a questão no mesmo pé em que recebera do Império.”⁴⁷ Para organizar sua exposição da constituição história desses equívocos, Freire se socorre de artigo de Augusto Fausto de Souza publicado em 1880 sobre a origem da divisão territorial desproporcional do Brasil.⁴⁸ Segundo este autor, a divisão das capitanias implantou a assimetria entre as diversas unidades do Império, que somente seriam superadas por meio da revisão dos limites, com melhor distribuição de costa e portos de mar.⁴⁹

45 FREIRE, Felisbello. Bahia e Sergipe em lucta por questão de limites: o que a respeito nos informa o Sr. Felisbello Freire. *Revista do Instituto Histórico de Sergipe*, Aracaju, vol. 1, n. 2, 1913, p. 91-94. Disponível em: www.ihgse.org.br/revistas/02.pdf Acesso em: 14 Jan 2017.

46 FREIRE, 1909, p. 12.

47 FREIRE, 1894, Vol 1, p. 102.

48 SOUZA, Augusto Fausto de. Estudo sobre a divisão territorial do Brasil. *Revista do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil*. Rio de Janeiro: Tipografia Universal de E. & H. Laemmert, 1880. Tomo XLIII, Parte II. p. 27-113.

49 SOUZA, 1880, p. 40.



Antes de Fausto Souza, o próprio Varnhagen endereçou à Assembleia Nacional, em 1851, Memorial Orgânico em que discutia, entre outros assuntos, a distribuição territorial do país.

[...] Todos sabemos, mais ou menos, as origens das províncias, e todos temos olhos para ver em qualquer mapa as suas desigualdades; isto é, a monstruosidade de umas, e a quase nulidade de outras. [...]. Depois da independência, por vergonha nossa, nem se quer se tem pensado a respeito da tão necessária divisão do território. Nem por ocasião do Ato Adicional houve quem pugnassem pela conveniência de estabelecer certo equilíbrio entre os novos *estados*, antes de assim os emancipar de um modo que não de causar alguns embaraços à marcha regular governativa da nação em bastante prejuízo desta (grifo do autor).⁵⁰

318



Na exposição, Visconde do Porto Seguro vai além do problema das donatarias e imputou a D. João o projeto que pouco a pouco retalhou o Brasil com a criação de novas capitanias com a de Alagoas, Sergipe, Rio Grande do Sul e Santa Catarina até 1821. Reconhecia também autonomia política a unidades com diminuta população como o Espírito Santo, Rio Grande do Norte, Paraíba e Ceará. A maior parte delas, depois da Independência, por se chamarem províncias sobrearregaram-se de tributos e aumentaram seus passivos em desproporção aos ativos.

A ocupação territorial do Brasil, ainda durante o Império, constituía-se em preocupação. Levantou-se inclusive a necessidade de mudar a capital para o interior do país. Augusto Souza reuniu em seu texto as sugestões de algumas personalidades como Hippolyto da Costa, que projetava São João d'El Rei ou Villa Rica como capital do país; e Varnhagen, que propunha alguma cidade situada no triângulo formado por Tocantins, Paraná e São Francisco ou a cidade de Formosa da Imperatriz em Goiás, entre outros. E ele próprio achava que deveria se situar nas cabeceiras dos rios Doce e Jequitinhonha.

Felisbello Freire não apenas corrobora as conclusões sobre a desproporção entre as unidades administrativas do Brasil, como considera que elas pioraram com a mudança das donatarias para capitanias, destas para províncias e, finalmente, das províncias para os Estados. Se Varnhagen considerava uma vergonha o Império não ter resolvido o assunto, Felisbello Freire reputava que no regime republicano esses males se avultaram.

50 VARNHAGEN, Francisco Adolfo. Memorial orgânico que a consideração das Assembleias Geral e Provinciais do Império apresenta um Brasileiro. Madri, 1849. p. 6-7. Acesso em http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_obrasraras/or1467052/or1467052.pdf Acesso em 21 Jan 2017.

Dois elementos cruciais na formação territorial do Espírito Santo restaram ignorados na narrativa de Freire. Um deles compreende a expansão do café para o sul da província, interiorizando o povoamento do vale do Itapemirim. Outro fator desconsiderado por Freire, mas bastante destacado na historiografia do Espírito Santo, foi a imigração europeia em fins do Oitocentos. Não há, sobre o assunto, o conhecido jargão racista de melhoramento da raça. Mas não há também a menção da ocupação territorial da porção central mais montanhosa do Estado pelos diversos imigrantes europeus.

A imigração e o café se misturam na história do Espírito Santo de modo singular. Em primeiro lugar, os cafeicultores não manifestavam preocupação com a substituição de mão de obra escrava. Ainda que a cultura de café tenha se expandido depois da proibição do tráfico em 1850, havia nas maiores fazendas muita capacidade ociosa entre os cativos. Isso se devia à baixa produtividade dos cafezais, se considerado o número de trabalhadores e os pés de café. Aferrados, por isso, à escravidão e desprezando os alertas advindos do governo, os fazendeiros não fizeram qualquer investimento para absorver os imigrantes. No Espírito Santo, o contingente europeu foi recebido como alternativa de colonização dos chamados *sertões*. Criaram-se diversos núcleos de colonização com a promessa de titulação das terras cultivadas.

Pode-se afirmar que a imigração contribuiu para que o Espírito Santo superasse a crise que se abateu sobre as grandes fazendas com a abolição da escravidão no Brasil em 1888.⁵¹ Grandes propriedades do sul foram parceladas e financiadas aos imigrantes que mantiveram a cafeicultura como a base econômica do Estado. Certamente Freire preocupava-se em discutir a necessária transformação territorial do Brasil e não exatamente o povoamento de cada unidade. Sua preocupação se concentrava em abordar o problema em perspectiva nacional.

À página II, sob o título de *Preliminares*, Felisberto alega ter dedicado vinte anos a fontes manuscritas para escrever a obra. Em seguimento a essa assertiva, ele afirma que “Os esforços dos nossos historiadores nunca convergiram para esse lado de nossa história, de maneira que não existe em nossa literatura um trabalho sobre o assunto de nossa obra.” Como se viu, porém, a desproporção do território nacional já era problematizada desde a monarquia. Há, no entanto, a franqueza de Felisbello Freire em admitir que a República não fora capaz, tal como o Império, de debelar o desequilíbrio na federação. Sua obra destinou-se exatamente em frisar essa incapacidade dos governos centrais na formação territorial do Brasil.

Alcindo Guanabara descreveu Felisbello Freire como um deputado constituinte observador, prudente e silencioso. Companheiro de legisla-

51 ROCHA, Gilda. *Imigração estrangeira no Espírito Santo: 1847-1896*. Vitória: [s.n.]. 2000.

tura, Guanabara atribuía ao político as características do investigador que marcaria a carreira de publicista de Freire.⁵² Tratava-se de um médico que escrevera sobre suas artes clínicas, mas se dedicara a pensar o Brasil no plano da administração e do Direito Constitucional. De sua lavra neste campo, algumas anotações serviram de guia à interpretação clássica de Victor Nunes Leal.⁵³ A obra *História Territorial do Brasil* não deve merecer menor atenção em vista de sua contundente crítica à capacidade da Federação brasileira em dotar suas unidades de idêntico poder.



52 FREIRE, 1894, p. XVI.

53 LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. São Paulo, 2012. Ver notas nas páginas 268, 280, 313 e 317.

Edição : 2019
Impressão : Infographics
Papel de miolo : Off Set 75g/m² da www Suzano
Papel da capa : Supremo 350g/m² da Suzano
Tiragem : 100 Exemplares
Tipologia : Philosopher